



Universidade de Brasília – UnB

Faculdade de Comunicação – FAC

Programa de Pós-Graduação em Comunicação – PPGC

O superhomem pendura o paletó na repartição: a gênese do jornalista legislativo

Rogério Mozart Dy Lá Fuente Gonçalves

BANCA

Profa. Dra. Zélia Leal Adghirni (Orientadora)

Prof. Dr. José Marques de Melo

Prof. Dr. Fernando Oliveira Paulino

Profa. Dra. Dione Oliveira de Moura (Suplente)

Volume único de trabalho apresentado com vistas à
obtenção do grau de mestre

Brasília – Março de 2010

Resumo: Este trabalho se propõe a levantar alguns pontos para a discussão da identidade do jornalista brasileiro contemporâneo, em especial de um subgrupo profissional surgido há pouco menos de 20 anos vinculado ao Poder Legislativo Federal. Para isso, primeiramente, situa o tema no contexto das mudanças que vêm se operando nas organizações de mídia e em sua relação com o Parlamento desde o surgimento da imprensa no país, condicionadas por fatores sócio-culturais e pelo surgimento do espaço de trabalho constituído pelas mídias das fontes. Na segunda parte, mapeia o surgimento do subgrupo profissional a partir de mudanças paradigmáticas no jornalismo e na administração pública.

Palavras-chave: *Jornalismo. Jornalista. Jornalista legislativo. Identidade. Perfil Profissional.*

Abstract: This work intends to raise elements to debate the identity of the Brazilian contemporary journalist, in particular the professional subgroup in formation on the last two decades associated to the National Parliament. First, it places the subject in the changing context that takes place in the media organizations and their relation with the Parliament since the press emerged in the Country, conditioned by socio-cultural factors and by the appearance of the working space formed by the called “Source Medium”. In its second portion, the work maps the formation of the professional subgroup from the paradigmatic changes of journalism and public administration.

Key words: Journalism. Journalist. Parliament journalist. Identity. Professional profile.

“Um hábil empregador de homens usará o prudente, o bravo, o cobiçoso e o burro. Pois o prudente terá prazer em aplicar seu mérito, o bravo sua coragem em ação, o cobiçoso é rápido em tirar vantagens e o burro não teme a morte.”

Adendo de Su-Ma Ch'ien, em cerca de 100 A.C., à **A Arte da Guerra**, de Sun Tzu

Agradecimentos

No Núcleo acadêmico à minha orientadora, professora Dra. Zélia Leal Adghirni, pela crença em minha capacidade, pela dedicação, suporte, estímulo e mais que tudo, pela amizade. Aos demais integrantes da banca de qualificação, professores Doutores Sadi dal Rosso (Sol) e Nélia del Bianco (FaC) pelas valiosíssimas orientações e pela crítica franca. Aos professores da linha Jornalismo e Sociedade, em especial à professora Dra. Dione Moura, que além da oferta de cursar Ensino Orientado, procedeu a tutoria nessa atividade e ainda teve a generosidade de chamar para a participação em uma pesquisa acerca da mesma. Aos professores Doutores do PPG/FaC Luiz Cláudio Martino e Pedro Russi, pelos ensinamentos em sala de aula no início do curso e também fora dela no decorrer da pesquisa. Ao professor Doutor e também colega Francisco Sant'Anna, pela cessão de sua tese ainda em francês, seguida do privilegiado compartilhamento das provas do livro traduzido e pelas inúmeras conversas sobre procedimentos de pesquisa. Ao professor Doutor Denis Ruellan (Rennes) pelas generosas indicações no início do trabalho.

Aos colegas de Programa de Pós-Graduação, em especial o doutorando José Cesar dos Santos que foi impulsionador da busca contínua por mais conhecimento, tornando-se um amigo. Aos integrantes do e-grupo “Orientandos da Zélia” pelo compartilhamento de idéias. A Rafiza Varão e Roberta Simon pelos convites de participação em suas respectivas salas de aula de graduação e que tiveram reflexos no amadurecimento do projeto desta pesquisa.

Dentre os colegas de trabalho agradeço aqueles da *Rádio Senado* que compreenderam as necessidades associadas a esta formação continuada. Aos colegas da diretoria da Comsefe que aceitaram e entenderam meu afastamento da entidade para o procedimento da pesquisa, e, principalmente aos jornalistas das Assembléias Legislativas e

Câmaras de Vereadores que me receberam para as observações de campo e aos integrantes do e-grupo “Jornalistas Legislativos”, que se dispuseram a ser pesquisados.

Entre os amigos agradeço o Uderval Ferreira da Silva, o “Udi”, pela generosa cessão da casa em Pirenópolis onde pude me asilar e redigir o texto.

Na família, à Marcinha, que mesmo diante de seus desafios cotidianos não mediu esforços e foi além do necessário para que eu atingisse esse objetivo. Ao Matheus e Maria Angélica, principalmente pela tolerância com minhas ausências e alterações de humor.

In memoriam, aos que passaram durante a elaboração desta pesquisa, a meu pai, Manoel Riburni Gonçalves, por forçosamente ao longo da vida me legar o ensinamento da autonomia. À Shabelly of the Sea Star, Xaxá, por me ensinar sobre o amor incondicional e sobre como se deve suportar com bravura e docilidade até as mais extremas dificuldades.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABI – Associação Brasileira de Imprensa

ADIRP – Assessoria de Divulgação e Relações Públicas

AERP – Assessoria Especial de Relações Públicas

ALEMGO – Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais

ALESP – Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo

ALERGS – Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul

ANC – Assembleia Nacional Constituinte

ANJ – Associação Nacional de Jornais

APROESBA – Associação das Prostitutas do Estado da Bahia

ARENA – Aliança Renovadora Nacional

CEGRAF – Centro Gráfico do Senado Federal

CNC – Confederação Nacional do Comércio

COMSEFE – Associação dos Profissionais de Comunicação do Senado Federal

CONLEG – Consultoria Geral Legislativa do Senado Federal

COTRI – Secretaria Coordenação Técnica e Relações Institucionais

DASP – Departamento de Administração do Serviço Público

DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda

DNER – Departamento Nacional de Estradas de Rodagem

DPDC – Departamento de Propaganda e Difusão Cultural

FGV – Fundação Getúlio Vargas

ILB – Instituto Legislativo Brasileiro

INTERLEGIS – Programa de Modernização do Legislativo Brasileiro

MDB – Movimento Democrático Brasileiro

MPO – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra

OSL – Observatório da Saúde no Legislativo

PRODASEN – Serviço de Processamento de Dados do Senado Federal

PDS – Partido Democrático Social

PSD – Partido Social Democrático

PT – Partido dos Trabalhadores

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

SAF – Secretaria de Administração Federal

SBAT – Sociedade Brasileira de Autores Teatrais

SECOM – Secretaria de Comunicação Social da Câmara dos Deputados

SECS – Secretaria Especial de Comunicação Social do Senado Federal

SEEP – Secretaria Especial de Editoração e Publicações

SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

SEPOP – Subsecretaria de Pesquisa e Opinião Pública do Senado Federal

SERP – Subsecretaria de Relações Públicas

SESC – Serviço Social do Comércio

SNI – Serviço Nacional de Informações

STF – Supremo Tribunal Federal

SUPRES – Subsecretaria de Projetos Especiais

TICs – Tecnologias de Informação e Comunicação

UDN – União Democrática Nacional

UnB – Universidade de Brasília

UNILEGIS – Universidade do Legislativo Brasileiro

Sumário

| | |
|--|-----------|
| Introdução | 12 |
| 1 – Considerações iniciais e referenciais teóricos | 20 |
| 1.1 – Jornalismo como invenção permanente e coletiva | 21 |
| 1.1.1 – Transformações paradigmáticas espaço-temporais | 23 |
| 1.2 – Campo, o bucólico espaço das mais ferrenhas lutas | 28 |
| 1.2.1 – O <i>habitus</i> “faz” os sacerdotes da informação | 32 |
| 1.3 – A fronteira fluida, etérea, elástica e embaçada | 36 |
| 1.4 – “Mas, me deixa falar? Já que você não me dá voz...” O surgimento da mídia das fontes | 41 |
| 1.5 – O que faz os <i>noticiadores</i> serem como eles são: a adoção das teorias da notícia | 46 |
| 1.6 – Afinal, o que é ser jornalista? | 49 |
| 1.6.1 – Três saberes e uma sabedoria | 52 |
| 1.7 – Superhomem, detetive, escoteiro... Uma cultura profissional repleta de mitos | 54 |
| 1.7.1 – Herói de quadrinhos, escoteiro ou construtor do real? | 58 |
| 1.8 – Um olhar para a nossa aldeia | 61 |
| 2 – Metodologia e método não metem medo | 64 |
| 2.1 – Relato dos fatores pré-condicionantes da experiência de pesquisa | 64 |
| 2.2 – Se oriente, rapaz | 65 |
| 2.3 – Olha quem está falando! | 66 |
| 2.4 – Retomando as processualidades | 69 |
| 2.5 – Sincretismo de metodologias | 70 |

| | |
|---|-----|
| 2.5.1 – Burocrata “adora” papel..... | 71 |
| 2.5.2 – O alistamento da lista que não é de “Schindler” | 74 |
| 2.5.3 – Olha aqui, “em off”, posso te contar tudo... | 78 |
| 2.5.4 – Finge que eu não estou aqui – a observação participante..... | 81 |
| 3 – Um campo ‘magnético’ – O estado da arte dos estudos na área | 84 |
| 3.1 – O senso ‘na lata’ das pesquisas de <i>lato-sensu</i> | 96 |
| 4 – Condicionantes do aparecimento do jornalista legislativo | 99 |
| 4.1 – Condições sócio-culturais do surgimento da Imprensa no Brasil | 99 |
| 4.2 – O primeiro jornal..... | 102 |
| 4.3 – Os jornalistas no Império que contra-atacava..... | 108 |
| 4.4 – Para ser jornalista era bom ter título | 111 |
| 4.5 – Homens de letras nas redações | 115 |
| 4.6 – A reportagem, a descoberta do Brasil e a transformação do cenário..... | 119 |
| 4.7 – A aparição dos jornalistas profissionais..... | 124 |
| 4.8 – Organização e profissionalização dos jornalistas brasileiros..... | 128 |
| 4.8.1 – A regulamentação pioneira | 129 |
| 4.8.2 – O crescimento do jornalismo Estatal, a evolução do mercado e a exigência de formação acadêmica | 132 |
| 4.8.3 – A reserva de mercado, a ditadura e a ampliação do território profissional..... | 137 |
| 4.8.4 – A expansão do território no período democrático: num novo tempo, o jornalismo das fontes | 142 |
| 5 – E o superhomem pendura o paletó na repartição: surge o jornalista legislativo | 145 |
| 5.1 – A “chapa quente” dos censores e o jornalismo “chapa-branca” | 146 |

| | |
|---|-----|
| 5.2 - “Chefe, aqui no jornal o salário está de doer, não dá para arranjar uma ‘boquinha’ lá no seu gabinete?” | 148 |
| 5.2.1 - Um relacionamento ao estilo “morde e assopra” | 150 |
| 5.3 - Vários coelhos em uma só legislada: a Carta de 1988 mudou a trajetória de profissionalização do funcionalismo | 171 |
| 5.4 - Dois corpos não ocupam o mesmo lugar no espaço - um pouco da história dos veículos legislativos | 178 |
| 5.5 - Nada de “trem”, entrando pela porta da frente | 190 |
| 5.6 - Desencontros e contrassensos do Censo Legislativo..... | 199 |
| 6 - A ponta de um iceberg - amostragem de perfil dos jornalistas legislativos | 210 |
| 6.1 - A percepção dos papéis da mídia, da imprensa e dos veículos legislativos | 216 |
| 6.2 - Valores deontológicos e rotinas profissionais | 219 |
| 6.3 - Jornalista e poder, jornalismo no Legislativo | 228 |
| 7 - Conclusão | 239 |
| 8 - Referências bibliográficas..... | 243 |
| ANEXO I | 256 |
| ANEXO II..... | 269 |
| ANEXO III | 270 |
| ANEXO IV..... | 271 |
| ANEXO V | 274 |
| ANEXO VI..... | 277 |

Introdução

O ano de 2009 foi extremamente significativo para o jornalismo brasileiro. Em especial em decorrência das mudanças determinadas no estatuto profissional dos jornalistas por conta do julgamento, pela mais alta corte do país, da inconstitucionalidade das leis que até então regulamentavam o exercício da atividade de imprensa no Brasil. Também o Ministério da Educação constituiu uma comissão de alto gabarito que revisou, entre outras coisas, a formação de nível superior dos bacharéis em Comunicação com habilitação em jornalismo.

Neste cenário de profundas mudanças, confirma-se oportuno estudar o subcampo do jornalismo dentro do campo da Comunicação. O tema a ser tratado no presente trabalho é a emergência de um novo subgrupo dentro do grupo dos jornalistas profissionais brasileiros, configurado a partir de uma mudança no perfil da atividade no país. Isto se dá em decorrência da identificação de um tipo de jornalista que não atua na imprensa tradicional, da livre iniciativa, mas no espaço midiático constituído há pouco mais de uma década, que foi definido por Francisco Sant’Anna (2008) como Mídia das Fontes. O “jornalista das fontes” é um profissional que trabalha em uma mídia não comercial, “aquela que é mantida e administrada por um grupo de interesses específico que deseja possuir um canal de comunicação direto com a sociedade”. (SANT’ANNA, 2008: 130).

Para efeito de constatação desta mudança em curso no cenário profissional, o estudo é concentrado em uma parcela do subgrupo profissional auto-denominada “jornalistas legislativos”. Esta pesquisa focaliza o “jornalista das fontes” atuante no Poder Legislativo brasileiro em seus três níveis: federal, estadual e municipal.

Em caráter inicial, é possível dizer que os *jornalistas legislativos* são atores sociais que possuem relações de duplo pertencimento ou dupla identidade. Transitam em espaços de

convivência e interação entre a imprensa, o meio político e o da administração pública. São, em essência, jornalistas-servidores públicos e que por meio de suas atuações também podem vir a tornarem-se jornalistas-professores, jornalistas-militantes etc. (BOURDIEU, 1984).

A atribuição de um estatuto social¹ a eles, nesse caso, oscila entre jornalistas, servidores públicos, ou mesmo militantes da cidadania, de acordo com o contexto de intervenção desses indivíduos. Ao longo do trabalho veremos que suas reputações se fundamentam na ideia de que a competência profissional adquirida pelos processos de seleção e dentro do jornalismo convencional permite situá-los em novo patamar, na medida em que tentam aprofundar as atribuições associadas à prática jornalística.

Constantes mudanças

Uma das únicas constantes no jornalismo em suas diversas dimensões, seja tomado como campo de atuação profissional formador da esfera pública da sociedade moderna, ou mesmo como campo do conhecimento científico, é a mudança. Na verdade, uma série de mutações de estado nos mais diversos aspectos constitutivos do jornalismo é que compõe este quadro de permanente transformação. A velocidade e intensidade destas alterações são ditadas por questões, entre outras, como a organização social ou do Estado, a regulação da atividade, o padrão de administração das empresas jornalísticas e, em especial, os desenvolvimentos tecnológicos.

Estas mutações no estado do jornalismo compreendem modificações nos gêneros redacionais, na linguagem, nos formatos e suportes de transmissão e, também, nos agentes

¹ Estatutos são tipificações de caráter mais duradouro, adquiridos e exercidos pelos indivíduos no decorrer de suas trajetórias de vida. Cada estatuto remete a um grupo de atributos correspondentes (formação, capacidade, idade), alguns explícitos (como um diploma), outros não tácitos (cor da pele, estilo de vida etc.) (Strauss, 1992).

diretamente envolvidos em sua produção: os jornalistas, os empresários e empresas de jornalismo.

Para muitos teóricos, a capacidade, ou principalmente a incapacidade, de dar respostas e adaptar-se a estas transformações é causa da crise perene vivenciada pelo jornalismo brasileiro (e mesmo mundial). Já no prefácio de uma de suas mais recentes obras, o professor José Marques de Melo observa que os “sinais de decadência e estagnação são visíveis em páginas de jornais diários, enquanto os signos da renovação e da mudança transparecem nitidamente nas telas dos computadores.” (MELO, 2009: 5)

Em seu livro “A tirania da Comunicação”, Ignacio Ramonet avalia que o pouco confiável atual sistema de informação no mundo está sujeito a uma revolução radical e de alcance comparável ao da invenção da imprensa, em 1440, por Johannes Gutenberg. Valendo-se de um tom apocalíptico, tratando de concentração de propriedade dos *media* e, também, de convergência entre linguagens e suportes de difusão, o pesquisador francês afirma que mesmo a imprensa “não pode mais estar a salvo deste furacão de ambições desencadeado pela nova utopia tecnológica”, que é representada pela internet. (RAMONET, 2001:8)

Ramonet não está só ao valorizar a importância da tecnologia ao analisar as transformações. Ao procurar demonstrar a mutação havida nas notícias com o advento da internet, por exemplo, Thaís Jorge (2008, 1) recorre, entre outros, a Pierre Lévy. E, ao analisar o pensamento deste autor, destaca que no espaço cibernético, ao mudar a forma de comunicação entre as pessoas, ocorre uma modificação das relações sociais. Ao explicar a pesquisa que empreendeu, Jorge sinaliza implicações das transformações também para o profissional de jornalismo.

*“Nossa atenção se volta à notícia como um dos elementos da transformação cultural que está ocorrendo na sociedade e que tem na mídia um de seus principais impulsionadores. A nova roupagem da notícia na tela eletrônica é dada pelos sistemas de hipermídia. Em nossa reflexão teórica, procuramos contribuir para colocar em discussão o tema da notícia como um objeto mutante e mutável. O hipertexto, os motores de busca, os blogs, o e-mail, o Messenger estão causando **revolução no conceito de autoria, na ética e nos valores culturais da profissão de jornalista**, sob a mira do público-leitor-consumidor de internet.”*
(JORGE, 2008:2, grifo meu)

Quando analisou o radiojornalismo em mutação Nélia Del Bianco (2004: 2-3) alertou que a tecnologia é fator de mudança, mas não pode ser tomada como seu determinante absoluto. Afirma que “sendo portadora de cultura e valores, a tecnologia não determina uma práxis social, até porque não é entidade que age sobre o homem de forma autônoma”. Posteriormente a autora recorre a Castells, seguido de Bounoux, para demonstrar que há uma relação dialética entre tecnologia e civilização, que a mutação é um processo histórico-social e que “uma inovação tecnológica programa, sem dúvida, certos usos, mas estes por sua vez desviam, modificam ou adaptam a ferramenta aos mundos próprios dos utilizadores”.

Del Bianco apresenta a perspectiva de analisar a revolução tecnológica contemporânea no contexto histórico-social de evolução do capitalismo. A considera importante força motriz na construção de valores culturais e na dinâmica das relações sociais que formatam o novo paradigma tecnológico e comunicacional. Fonseca e Kuhn coadunam-se com este pensar e o complementam afirmando que as empresas de comunicação, condicionadas pelas novas tecnologias e pela própria reorganização do capitalismo, reestruturam-se e modificam sua forma de operar, “o que afeta não só sua atuação como ente econômico, mas também a forma de produção de seus bens simbólicos”. Uma das implicações diretas desta reorganização é a necessidade de um corpo de profissionais adaptados a esta nova lógica de produção. (FONSECA & KUHN, 2008: 1)

A mão do legislador

Mas não somente a tecnologia e a própria evolução do capitalismo têm modificado o jornalismo no caso específico do Brasil. O reordenamento do Estado decorrente da constituição promulgada em 1988, criou ao menos duas condições essenciais, determinantes deste estudo. Inicialmente, no segundo inciso do Artigo nº 37 do Título III, da Organização do Estado, no capítulo que trata da Administração Pública, a Constituição traz a obrigatoriedade de realização de concursos públicos para a formação dos quadros funcionais do Estado. Isso estabeleceu uma condição diferenciada para a contratação dos profissionais integrantes das mídias pré-existentes mantidas pelo poder público, e que até então ocupavam cargos de confiança ou foram admitidos por meio de processos de seleção simplificados.

Outra alteração permitiu interferências no sistema de produção e difusão de notícias do País. São mudanças perceptíveis para poucos e que, até mesmo, ainda não podem ser consideradas plenamente reconhecidas. Entre elas está a possibilidade de criação das mídias das fontes do poder público estabelecida implicitamente no Título VIII, Da ordem Social. A possibilidade está no Capítulo V, que trata da comunicação social, em seu artigo 223. Segundo o artigo, o sistema de radiodifusão de sons e imagens no País deve ser complementar entre as modalidades privada, pública e estatal. A Carta Magna praticamente selou esta abertura de novas mídias estatais.

No caso do Poder Legislativo, a institucionalização de uma política de comunicação voltada para a aproximação com a sociedade e o cidadão é um processo que somente foi possível em decorrência da legislação da TV a Cabo (Lei 8977/95). A constituição efetiva destas mídias legislativas começou a se dar partir do próprio ano de 1995, com a *TV Assembleia* de Minas Gerais, e seguiu-se em 1996, com a inauguração e início das

transmissões da *TV Senado*. Desse modo, pode se inferir que a mão do legislador moldou o barro onde começa a se formar o *jornalista legislativo*.

Objetivos, problema e hipóteses de trabalho

Entre os objetivos da pesquisa está demarcar quais fatores possibilitaram a constituição de um novo perfil de exercício profissional dentro dos quadros de jornalistas a serviço do Poder Legislativo. O problema de pesquisa pode se configurar a partir das seguintes perguntas: a constituição das mídias do Legislativo conformou um novo tipo de jornalista? Quais as extensões de atuação deste novo tipo de profissional? Quem é e como trabalha? Como estes profissionais percebem as fontes institucionais de informação e se relacionam com elas?

Para o desenvolvimento da pesquisa foram trabalhadas simultaneamente duas hipóteses de trabalho. A primeira delas é que a seleção por concurso público a partir de 1989 criou jornalistas que ao virem trabalhar nas mídias legislativas constroem uma nova modalidade de fazer jornalístico. A segunda é que o processo de construção identitária do *jornalista legislativo* sofre grande influência do ambiente regulatório do espaço em que esses profissionais atuam.

O que torna relevante uma pesquisa como esta é que o tema ainda é escassamente estudado e os atores sociais em questão são profissionais praticantes de uma nova modalidade de informação jornalística que preconiza o contato quase direto da fonte com o consumidor de notícias. Chamo de nova esta prática, porque não se trata de um mero resgate do “jornalismo de transmissão” na forma que foi definido pelos pesquisadores canadenses Jean Charron e Jean de Bonville. Para eles, a fase inicial do jornalismo se caracteriza pelo período em que o Estado utilizava meios próprios de comunicação para transmitir informações. Seguiram-se outras fases no processo de transformação e chegamos hoje ao que

denominaram “jornalismo de comunicação”. Nesta tipologia, as práticas comunicacionais de relações públicas, do marketing e da publicidade, por exemplo, se hibridizam com o dito jornalismo de informação objetiva e imparcial. (CHARRON & BONVILLE, 2004: 141-217). É nesta conjuntura que o jornalista legislativo parece surgir como agente conformador de uma nova modalidade dentro do “jornalismo de comunicação” no Brasil.

Do ponto de vista da identidade profissional, a sociologia funcionalista define o jornalista como o detentor de uma competência técnica que lhe permite colaborar diretamente com a produção do noticiário, como repórter, colunista, editor, fotógrafo, diagramador. Associado a essa definição emerge o discurso normativo do profissionalismo, além de instâncias legítimas de ingresso e ascensão na carreira jornalística, de um conjunto de valores e regras deontológicas e de um estilo de vida (TRAVANCAS, 1993). Desse conjunto de definições é possível criar uma escala de valores para definir e avaliar o profissional e o amador, o bom e o mau jornalista, o bem sucedido e o fracassado.

Ao tomar como base esse discurso do profissionalismo, Fábio Henrique Pereira (2008: 17), em sua tese *Jornalistas-intelectuais no Brasil – Identidade, práticas e transformações no mundo social*, afirma que é possível dizer que os “grandes jornalistas brasileiros” seguem obrigatoriamente dois rumos em termos de carreiras profissionais. Alguns, ligados ao que se chamaria de pólo econômico (ou dominante) do campo – na acepção de Bourdieu (1997) – assumiriam cargos de chefia ou direção nos veículos da grande mídia, legitimidade que se traduz em altos salários, prestígio junto aos pares e poder real nas decisões editoriais do veículo. Outros, para ele provavelmente mais próximos ao pólo dominado/cultural/intelectual, fariam suas incursões nos gêneros opinativos (a coluna, o comentário, a crônica). No caso dos *jornalistas legislativos*, o que parece ocorrer é o surgimento de um terceiro rumo, uma outra via, e isto reforça a necessidade de investigação.

O primeiro capítulo deste trabalho contém uma apresentação dos principais paradigmas e referenciais teóricos utilizados para empreender a pesquisa. Na segunda parte está apresentada a estrutura metodológica de abordagem do tema acompanhada de um relato da pesquisa, com algumas justificativas. No terceiro capítulo, o que segue é um breve inventário do estado da arte nas pesquisas sobre o tema e sobre a comunicação no Poder Legislativo. O quarto capítulo apresenta os fatores condicionantes do aparecimento do jornalista legislativo. No quinto capítulo é feita a descrição do processo de constituição do subgrupo em estudo. No sexto capítulo é apresentada a pesquisa com os auto-denominados jornalistas legislativos. Na sétima parte vêm as conclusões. Na oitava e última parte seguem-se as referências às fontes bibliográficas e, posteriormente, os anexos.

1 – Considerações iniciais e referenciais teóricos

Este estudo tenciona mostrar a emergência do que, hipoteticamente, poderia ser definido por Pierre Bourdieu como uma nova tropa presente nos embates do campo (1966) jornalístico com os demais: a dos jornalistas legislativos. Ou, embora não tenha uma intenção de abordagem antropológica, em outro exercício de abstração, do perfil daquele que pode ser chamado de um novo tipo de “guerreiro” na tribo jornalística brasileira. O teórico lusitano da Comunicação Nelson Traquina defende que os jornalistas formam uma tribo transnacional (TRAQUINA, 2004: 19). Para tanto, ao promover um estudo comparativo sobre os valores dos jornalistas na cobertura noticiosa da epidemia de AIDS em cinco países, Traquina se vale principalmente da pesquisa de Barbie Zelizer sobre os jornalistas formarem uma comunidade interpretativa (ZELIZER, 1993: 401-403) e das reflexões sociológicas de Michel Maffesoli (MAFFESOLI, 1988).

O referencial teórico deste trabalho tem por base dois eixos principais que atuam de forma complementar. Ambos estão inseridos no subcampo de estudos da Sociologia do Jornalismo, que é parte integrante da intersecção da sociologia profissional ou ocupacional com o campo da Comunicação e que, por sua vez, deriva originariamente da sociologia compreensiva de Max Weber. O primeiro eixo se baseia na capacidade e característica de transformação contínua do jornalismo ao longo da história e tem matizes funcionalistas e do interacionismo simbólico. Do outro lado, estabelece-se como referencial estruturante, a sociologia bourdieusiana. Embora seja sabido que no âmbito da Sociologia as linhas do interacionismo simbólico e a fundada por Pierre Bourdieu sejam como água e óleo, o esforço deste estudo, que é do campo da comunicação, será de utilizar os conceitos de cada uma em momentos distintos da análise, sem a tentativa de fazer uma articulação, de modo a se lançar luz sobre o tema no ponto em que ali chegam os limites de um dos determinados modelos teóricos.

Os dois principais eixos teóricos se entrecruzam ao longo da pesquisa para demonstrar que a dinâmica noticiosa não é imune aos efeitos das conjunturas sócio-econômicas, tampouco as organizações midiáticas e os atores que as compõem². Somam-se a estes eixos, como que fazendo uma interligação de suporte, o referencial de mídia das fontes, recentemente delineado por Francisco Sant’Anna (2008), a delimitação dos saberes especializados necessários ao exercício do jornalismo sistematizados por Nelson Traquina (2005) e, para auxiliar na materialidade de algumas das conclusões, o conjunto de teorias da notícia conhecido como ‘newsmaking’ descrito por diversos autores, entre eles Wolf (2005), Traquina (2005) e Hohlfeldt (2005).

1.1 – Jornalismo como invenção permanente e coletiva

Indiscutivelmente, há uma relação entre as transformações do jornalismo, a identidade de seus agentes e a institucionalização social desta atividade. Para uma análise da emergência de um subgrupo profissional na atividade de produção de notícias no Brasil contemporâneo, ora aqui apresentada e que foi identificada no âmbito do Poder Legislativo, uma delimitação essencial é explicitar de qual dimensão de jornalismo se trata. Vem de Denis Ruellan, a partir de seminário por ele proferido no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da

² Uma outra possibilidade de abordagem do problema apresentado nesta pesquisa poderia ser feita a partir da proposta de Brian McNair, da Universidade de Stirling, na Escócia, de uma “Sociologia do Caos”. Baseada no modelo conceitual da Teoria do Caos existente em aplicações das ciências naturais como a Física e a Matemática McNair propôs uma teorização do caos cultural, por meio da qual seja possível compreender melhor a caótica organização da sociedade, os efeitos da mídia, além da dinâmica do fluxo de informação e comunicação. McNair defende o abandono da sociologia de matriz materialista/marxista que é fundada no paradigma de controle vertical das estruturas sociais. Entretanto, a falta de desenvolvimento de um modelo teórico dispondo conceitos operatórios derivados, somada à dimensão de alcance do quadro referencial pessoal do pesquisador – que tem formação em Ciências Sociais Aplicadas – determinou o afastamento desta possibilidade (os cientistas sociais que têm tentado trabalhar nesta perspectiva o fazem em conjunto com matemáticos e físicos). Para mais informações a respeito da proposta de McNair ver o artigo: “From control to chaos: towards a new sociology of journalism”, In: *Media, Culture & Society*, 2003, Vol. 25, PP. 547-555.

Universidade de Brasília (UnB) em agosto de 2008, o estabelecimento do ângulo de entrada para a abordagem feita: a noção de que “o jornalismo é uma invenção permanente e coletiva”. (RUELLAN, 2008).

A expressão “invenção permanente e coletiva” deriva de um trabalho da *Réseaux d'Estudes sur le Journalisme*³, um grupo transnacional de pesquisadores – franceses, canadenses, mexicanos e brasileiros – que tem o objetivo de simultaneamente e de forma cooperativa compreender a atividade de produção e difusão de notícias não apenas no conjunto de seus aspectos constitutivos, mas sob o prisma das transformações. Esta postura implica um olhar multifocal e que leva em conta tanto o passado, quanto o que é contemporâneo, os atores, as produções e seus públicos, pela articulação das perspectivas sociológicas e discursivas. Diz Ruellan ao delimitar o que pode ser entendido como jornalismo:

*“Sem essencialismo: o jornalismo é uma construção social, produto da história, moldada por uma cultura, marcado por estruturas em que algumas são externas (a organização social do trabalho, as modalidades de mudanças, o contexto político) e de outras internas (os modos de produção, os valores...). Esta construção é uma transformação constante e contínua e que se modifica, por sua vez, tanto quanto que se dá o direito de olhar para estas mudanças como invenções. Nada é novo, há muito se constitui assim: o jornalismo se faz constantemente do novo com a experimentação.”*⁴ (RUELLAN, 2008: 4, tradução do autor)

³ Rede de Estudos sobre Jornalismo (REJ), da qual faz parte a orientadora deste trabalho e cuja produção, entre 2004 e 2006 se deu com o tema ‘O jornalismo em invenção’. Dessa pesquisa coletiva, resultaram dois livros sobre as mudanças e dispersões do espaço jornalístico: RINGOOT, R. & UTARD, J-M. Le journalisme en invention. Nouvelles pratiques, nouveaux acteurs. Rennes : PUR, 2005; AUGÉY, D; DEMERS, D; TÉTU, J-F. Figures du journalisme. Brésil, Bretagne, France, La Réunion, México, Québec. Québec: PUL, 2008. Para mais informações sobre o assunto acessar o site da REJ: <http://www.surlejournalisme.com/>

⁴ Tradução livre de: “Pas d’essentialisme: le journalisme est une construction sociale, produit de l’histoire, façonné par une culture, marqué par des structures dont certaines lui sont externes (l’organisation sociale du travail, les modalités d’échange, le contexte politique) et d’autres internes (les modes de production, les valeurs...). Cette construction est une transformation, constante et continue, et qui modifie parfois tant est si bien que l’on est en droit de regarder ces mutations comme des inventions. Tout n’est pas neuf, loin s’en faut: le

1.1.1 – Transformações paradigmáticas espaço-temporais

Um dos problemas associados ao estabelecimento de conceitos na pesquisa sobre jornalismo é que as condições sociais de produção do discurso jornalístico e as características deste discurso – o objeto, as formas, regras e as intenções de comunicação – variam no tempo e no espaço. Na tentativa de estabelecer marcos conceituais que levassem em conta estas variações espaço-temporais e de estado, os pesquisadores canadenses Jean Charron e Jean de Bonville se valem de noções presentes na sociologia do jornalismo e nas ciências sociais, tais como sistema, a própria noção de discurso, código, regras, estrutura, paradigma e tipo ideal. (BRIN, CHARRON & BONVILLE, 2004:13)

Thomas Kuhn define *paradigma* como sendo um conjunto de valores guias, de crenças e de técnicas que são compartilhados, comuns aos membros de um determinado grupo. (KUHN, 1975) E por *paradigma jornalístico*, Charron e Bonville consideram que estas crenças, valores guias e técnicas constituem conjuntos de convenções, geralmente implícitas, que administram o referencial jornalístico, o tipo de informação pertinente, sua relação com as fontes e a maneira de coletar informações e de redigir os textos etc. (BRIN, CHARRON & BONVILLE, 2004: 90).

No esforço de elaborar uma reflexão teórica sobre a mudança no jornalismo que fosse traduzível dentro de conceitos operacionais, Charron e Bonville buscam fundamentação no método do tipo ideal de Max Weber (WEBER, 1964). Resumidamente e, explicado de forma simplificada, o tipo ideal consiste em uma descrição abstrata da realidade, onde se guardam alguns traços julgados característicos ou típicos definidos pelo pesquisador. O tipo ideal circunscreve num tipo puro um grande número de situações concretas infinitamente complexas e variadas, e onde nenhuma corresponde perfeitamente ao modelo teórico. Os

pesquisadores também se valem de duas abordagens opostas no plano historiográfico: a liberal-teleológica, segundo a qual a história do jornalismo se inscreve em uma marcha rumo à liberdade; e a abordagem profissional-cronocentrista, que preconiza que o verdadeiro jornalismo seria aquele que conhecemos hoje e que teria surgido ao final do século XIX com o movimento de profissionalização dos jornalistas.

Ao se concentrarem nos elementos discursivos da prática jornalística na América do Norte, os autores estabelecem uma relação funcional entre a organização da sociedade e quatro tipos/fases de jornalismo historicamente adaptados às circunstâncias sociais. A tipologia ficou assim definida:

- 1. Jornalismo de transmissão** – Aparece no século XVII. Sua função era retransmitir informações das fontes diretamente ao seu público;
- 2. Jornalismo de opinião** – Emerge no início do século XIX. Fica a serviço das lutas políticas;
- 3. Jornalismo de informação** – Surge no final do século XIX. Segue o modelo de coleta objetiva de notícias de interesse geral sobre a atualidade;
- 4. Jornalismo de comunicação** – Aparece nas décadas de 1970/80 do século XX. Caracteriza-se pela especialização, diversificação e pela subordinação da oferta às preferências do público alvo, em especial discursos hibridizados com outras práticas discursivas⁵.

⁵ Para estabelecerem os quatro paradigmas os autores recorreram às seis funções do discurso descritas por Roman Jakobson, a saber: referencial, expressiva, conativa, metalinguística, fática e poética. Sobre elas consultar JAKOBSON, 1972. Cada paradigma é caracterizado pela importância relativa dos elementos e das funções do discurso. No caso do último paradigma, os autores explicam que uso da expressão jornalismo de “comunicação” refere-se ao modelo de Jakobson porque ele tende a ativar todas as funções do discurso no objetivo de estabelecer com o público uma comunicação.

Além de marcarem transições paradigmáticas facilmente identificáveis, as fases do jornalismo definidas por Charron & Bonville têm a propriedade de serem facilmente adaptadas para outras realidades que não apenas a norte-americana. Foi o que fez Francisco Sant’anna em sua pesquisa sobre a mídia das fontes e que será detalhada posteriormente⁶.

Um paradigma tem um caráter sistematizador e organizado. Forma um sistema de regras coerentes, com alto grau de compatibilidade e, ao mesmo tempo, permite que elas sejam consensualmente utilizadas por todos os participantes. Manuais de redação e códigos deontológicos podem ser tomados como exemplos explícitos de adoção destas regras. No entanto, a parcela essencial delas é interiorizada no cotidiano da prática profissional, a partir dos processos de socialização⁷ nas redações e das interações com os outros praticantes. Por isso, o conceito de paradigma comporta não apenas um conteúdo específico, comum a uma coletividade e que engendra um conjunto de crenças, valores e regras, mas também um conteúdo particular aos jornalistas que se manifesta nas instâncias discursivas e cognitivas.

Charron & Bonville identificam e separam dois tipos de transformações possíveis no jornalismo. A primeira faz com que o paradigma jornalístico evolua de forma gradual e a segunda implica em crise e ruptura. A evolução lenta do paradigma se dá a partir da ação de um grande conjunto de micro-inovações discursivas que se dão de forma constante. Como que formando um ciclo crescente elas impactam sobre o paradigma permitindo que ele conserve coerência e continue compreensível para os praticantes. Na opinião deles, este tipo

⁶ Ver item 1.4 – Mídia das fontes

⁷ Tomada aqui segundo o conceito de Kunczik, para quem “é a palavra que se emprega para definir o processo pelo qual se transmite o conhecimento social necessário para se poder adotar determinada posição e os papéis com ela relacionados no interior de um sistema social. Aplicada ao jornalismo, significa o aprendizado das habilidades, dos motivos, modelos de orientação e emoções requeridos para o funcionamento jornalístico cotidiano, noutras palavras, a adoção de valores, normas, costumes e atitudes que prevalecem nos meios de comunicação e que são necessários para a pessoa se tornar um membro (jornalista) maduro da organização”. (KUNCZIK, 1997: 154)

de alteração é de difícil detecção, o que enseja dificuldade ao pesquisador que se detém a analisar o jornalismo:

“O processo poderia ser resumido assim: o uso repetido de uma fórmula implica na imitação, a imitação implica em multiplicação das práticas, a multiplicação das práticas implica em adensamento das práticas, o adensamento das práticas implica em banalização das práticas. A banalização, por outro lado, provoca a busca por diferenciação, à qual implica em outras formas de cobrir o mesmo domínio. E o ciclo recomeça.”⁸ (CHARRON & BONVILLE, 2004: 67-68, tradução do autor)

Além desse processo natural e contínuo de transformação, o paradigma também está sujeito a mutações mais profundas nos elementos considerados importantes ou essenciais de cada modelo. Elas seriam verdadeiras revoluções e viriam acompanhadas de um processo de crise, em que se identifica elevado nível de incongruência entre diferentes categorias de objetivos e de regras pertinentes a um modelo paradigmático. Verifica-se, simultaneamente, uma forte tensão cognitiva de um grupo considerável de jornalistas em torno dos elementos que estão em via de se transformarem. Deste modo, os processos de mutação envolvem alterações de tamanha amplitude que as regras do discurso jornalístico e o discurso em si não são reconhecíveis quando comparados ao paradigma que deixa de vigorar.

O jornalismo, para Charron & Bonville, é uma prática “contingente” e as transformações do paradigma seriam também consequências de mudanças nas estruturas sociais com as quais a imprensa se relaciona. Observadas assim, as alterações do paradigma jornalístico teriam a mesma amplitude daquelas que afetam as estruturas às quais ele está ligado. Para eles, esta inscrição histórica não deve ser tomada de forma determinista. O que

⁸ Tradução livre do autor de: “Le processus pourrait être résumé ainsi: l’usage répété d’une formule implique imitation, l’imitation implique multiplication des pratiques, la multiplication des pratiques implique densification des pratiques, la densification des pratiques implique banalisation des pratiques. La banalisation, en revanche, entraîne la recherche de distinction, laquelle implique d’autres manières de couvrir le même domaine. Et le cycle recommence”

haveria é uma congruência entre o jornalismo e as estruturas sociais em que variáveis intermediárias contaminariam práticas vizinhas situadas em um mesmo contexto espaço-temporal. Haveria uma série de parâmetros constitutivos do paradigma estabelecendo este contágio que vão desde o texto jornalístico à estrutura econômica.

No processo estrutural de transformação do paradigma as ações dos profissionais, das práticas culturais e valores, das organizações midiáticas e das fontes de informação seriam elementos de interação entre si. Assim, as hipóteses que relacionam estrutura social e prática específica no jornalismo são tornadas mais complexas por essas diferentes instâncias intermediárias.

Charron e Bonville não ignoram a existência de práticas desviantes do paradigma, uma vez que o conceito do tipo ideal dedica-se a estabelecer uma abstração que nunca corresponde exatamente à descrição empírica de um fenômeno social. Pelo contrário, os autores enfatizam que sua hipótese explicativa é válida justamente porque resiste, *apesar* das variações encontradas nos diferentes contextos.

A noção de paradigmas se centra nas características hegemônicas que o definem. O conceito é bastante eficiente para desconstruir o que os autores denominam “quintessência do jornalismo”. É diferente da análise bourdieusiana, que será detalhada a seguir, em que os fundamentos conceituais buscam situar e explicar toda a diversidade de práticas e carreiras que marcam um campo social. Mas, é necessário considerar que existem limites associados à ancoragem teórica adotada, identificada com os estudos funcionalistas. As práticas desviantes já mencionadas, por exemplo, não podem ser analisadas amplamente a partir deste conceito. A emergência de um pequeno subgrupo dentro do grupo profissional, como é o caso em tela, não é plenamente explicável e compreensível.

1.2 – Campo, o bucólico espaço das mais ferrenhas lutas

Entre os recursos da Sociologia moderna, de modo já consagrado são utilizadas as noções de campo, capital simbólico e *habitus*, na forma em que foram definidas por Pierre Bourdieu a partir da década de 1960. No que diz respeito ao campo do jornalismo, o sociólogo francês não chega a esquadrihá-lo, mas analisa-o brevemente em dois momentos: em *Actes de La Recherche en sciences sociales* (1994, números 101 e 102) e depois no livreto-manifesto *Sobre a Televisão* (1997). Por conta da utilidade e do poder explicativo dessa abordagem, um número expressivo de autores se empenhou em descrever e analisar aspectos ligados aos mecanismos de funcionamento do campo jornalístico, dentre os quais destacam-se: Champagne (1993); Chupin & Nollet (2006); Marchetti (2002) e Rieffel, no caso francês (1984); e Berger (1998); Barros Filho & Martino (2003); Marques (2005); e Oliveira Filha (2007), entre diversos outros, no Brasil.

Na leitura do sociólogo francês, o campo jornalístico se constitui enquanto tal no século XIX, em torno da oposição entre jornais que ofereciam notícias sensacionalistas àqueles que apresentavam análises e comentários, marcando distância em relação aos primeiros. Eram agentes disputando o capital simbólico desse campo. Como explica, trata-se do lugar de duas lógicas e dois princípios de legitimação opostos: o reconhecimento pelos pares e aquele concedido pelo público, a maioria. Esse confronto pode ser transposto para outros lugares e dimensões, observando suas respectivas particularidades. Bourdieu fala, por exemplo, do processo inicial de autonomização do campo jornalístico na França no final da década de 1980, da mesma forma que ocorreu em todo o mundo com o campo econômico, já estruturado por múltiplas organizações, instâncias e instituições.

Assim como todos os campos, o do jornalismo só pode ser definido na relação com outros. A noção de campo, emprestada de Bourdieu, atende a necessidade de relacionar o lugar da produção social com o lugar da produção simbólica: o campo político e o campo do

jornalismo, o campo econômico e o campo do jornalismo, o campo tecnológico e o campo do jornalismo.

Campos, na teoria de Bourdieu, são espaços sociais definidos por relações de desigualdade e por dinâmicas permanentes de disputa entre agentes. Estes se afrontam em estratégias de acumulação ou monopólio de um tipo específico de capital, destinadas a conservar ou transformar a estrutura do campo. Ao definirem leis próprias de funcionamento, os campos se apresentam como espaços relativamente autônomos, embora sua lógica também seja conformada pela posição que ocupam numa estrutura maior de relações de dominação que estabelecem com os outros campos.

A imbricação entre os campos causa interferências que se materializam, muitas vezes, em mudanças de rotinas, surgimento de novas técnicas e práticas profissionais. Um exemplo de interferência de um campo no outro pode ser dado a partir do relato de Palmer, citando Balle, que descreve a mudança que o telégrafo provocou no modo de produção de notícias nos Estados Unidos no século XIX, modelo que notadamente veio a influenciar o jornalismo brasileiro:

*[...] durante a guerra civil americana, 'são os defeitos diversos do telégrafo, e ao mesmo tempo o custo de sua utilização, que provocarão as primeiras regras ao jornalismo americano. São eles que impõem aos correspondentes de guerra a grande concisão de expressão. Simultaneamente, eles lhes obrigam a apresentar um resumo sucinto de cada notícia, antes de apresentar os detalhes, a fim de evitar, na medida do possível, os riscos de interrupção das ligações telegráficas' [...]*⁹. (BALLE apud PALMER, 1994:175)

⁹ Tradução livre do autor de: "... pendant la guerre civile américaine, ce sont les défauts divers du télégraphe, en même temps que le coût de son utilisation, qui apporteront ses premières règles au journalisme américain. Ce sont elles qui imposent aux correspondants de guerre la grande concision de leur expression. Simultanément, elles les obligent à présenter un résumé succinct de

Tome-se como outro exemplo, a seguinte análise de Adghirni (*In*: MOTTA, 2002:153), quando ressalta a influência da internet sobre a sociedade na virada de milênio ao lembrar que a nova mídia levou “quatro anos para chegar onde a televisão levou treze e o rádio 35”, o que obrigou as empresas de comunicação a se relacionar com a nova mídia, sob o risco da não sobrevivência “no planeta das comunicações”. A autora identifica a configuração de um novo tipo de agente decorrente da relação entre os campos econômico, tecnológico e jornalístico:

“Um novo tipo de jornalista está nascendo desses processos, os quais são rapidamente absorvidos pela maioria das empresas em nome da sobrevivência do produto jornal. Ao que tudo indica, a tendência do jornalismo é a transformação total de seu modo de produção.” (idem: 153).

O fato de o jornalismo atual reiterar valores ligados ao profissionalismo, à concorrência e à luta pela audiência evidenciam, na concepção bourdieusiana, um progressivo distanciamento dos mecanismos de dominação dos campos político e intelectual em direção à submissão dessa atividade aos constrangimentos econômicos. As relações de dominação se refletem nas hierarquias verificadas no interior do campo jornalístico, ou melhor, nos seus “subcampos” (MARCHETI, 2002). O jornalismo apresenta uma diversidade de mídias (TV, jornal, rádio e internet), formas de produção (generalista ou especializado) e especialidades (jornalismo político, econômico, científico, cultural, literário) etc. A estrutura das relações de dominação estabelecidas no âmbito maior do campo dita a dinâmica de funcionamento desses segmentos. Um noticiário sobre o parlamento, por exemplo, tende a se aproximar dos critérios do campo político, enquanto uma revista de consumo se aproxima

dos critérios impostos pelo pólo econômico e, por sua vez, uma revista de cultura oscila em direção ao pólo intelectual.

No modelo de campos são utilizados os conceitos de agentes, que são os indivíduos que atuam nestes espaços – e entre si – e de capital, considerado conceito-chave, e que representa a força que move, ou motiva, os agentes. Para Bourdieu, o capital simbólico é superior aos demais capitais porque “dá sentido ao mundo, transita por todos os campos e tem o poder de fazer crer” (*apud* BERGER, 1998: 21). Na concepção de Berger, o capital simbólico do jornalismo é justamente a credibilidade, que, segundo ela, é o que está em disputa entre os jornais e os demais campos sociais:

“É ela (a credibilidade) quem está constantemente em disputa entre os jornais e entre estes e os demais campos sociais. E está sendo constantemente testada, através de pesquisas, junto aos leitores. A credibilidade é construída no interior do jornal assim como um rótulo ou uma marca que deve se afirmar, sem, no entanto, nomear-se como tal. Credibilidade tem a ver com persuasão, pois, no diálogo com o leitor, valem os ‘efeitos de verdade’, que são cuidadosamente construídos para servirem de comprovação, através de argumentos de autoridade, testemunhas e provas”. (BERGER, 1998: 21)

As dinâmicas que estruturam o campo são reproduzidas, em um nível micro-sociológico, pelos agentes. Por meio da posição que ele ocupa dentro do campo e do subcampo ao qual ele pertence pode-se, por exemplo, compreender as possibilidades e as impossibilidades de um jornalista¹⁰. Nesse aspecto, é possível visualizar algum espaço de mudança social a partir dos agentes, embora a teoria dos campos tenda a enfatizar o peso das estruturas sociais como fator determinante para essas transformações.

Observado assim, o campo se propõe a estabelecer uma proposta de investigação que pode ser aplicada a instâncias distintas de uma atividade, das transformações macro-

¹⁰ O que será detalhado no item 1.2.1, que trata de habitus no campo jornalístico.

sociológicas às práticas individuais. As suas premissas reforçam uma correlação entre as estruturas mentais e sociais, reproduzida nos diferentes níveis do campo, a partir de relações de dominação. A perspectiva de Bourdieu resolve ainda a aparente contradição entre a representação social do espaço jornalístico, que tende a ser considerado como micro-cosmo autônomo e o modo como as diferentes interações entre agentes se materializam em uma diversidade de práticas e carreiras profissionais.

1.2.1 – O *habitus* “faz” os sacerdotes da informação

Outros dois conceitos operados por Bourdieu são os de *habitus* e *ethos*, que se mostram bastante adequados aos propósitos desta pesquisa e, por isto, serão melhor detalhados. O próprio Pierre Bourdieu apresenta *habitus* como um estado de espírito de apreensão do mundo social:

*“[...] os agentes certamente têm uma apreensão ativa do mundo. Certamente constroem sua visão do mundo. Mas essa construção é operada sob coações estruturais. E pode-se inclusive explicar em termos sociológicos aquilo que aparece como propriedade universal da experiência humana, a saber, o fato de que o mundo familiar tende a ser **taken for granted**, percebido como evidente. Se o mundo social tende a ser percebido como evidente [...] é porque as disposições dos agentes, o seu *habitus*, isto é, as estruturas mentais através das quais elas apreendem o mundo social, são em essência produto da interiorização das estruturas do mundo social.” (Bourdieu: 1990: 157/158) (grifos no original)*

As rotinas produtivas são importantes formuladoras do *habitus* de um grupo profissional e também do *ethos* de seus integrantes. Apesar de uma das críticas comuns à sociologia bourdiesiana ser a de que ela orienta-se a partir de uma matriz marxista, que privilegia a determinação da ação social quase que exclusivamente à origem de classe, o próprio Bourdieu alarga esta compreensão ao definir *habitus* como:

“[...] um sistema de disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionarem como estruturas estruturantes, isto é, como princípio estruturador e gerador das práticas e das representações que podem ser objetivamente “reguladas” e “regulares” sem ser o produto da obediência a regras, objetivamente adaptadas ao seu fim, sem supor a intenção consciente dos fins e o domínio expresso das operações necessárias para atingi-los e coletivamente orquestradas sem ser o produto da ação organizadora de um regente. (BOURDIEU apud ORTIZ, 1983:61)”

Cada jornalista interioriza as lógicas de funcionamento da sua atividade e orienta as estratégias de manutenção e subversão das suas posições pelo acúmulo de um tipo específico de capital (econômico, político, cultural, social, simbólico, entre outros.). Esse mecanismo explica a diversidade de posturas e trajetórias observadas no jornalismo, sem que isso implique na perda de identidade ou de uma subversão na estrutura do campo. Mesmo a adoção de uma posição alternativa ou marginal é geralmente prevista pelas “leis” que regem o campo e apenas reifica¹¹ sua dinâmica de funcionamento. Os jornalistas podem, é claro, rejeitar essas imposições ou negociar suas margens de manobra e/ou autonomia individual, no interior do campo.

Em sua análise sobre a cobertura da eleição de 2002 para o governo estadual no Paraná Elza Oliveira Filha faz uso da decisão adotada por um dos jornalistas entrevistados por ela para estabelecer a diferenciação entre *habitus* e *ethos*. Segundo a autora, no confronto entre interesses dos campos econômico e jornalístico, as delimitações se estabelecem.

“[...] há um limite até onde o profissional molda a sua maneira de trabalhar e se submete às determinações empresariais. Ultrapassado este limite, por ferir sua ética individual, o jornalista pede demissão e vai embora. Fora da redação havia seis meses quando concedeu a entrevista [...] o repórter disse que saiu porque estava frustrado.” (OLIVEIRA FILHA, 2007:118)

¹¹ No sentido apontado por Lukács (1961).

Entretanto, o mesmo entrevistado na pesquisa de Oliveira Filha, complementou o depoimento, logo em seguida, com uma declaração indicativa de outro aspecto do *habitus* jornalístico: “Mas ainda assim eu adoro a minha profissão, adoro o jornalismo, estou na profissão certa. Ainda acredito em ter um lugar ideal para trabalhar”¹². A afirmação denota o resgate do sentido de ‘professo’, na forma antiga apontada por Traquina (2005:20) a partir de uma definição de dicionário e que representa “aquele que tomou os votos de uma ordem religiosa”. Usuais são as expressões nas redações dos veículos de jornalismo que preconizam ora a sacralização – “o jornalismo é um sacerdócio” –, ora a demonização da atividade, como demonstrou Travancas (1993) em seu pioneiro estudo antropológico do mundo social dos jornalistas brasileiros.

“[...] profissão e felicidade estão intimamente ligadas como se a primeira fosse o caminho para a segunda, como elos de uma corrente [...]. Por outro lado, não são poucos que a definem como uma cachaça ou como um vício, uma imagem negativa captada dentro do próprio meio. A profissão é atraente e faz com que os “viciados” não consigam dela se libertar. Mas por que se libertar? Porque ela absorve, atrai mais do que o “normal” e considerado ideal e comum a outras profissões, afirmam muitos jornalistas; ela envolve e exige adesão de quem a escolhe. É como o vício, dá prazer a quem a ele se entrega.” (TRAVANCAS, 1993: 85, grifo da autora)

No livro *O habitus na comunicação*, os pesquisadores Clóvis de Barros Filho e Luiz Mauro de Sá Martino desenvolvem a aplicação do conceito ao meio jornalístico brasileiro e identificam traços comuns na categoria profissional. No debate sobre *habitus* e campos, os autores estabelecem uma ligação entre o pensamento de Aristóteles e de Pierre Bourdieu. O filósofo grego dizia que a atribuição de sentido a qualquer mensagem remete a um saber prático e cotidiano que não tem a pretensão de tornar-se ciência e depende da participação do

¹² Por uma opção metodológica, os nomes dos entrevistados na pesquisa de Oliveira Filha foram mantidos em sigilo.

receptor em função dos seus hábitos. O conceito de experiência de vida de Aristóteles não se resume ao conhecimento sensível, mas ao conhecimento repetido de certas situações:

“Todo hábito é um tipo particular de saber prático, ou seja, de conhecimento voltado para a ação, para a práxis. Assim, dada uma certa situação, essa práxis pode ser precedida de um cálculo, de uma reflexão consciente com base em efeitos presumidos e fins a alcançar. Nem sempre, no entanto, este cálculo é necessário. A observação repetida de situações, constatadas como análogas, pode produzir no agente social uma ação espontânea, não refletida.” (BARROS FILHO & MARTINO, 2003:69)

Bourdieu, em uma explicação do conceito de *habitus*, recorreu a um outro conceito que é extremamente caro aos pesquisadores e teóricos de comunicação: *mediação*. Para ele, “o *habitus* é a mediação universalizante, que faz com que as práticas sem razão explícita e sem intenção significativa de um agente singular sejam, no entanto, ‘sensatas’, ‘razoáveis’ e objetivamente orquestradas”. (BOURDIEU, apud ORTIZ, 1983:73) O conceito de mediação remete ao fato de que no campo jornalístico cada agente, tenha consciência disto ou não, é produtor e reproduzidor de sentido objetivo. Isto contribui para a cristalização de conceitos que serão vistos adiante, como os valores-notícia.

Apenas para finalizar a exposição sobre *habitus*, Barros Filho & Martino (2003) apontam três principais postulados que estruturam os saberes práticos dos jornalistas brasileiros: a primeira é ligada à noção de objetividade e trata-se da abdicção do sentimento comum ao ser humano (ideologia, crenças e preferências pessoais) para assumir a condição de comunicador; a segunda é investidura na nobreza de caráter materializada pela persecução da verdade e pela ação responsável; e terceira é a defesa do interesse público, coletivo.

1.3 – A fronteira fluida, etérea, elástica e embaçada

Os processos de construção identitária e de gestão do espaço profissional pelo grupo de jornalistas são objeto de modelo analítico desenvolvido pelo sociólogo francês Denis Ruellan (1993; 1994; 1997; 2004; 2006). O modelo é fundamentado na perspectiva do interacionismo simbólico.

Ainda não amplamente conhecidos no Brasil por se tratar de bibliografia não traduzida para o português estes estudos partem de uma crítica às teorizações funcionalistas sobre a sociologia profissional. Para Ruellan, os estudos de base funcionalista são reducionistas. O funcionalismo postula a existência de um tipo ideal de profissão fundamentado por um conjunto de valores partilhados pela comunidade de trabalho. Deste modo, a identidade do jornalista se construiria pelo desempenho de uma função dentro do corpo social. Isto se reflete nos discursos de legitimação da atividade veiculados pelo próprio grupo profissional quando os jornalistas se colocam como integrantes do “Quarto Poder” ou representantes do interesse público. Os jornalistas acreditam na ideia de que a sua atividade existe pelo bem da sociedade e que o fim da categoria causaria um desequilíbrio na ordem social. Na avaliação de Ruellan, essa perspectiva suprime o conflito social e reduz as práticas e a identidade do jornalista à defesa da coletividade e da estrutura social. (RUELLAN, 1993; 1997).

O autor pondera que ao mesmo tempo em que se prendem ao discurso de legitimação profissional, esses estudos tendem a analisar a emergência das profissões como resultado de uma trajetória linear e universal. De acordo com Harold L. Wilensky (1964 *apud* KUNCZIK, 1997), todo processo de profissionalização obedeceria pelo menos a cinco etapas:

I) A transformação de uma atividade em ocupação de tempo integral, em que se começa a definir um campo típico de trabalho;

II) Os primeiros indivíduos a possuírem a nova técnica (ou a pertencerem ao movimento que promove essa ocupação) começam a buscar sucessores e a estabelecer instituições de capacitação profissional (geralmente dentro das universidades);

III) Os professores dessa escola e outros ativistas da ocupação se organizam, primeiro em associações locais, depois nacionais, transformando as ocupações existentes e lançando novas ocupações;

IV) Somente assim conseguiriam autorização estatal para estabelecer um monopólio;

V) Ao longo desse processo, formulam e sintetizam novos regulamentos e uma “ética formal”.

Quando aplicado ao jornalismo em todo o mundo esse tipo de posicionamento tem duas implicações: a relativa abertura desse espaço e a multiplicidade de estatutos que ele engendra, remete a um processo de profissionalização incompleto e nesse caso, o jornalismo não poderia ser considerado plenamente uma “profissão” (RUELLAN, 2006); ou, seria possível se limitar um grupo restrito de práticas discursivas, sobretudo associadas à produção de noticiário, e assim, excluir grupos e competências tachados de desviantes ou amadores. Esse segundo seria o caso, por exemplo, dos jornalistas das fontes.

Ruellan problematiza que as profissões não resultam de um processo uniforme e universal de constituição dos espaços profissionais com uma definição rigorosa das formas de acesso, formação e regulação. É necessário considerar as variações espaço-temporais e os fatores sócio-culturais locais. Um estatuto profissional como o do jornalista pode se

constituir de forma imperfeita, a identidade social pode parecer imprecisa, embaçada¹³ ou desfocada, e, mesmo assim, o grupo pode existir, ser reconhecido, respeitado e até mesmo invejado. (RUELLAN, 1993).

Em contraposição às noções de Bourdieu, neste modelo a identidade jornalística não se limita a uma categoria simbólica, derivada de representações dominantes (RUELLAN, 1997) ou de uma unidade idêntica, inteiriça e “sem-costuras” (HALL, 2001). Ela é marcada por heterogeneidades estruturais – o jornalismo jamais foi composto por um grupo homogêneo – e conjunturais – relativas às constantes transformações na identidade (RUELLAN, 2006).

Quem melhor trabalhou recentemente no Brasil com a teorização de Ruellan foi Fábio Henrique Pereira (2008), ao proceder uma análise dos jornalistas-intelectuais em sua pesquisa de doutoramento. Na avaliação de Pereira ao aplicar esses pressupostos de heterogeneidade estrutural e conjuntural na análise do jornalismo, Ruellan define as profissões a partir de um processo de conquista e de adaptação de um território por um grupo.

“As concorrências estruturam os argumentos de exclusão, de marginalização, de alienação: uma parte dos membros do grupo inicial, considerando-se ‘profissionais’, pretende organizar diferentemente o espaço laboral, em seu benefício” (RUELLAN, apud PEREIRA, 2008:30).

Neste processo, a edificação do profissionalismo é decorrente dos imperativos de gestão dos seus interesses e não exclusivamente sobre bases deontológicas, como ocorre na visão funcionalista. “A percepção da ação desses grupos e de sua contribuição ao espaço social passa, portanto, pelo estudo desses processos de diferenciação e de seus efeitos. A

¹³ A palavra, em francês, utilizada por Ruellan é ‘flou’, que não possui tradução específica, mas em fotografia representa ausência de nitidez.

natureza dos grupos é assim ligada aos seus esforços de distinção” (RUELLAN, apud PEREIRA, 2008:30).

Pereira avalia que essa imprecisão atende aos interesses do grupo no caso do jornalismo. Que ela oferece capacidades de amálgama, de flexibilidade e de redução dos antagonismos de comprovada eficácia. As mudanças na profissão e a criação de novas práticas – com os adventos sucessivos do rádio, da TV e da Internet, por exemplo – ficam ligadas a uma negociação permanente que permite redefinir a competência, manter o território e garantir a reprodução social do grupo. O que se expressa em uma tradução feita por ele:

“A aura do jornalismo se encontra reforçada pela largura do espectro de suas competências possíveis, o entendimento do seu perfil facilita sua adaptação às evoluções tecnológicas e econômicas, a envergadura do seu território de geometria variável permite gerir os antagonismos nascidos das mudanças.” (RUELLAN, apud PEREIRA, 2008:31).

Para efetuar a compreensão do processo de gestão do espaço profissional, Ruellan (1993) toma emprestado da geografia o conceito de fronteira. A noção permite entender como a construção do estatuto profissional passa pelo fechamento do território jornalístico. Assim são excluídos os amadores, de forma a reservar a prática a uma categoria especial de membros. Códigos deontológicos e a mitificação da profissão ajudam a reduzir as incertezas em torno da representação do grupo e possibilitam que o jornalista conquiste e desfrute de um conjunto de garantias institucionais para o exercício da prática.

Cabe aqui uma observação sobre os conceitos de campo e fronteira. Embora sejam decorrentes de linhas distintas dentro da Sociologia Compreensiva, ambas guardam a característica de volatilidade e dinâmica. A noção de fronteira, apesar de remeter ao fechamento, à restrição das formas de acesso profissional, é também um espaço aberto, a ser permanentemente conquistado e, após a conquista, guardado, defendido e que a qualquer

momento pode ser redefinido. Aplicada ao jornalismo, ela explica a apropriação de novas atividades decorrentes das inovações tecnológicas e das relações estabelecidas com territórios sócio-discursivos vizinhos:

“O jornalista não é uma profissão fechada, de fronteiras estabelecidas, pelo contrário, ele se move dentro de um espaço de limites fluidos, de práticas mestiças, nas margens de domínios vizinhos que lhe transferem práticas e concepções, e recebem dele em troca: a arte (que se pense na literatura e na fotografia), a pesquisa (em história, em antropologia, domínios por vezes muito próximos do jornalismo por suas práticas e mesmo seus objetivos), a política (através da função editorial da imprensa), a educação (que todo o tempo a imprensa, à sua maneira, assume e reivindica), o saber especializado (a mídia sendo um local privilegiado de confronto de experts), a publicidade (a função de apresentação de novos produtos de consumo sempre fez parte do jornalismo)” (RUELLAN, In Lacan et alli, 1994: 124).

Ruellan, (1994) explica que o discurso da evolução linear da profissão, mais do que a reafirmação de uma suposta evolução da prática jornalística, remete às estratégias do grupo para fechar o mercado de trabalho aos demais atores sociais. “Nessas condições, o discurso tecnicista tende a legitimar uma maneira única de fazer, ele impõe a idéia de que existe apenas uma maneira de produzir a informação e que, logicamente, os profissionais são seus únicos depositários”.

Olhando o caso brasileiro, no entanto, o grupo também possui interesse em evocar sua filiação intelectual engajada, a dupla herança – política e literária – que marca a atividade jornalística praticamente desde o nascedouro (SODRÉ, 1999; MEDINA, 1982; BAHIA, 1968; RIBEIRO, 2003; RUELLAN, 1992; 1993; 1994; entre outros). Esse duplo pertencimento se corporifica no discurso ambivalente da profissão, que oscila entre o informador-objetivo e o intelectual (ELLIOT, 1977; RIBEIRO, 1994; RUELLAN, 1993). Esta perspectiva de abordagem do modelo de Ruellan abre a possibilidade para que sejam reconhecidos atores e práticas que anteriormente eram considerados como desviantes da

visão funcional pelo fato de partilharem e disputarem atribuições com domínios vizinhos, como era o caso da política e da literatura, entre outros.

1.4 – “Mas, me deixa falar? Já que você não me dá voz...” O surgimento da mídia das fontes

Um conceito que estabelece as condições *a priori* para o empreendimento desta pesquisa é o de *mídias das fontes*. Ele foi cunhado por Francisco Sant’Anna já em 2005 – quando saiu em publicação pela primeira vez no Brasil –, e compunha a hipótese principal de pesquisa para doutoramento em Ciências da Informação e Comunicação na Universidade de Rennes-1 defendido em 2007.

Sant’Anna identificou o fenômeno do surgimento na esfera pública (HABERMAS, 2003) brasileira de estruturas de comunicação mantidas e administradas por atores sociais que tradicionalmente eram vistos exclusivamente como fontes de informações jornalísticas. A intenção destes atores foi de constituir meios de comunicação direta com a opinião pública sem a intermediação das mídias tradicionais, de perfil majoritariamente privado e concentrado em poucos grupos empresariais. O próprio autor reconhece que a existência de mídias de propriedade e operadas por grupos de interesse não representa uma novidade – caso dos jornais de partidos políticos existentes desde o século XVIII –, mas argumenta que o que diferencia o caso brasileiro é a diversidade de atores dos mais amplos espectros sociais e as tecnologias utilizadas na constituição destas mídias com o propósito deliberado de interferir no espaço público, em especial, no campo jornalístico. (SANT’ANNA, 2009:505)

“No cenário da difusão de informações do Brasil desponta um novo ator que se diferencia das tradicionais mídias. Entre os meios tradicionais de comunicação, públicos ou privados, novos veículos informativos são ofertados ao

*público por organizações profissionais, sociais e inclusive do Poder Público”
(SANT’ANNA, 2006:2)*

Para Sant’Anna as mídias das fontes já conseguiram alterar o panorama jornalístico brasileiro. Também lastreado na noção de transformações paradigmáticas de Charron & Bonville (op. Cit., 2004), ele avalia que a modificação se dá em três níveis: no nível dos conteúdos, com hibridação de gêneros informativos e discursivos; no nível das estruturas informativas, com a hibridação de ferramentas de jornalismo e assessoria de imprensa em um mesmo espaço; e, por fim, no nível do território profissional, com novas fronteiras.

“Em termos morfológicos nosso estudo permite afirmar que o formato dos conteúdos e os estilos discursivos tendem a incorporar as singularidades da técnica jornalística e que os modelos de difusão de informação das mídias das fontes seguem os padrões habituais.[...] Para o consumidor, o cidadão, todos os conteúdos (das mídias das fontes e da imprensa tradicional) são semelhantes, tudo parece fazer parte de um mesmo tipo de jornalismo. Torna-se difícil decodificar as notícias e de distinguir o pedigree da informação emitida por um tipo de mídia ou pelo outro.” (SANT’ANNA, 2009: 512)

O autor desenvolve o conceito de *jornalismo de influência* praticado por estas mídias corporativas. Seria um jornalismo que difere do convencional principalmente por dois aspectos: apresenta uma versão dos fatos previamente condicionada em decorrência do posicionamento e missão/interesse do grupo controlador e, também, carrega a intenção de interferir no espaço público, nos conteúdos e na agenda dos veículos tradicionais. Apesar destas características da prática comunicacional sócio-discursiva serem comuns à propaganda e ao marketing, Sant’Anna defende que essencialmente trata-se de uma hibridação do jornalismo.

“Acadêmica e cientificamente, será sempre possível questionar se este tipo de dispersão do estilo discursivo jornalístico – que agride as normas construídas historicamente – pode ser identificada como uma prática jornalística. Social, profissional e culturalmente, contudo, não existem no Brasil fortes reações contrárias a conceder o rótulo de jornalismo a esta atividade informativa

praticada pelas fontes. O contrato de leitura, existente habitualmente entre a imprensa e seus leitores, parece migrar progressivamente e sem maiores rejeições, para ser firmado diretamente entre as fontes e as audiências de suas mídias.” (SANT’ANNA, 2009: 512-513).

O *jornalismo de influência* estaria classificado dentro do paradigma estabelecido por Charron & Bonville de *jornalismo de comunicação*, embora, de acordo com a instituição-fonte que mantém a mídia se sobressaiam elementos de um dos três paradigmas precedentes. Sant’Anna estabeleceu uma categorização para estas mídias, utilizando como critério referencial a estratégia informativa de cada uma para a intervenção no espaço público, a saber:

Accountability media – privilegia a transparência e incentiva o exercício da cidadania;

Advocacy media – atua em defesa de causas sociais;

Lobbying media – atua na defesa de interesses privados;

Mídia de mobilização social – atua de forma engajada, ideológica com foco na organização de movimentos sociais; e

Mídia relacionista – atua construção de imagens.

Depois de analisar a Mídia das Fontes e conceituar que existe um *jornalismo de influência* praticado por este tipo de mídias, Francisco Sant’Anna (SANT’ANNA, 2007: 650) tentou investigar a existência de um *jornalista de influência*. Concluiu que não é possível definir hoje a constituição deste novo tipo profissional. O estudo de caso que empreendeu, tomando como *corpus* os jornalistas das mídias do Senado Federal e tendo como grupo de controle os jornalistas da iniciativa privada que cobrem o Poder Legislativo Federal, mostrou que os dois conjuntos de profissionais avaliam que os jornalistas das fontes do Senado

Federal seguem as práticas culturalmente pertinentes ao jornalismo. Ambos grupos que atuam internamente nos corredores, salões e gabinetes do Congresso Nacional afirmam que os *jornalistas das fontes* do Senado praticam um jornalismo que objetiva contribuir com a *accountability*, com a transparência das ações do Poder Público.

Na conceituação de Sant’Anna, o *jornalista das fontes* é um profissional que trabalha em uma mídia não comercial, “aquela que é mantida e administrada por um grupo de interesses específico que deseja possuir um canal de comunicação direto com a sociedade”. (SANT’ANNA, 2008: 130). O autor reconhece, entretanto, que a teoria das transformações do jornalismo se entrelaça com as mutações da categoria profissional jornalística. Que ao longo dos anos funções surgiram, outras desapareceram. Para ele, na “vida real o mito do jornalista detetive, destemido, formador e informador, construído pela própria mídia, em especial pelo cinema e pela literatura; é, praticamente, inexistente”¹⁴. Atualmente, nas práticas jornalísticas prevalece o modelo do *soldado de infantaria* definido por Michel Mathien (MATHIEN, 1992: 118). O teórico da *Mídia das Fontes* complementa, lembrando que no mundo e, mais especificamente no Brasil, as relações trabalhistas também se transformaram, interferindo no jornalismo praticado. O jornalista profissional da condição de liberal, passou a de assalariado e atualmente se vê sob a imposição de um modelo de precarização das relações trabalhistas. Ele atua como autônomo informal, *free lancer*, terceirizado ou pessoa jurídica – em associação com um ou mais profissionais em decorrência das restrições de legislação. As denominações variam de país a país, mas o tipo de vínculo profissional é, praticamente, o mesmo e interfere nas práticas e estilos discursivos. (SANT’ANNA, 2007: 644)

¹⁴ Tradução do autor de: “Dans la vie réelle, le mythe du journaliste détective, sans peur, formateur et informateur, construit par les médias eux-mêmes, en particulier par le cinéma et la littérature, est inexistant.”

O profissional dos novos tempos deve ser polivalente, dominar as diversas funções, tecnologias e linguagens. Deve ser multimídia, trabalhar com texto, som, imagem, informática, mesclar técnicas redacionais, promocionais e, em alguns casos, atuar como mercador, já que precisa vender sua reportagem aos meios de comunicação. Desta forma, o jornalismo pautado pelo *marketing* e pela busca da audiência máxima é internalizado ao novo padrão de jornalista, resultando na similitude entre as narrativas da imprensa tradicional e as da institucional. Um processo de hibridação de práticas que contribui para a definição de novo *habitus* jornalístico e a construção de um novo *hábitat profissional*.

Sant’Anna reforça ainda que se a atividade jornalística implica saber reconhecer o que é notícia, como definiu John Soloski (SOLOSKI, 1993, In: TRAQUINA, 1999: 93), saber colher, tratar e narrar as informações, não há porque desclassificar os profissionais que atuam para as fontes. No *corpus* da pesquisa que empreendeu, os *jornalistas das fontes* se assemelham em muito aos colegas da imprensa tradicional, aquela da iniciativa privada.

A atividade é concebida e executada de modo similar à cultura jornalística predominante. As razões desta natureza homogênea podem estar, no entender dele, na semelhança da origem sócio-cultural – geográfica, étnica, religiosa, ideológica e no perfil etário –, na existência de uma mesma representação sindical e aplicação de um mesmo código deontológico, mas, principalmente, na qualificação acadêmica e formação profissional, idênticas a ambos os grupos.

Recorrendo à “filosofia” que apregoam os atuais *best-sellers* do gênero de auto-ajuda: há duas formas de perceber um copo que foi preenchido até a metade com algum líquido. O recipiente pode estar metade cheio, ou metade vazio. A interpretação depende da disposição de como se vê. A situação parece útil para justificar novamente esta pesquisa. Ao concentrar as análises e conclusões nas similaridades entre as práticas dos jornalistas-servidores e os

profissionais da livre iniciativa que cobrem o Senado Federal, Sant'Anna solidificou a delimitação de que os primeiros são, também, jornalistas. Naturalmente, desconsiderou as diferenciações que os conformam como um subgrupo dentro do grupo profissional, as suas singularidades.

1.5 – O que faz os *noticiadores* serem como eles são: a adoção das teorias da notícia

Para realizar a investigação detalhada de diferenciações e aspectos peculiares que conformam um subgrupo torna-se apropriado, portanto, recorrer a outros instrumentos da área da *Communication Research* denominada sociologia dos emissores. Como afirmado anteriormente, as rotinas produtivas são importantes formuladoras do *habitus* de um grupo profissional e também do *ethos* de seus integrantes. Portanto, é lógico o referenciamento dentro do *corpus* teórico do Jornalismo nos estudos sobre *gatekeepers* (Lewin, 1947; White, 1950; Halloran, 1969) e *newsmaking* (Galtung-Ruge, 1965; Schlesinger, 1978; Tuchman, 1972 e 1978; Schudson, 1978, 2002; Elliot, 1972; Golding e Elliot, 1979; Gans, 1979; Altheide, 1976; Hall *et al.*, 1973/1993, Garbarino, 1982, Sousa, 2000). A abordagem do *newsmaking* (que traduzida para o português do Brasil significa “produção de notícias”) surgiu a partir da década de 1970 e tem como principal pressuposto o paradigma da construção social da realidade (BERGER & LUCKMANN, 1985). Sob essa perspectiva, objetiva compreender por que as notícias são como são e que imagem elas fornecem do mundo. Permite, também, a compreensão do profissional da notícia e da cultura que o cerca e que ele ajuda constituir, como aponta a seguinte citação de Garbarino.

“[...]um emaranhado inextricável de retóricas de fachada e astúcias táticas, de códigos, estereótipos, símbolos, padronizações latentes, representações de papéis, rituais e convenções, relativos às funções da mídia e dos jornalistas na sociedade, à concepção do produto-notícia e às modalidades que controlam a sua confecção. Posteriormente, a ideologia se traduz numa série de paradigmas e

práticas profissionais adotadas como naturais.” (Garbarino, 1982, apud WOLF, 2005: 195)

Segundo a perspectiva do *newsmaking*, as notícias são um produto construído, resultado de um processo de negociação que se inicia na eleição de um acontecimento – entre diversos outros que ocorrem no mesmo período e concorrem com ele por espaço/atenção – até a publicação. Assim, é possível assumirmos a definição de que as notícias, ao contrário do que dizia a *Teoria do Espelho*¹⁵, não são o fruto de um trabalho desinteressado do jornalista, que conta os fatos tal como eles ocorreram, não importando as consequências que isso venha trazer. Em verdade elas são, sim, uma construção feita a partir de vários critérios subjetivos.

Considerando que o produto final – a notícia que é publicada – está submetido a vários aspectos, tanto denotativos, quanto conotativos, reforça-se o conceito de que não existem *neutralidade* e *objetividade* jornalísticas, mas sim uma série de fatores que interferem na produção da notícia. Soma-se a isto, a consideração do teórico e compilador de teorias da Comunicação, o português Jorge Pedro Sousa, segundo quem a construção do produto informativo passa pelas mediações pessoal, social, ideológica, cultural, do meio físico e tecnológico e da ação histórica. (SOUSA, 2000: 18).

A perspectiva do *newsmaking* começou a surgir a partir dos estudos, desenvolvidos por Kurt Lewin, em 1947, no período pós-guerra. Lewin havia utilizado o termo *gatekeeper* – porteiro – em um estudo sobre as dinâmicas interativas dos grupos sociais e seus reflexos na

¹⁵ *A teoria do espelho apareceu no século XIX. Ela preconizava que as notícias são como são porque a realidade assim o determina, apenas a refletem. A invenção da fotografia e o pensamento positivista foram as principais influências desta corrente de pensamento. Seus defensores pregavam que o jornalista devia relatar a realidade da maneira como ela se apresenta, sem qualquer intervenção subjetiva. Tal qual nas ciências, “a ideologia jornalística defende uma relação epistemológica com a realidade que impede quaisquer transgressões de uma fronteira indubitável entre realidade e ficção, havendo sanções graves impostas pela comunidade profissional a qualquer membro que viola essa fronteira” (Traquina, 2002: 67)*

tomada de decisões sobre a mudança de hábitos alimentares. Em meados do século XX estes estudos foram transportados para o campo da Comunicação por David Manning White (1950). A partir de um estudo de caso individual, White buscou compreender porque o editor de um jornal norte-americano (apelidado por White de “Mr. Gates” – trocadilho que traduzido passaria por “Sr. Portões”) rejeitava publicar a maioria das notícias que chegavam à redação, utilizando apenas um décimo de todo o material recebido. Entre as justificativas apresentadas por *Mr. Gates* para a rejeição de textos surgiram avaliações de notícias tipificadas como “muito aborrecida”, “demasiado pró-comunista”, “de mau gosto”, “demasiado sugestivo” e “demasiado regional”. O estudo contribuiu para mostrar que a seleção das notícias é essencialmente subjetiva: “Na sua posição de *gatekeeper*, o editor do jornal providencia (apesar de poder nunca estar consciente desse fato) para que a comunidade ouça como fato somente aqueles acontecimentos que o jornalista, como o representante da sua cultura, acredita serem verdade”. (WHITE, 1950, In: TRAQUINA, 1999: 151)

As primeiras conclusões de White foram reformuladas posteriormente e os estudos sobre as zonas de filtragem da notícia saltaram do nível do *gatekeeper* (aspecto individual) para a perspectiva do *gatekeeping* (o processo). Aos poucos, se percebeu que a seleção de notícias é feita dentro de um sistema mais complexo de escolhas que não apenas aquelas feitas por um único editor. A nova fase de estudos passou a levar em consideração as normas ocupacionais, profissionais e organizacionais, como explicado por Wolf (2005: 186): “*supera-se o caráter individualista da atividade do gatekeeper, acentuando, em particular, a ideia da seleção como processo ordenado hierarquicamente e ligado a uma rede complexa de feedback*”.

A abordagem do *newsmaking* avançou e buscou explicar todo o processo de produção da notícia. Não se tratava apenas da análise isolada de um acontecimento e sim de toda a rotina de cobertura informativa de uma organização profissional. A partir desses estudos, o

Jornalismo passou a ser analisado como uma ação de produção de sentidos para a construção social da realidade e, dentro deste novo paradigma, as pesquisas adquiriram um novo contorno. Nelas, o pesquisador assume outro papel: ele é o “antropólogo” que vai às redações compreender como se dá o processo de produção das notícias. Segundo Traquina (2002: 61), com a abordagem do *newsmaking*, “os acadêmicos, seguindo o exemplo dos antropólogos em terras distantes, foram aos locais de produção, permaneceram durante longos períodos de tempo, observaram os membros da tribo jornalística com o intuito de entrar na pele das pessoas observadas e compreender a atitude do ‘nativo’.”

Para melhor tipificar os jornalistas legislativos brasileiros, portanto, é necessário observar suas práticas, buscando evidenciar, além de *habitus* e *ethos*, os critérios de noticiabilidade (*newsworthiness*) adotados; os valores-notícia (*news-values*) considerados e o peso da organização profissional.

Segundo Wolf (2005: 202), os valores-notícia se dividem em dois grandes grupos: os valores-notícia de seleção e os valores-notícia de construção. Estes valores-notícia podem ser expressos em cinco categorias: a) categorias substantivas, relacionadas ao conteúdo; b) critérios relativos ao produto, com foco na atualidade e acessibilidade; c) critérios relativos ao meio informativo, referentes à quantidade de tempo destinado; d) critérios relativos ao público, pertinentes à imagem que se faz dos receptores; e) critérios relativos à concorrência, com observância à pauta dos demais veículos de comunicação.

1.6 – Afinal, o que é ser jornalista?

Uma verdadeira miríade de definições tenta conceituar o que é o jornalista. Somente no livro que publicou antes mesmo da defesa da tese, intitulado *Mídia das Fontes - O difusor do jornalismo corporativo*, Sant’Anna (2006), com o fito de estabelecer este conceito, recorre

a mais de 30 diferentes autores – nem todos com elaborações efetivamente teóricas – e três distintas legislações.

Nos parágrafos a seguir outras formulações acerca do ser jornalista serão apresentadas, mas antes disto, convém uma breve exploração do que compõe a capacidade performativa do profissional jornalista. Em seu livro sobre a tribo jornalística o teórico Nelson Traquina (2005) faz um apanhado dos elementos constitutivos da identidade profissional e que responde à pergunta: o que é ser jornalista?

Para Traquina, nos últimos 150 anos os jornalistas em todo o mundo não foram capazes de fechar o seu campo de trabalho e assegurar o estatuto de profissão à atividade, mas lograram êxito em outra coisa:

“foram capazes de forjar uma identidade profissional [...], parte de toda uma cultura constituída por uma constelação de crenças, mitos, valores, símbolos e representações que constituem o ar que marca a produção de notícias. A vasta cultura profissional dos jornalistas fornece um modo de ser/estar, um modo de agir, um modo de falar, e um modo de ver o mundo [...]” (TRAQUINA, 2005:36)

O principal item levantado como constitutivo desta identidade é o valor conferido ao tempo. Isto se dá em dois diferentes aspectos: no que tange ao cultivo da pressa em decorrência dos prazos de fechamento das edições dos produtos jornalísticos e em relação ao imediatismo. “Se o valor da ‘objetividade’ continua a provocar imensa polêmica (mas não a noção do profissional equidistante em relação aos diversos agentes sociais), o valor do imediatismo reina incontestável, ainda mais com a emergência do ‘cibermedia’”, afirma o teórico. (TRAQUINA, 2005:37) É isto que justifica o culto às notícias de ‘tempo real’ (uma incoerência lógica, dado que tempo é uma abstração humana) e à atualidade dos fatos. As notícias obtidas em primeira mão e recentes os jornalistas qualificam como “quentes” e àquelas que deixaram de ser atuais resta a pecha de “velhas”, “frias”.

O pai da sociologia compreensiva, Max Weber, foi o primeiro a propor estudos sobre a profissão de jornalista dentro de um programa de pesquisas de sociologia da imprensa¹⁶. A pressão do tempo sobre a atividade jornalística já havia sido identificada por Weber (2004) no início do século XX, quando escreveu o ensaio *A política como vocação*.

“O jornalista pertence a uma espécie de casta de párias, que é sempre estimada pela ‘sociedade’ em termos de seu representante eticamente mais baixo. Daí as estranhas noções sobre o jornalista e seu trabalho. Nem todos compreendem que a realização jornalística exige pelo menos tanto ‘gênio’ quanto a realização erudita, especialmente devido à necessidade de produzir imediatamente, e de ‘encomenda’, devido à necessidade de ser eficiente, na verdade, em condições de produção totalmente diferentes.” (WEBER, 2004:36)(grifo meu)

Apesar da proposição de Weber, o sociólogo pioneiro no estudo da questão do culto ao imediatismo foi o britânico Philip Schlesinger, em 1977. No artigo *Os jornalistas e sua máquina do tempo*, publicado pelo *British Journal of Sociology*, ele concluía que “[...] o conceito do tempo do jornalista é mais do que uma resposta aos constrangimentos colocados pelo ciclo de produção do sistema noticioso. Tem um tipo de caráter fetichista. O imediatismo pode ser aceito como uma verdadeira virtude.” (SCHLESINGER, 1977 In: TRAQUINA, 1999: 189)

Para Schlesinger, um dado significativo do culto ao tempo pelos jornalistas é que os profissionais se colocam entre duas posições extremas ao lidarem com o imprevisto: a de vítima e a de controlador. Torna-se mais profissional, então, significa estar no controle e não

¹⁶ Proposição apresentada no Primeiro Congresso da Associação Alemã de Sociologia, em Frankfurt, no ano de 1910. O texto da conferência que propõe o programa de pesquisas, em português, pode ser encontrado na compilação de textos ‘clássicos’ de comunicação organizada pelas professoras Beatriz Marocco e Christa Berger intitulado “A Era Glacial do Jornalismo – Teorias Sociais da Imprensa, Vol. 1”. (MAROCCO & BERGER, 2006: 34).

ser a vítima de um evento inesperado – matéria-prima das mais valorizadas do jornalismo – e que tem de ser imediatamente ‘traduzido’. Diz Schlesinger:

“Ser profissional desta forma não é simplesmente uma questão de preencher certos critérios partilhados de competência. É mais uma questão de sentir certas coisas, de ‘por a velha adrenalina a correr’. Os jornalistas têm uma interpretação cultural específica do verdadeiro significado do seu trabalho, na base do qual estão a excitação e o perigo que advêm do facto de depararem com apertados deadlines. Tornar-se num controlador, transcendendo por isto o carácter caprichoso, sacrificador da notícia, é o que faz o trabalho noticioso tão excitante.”
(SCHLESINGER, 1977 In: TRAQUINA, 1999:189)

1.6.1 – Três saberes e uma sabedoria

No roteiro de constituição da identidade do jornalista definido por Traquina (2005) ele recorre ao conceito de *vocabulário de precedentes* delimitado por Ericson, Baranek e Chan. Este seria o conjunto de saberes profissionais que permitem ao jornalista, entre outras coisas, se estabelecer como o “controlador do tempo”. O vocabulário de precedentes trata da “progressiva articulação verbal do estado corrente do saber de reconhecimento, de procedimento e de narração requerida para efetuar um desempenho competente do trabalho”. (ERICSON, BARANEK & CHAN *apud* TRAQUINA, 2005: 41)

O aprendizado destes três saberes tem grande ‘parentesco’ com a noção de *habitus*. Segundo os autores, ele se dá de forma sutil, em um processo de acumulação baseado nas experiências e nas relações diárias com colegas, com fontes e com superiores hierárquicos, além dos textos jornalísticos. O saber de reconhecimento se concretizaria na maneira de agir dos jornalistas, aquilo que Gaye Tuchman (1972, *In* TRAQUINA, 1999:74) identificou como “conhecimento sagrado” e que na prática os profissionais denominam de “faro jornalístico”. Já o saber de narração tem a ver com a maneira de falar, o que o pesquisador Stuart Hall

(1984) definiu como *inventário de discurso*, um catálogo de fórmulas narrativas que, juntamente com a estrutura do *lead*, comporia o que Barbara Phillips conferiu o nome de *jornalês*. “Na sua melhor forma, o jornalês exprime-se de uma forma viva através da voz activa e caracteriza-se pela concisão, pelo realismo gráfico e pela criação de ambientes.”, diz a autora em seu artigo *Novidade sem mudança*, que foi publicado em 1976 pelo *Journal of Communication*. (PHILLIPS, 1976 In TRAQUINA, 1999: 327). Já o saber de reconhecimento tem estreita relação com a maneira de ver o mundo e se relaciona com os valores-notícia de seleção e articula os dois saberes anteriores.

A reunião destes três saberes compõe a competência profissional específica do jornalista. Cabe aqui uma digressão em linha proposta por Martín-Barbero (2008), quando, focado no processo educacional, pensou os saberes atuais em uma perspectiva de disseminação de conhecimentos, mudança nas competências e estabelecimento de transversalidades. De acordo com Martín-Barbero na década de 1980 entrava no campo da comunicação o conceito de *competência comunicativa* (que se aproxima, em especial, do saber de narração dos jornalistas) e, simultaneamente, no mundo corporativo, no ambiente empresarial, outro conceito de competência: o que liga as capacidades de “saber fazer” com a capacidade de competir, ou seja, ganhar dos demais competidores na produção de rentabilidade. A força da cultura corporativa e do próprio capitalismo fez com que na sociedade atual a percepção do conceito de competência se afastasse do que preconiza a academia. Na opinião de Martín-Barbero é missão dos educadores – e, por extensão, dos jornalistas que arvoreem o papel de educadores dos receptores de suas notícias – resgatar o conceito de competência no sentido cognitivo. (MARTÍN-BARBERO In RIBEIRO & HERSCHMAN, 2008: 241-244)

1.7 – Superhomem, detetive, escoteiro... Uma cultura profissional repleta de mitos

Em seu processo de construção de identidade, os jornalistas desenvolveram toda uma ideologia do que representa a profissão. Até mesmo por uma das características do próprio *jornalês* apontada por Phillips (1976, In TRAQUINA, Op Cit.), que é a de criação de imagens, as representações que os jornalistas fazem de sua profissão são, muitas vezes fantasiosas, ou, um mito. Traquina aponta que a construção da imagem dos jornalistas como “servidores do público”, ou de “cães de guarda” é extremamente fantasiosa. (TRAQUINA, 2005:51). Uma indicação comprobatória da mitificação da profissão é dada por Fábio Pereira em artigo produzido em 2005 como subproduto de sua tese de doutorado sobre jornalistas intelectuais, defendida no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UnB em 2008:

“A figura do jornalista sempre causou um certo fascínio na sociedade. Seja no cinema, na literatura ou mesmo nos quadrinhos, a figura do repórter-herói contribui para a construção do imaginário da profissão. Um imaginário que, na maioria das vezes, ignora a complexidade do processo de produção de notícias, visto como um trabalho individual e personalizado do jornalista” (PEREIRA, 2005)

O papel mitológico do jornalista na sociedade contemporânea apontado por Pereira, também é objeto de atenção de Ruellan e de outros parceiros de trabalho do *Centre de Recherches sur l'Action Politique en Europe (CRAPE)*, como o cientista político Érik Neveu. Começamos a tratar deste ponto anteriormente, mas agora é útil explorar a outra dimensão da Sociologia do Jornalismo, apontada na mesma citação para perceber como se define o jornalista a partir do paradigma do funcionalismo.

Para conceituar o que é o jornalista dentro da matriz funcionalista, a pesquisadora estadunidense Barbie Zelizer recorre, inicialmente, à definição do Dicionário Webster. Depois, para ampliar a significação do que venha a ser o *fabricante de notícias* – dada a polissemia que impregna os termos componentes do campo da Comunicação, evito aqui

utilizar a expressão “produtor de notícias”, para fugir à possível confusão com a função de produtor existente nas mídias rádio e televisão – Zelizer passa pela história do surgimento do termo descrita por Armand Mattelart¹⁷ e em seguida se apóia no trabalho do pesquisador G. Stuart Adam, do Centro de Ética e Valores da Universidade de Carleton, no Canadá.

“Os termos mais reconhecidos – “jornalistas” e “jornalismo” – são usualmente aplicados como rótulos para o mais amplo espectro de atividades associadas com a produção de notícias e das pessoas que participam deste processo. Originária da ideia daquele que “escreve em um jornal ou diário” (Dicionário Webster Unabridged 1983:88), inicialmente o termo “jornalista” significou alguém que sistematicamente manteve registro de certos acontecimentos em um determinado período de tempo e que tencionou tornar estes registros públicos. Originário do Journal des Savants, periódico francês editado durante o século XVII (Mattelart 1996), o termo vem desde então sendo alargado em uso, agora referindo-se a indivíduos que tomam parte em um amontoado de atividades relacionadas – “reportar, criticar, editorializar e dar a conformação do julgamento sobre como as coisas são moldadas” (Adam 1993: 12). O jornalista “nas mais simples ou mais complexas tarefas, expressa um julgamento sobre a importância de um item, se envolve em reportar, adota palavras e metáforas, resolve um quebra-cabeças narrativo, valora/avalia e interpreta” (Adam 1989: 73 apud ZELIZER, 2004: 21 tradução do autor¹⁸)

Os papéis e funções desempenhados pelo profissional de jornalismo mudaram intensamente em decorrência do que Fonseca (2008: 112-114) define como transição do

¹⁷ Philippe Breton e Serge Proulx divergem da informação de Mattelart e fixam como primeiro jornal diário o Le Journal de Paris, começando a circular em 1777 (BRETON et al., 2002: 59).

¹⁸ Tradução livre de: “The most recognizable terms – “journalists” and “journalism” – are often used as generalized labels for the broadest possible range of activities associated with news making and the people who engaged in them. Originated from the idea of one who “writes in a journal, or diary” (Webster’s Unabridged Dictionary 1983:988), the term “journalist” initially connoted someone who systematically kept a record of certain happenings within a specified time frame and who tended to make that record public. Originating from french Journal des Savants during the 17th century (Mattelart 1996), the term has since broadened in usage, now referring to individuals who engage in a slew of related activities – “reporting, criticism, editorializing, and the conferral of judgement on the shape of things” (Adam 1993: 12). The journalist “in the simplest and most complex tasks expresses a judgment on the importance of an item, engages in reporting, adopts words and metaphors, solves a narrative puzzle, assesses and interprets” (Adam 1989: 73).”

regime fordista para o pós-fordista de organização da produção¹⁹. Ela problematiza que a nova conjuntura econômica e tecnológica exige do jornalista a maximização de conhecimentos de natureza técnica. Em contraposição ao modelo fordista, o trabalho não se organiza mais pela lógica da divisão de tarefas (como pauteiro, repórter, redator, diagramador, editor etc.). Sob o regime flexível de estruturação do trabalho, frequentemente o jornalista acumula funções: propõe pautas, apura as informações, redige o texto final, diagrama e edita a matéria, o que implica o uso mais de habilidades que, propriamente, de conhecimentos acerca da realidade a ser representada. Tal cenário oportuniza que se demande do jornalista ser um profissional multimídia e multifacetado.

Para Adghirni, a modernização da indústria jornalística e o campo em constante mutação também já não comportam o culto a imagens idealizadas e românticas do exercício profissional, seja pela categoria, ou pelos demais segmentos da sociedade.

“O jornalista herói está com os dias contados. A imagem romântica já não existe. Surge no lugar deste, um profissional híbrido, versátil, ora atuando no campo das mídias, ora servindo aos senhores do campo da comunicação. Entenda-se aqui a distinção que fazemos a partir de uma concepção européia, principalmente francesa, de comunicação e jornalismo.²⁰ O jornalista hoje é um burocrata sentado diante do computador que lhe serve de fonte de informação, sala

¹⁹ Segundo a autora, por regime de acumulação fordista entende-se a forma de organização da produção caracterizada pela produção em massa para consumo de massa. Trata-se do regime que vigorou, e teve seu apogeu, nos países de capitalismo avançado no período entre a II Guerra Mundial e o início dos anos 1970. Politicamente, se expressa na forma do welfare state. O pós-fordismo é o regime de acumulação que passa a se estruturar a partir da crise da década de 70, configurando o novo capitalismo, ou capitalismo global, popularizado no senso comum como neoliberalismo. Sob o fordismo, os processos de trabalho e de organização da produção são fortemente regulados e rígidos – produção em escala, jornadas de trabalho fixas, fragmentação de tarefas, definição de funções etc. Sob o pós-fordismo, prevalece o conceito de flexibilidade, em oposição à rigidez do período anterior – produção de escopo, jornadas de trabalho flexíveis, menor demarcação, ou mesmo eliminação, de funções e acúmulo de tarefas, entre outras características.

²⁰ A autora refere-se a ‘jornalismo’ como os processos de produção de notícias ligados às mídias e ‘comunicação’ como os demais processos e mediações sociais que, na França, ficam em campos opostos.

de redação, tela de texto. É provável que nem ele nem a sociedade acreditem mais na função social do jornalismo.” (ADGHIRNI, 2005: 47)

O pensamento acerca da complexificação recente da atividade do jornalista é compartilhado por diversos teóricos, entre eles Luiz Martins da Silva. Para Silva, “o jornalismo é uma profissão complexa, extremamente competitiva e que está sempre se renovando em matéria de domínios técnicos.” Mais do que isto, ele argumenta que o jornalismo adquiriu:

“[...]uma complexidade e um requinte técnico que desafiam o amadorismo. No passado, o jornalismo era a segunda profissão de advogados, geralmente, os que não chegavam à advocacia ou magistratura, ou seja, era um campo que possibilitava facilmente a migração e a improvisação de pessoas formadas em outros campos do saber. Hoje, porém, dificilmente egressos de outros cursos estariam aptos ao exercício do jornalismo, que não se reduz à publicação de artigos e textos”. (SILVA in FENAJ, 2008: 46)

De opinião similar comunga Marcondes Filho, para quem, definir o jornalista é uma tarefa hercúlea. O pensamento dele, porém, de certa forma apresenta um obstáculo epistemológico a qualquer pesquisa que objetive efetuar o delineamento da identidade do jornalista como se pode verificar pela transcrição a seguir:

“É difícil caracterizar “o” jornalista. O jornalismo é uma atividade múltipla. Um repórter não faz o mesmo que um secretário de redação; este, por seu turno, tem atividades distintas das de um fotógrafo ou de um ombudsman. Um jornalismo diário de um grande matutino é muito diferente do jornalismo semanal, de uma revista especializada, de um boletim de uma assessoria de imprensa ou de um jornal sindical ou de bairro. Mas o canal também difere: fazer notícias para o jornal das 20 horas é diferente de fazer uma reportagem como enviado especial do outro lado do planeta, organizar um documentário, um reality-show, conduzir uma entrevista, e todos estes diferem muito do jornalismo de rádio ou da imprensa escrita. E todos são jornalistas. Disso se conclui que jornalista é um ser muito diversificado, múltiplo, e jamais a categorização do, ou da jornalista dirá muita coisa sobre a profissão, suas mudanças e dilemas.” (MARCONDES FILHO, 2002:53)

1.7.1 – Herói de quadrinhos, escoteiro ou construtor do real?

Retomemos a dimensão mitológica, romântica, do exercício da profissão de jornalista. No mesmo contexto de defesa da regulamentação da atividade no Brasil em que Silva expôs seu pensamento sobre a complexidade da profissão, Schröder faz um paralelo do jornalista com a personagem *Ethan Hunt*, protagonista da antiga série de TV estadunidense “Missão Impossível”, transformada em trilogia cinematográfica a partir de meados da década passada. O jornalista seria “um profissional com imensos limites que atua num cenário muitas vezes desconhecido cujas armas quase sempre estão ultrapassadas e enferrujadas”. Para em seguida completar: “Também como o agente especial, ele tem uma missão difícil, que envolve interesses muitas vezes escusos e poderosos, inimigos desconhecidos e amigos traidores, mas, também para ele, a missão pode ser possível”. Schröder dá uma indicação de como se pode reconhecer o jornalista:

“O jornalista, assim como os agentes especiais, é identificado pelo seu ofício. É a natureza e especificidade de sua função que o define no mundo. Mas esta atividade também é, aparentemente, ambígua e fugidia. De tal maneira que identificar e conceituar o jornalismo tem sido muito difícil, assim como sempre foi obscura a profissão do agente secreto”. (SCHRÖDER in FENAJ, 2008: 15)

Talvez o exemplo mais marcante de representação mitológica e heróica da figura do jornalista venha das histórias em quadrinhos. De lá, uma série de personagens saíram para as telas de cinema e desenhos animados na televisão, entre os dois mais expressivos estão o Superhomem e o Homem-aranha. Ambos personagens mantêm vida dupla, com identidades secretas e, curiosamente, é no jornalismo que se realiza a porção ordinária de suas vidas. Este último é um humano tornado herói graças a uma mutação genética, algo mais do que apropriado para representar um perfil profissional em constante mudança. O primeiro, por sua vez, é um alienígena. Trata-se de um ícone da alteridade com o humano, ideal para

personificar uma das marcas da identidade jornalística mapeadas por Gaye Tuchman (in TRAQUINA, 1999: 74-90), que é ritualizar a objetividade, a imparcialidade narrativa.

Na sua “vida comum” o Homem-aranha é o fotógrafo *free-lancer* Peter Parker, um nova-iorquino suburbano. Além de ter uma relação trabalhista precária, Parker é constantemente assediado moralmente pelo inescrupuloso editor do *Clarim Diário* J. Jonah Jameson. Já o Superhomem mantém a identidade de Clark Kent, um repórter “certinho” e que tem a simpatia de seu editor no *Planeta Diário* Perry White. Nas histórias, White raramente repreende a Kent, até mesmo quando comete o “pecado mortal” de atrasar uma edição. Os efeitos desta figura do superhomem no imaginário do jornalista brasileiro foram inicialmente mapeados por Vieira Filho, no que denominou o “Complexo de Clark Kent” descrito a seguir:

“Mas o que é e como atua o Complexo de Clark Kent? O poder da palavra, da imagem, da seleção e interpretação dos fatos, e de sua multiplicação cria a ilusão do repórter super-homem como, a começar pela tradicional história em quadrinhos, foi tantas vezes utilizada pela ficção – do cinema às novelas de tevê, passando pela literatura e pelo teatro. A ficção coloriu uma profissão onde o dia-a-dia é uma maravilhosa aventura no combate aos males sociais e na procura da verdade, onde as portas parecem abertas a toda sorte de liberdade, da manipulação da realidade ao acesso e divulgação da informação. Vale lembrar que a história do Superman foi criada há 52 anos numa América ainda deprimida pela crise de 1929 e angustiada pela chegada da Segunda Guerra Mundial, uma América sedenta por novos mitos e carente de seu próprio super-herói.” (VIEIRA FILHO, 1991: 12)

A construção identitária do jornalista brasileiro foi objeto de pesquisa, também, de Jorge Cláudio Ribeiro. Ele igualmente trabalha com a representação que, acredita, a sociedade faz do jornalista e já a expressa no título de seu livro: “Sempre Alerta”. Para Ribeiro, o conjunto da sociedade brasileira avalia que “o jornalista, assim como os escoteiros, deve estar sempre alerta e disposto a realizar uma missão voluntária, comprometida com o

Bem e que faça uma boa ação todos os dias”. Ao fim do trabalho, porém, a explicação para o processo desta construção é dada de outra forma:

“A construção da identidade profissional resulta do entrecruzamento de referências históricas, da identidade da empresa, da subjetividade e da classe social predominante no grupo de jornalistas. E segue pelo menos duas dinâmicas: a afirmação de valores próprios e a resistência à imposição de valores externos.” (RIBEIRO, 1994: 199).

Do mesmo modo pensam Peter Berger e Thomas Luckman. De uma forma mais genérica, não aplicada exclusivamente ao jornalismo, em sua obra sobre a construção social da realidade eles descrevem como se dá a formação da identidade a partir da interação entre os níveis individual, coletivo e sistêmico.

“A identidade é formada por processos sociais. Uma vez cristalizada, é mantida e modificada ou mesmo remodelada pelas relações sociais. Os processos sociais implicados na formação e conservação da identidade são determinados pela estrutura social. Inversamente, as identidades produzidas pela interação do orgânico, da consciência individual e da estrutura social reagem sobre a estrutura social dada, mantendo-a, modificando-a, ou mesmo remodelando-a.” (BERGER & LUCKMAN, 1985: 228)

Em sua análise sobre a cultura jornalística Traquina (2005:53) menciona que a própria indústria cultural contribui para a mitificação do profissional. Ele lista três filmes que têm influenciado a formação da mitologia do jornalista-herói que atrai as recentes gerações em Portugal a abraçarem o jornalismo como carreira e investirem na formação profissional específica, fenômeno também identificado no Brasil. (MELLO, 2009; SANT’ANNA, 2009). Por outro lado, até mesmo os maus exemplos contribuem para reforçar a auto-representação dos jornalistas e de seus estudiosos, como aponta Erlich, em artigo para a revista científica *Journalism* e intitulado *“Facts, truth and bad journalism”*.

“Maus jornalistas no cinema têm desempenhado praticamente o mesmo papel que estes personagens possuem no jornalismo da vida real: eles dão

sustentação à ideia de que a imprensa tem a capacidade de descrever narrativamente os eventos do mundo real por meio de sua compreensão de como as coisas “realmente” ocorrem. Em outras palavras, eles sugerem que os jornalistas têm a habilidade singular de ver o mundo como realmente é e a responsabilidade singular de relatar histórias factuais e verdadeiras sobre ele. Tais representações, por sua vez, reforçam a identidade cultural e a autoridade do jornalismo.²¹” (EHRlich, 2006:74) (Tradução do autor)

1.8 – Um olhar para a nossa aldeia

Segundo o sociólogo Guy Rocher o principal ponto de apoio da investigação sociológica é o desejo de compreender melhor a sociedade moderna. Para tanto, houve a necessidade de compará-la com outros tipos de sociedade, surgindo assim a Sociologia Comparativa e Evolucionista. Também houve, segundo Rocher, a necessidade de confrontar a sociedade moderna com a sociedade primitiva, aquela que lhe era mais diferente. (ROCHER, 1971: 7-8). Esta noção que ora é apresentada, por mais desconexa que possa parecer no momento, se faz importante por que iremos recorrer à tipificação do grupo profissional dos jornalistas como “tribo”, definição certamente adequada a uma comunidade primitiva.

Ao tratar da comparação entre as comunidades primitivas – às quais denomina sociedade tradicional – e a nossa sociedade contemporânea, complexa, Rocher propõe a avaliação de três aspectos: estrutura econômica, organização social e mentalidade. Para avaliar as comunidades primitivas o sociólogo destaca um aspecto da organização social que tem confluência com a tribo jornalística brasileira: ela é estruturada por laços de parentesco. A sociedade tradicional descrita por Rocher é dividida em ‘metades’ ou clãs. As relações de

²¹ Tradução livre de: “Bad journalists in the movies have played much the same role that such characters have in real-world journalism: They have supported the idea that the press has a capacity to narrativize the events of the real world through its attentiveness to how things ‘really’ happen. In other words, they suggest that journalists have a unique ability to see the world as it really is and a unique responsibility to tell factual and truthful stories about it. Such portrayals in turn reinforce journalism’s cultural identity and authority.”

parentesco, especificamente pelos laços de casamento, criam a solidariedade entre as unidades familiares que viabilizam a solidariedade e coesão social. Isto transposto para a “tribo jornalística” brasileira é absolutamente aplicável.

Diversos são os registros de clãs de fotojornalistas e de repórteres no mercado brasileiro. Isto, sem mencionar o controle familiar e concentrado das empresas de comunicação. No controle das empresas predominaram, no século XX, os sobrenomes Frias, Marinho, Mesquita, Sirotsky, Carta, Bloch, Civita e Fernandes. Na produção diária dos veículos da imprensa brasileira encontramos outras famílias em diversos estágios de sua atuação: Abramo, Kotscho, Rossi, Mazza, Bond, Chagas, Faria, Escosteguy, Rossi, Seabra, Renault da Silva, Pompeu de Souza, entre muitas outras. Mesmo no fotojornalismo há os Stuckert, Dettmar e Marques. Nos “aquários” – apelido que, no jargão profissional, é dado aos espaços de direção das redações –, definitivamente há lugar para que se pratique o ditado “filho de peixe, peixinho é”.

Outro ponto de confluência no comparativo entre estruturas sociais decorre da análise da mentalidade: enquanto na sociedade tradicional domina o pensamento racional, na comunidade primitiva a mentalidade é predominantemente mítica. O sagrado e o profano se unem para assegurar uma ordem que é simultaneamente humana e supra-humana. Há lugar para o pensamento mágico, que explica o que o conhecimento existente não consegue explicar. Além disso valer para justificar questões da própria deontologia do jornalismo, em grande parte do tempo de sua busca pela descoberta e exposição da verdade, os jornalistas se portam como sacrílegos e iconoclastas. Não respeitam regras e convenções para a obtenção de informações, ou, por exemplo, fronteiras delimitadas no campo profissional. É o que demonstra Zélia Adghirni ao analisar a invasão da “blogosfera” e as “quebras de protocolo” efetuadas pelos jornalistas. (ADGHIRNI, 2008).

Em seu trabalho sobre a Sociologia do Jornalismo, o cientista político Érik Neveu recupera a noção de representação mitológica dos atores que cada tipo de sociedade faz ao longo dos tempos.

“Cada sociedade, cada civilização valoriza personagens, papéis sociais que a resumem, do cavaleiro medieval ao operário da Revolução Industrial, até o burocrata weberiano, símbolo da racionalidade moderna. Nada de surpreendente então que, numa sociedade dita de “comunicação” ou de “informação”, o jornalista tenha se tornado uma figura fabricante de mitologias contemporâneas.”
(NEVEU, 2006: 11)

2 – Metodologia e método não metem medo

O processo de produção da pesquisa científica é, naturalmente, penoso. Demanda esforço, desgastes intelectuais e até físicos, persistência, concentração, abdicção. Isto, entretanto, não o torna uma penitência, ou sequer o coloca no nível de uma punição. Quando se sabe o que se quer, não há sofrimento, mas a persecução de um objetivo. Ademais é algo, como disse Umberto Eco, de grande semelhança com um porco: dele tudo se aproveita. (ECO, 1999: 169)

2.1 – Relato dos fatores pré-condicionantes da experiência de pesquisa

Ao iniciar este meu trabalho de pesquisa, há pouco menos de um ano, objeto, problema e hipóteses eram outros, frutos, então, de uma certeza inquebrantável de que outra investigação era factível. Apenas a título de ilustração: a intenção inicial era identificar a transformação nos noticiários de rádio sobre o poder Legislativo Federal em emissoras comerciais e verificar se era possível atribuir mudanças havidas, em alguma medida, ao advento das emissoras de rádio criadas e mantidas pelas Casas Legislativas. Para tanto, a pretensão era promover um estudo comparado de rotinas profissionais, processos de produção e, principalmente, de produtos entre as emissoras estatais e da iniciativa privada antes e depois do aparecimento das mídias legislativas.

De repente, tudo aquilo o que era “sólido se desmanchou no ar”... O fato de pertencer a uma geração que praticamente não teve iniciação científica – minha graduação foi concluída no ano de 1989 – me permitiu permanecer imerso em uma abordagem pseudo-científica nos primeiros meses e, tardiamente, comecei as pesquisas exploratórias daquele tema. Lamentavelmente, foi quase ao final do primeiro ano do curso de mestrado que cheguei à constatação de que os registros em áudio existentes e obtidos não eram suficientes para a

análise pretendida. O fato é que a maior parte da memória do rádio brasileiro simplesmente foi apagada. Um determinante derivado dos campos econômico e tecnológico foi o responsável: por uma questão de custos para as emissoras, as fitas magnéticas eram reaproveitadas depois de um determinado período. Esta é, de certa forma, uma justificativa para o fato de o texto ora apresentado conter ainda ares de projeto de pesquisa, ao invés de pesquisa efetiva, aprofundada.

Cabe aqui uma última explicação. Não é que a ideia de pesquisa original tenha se tornado impossível de concretizar, mas ela já não teria a completude que considero necessária e tornou-se desinteressante diante de alguns resultados das sondagens feitas.

2.2 – Se oriente, rapaz

Na segunda quinzena do mês de novembro de 2008, o projeto de pesquisa teve de ser reformulado. A partir de nova conversa mantida com a orientadora, propus a abordagem do atual tema. As motivações são descritas a seguir.

Como enunciou Eco, em produção científica não há trabalho perdido. Mesmo o insucesso enseja ensinamentos àquele que procura compreender. A experiência dos meses anteriores, somada às leituras, reflexões e observações empíricas, facilitou o trabalho de identificação de novo tema para investigação e a formulação de um problema de pesquisa. O maior aproveitamento, entretanto, deve ser atribuído, sem dúvida ao conteúdo das leituras empreendidas no grupo de revisão bibliográfica, que informalmente denominamos de “Orientandos da Zélia”, e que se concentrou em leituras da Sociologia do Jornalismo. Autores como Neveu (2006), Barros Filho & Martino (2003), Traquina (2000), Brin, Charron & Bonville (2004), entre outros, tiveram suas produções e formulações tomadas como objeto de leitura e discussão aprofundada.

Várias das produções bibliográficas eram comuns aos dois temas, até mesmo algumas poucas específicas sobre o meio rádio tiveram serventia. O levantamento de novas indicações e referências bibliográficas mais direcionadas foi efetuado, seguido de um mapeamento preliminar de pesquisas já empreendidas na área e sobre o tema específico. Antes de continuar no desenvolvimento das processualidades que levaram ao plano de trabalho, a abordagem de uma outra questão ganha premência: o pertencimento ao campo de estudos.

2.3 – Olha quem está falando!

Inicialmente, faz-se necessário precisar o perfil deste pesquisador – autor da dissertação –, uma vez que o mesmo detém laços incontestes de intimidade e pertencimento ao objeto de estudo. Esta condição não é dada apenas devido ao fato de ser mais um jornalista profissional ainda no exercício de suas atividades procedendo pesquisa sobre a disciplina Jornalismo, o que por si só traz significativas implicações. Mas, principalmente, o envolvimento se dá em decorrência de que desde 31 de março de 2005 sou servidor efetivo, concursado, do Senado Federal lotado na Secretaria Rádio Senado. No período de delimitação da pesquisa exercia a função de chefe de reportagem, era editor e âncora de um dos noticiários diários da emissora e, também, apresentador-entrevistador de um programa semanal de entrevistas na rádio estatal que trata do mundo da Comunicação denominado “Estação da Mídia”. Além disto, exercia plenamente o cargo de diretor de assuntos de formação profissional da Associação de Comunicadores do Senado Federal (Comsefe) para o qual havia sido eleito em final de 2007. Em adição, sou integrante, desde 31 de outubro de 2007, da lista eletrônica de discussões denominada *Jornalistas Legislativos*.

Esta ligação certamente apresenta um obstáculo à pesquisa, mas não de natureza epistemológica, nos termos definidos por Bachelard (1996: 17-28), sim, especialmente, por

parecer contrariar um dos pressupostos mais elementares da neutralidade axiológica defendida por Max Weber e que marca a produção do conhecimento científico na forma ora explicada por Julien Freund: “Essencialmente a ciência é refratária aos julgamentos de valor. Ela não quer agir por força de convicções pessoais, mas, sim, mostrar que suas proposições se impõem a todos os que querem a verdade” (1970: 66). Ou seja, do ponto de vista weberiano não há espaço para militância ideológica no empreendimento da investigação científica. Jamais houve a intenção deste pesquisador em fazê-lo. A escolha do objeto de estudo pode ser justificada, de forma simplificada, tomando por referência aquilo que afirmou Martín-Barbero (2004), citando Gramsci, de que “só investigamos de verdade o que nos afeta”, para, em seguida, complementar: “e afetar vem de afeto”. (GRAMSCI *apud* MARTÍN-BARBERO, 2004: 25)

A alternativa metodológica para a superação do obstáculo apresentado está, a meu ver, na ação pragmática do empreendimento do estudo pautada pela ética. Uma justificativa para o não-abandono do problema de pesquisa reside na chamada “lei do comprometimento” (CASTRO & DIAS, 1977: 29-30), que aborda o problema da subjetividade para o sociólogo enquanto pessoa e pesquisador e que certamente aplica-se, também ao investigador científico em outras ciências humanas como a Comunicação. Na obra dos professores da UFRJ, diz Guerreiro Ramos, referindo-se ao sociólogo, que este, “como qualquer especialista em ciências sociais, está sempre condicionado, em sua especulação, por um *a priori* de caráter existencial, tenha ou não consciência disso.” Tal afirmação praticamente nivela quaisquer pesquisadores, uma vez que suas relações individuais de consciência se elaboram de modo invariável a partir do trato com as pessoas e objetos do mundo particular em que vivem e são, portanto, condicionantes da atividade científica e da produção do conhecimento, como expresso a seguir:

“[...] O conhecimento, descritivamente, é uma relação entre a consciência cognoscente e o objeto, na qual se verifica reciprocidade de influência, fato este que não foi visto pelas antigas teorias gnoscológicas. No plano histórico-social essa reciprocidade de influência permite compreender a idéia de mundo, que torna inteligíveis as relações entre o sujeito e o objeto. O mundo não é uma coleção de objetos que possamos contemplar do lado de fora. Estamos necessariamente no mundo e por ele somos constituídos. O homem é ser-no-mundo, não, porém, como um par de sapatos está numa caixa, mas enquanto suas ações implicam o mundo, ou uma visão prévia do mundo (Welt-anschauung). (GUERREIRO RAMOS, 1965: 113-114 apud CASTRO & DIAS, 1977: 29-30)

Uma preocupação adotada foi a de não naturalizar esta postura de imersão e envolvimento no campo de estudos e, com isto, dar por resolvida a questão. Valendo-me da tipologia de Demo (1995:82-84): nem tanto ao “ativismo barato” e nem em direção à “neutralidade esperta”. Da mesma forma que foi rejeitada a possibilidade de um ativismo pequeno, a subserviência à instrumentalidade de um ponto de vista apenas declaradamente neutro não era admissível. A alternativa que se apresentou foi o reconhecimento de que a adoção da neutralidade não era uma postura neutra e que só poderia se concretizar a partir do equilíbrio crítico e autocrítico entre o que são as condições objetivas e quais são aquelas subjetivas.

Talvez contaminado pelo universo da política – onde vige a seguinte versão popularizada da citação original atribuída ao imperador romano Júlio César feita por Plutarco (2005) em *Alexandre e Cesar - Vidas Paralelas*: à “mulher de César não basta ser honesta, mas também parecer honesta” – alguns procedimentos de ordem pessoal se tornavam necessários. Deste modo e por iniciativa própria me afastei, na medida em que me foi possível, da hierarquia e de participação efetiva nas estruturas em estudo. Em abril de 2009 pedi exoneração do cargo de chefe de reportagem na Rádio e o retorno “ao chão da fábrica”, no que fui atendido. Após negociação para encontro de substituto, em maio, deixei o comando da apresentação do programa sobre mídia. Também ingressei com pedido de

licenciamento das atividades associativas junto à entidade dos comunicadores do Senado. No caso da lista eletrônica, somente por uma questão operacional que detalharei posteriormente não efetuei o meu desligamento, mas restringi ao máximo a participação nas discussões lá empreendidas. Isto, por si só, não é garantia de isenção, mas demonstra a intenção de contaminar em um nível mínimo os resultados obtidos, bem como suas conclusões.

2.4 – Retomando as processualidades

Em decorrência da situação recém-descrita, apenas na segunda quinzena de maio foi possível realmente iniciar a investigação. De posse das contribuições aportadas na banca de qualificação do projeto de pesquisa, sessão que ocorreu na última semana de março, foi tomada a decisão definitiva do percurso metodológico a ser seguido.

Foi mantida a opção de utilizar o método hipotético-dedutivo para a obtenção das conclusões (LAKATOS & MARCONI, 2006:71). Como afirmado na *Introdução*, o problema de pesquisa pôde ser modelado a partir das seguintes indagações: a constituição das mídias do Legislativo conformou um novo tipo de jornalista? Quais as extensões de atuação deste novo tipo de profissional? Quem é e como trabalha? Como estes profissionais percebem e se relacionam com as fontes institucionais de informação?

No plano operacional da pesquisa foram erigidas duas hipóteses de trabalho passíveis de falseamento. A primeira delas pressupõe que a seleção por concurso público a partir de 1989 constituiu equipes de jornalistas que ao virem trabalhar nas mídias legislativas constroem uma nova modalidade de fazer jornalístico. A segunda é que o processo de construção identitária dos *jornalistas legislativos* sofre grande influência do ambiente regulatório do espaço em que atuam.

2.5 – Sincretismo de metodologias

Para o desenvolvimento completo do trabalho, considere necessária a combinação de procedimentos fontes e métodos, o que é definido tecnicamente como triangulação. (LAKATOS & MARCONI, op. Cit., 283). A opção foi mesclar procedimentos metodológicos distintos, como revisões bibliográficas, pesquisas documentais e dados criados a partir de uma enquete, e o estudo de caso com observação e entrevistas²². Também constam deste trabalho, portanto, o uso de métodos quantitativos aplicados às metodologias qualitativas, tais como os dados criados na enquete que de forma articulada entre si e, também de forma complementar, viabilizam as informações e análises finais. (LAVILLE & DIONNE, 1999: 132-157)

Isto foi condicionado em decorrência de algo que já no início da década de 1990 era denunciado pela professora Maria Immacolata Vassallo de Lopes. “No caso da Comunicação, por se tratar de uma disciplina ou campo recente, ela não pode senão desenvolver-se a partir das Ciências Sociais tradicionais.” (LOPES, 2001: 105). Por se tratar de um campo que estuda fenômenos complexos e que têm a característica multidimensional de ser interdisciplinar, a combinação de metodologias das Ciências Sociais faz-se necessária para as tentativas de sua compreensão, como é o caso atual.

É oportuno lembrar que o uso combinado das metodologias qualitativa e quantitativa não é coisa inédita ou absurda na pesquisa em Comunicação, em particular nos estudos de jornalismo. O relato dos professores Elias Machado e Marcos Palácios sobre a metodologia do Grupo de Pesquisa de Jornalismo On-Line do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas da Universidade Federal da Bahia atesta isto

²² *Aqui é inevitável reconhecer a subjetividade em atuação. Até mesmo por “vício profissional” de jornalista que sabe que quão maior o número de fontes, melhor tende a ficar a matéria...*

(MACHADO & PALÁCIOS, 2007:199-222). Também Marconi e Lakatos apontam a técnica da triangulação como alternativa de maior alcance na abordagem de um fenômeno. As autoras ressaltam que as combinações de fontes e métodos são as mais utilizadas e têm “por objetivo abranger a máxima amplitude na descrição, explicação e compreensão do fato estudado”. (LAKATOS & MARCONI, 2006: 283)

Para efeito de melhor compreensão, ficou assim definido o levantamento de dados:

- **Revisão bibliográfica;**
- **Análise documental;**
- **Enquete na lista eletrônica *jornalistas legislativos*;**
- **Entrevistas com integrantes do grupo;**
- **Observação das rotinas de produção.**

2.5.1 – Burocrata “adora” papel...

Ainda no mês de maio foi, então, feito um mapeamento das fontes documentais para apoio à pesquisa. A decisão tomada foi a de atuar em quatro frentes para coleta de dados: normas legais, manuais de procedimentos das mídias legislativas, notícias produzidas por terceiros sobre o grupo e dados do chamado “Censo do Legislativo” produzido pelo Programa de Modernização e Integração dos Legislativos Brasileiros.

Foram identificadas algumas legislações de abrangência geral para a categoria jornalística e surgiu aí um dos primeiros percalços do processo de planejamento da investigação. O quadro de instabilidade sobre a regulamentação profissional pairava como séria ameaça de provocar comprometimentos à conclusão do trabalho. Foi quando decidi trabalhar com dois cenários: o de manutenção da regulamentação e o de desregulamentação. Isto fixou o estabelecimento de um cronograma reverso de trabalho em que o marco final era o período para as análises dos dados coletados e, ou, gerados: entre os meses de outubro e

novembro de 2009. A decisão de planejamento se mostrou correta quando, no último dia 17 de junho, o plenário do Supremo Tribunal Federal – STF – deliberou pela desregulamentação do exercício do jornalismo ao considerar inconstitucional o inciso V do art. 4º do Decreto-Lei 972, de 1969.

Face ao cenário de desregulamentação, dentre os marcos legais foram deixados de lado o referido decreto e também a chamada “Lei de Imprensa”: Lei nº 5.250 de 1967. A decisão foi tomada mesmo considerando que o grupo profissional a ser pesquisado havia sido selecionado para atuar nas mídias legislativas sob a vigência desses parâmetros legais.

Passaram então a ser consideradas para fins de análise as legislações de regulação da atuação dos servidores públicos civis. Foram reunidos os dispositivos constitucionais; a Lei nº 8.112 de 1990, conhecida como Regime Jurídico Único e a sua legislação correlata: as leis nºs 8.448/92, 8.467/93, 8.852/94, 8.911/94, 9.525/97, 9.784/99 e 10.877/2004. Posteriormente foram buscados atos administrativos das casas do Poder Legislativo Federal, Estaduais e Municipais disponíveis em bases de dados públicas pertinentes à relação com jornalistas servidores e com os jornalistas credenciados para cobertura em suas dependências.

Embora não tenham força de lei, foi considerada a análise do código de ética da Federação Nacional dos Jornalistas e dos manuais de redação e procedimentos publicados pelas *mídias das fontes* legislativas.

De forma complementar, também foram procuradas notícias nos principais meios de comunicação referentes aos integrantes do grupo que pudessem apontar marcas no sentido de sinalizar o processo de construção de identidade própria do subgrupo e que auxiliassem a corroborar ou falsear as hipóteses de trabalho.

Por fim, no plano documental, busquei obter os dados do Censo Legislativo, uma sondagem periódica efetuada pelo programa Interlegis²³. O referido programa é financiado pelo Banco Mundial e tem execução capitaneada pelo Senado Federal. Ele é empreendido por adesão das câmaras municipais e assembleias legislativas e tem por objetivo modernizar a ação do Poder Legislativo como um todo. O censo é uma das ações empreendidas de modo a levantar necessidades dos parceiros do programa e contém, entre outros, dados referentes às ações de comunicação das instâncias do Legislativo. Os dados obtidos junto ao programa Interlegis foram os do único censo efetuado até agora, no ano de 2005. Por uma questão de ordem tecnológica, o sítio do programa na Internet estava fora do ar no período do levantamento. Por isto, o banco de dados do Censo foi obtido na sua forma bruta a partir de uma busca pessoal. Ao mesmo passo que isto causou a necessidade de tomada de um cuidado maior no tratamento e análise dos dados coletados, mostrou-se uma vantagem, porque estes não vieram ‘contaminados’ por uma mediação prévia em seu tratamento. Usualmente o que são divulgados pelo Interlegis são relatórios contendo breves avaliações dos dados obtidos.

Conforme Laville & Dionne, a pesquisa de caráter documental, aquela com dados pré-existentes, não é prerrogativa exclusiva da História. Ela configura uma situação em que o pesquisador aparece sem tentar modificar a realidade por meio de alguma intervenção, uma vez que os dados já existem. O primeiro exercício autocrítico vai aqui, ao reconhecer que a seleção dos dados é decorrente da subjetividade do pesquisador, do ponto de vista escolhido para transformá-los em informação no processo de pesquisa. De todo modo, fica a ao menos a confiança de que selecionar dados que evidenciem a existência de um fato, não provocam a ocorrência deste fato, no caso, o objeto de pesquisa que foi construído. (LAVILLE & DIONNE, 1999: 133)

²³ *Informações sobre o Programa de Modernização e Integração dos Legislativos disponíveis em <www.senado.gov.br/interlegis>.*

2.5.2 – O alistamento da lista que não é de “Schindler”

O surgimento da ideia de pesquisar o *jornalista legislativo* decorre do estranhamento ocorrido quando, em outubro de 2007, ao relatar a um colega que estava concorrendo à seleção pública do Mestrado em Comunicação com intenção de fazer uma pesquisa sobre o radiojornalismo feito no Legislativo, fui por ele convidado a integrar a lista eletrônica de discussões que possui este nome: “jornalistas legislativos”. O primeiro pensamento que me ocorreu ao ler o cabeçalho da mensagem eletrônica (e-mail) inicial do criador da lista que dizia “Bem-vindo à lista Jornalistas Legislativos” foi: “existe esse negócio de ‘jornalista legislativo’, não seria jornalistas do legislativo”? Logo a dúvida sobre a redação foi sanada.

Utilizando as mesmas ferramentas disponíveis para criação de grupos de estudo ou de afinidade, em 5 de julho de 2006 foi criada uma lista eletrônica de discussões na Internet denominada *Jornalistas Legislativos*. Aberta por Carlos Scomazzon, jornalista atuante na Câmara de Vereadores de Porto Alegre, ela contava, em outubro de 2009, com outros 66 associados²⁴, integrantes dos quadros funcionais do Senado Federal, da Câmara dos Deputados, de assembleias legislativas estaduais e de câmaras municipais.

A lista *Jornalistas Legislativos* é abrigada no servidor de grupos de discussão do Yahoo® e não é indexada em diretório, ou seja, não aparece visível para outros usuários do sistema em buscas simplificadas.²⁵ Trata-se de uma lista de participação fechada, onde o ingresso se dá exclusivamente por convite. Uma pré-condição para o ingresso é ser servidor efetivo de uma das instâncias do Poder Legislativo. Embora a lista possua dez moderadores, as mensagens não precisam destes para circular entre os associados. O grupo eletrônico permite a veiculação de mensagens com anexos e nela os integrantes, curiosamente, podem

²⁴ Foi deduzida a participação do pesquisador.

²⁵ Disponível em <http://br.groups.yahoo.com/group/jornalistaslegislativos/>, acesso em 31/10/2009.

ocultar suas identidades. A ocultação de identidades não pode ser atribuída a um ato intencional de parte dos integrantes relacionada à participação no espaço virtual de discussões. Ocorre que a ferramenta de gestão do Yahoo não condiciona a participação nos e-grupos à constituição de um perfil público de cada indivíduo e ela pode ser feita utilizando apenas contas de e-mail pessoais. Assim, há na lista usuários identificados apenas com nomes do tipo “carcs@...”, “mainhadomurilo@...”, etc.

Na área prevista para a definição de seu conteúdo o e-grupo contém a seguinte descrição: “Este grupo é integrado por jornalistas do Poder Legislativo brasileiro e tem o objetivo de articular a formação de uma associação brasileira de jornalistas dos Legislativos”.

O fato de a lista ser de acesso restrito foi o que me motivou a permanecer associado. Os jornalistas profissionais graduados, servidores efetivos, selecionados por concurso público compõem a população-alvo de toda esta pesquisa. Já a lista de “jornalistas legislativos” serviu de base de sondagem (HUOT,1999:15) onde foi extraída a amostra para cálculos quantitativos. Dada a descrição expositiva de sua razão de existir e a disposição descentralizada dos associados – que presumidamente permite a coleta de realidades cotidianas distintas –, ela apresentou-se como um espaço adequado à promoção de uma enquete com vistas ao levantamento de dados estatísticos de natureza sócio-econômica sobre a composição do subgrupo, da sua auto-representação, das culturas organizacionais, dos aspectos positivos e negativos identificados pelos integrantes em sua atuação profissional e, também, dos aspectos relacionados com o *newsmaking*.

Foi, então, elaborado um questionário²⁶ com 50 questões que tentam levantar o perfil socioprofissional dos integrantes da lista. Para efeito de aprofundamento e de eventuais

²⁶ O questionário aplicado consta do Anexo VI.

comparações, decidi tomar como referência básica o mesmo conjunto de perguntas elaborado por Sant'Anna no estudo de caso dos jornalistas do Senado que foi empreendido em sua tese de doutorado. Cabe aqui esclarecer que o estudo de Sant'Anna se baseou em metodologia consagrada de levantamento de perfil socioprofissional de jornalistas. Esta mesma metodologia foi inaugurada por por McMane (1980) em um estudo comparativo entre jornalistas franceses, do Reino Unido, Estados Unidos e Alemanha e que posteriormente foi utilizada por Weaver & Wilhoit's (1986; 1996) em sondagens com os jornalistas norte-americanos empreendidas nos anos de 1982 e 1992; e por Herscovitz (2000), no estudo que fez em 1998 sobre os jornalistas atuantes no estado de São Paulo.

Basicamente a metodologia dos questionários permite levantar:

- a qualificação dos entrevistados;
- suas preferências pessoais e influências;
- rotinas profissionais e valores deontológicos;
- as relações com a profissão, contrapondo valores pessoais aos valores patronais;

Por opção minha, foram incluídas algumas questões envolvendo a relação de adaptação do jornalismo ao espaço do Poder Legislativo.

A princípio a ideia era promover a sondagem com uma amostragem não-probabilística intencional (HUOT, 2002: 39) para a aplicação dos questionários de modo a efetivamente compor um posicionamento balanceado das respostas entre os níveis Federal, Estadual e Municipal, do Poder Legislativo. Dada a característica de composição da lista, não foi possível identificar integrantes que são de câmaras de vereadores e servidores de assembleias legislativas, uma vez que apenas alguns compuseram um perfil público e

dispuseram estas informações. Deste modo foi trabalhada uma amostragem voluntária, mesmo considerando que esta característica de participação, por si só, já insere restrições à generalização das conclusões. (LAVILLE & DIONNE, 199:170)

A lista é composta, como foi descrito anteriormente, de 66 associados. Uma vantagem da ferramenta de grupos eletrônicos do Yahoo é que ela permite, aos usuários que criaram um perfil, visualizar as funcionalidades das listas em que participam. Desta forma, foi possível, para mim, identificar que do número total de integrantes, 14 associados estavam inativos, ou seja, com a indicação de que as mensagens enviadas a eles têm retornado. Além disso, dois associados participam com mais de uma conta de e-mail na lista²⁷ e não estavam entre estes que retornavam mensagens. Com isto, o número de associados efetivos participantes da lista diminuiu para 51 jornalistas. Em uma população diminuta, como esta, para efeitos estatísticos de uso de uma amostra não probabilística o que seria considerado adequado obter eram 44 questionários respondidos. Como foi estabelecida a participação voluntária na sondagem, isto tornou-se desnecessário e o estudo pode ser considerado natureza exploratória do universo. De acordo com Huot, o uso de amostras voluntárias é adequado ao estudo aprofundado de pequenas populações e seus indivíduos. (HUOT, 2002: 39)

Cada questionário passou a ser tratado como uma unidade estatística. O número de respostas obtido foi equivalente a 54,9% do universo pesquisado (28 unidades). A composição das respostas obtidas e os resultados colhidos serão tratados posteriormente no capítulo sobre o procedimento de pesquisa.

²⁷ São moderadores das discussões, que indagados a respeito, informaram que no início da criação do e-grupo o sistema de envio de mensagens não se mostrava confiável e, por isto, testavam o recebimento de mensagens em mais de uma caixa postal eletrônica.

2.5.3 – Olha aqui, “em off”, posso te contar tudo...

Já na primeira fase dos procedimentos metodológicos, quando comecei a exploração do trabalho de campo, a escolha do grupo para os questionários, o estabelecimento dos critérios de amostragem e das estratégias de entrada em campo surgiu uma decisão de recorte a ser tomada que é determinante do alcance da pesquisa. Uma questão se impunha: onde seriam feitas as entrevistas e observações de campo? Os fatores tempo disponível para o empreendimento da pesquisa e democracia consolidada foram os principais determinantes para escolha dos locais. Pela facilidade óbvia, as duas casas do Poder Legislativo Federal foram escolhidas.

Dada a enormidade de Câmaras Municipais, mais de três mil em atividade no país, a opção de levantar nestes espaços o material que fosse representativo foi descartada. Também há uma questão de heterogeneidade latente: os municípios são muito distintos em seu perfil socioeconômico e em boa parte deles as câmaras sequer mantêm equipes para as mídias próprias, apenas terceirizam os serviços de comunicação. Entre 27 opções de Assembleias Legislativas (em verdade 26 assembleias e uma Câmara Distrital) o critério que se apresentou foi tentar conciliar a distribuição regional com o histórico democrático de maior número de legislaturas decorridas. A intenção original era efetuar entrevistas e observação em pelo menos três assembleias: uma no Sul (Rio Grande do Sul), uma no Sudeste (São Paulo) e uma no Nordeste (Pernambuco) do País. O tempo disponível, somado ao fato de que toda a pesquisa foi custeada pelo próprio pesquisador, fez com que a pesquisa no nordeste não fosse levada a cabo.

Ainda em Brasília, antes de iniciar propriamente o trabalho tive a primeira sinalização de que o procedimento de entrevistas para o levantamento de dados não seria simples, tampouco poderia ser considerado suficiente para dar conta de responder à validação, ou não, das hipóteses de trabalho elaboradas. Foi um momento em que pertencer ao campo estudado

mostrou-se um entrave. Em uma primeira conversa, informal, com um dos agentes no Senado Federal, para utilizar o termo sociológico cunhado por Bourdieu (1992), a quem eu considerava um elemento representativo a ser ouvido dada a condição de ser jornalista da primeira leva de concursados para atuar nas mídias legislativas, a pessoa afirmou que só agendaria uma entrevista para a pesquisa se houvesse o absoluto compromisso de preservação do sigilo de sua identidade.

Na medida em que os demais contatos vinham sendo feitos, à exceção dos que atualmente ocupam ou já ocuparam posições na hierarquia das mídias legislativas, vários entre os demais agentes apresentavam o mesmo tipo de preocupação. Além de representar uma marca a ser observada no próprio processo de formação de uma possível “subcultura profissional” do jornalista legislativo e que merecia investigação²⁸, isto apresentou um elemento condicionante do tratamento das informações. Em decorrência dos pedidos de sigilo de identidade, à exceção do criador da lista de jornalistas legislativos que não pediu que se guardasse sigilo sobre sua atuação, os demais entrevistados não têm os seus nomes declarados e são identificados pela seguinte convenção:

XX0 - onde as duas primeiras letras correspondem às iniciais da casa legislativa, sendo SF para Senado Federal, CD para Câmara dos Deputados e AL para assembleia legislativa, CV para câmara de vereadores e o algarismo corresponde ao número da entrevista por ordem cronológica de empreendimento, apenas para diferenciação. Também foram incluídos na lista ex-dirigentes das secretarias de comunicação, designados pela sigla ED.

²⁸ Na parte sobre a formação do jornalista legislativo uma das explicações possíveis para os pedidos de sigilo será mencionada.

A lista dos entrevistados²⁹ foi formada por profissionais, em cada uma das casas legislativas, que correspondem às seguintes categorias previamente estabelecidas:

1. diretor(a) ou ex-diretor(a) da área de comunicação;
2. editor(a) ou ex-editor(a) em mídia legislativa;
3. repórter participante da criação de mídia legislativa desde o início;
4. repórter que ingressou no mais recente concurso empreendido pela casa legislativa.
5. ex-diretor de secretaria de comunicação da casa legislativa.

Em todas as quatro casas legislativas foi efetuada entrevista, do tipo semi-estruturada, com ao menos um integrante de cada uma das categorias acima descritas. Além disso, foram obtidas informações complementares por e-mail com os integrantes e ex-integrantes da hierarquia. O conjunto de entrevistas superou em grande medida este número mínimo. Apesar do pedido de sigilo, cada uma das entrevistas foi gravada em áudio e posteriormente degravada.

Por serem semi-estruturadas, todas as entrevistas partiram de um roteiro básico que foi alterado ao longo do desenvolvimento das conversas. As perguntas foram direcionadas principalmente ao fazer jornalístico, ao conceito que cada um tem da ação informativa no legislativo, à adaptação das estruturas de imprensa a uma estrutura burocrática e à relação com as fontes de informação.

²⁹ No Anexo V, está contida uma descrição resumida de características de cada um dos entrevistados.

Cabe aqui uma pequena reflexão sobre o processo de “objetivar objetivadores”. A relação pesquisador-pesquisado em Comunicação já foi objeto de estudos (BIANCHI, 2006). Se ela já se revela um frágil jogo de interesses entre produtores de sentido e receptores, isto torna-se ainda mais desafiador quando se “pergunta aos perguntadores”. Usualmente jornalistas – isto é fato até no senso comum – não gostam de se colocar na condição de fontes, ou de entrevistados, mas no caso desta pesquisa foi uma gratíssima surpresa contar com o interesse das pessoas em, diversos níveis observados, buscarem refletir sobre o que fazem. No caso desta pesquisa, raramente encontrei objeção de alguém à sua objetivação. Esta, talvez, seja uma outra faceta do pertencimento ao campo estudado.

2.5.4 – Finge que eu não estou aqui – a observação participante

De modo a complementar a triangulação de fontes e métodos mencionada no início deste capítulo foi tomada a decisão de acompanhar o dia-a-dia dos profissionais de jornalismo em redações, plenários e gabinetes das duas casas do Poder Legislativo Federal – Câmara dos Deputados e Senado Federal – e nas Assembleias Legislativas mencionadas. Teóricos e compiladores de teorias como Mauro Wolf (2005: 191) avaliam que as pesquisas de *newsmaking* têm na observação participante a mais natural técnica de pesquisa. Ele apresenta, por exemplo, a defesa de Schlesinger (1978) para a utilização deste método etnográfico, que torna possível reunir e obter sistematicamente as informações e os dados fundamentais sobre as rotinas de produção presentes na indústria da mídia.

“A abordagem etnográfica, diferentemente de outras abordagens centradas no produto da mídia, permite a observação, orientada teoricamente, das práticas sociais efetivas, que dão lugar à produção cultural. Todas as formas de análise das mensagens produzidas deparam com problemas complicados de inferência concernentes aos processos de produção enquanto tais e, por conseguinte, contêm carências explicativas (SCHLESINGER, 1978b, p. 31, apud WOLF, 2005: 191).

A condição de observador, bem como o procedimento de entrevistas e de questionários, obrigou este pesquisador a assumir um cuidado redobrado no sentido de distinguir entre os papéis de membro do grupo e de investigador, de forma a não adotar uma postura parcial e manter a necessária neutralidade. Reconheço que parti, desde a concepção da pesquisa, do estágio que para outros pesquisadores é chamado de “*going native*” (WOLF, 2005: 192) - momento em que, segundo Elliot, a função do pesquisador passa a se confundir com a de integrante do grupo, quando “começa-se a reconhecer os valores e as ações de modo tão claro, que fica difícil imaginar como eles poderiam ser diferentes”. (ELLIOT, 1972: 174, *Apud* WOLF, 2005: 192) Nos meses de empreendimento da pesquisa, boa parte do meu esforço pessoal foi para, bem à brasileira, desenvolver o processo de “*going foreigner*”, e ir àquele estado que despertou a minha atenção para uma auto-denominação do subgrupo anos antes.

A técnica da observação participante tem diversas definições consagradas, mas convém explicitar a observância neste estudo de aspectos salientados por Haguette (1992) e que foram definidos anteriormente por Schwartz & Schwartz (1969). Além de poder ser um processo ordenado de observação e compartilhamento de informações e experiências, ele tem outros quatro pontos fundamentais:

“a) o fato de que a observação participante tem como finalidade a coleta de dados; b) esclarecimentos sobre o papel do observador, que pode ser revelado ou encoberto, formal ou informal, parte integral ou periférica quanto à estrutura social; c) referências ao tempo necessário para que a observação se realize, o que pode acontecer tanto em um espaço de tempo curto como longo; d) chamam a atenção para o papel ativo do observador enquanto modificador do contexto e, ao mesmo tempo, como receptáculo de influências do mesmo contexto observado.”
(HAGUETTE, 1992: 73)

Ciente disto, busquei promover uma observação participante assistemática, pelo curto período de três dias, em média, com o papel de observador revelado em cada um dos

ambientes e de modo a não ser um observador deliberadamente ativo, tomando cuidados para evitar modificar muito a realidade observada. (HAGUETTE, 1992: 73) Na verdade foi depois da realização das observações, todas registradas em caderno de campo, que foram empreendidas algumas das entrevistas não-diretivas com os jornalistas legislativos. O recurso destas entrevistas de carácter complementar é uma prática descrita por Pereira Júnior ao avaliar aspectos metodológicos do *newsmaking* e que se revelou extremamente útil. (PEREIRA JUNIOR, 2007: 234)

3 – Um campo ‘magnético’ – O estado da arte dos estudos na área

Na segunda metade da década de 1990 foram criados os primeiros veículos de comunicação de massas do Poder Legislativo: jornais, emissoras de TV e rádio e portais noticiosos na internet. Não demorou muito e estudos científicos sobre as decorrências do aparecimento destes *medium* legislativos (tanto nos níveis federal, quanto estadual e municipal) foram efetuados por diversos pesquisadores. A partir de agora é apresentado um pequeno inventário do que avaliaram os trabalhos, em sua maioria pertinentes aos campos da Comunicação, Sociologia e de outras Ciências Sociais Aplicadas, como Ciência Política e Ciências da Informação.

Como trabalhos de pesquisa em pós-graduação *strictu-sensu* foram empreendidas mais de uma dezena de investigações sobre a relação o Legislativo brasileiro e seus meios de comunicação com a sociedade. No nível de doutorado foram empreendidas a pesquisa já mencionada e parcialmente descrita de Francisco Sant’anna (2007) sobre *Mídia das Fontes* e o trabalho de Márcia Jardim, denominado *Antenas do Legislativo – Uma análise dos canais de televisão do Poder Legislativo no Brasil*.

Quem mais detidamente, até o presente momento, estudou o perfil de uma parcela dos jornalistas atuantes no Poder Legislativo, foi Francisco Sant’Anna. Para verificar uma das hipóteses de trabalho da pesquisa, em seu doutoramento em Ciências da Informação e Comunicação junto à Universidade de Rennes 1, na França, concluído no ano de 2007, ele produziu um estudo de caso com o levantamento do perfil sócio-profissional, das rotinas produtivas, valores e paradigmas jornalísticos adotados pelos profissionais das mídias das fontes do Senado Federal. O levantamento foi efetuado em comparação com o grupo dos colegas da imprensa tradicional credenciados para cobrir a casa legislativa, que formaram um grupo de controle.

O resultado da pesquisa de Sant'Anna foi apresentado, além da própria tese, em um artigo publicado pela Revista *Libero*, em 2006. Nele, o pesquisador conclui que o padrão social dos dois grupos não é muito diferente e prossegue apresentando a aceitação e reconhecimento de um grupo pelo outro:

“O jornalismo praticado pelas mídias do Senado contribui para um processo de transparência, uma ação de *accountability*, e é complementar ao modelo investigativo da imprensa tradicional. A pesquisa revelou que, mesmo não sendo investigativo, os setoristas depositam credibilidade no conteúdo informativo das MFSF. A realidade recente do Brasil também demonstra que, em casos, não raros, foi a imprensa tradicional a executora de um jornalismo estrategicamente burocrático ou mesmo omissor de temas considerados inoportunos. Em outros, são as mídias das fontes que têm trazido à tona informações socialmente importantes mas desprezadas pelas mídias tradicionais”. (SANT'ANNA, 2006: 117)

O levantamento de Sant'Anna reforça o valor do empreendimento desta investigação em particular. Com a abordagem da emergência do subgrupo profissional do jornalista legislativo, o resultado encontrado tende a complementar o conhecimento preliminar sobre a área que já foi edificado.

Outra investigação científica de maior duração se deu na Sociologia. Em sua análise sobre as TVs Legislativas para o doutoramento em Ciências Sociais pela Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas - Unicamp, Márcia de Almeida Jardim se propôs a verificar duas hipóteses principais: a de que a existência das emissoras impacta na atividade parlamentar por conta da função de *accountability*; e que esse impacto se dá de forma diferenciada nos diferentes níveis do Poder Legislativo – federal, estadual e municipal – com diferenças também entre capital e interior.

Sobre a primeira hipótese, Jardim concluiu que a simples existência de câmeras de TV no espaço parlamentar transmitindo as atividades já trouxe impactos em suas atividades, mas que a perspectiva de *accountability* permitiu outras deduções.

“A mediação operada pela TV tem como um de seus efeitos a diluição da fronteira entre a esfera pública e privada, aproximando emissor de receptor, no caso da TV Legislativa, representante e representado; modificando o padrão de acesso que deixa de ter a exigência do compartilhamento do mesmo espaço. Dessa forma, o conteúdo dos processos decisórios do Poder Legislativo que estava ‘privatizado’, apesar de pertencer ao domínio da esfera pública, tornou-se ‘mais público’ com a TV legislativa.” (JARDIM, 2008: 322)

Além da conclusão que os impactos das TVs são realmente diferenciados de acordo com a esfera de Poder, a pesquisadora demonstrou, ainda, que principalmente no nível municipal as TVs legislativas têm sido montadas com transmissão por internet, eliminando a necessidade de canais a cabo. A modalidade de mix tecnológico de transmissões via web, satélite e cabo, identicamente foi observada. A tese também trouxe algumas indagações instigantes em sua conclusão. Uma tangencia o objeto da pesquisa em tela e diz respeito a uma suspeita que a socióloga teve despertada a partir da pesquisa com os profissionais que fazem as TVs legislativas. “A discussão sobre a formação destes profissionais é bastante recente e cabe indagar se existe ‘jornalismo legislativo’, assim como tem se falado de ‘jornalismo cívico’.” (JARDIM, 2008: 329)

Entre as dissertações da área foram identificadas as pesquisas de mestrado de: Letícia Renault, Carlos Jorge Barros Monteiro e Luiz Carlos Santana de Freitas (2004), Amani Mohammad Abdelrahman Jaber (2006), Dulce Queiroz e Valéria Franklin Ribeiro Almeida (2007), Iara Borges (2008), Felipe Burle dos Anjos, André Luís Pires Azevedo e Wagner Robson Manso de Vasconcelos (2009).

Letícia Renault teve publicado, pela Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, o livro *Comunicação e Política nos canais de televisão do Poder Legislativo no Brasil*, subproduto de seu mestrado. A autora pioneira sobre as emissoras do parlamento conceitua a TV legislativa como um “instrumento auxiliar” no processo de construção da participação popular na política (RENAULT, 2004: 136). Para ela, o advento das TVs legislativas desvelou um véu e colocou o novo e o diferente, aquilo que não estava presente nas TVs comerciais, à disposição dos cidadãos.

“A lente da câmera de televisão tinha, enfim, sido posta a serviço de uma cena completamente nova em conteúdo e formato: a rotina interna das casas legislativas, sem intervalos comerciais, começava a ser trazida para dentro da vida doméstica do brasileiro. As redes privadas de televisão teriam agora que compartilhar pequena parte da grande massa telespectadora do País com um concorrente de natureza completamente diversa: os parlamentos, as casas políticas.” (RENAULT, 2004: 38)

Em linha similar ao trabalho de Renault, Carlos Monteiro efetuou, em seu mestrado na Universidade Metodista de São Paulo (Umesp), uma análise da TV Câmara de Bauru, no estado de São Paulo. Monteiro investigou o papel e as relações do canal legislativo com a população local. A partir do acompanhamento interno das atividades da emissora entre 1998 e 2003 e de pesquisa documental sobre a programação somada a um conjunto de entrevistas, ele colheu informações sobre participação da comunidade nos programas e sobre a percepção acerca do papel do canal televisivo no município. Diz ele:

“[...] o canal abriu um considerável leque de opções na televisão local. A cidade se enxerga quando assiste o canal legislativo. Ainda assim a TV Câmara precisa se solidificar no meio em que atua. A participação da sociedade pode ser ampliada com mais programas e de forma mais direta, até mesmo na elaboração de pautas.[...]” (MONTEIRO, 2004: 138)

Freitas, que é o principal promotor da ideia de existência de um “jornalismo legislativo”³⁰, defendeu em 2004 a dissertação *A midiatização do parlamento: a TV Senado e as transformações na atividade político-parlamentar no Senado brasileiro*. Na proposta aprovada pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade de Brasília (UnB), ele fez uma análise comparativa dos dados referentes à atividade do Senado Federal em 1995, ano anterior ao início das transmissões da TV Senado, com os trabalhos desenvolvidos em 2003.

“Verifica-se que, num período de oito anos, que pode ser considerado um curto espaço de tempo dentro da história quase bicentenária do Parlamento brasileiro, o número de propostas apresentadas quase triplicou, o número de pronunciamentos no plenário praticamente dobrou e o número de comissões e subcomissões também cresceu bastante. Enfim, todos os eventos no âmbito do Senado que envolvem a atividade político-parlamentar, ou seja, que tratam das atribuições principais dos congressistas – elaboração de leis e fiscalização do governo –, sofreram uma transformação substancial no que diz respeito à quantidade e, também, à qualidade dos trabalhos.” (FREITAS, 2004: 59)

Para Freitas, o advento das mídias próprias do Poder Legislativo criou espaço para o surgimento do campo de estudos denominado “jornalismo legislativo”, assim como, em nível temático, existem outras categorias jornalísticas, tais como o jornalismo científico, jornalismo econômico e jornalismo ambiental. Em artigo de opinião publicado no site **Observatório da Imprensa** denominado *Jornalismo Legislativo – Após dez anos, um novo campo de estudo* ele apresenta o seguinte argumento:

“A finalidade ou a intenção do trabalho no universo do jornalismo legislativo é mais um ponto que o diferencia das demais categorias. Uma das

³⁰ Além de escrever artigos de opinião para o site Observatório da Imprensa sobre Jornalismo Legislativo, Freitas ministra um curso sobre o tema no Instituto Legislativo Brasileiro que é levado às Assembléias Legislativas por meio do Programa de Modernização do Legislativo - Interlegis e também dá aulas e orienta trabalhos no curso de especialização em Comunicação Legislativa da Universidade do Legislativo Brasileiro (Unilegis).

características que norteiam a atividade é a exigência legal de se buscar o que na mídia tradicional é praticamente impossível: a objetividade na produção e na divulgação das notícias. Não se admite na cobertura a subjetividade, entendida como opinião e posicionamento explícito do jornalista.”³¹ (FREITAS, 2005)

A TV Senado também foi o objeto de estudos de Amani Jaber em seu mestrado em Ciências da Informação e Documentação, na Faculdade de Estudos Sociais e Aplicados da Universidade de Brasília (UnB). A pesquisadora escolheu empreender um estudo de caso sobre o impacto gerado pela oferta de informações da emissora sobre a CPI Mista dos Correios e a formação de opinião em um grupo de estudantes universitários da área de jornalismo em Campo Grande, Mato Grosso do Sul. Caracterizando seu estudo como uma investigação exploratória, ela aponta para questões a serem sondadas futuramente.

“As respostas mostraram que o canal é utilizado especialmente quando há uma motivação específica, tal como um depoimento muito esperado, um momento de crise. As respostas sugerem que o canal passou a ser mais conhecido depois do episódio da CPI, embora não de maneira ampla. A hipótese a ser testada em futuros estudos parece ser a relação ‘motivação especial leva a busca de informação, mesmo que isso implique em sair da rotina’. O conceito motivação especial terá que ser, também, objeto de pesquisa.” (SABER, 2006:77-78)

Valéria Ribeiro defendeu, em 2007, sua dissertação de Mestrado em Comunicação, na Universidade de Brasília, sobre a história do uso político da tecnologia da comunicação pela instituição Senado desde a Roma Antiga até o Senado Federal Brasileiro Contemporâneo. O objeto e foco principal da pesquisa foi a descrição do processo evolutivo de legitimação do poder público em suas relações com a sociedade a partir da infraestrutura de comunicação e foi empreendido um estudo de caso da Agência Senado, com ênfase no processo de transformações ocorrido com a adoção da tecnologia da Internet. A pesquisa, porém, optou por não tratar a emergência da nova tecnologia que é a comunicação via Internet como

³¹Artigo disponível em < <http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos.asp?cod=355DAC001>>. Acesso em 14/01/2009.

“ingrediente panegírico de uma nova comunicação mundial”, dado o fato de que o advento da rede mundial de computadores no país tinha menos de 15 anos no momento do estudo. Uma das conclusões do trabalho alinha-se ao pensamento já expresso em outras pesquisas e é de que a comunicação e suas tecnologias, caso específico da abordagem, moldam o Parlamento.

“[...] o Senado brasileiro atual não existiria, na forma que o percebemos, sem as tecnologias de comunicação que sustentam suas atividades. Ou, em outras palavras, é certo que os meios que servem para levar as opiniões, ações, ou mesmo as omissões dos políticos do Senado à sociedade atuam como determinantes para a essência de seu funcionamento e existência.” (RIBEIRO, 2007: 225)

No mesmo ano, Dulce Queiroz também defendeu dissertação no PPGCOM/UnB promovendo um comparativo entre o jornalismo das TVs legislativas do Brasil (TV Câmara) e do México (Canal del Congreso). A intenção do estudo era determinar em que medida os noticiários dos canais parlamentares contribuem para informar os cidadãos com liberdade de expressão e transparência. Para isto a pesquisadora traçou três objetivos secundários na sondagem que eram: 1) classificar em que categoria se encaixam os noticiários produzidos pelas duas emissoras; 2) comparar o processo de produção de notícias nas duas emissoras; 3) identificar interferências do poder político nas rotinas produtivas.

Com relação ao primeiro objetivo ela afirma que:

*“[...]Concluimos, portanto, que os noticiários produzidos pelas TVs legislativas são o resultado de uma fusão entre o jornalismo tradicional e a comunicação institucional, podendo ser classificados como **jornalismo institucional**. Nesse sentido, consideramos ainda, que os profissionais que trabalham nas redações de emissoras legislativas devem ser considerados jornalistas e não comunicadores institucionais.” (QUEIROZ, 2007: 202)(grifo no original)*

Com relação aos objetivos seguintes, foram identificadas poucas diferenças entre os dois canais no processo de produção de notícias. Já no mapeamento de pontos em que é

possível ampliar a possibilidade efetiva de *accountability* e de dar autonomia editorial na produção dos noticiários uma série de aspectos foi salientada. Um dos primeiros é que o processo de evolução do conteúdo dos canais legislativos nos dois países é diretamente relacionado à maturidade do próprio processo democrático.

“[...] No Brasil, onde a redemocratização já tem mais de vinte anos, os noticiários legislativos se mostram mais plurais, com maior índice de participação da sociedade civil e com menor influência do poder político. No México, o processo mais recente de democratização, iniciado há sete anos, se traduz em uma emissora que ainda reflete uma forte influência do poder político-partidário, pequena participação da sociedade civil e um grau mais elevado de conteúdos institucionais em seus noticiários, em detrimento do conteúdo jornalístico.”
(QUEIROZ, 2007: 206)

Para diminuir ainda mais a possibilidade de interferências políticas nas linhas editoriais e ampliar a função de *accountability*, Queiroz apresenta sugestões tais como a criação de conselhos paritários de gestão das emissoras³² e adoção da figura de *ombudsman*, além de a emissão passar a se dar em sinal aberto e não somente por cabo.

O aproveitamento de conteúdos produzidos pela *Agência Senado* no noticiário da *Folha On Line* do *O Globo On Line* foi o objeto da pesquisa empreendida por Iara Borges, defendida em 2008, também no PPGCOM/UnB. Baseada nos conceitos de interagendamento de McCombs & Shaw (1968) e de mídias das fontes de Sant’Anna (2005), ela analisou as notícias divulgadas por estas mídias em três momentos distintos: um período de escândalo político, um período de recesso parlamentar e um período de atividade regular do Legislativo. O estudo, entretanto, não efetua um comparativo entre os três momentos para apontar tendências comportamentais. A análise global de Borges diz que:

³² No caso do Canal del Congreso do México a criação de um conselho consultivo já era prevista em regulamento, mas não havia sido implementada no momento do estudo. (QUEIROZ, 2007:205)

“A pesquisa demonstrou que a ‘mídia das fontes’ Agência Senado agenda os temas que os sites noticiosos comerciais Folha Online e O Globo vão abordar em suas próprias notícias, uma vez [que] essas mídias buscam notícias entre as notícias que a ‘mídia das fontes’ Agência Senado coloca à disposição em sua página na internet, de forma gratuita, com a condição de que a fonte seja citada. Porém, simultaneamente, constatou-se que essas mídias privadas, apesar de buscarem informações na página da internet da ‘mídia das fontes’ Agência Senado, aproveitam apenas o que interessa a elas, ou seja, praticam o gatekeeping ao eleger algumas notícias que consideram possuir valor-notícia e ignorar outras.” (BORGES, 2008: 109)(inserção do minha)

Embora não sejam pesquisas do campo de estudos da Comunicação, outros três trabalhos de mestrado merecem menção. Os três foram defendidos no ano de 2009 e expressam, em certa maneira, o quanto as ações de comunicação e a própria existência das mídias legislativas despertam o interesse para investigação científica. Em um trabalho de Psicologia Social do Trabalho e das Organizações, defendido junto ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade de Brasília, Felipe Burle dos Anjos estudou “Trabalho prescrito, real e mediação do sofrimento: o caso dos jornalistas de um órgão público”. Combinando os referenciais de Comunicação e da Psicodinâmica do Trabalho, ele empreendeu um estudo de caso de uma das agências de notícias do Poder Legislativo na capital federal (a instituição foi preservada, mantida em sigilo de pesquisa, bem como as identidades dos jornalistas pesquisados) e comparou o que são os preceitos que constituem o fazer jornalístico – o *trabalho prescrito* – com a percepção que os editores e repórteres da agência manifestaram sobre o que realmente seu trabalho é – o *trabalho real* – e as insatisfações geradas a partir do reconhecimento de incoerências, com a conseqüente adoção

de comportamentos pelos jornalistas visando a manutenção da satisfação com o trabalho – *mediação*³³ *do sofrimento*.

Entre as diversas conclusões de Anjos está a de que há conflitos entre o que, do ponto de vista da Comunicação, chama-se de cultura profissional do jornalistas e o que representaria a cultura profissional da burocracia do setor público. Não era o objeto da pesquisa dele, mas são apontadas práticas na casa legislativa que são absolutamente desviantes do que se poderia esperar de um poder público democrático:

“Os interesses demonstrados pela hierarquia dos jornalistas do serviço público não condizem com a função social da instituição pública, nem com a responsabilidade social que a Casa possui sobre seus trabalhadores. A subversão da Comunicação Social em um setor que transfere dinheiro da publicidade para apadrinhados políticos é uma grave denúncia da precarização do trabalho. Reza-se um discurso de acomodação na estabilidade e na ausência do medo de demissão, enquanto se aumenta o controle burocrático sobre o trabalhador; em detrimento da realização profissional dos jornalistas e da missão de informar bem a população.” (ANJOS, 2009: 97)

As outras duas pesquisas foram defendidas no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Faculdade de Estudos Sociais Aplicados da Universidade de Brasília. André Luiz Pires Azevedo estudou a influência das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) na atividade de assessoria parlamentar por grupos de interesse. Tomando como estudo de caso a assessoria legislativa do sistema CNC-Sesc-Senac ele construiu um índice de aferição do aproveitamento de informação da oferta de informação

³³ O conceito de mediação na psicodinâmica do trabalho guarda similaridade com o mesmo termo empregado no campo da Comunicação apenas na dimensão de ressignificação de uma situação ou estado. Diferentemente da comunicação, a mediação neste ramo da Psicologia se dá como uma decisão do indivíduo, de caráter pessoal, desprovida da alteridade para a percepção dos sentidos. As estratégias de mediação podem até ser organizadas de forma coletiva e condicionadas por outros, mas são fruto da capacidade volitiva do indivíduo. Para mais informações sobre as estratégias de mediação para evitar o sofrimento no mundo do trabalho uma fonte referencial é MENDES, A.(org) Psicodinâmica do Trabalho: teoria, método e pesquisas, São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.

feita pelos portais de Internet do Senado Federal, Câmara dos Deputados e Assembleias Legislativas do Rio Grande do Sul, Paraná e Rio de Janeiro.

Azevedo corroborou suas hipóteses de que o conteúdo dos portais legislativos impacta diretamente nas estruturas e nos procedimentos das assessorias parlamentares de entidades empresariais e sindicais do setor do comércio de bens, serviços e turismo; que aumenta a dificuldade e eleva-se o custo de manutenção de uma assessoria parlamentar quando não há o que ele chama de “colaboração”³⁴ dos portais legislativos e que as TICs ampliaram a possibilidade de acompanhamento do processo legislativo para os setores que já estavam organizados no monitoramento da atividade dos parlamentos.

“Os grupos de pressão das entidades empresariais perceberam que para assegurar a sua capacidade de influência dentro dos parlamentos era necessária uma maior participação, acompanhamento legislativo e maiores e melhores intervenções, bem como a formação de parcerias e redes na defesa de interesses em comum, como a rede informal das confederações empresariais e a Rede Nacional de Assessorias Legislativas do Comércio de Bens, Serviços e Turismo – Renalegis. Isso somente foi possível dentro da democracia brasileira com a utilização de recursos tecnológicos e a criação de ferramentas de Tecnologia de Informação e Comunicação – TIC.” (AZEVEDO, 2009: 113)

Embora não tenha tido correlação, ou sequer citação do trabalho anterior, as conclusões da pesquisa de Azevedo praticamente confirmam e complementam aquelas apontadas por Ribeiro (2007).

A outra dissertação de Ciência Política sobre *medium* legislativos também diz respeito a participação social e exercício democrático facilitado pela difusão de informação. Em “Observatório da Saúde no Legislativo: informação e comunicação a serviço da participação social em saúde” Wagner Robson Manso de Vasconcelos faz uma análise do sítio na internet

³⁴ No caso do campo da Comunicação chamar-se-ia de “transparência” nas atividades e decisões parlamentares.

mantido em parceria por três instituições públicas: Fiocruz, Câmara dos Deputados e Senado Federal denominado Observatório da Saúde no Legislativo (OSL), que a partir de um banco de dados agrupa e oferta as propostas legislativas sobre saúde em tramitação no Congresso Nacional.

Para Vasconcelos o projeto de gestão governamental da informação atende os objetivos de assegurar o efetivo controle social previsto pela Lei Orgânica da Saúde (Lei nº 8.080/1990) que instituiu o Sistema Único de Saúde – SUS:

“O OSL alia, ao mesmo tempo, duas das principais características das discussões contemporâneas sobre participação e controle social em saúde pública. Primeiro porque possibilita acesso simplificado e imediato a informações que, embora cruciais à população, encontram-se extremamente restritas a círculos muito próximos àqueles que as produzem. Ressalte-se que tais informações não são negadas à população. Mas, diante da complexidade dos processos legislativos, e das dificuldades dos atuais sistemas de acompanhamento de proposições hoje existentes na Câmara e no Senado, o acesso torna()-se bastante difícil.*

Em segundo lugar, o Observatório permite, a partir da informação que disponibiliza, uma tomada de decisão por parte da sociedade, seja por meio dos próprios indivíduos que a compõem, seja pelas instâncias de representação que existem.[...]” (VASCONCELOS, 2009: 116)(Supressão minha)

Fora da área de mídias legislativas, mas tratando de Comunicação e Legislativo, há ainda o trabalho de Elson Sempé Pedroso, apresentado como dissertação ao programa de Pós-Graduação em Comunicação da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. No trabalho *Comunicação Pública Política: Campos em Conflito – Um olhar a partir da Câmara Municipal de Porto Alegre*, de 2006, o autor trata da dinâmica de relacionamento entre vereadores, jornalistas comissionados e jornalistas servidores estatutários no trabalho de assessoria de imprensa da casa legislativa e das implicações para o trabalho de levar a informação a público.

Estudos de menor fôlego, elaborados apenas a título de produção de artigos científicos, foram produzidos por diversos pesquisadores e podem ser encontrados nas principais revistas dos programas de Pós-Graduação das áreas de Comunicação, Ciências Sociais e Ciência Política do País. Entre os autores com produção mais destacada na convergência entre os temas Comunicação, Jornalismo e Legislativo encontram-se Antônio Teixeira de Barros, Cristiane Brum Bernardes, Cláudia Regina Fonseca Lemos, Fábio Pereira, Fernando Sá, Heloíza Matos, Márcia Jardim, Francisco Sant'anna, Luiz Carlos Freitas, Valéria Ribeiro e Zélia Adghirni.

3.1 – O senso ‘na lata’ das pesquisas de *lato-sensu*

No nível das monografias de especialização, uma profusão de trabalhos se concentra nas atividades e estruturas de comunicação do Poder Legislativo. O primeiro a ser identificado foi o trabalho de Antônio Pereira de Paula (2003) produzido para o curso MBA-Gestão da Comunicação nas Organizações promovido pela Universidade Católica de Brasília (UCB). Ele analisou a importância da rádio e da TV próprias para a constituição de imagem pública do Senado Federal. Outro trabalho de especialização em Gestão de Comunicação e Marketing Institucionais é de autoria de Jacks de Mello Andrade Júnior e foi apresentado para a conclusão do curso promovido em parceria pela Universidade Castelo Branco e o Exército Brasileiro em Viçosa (MG). O trabalho trata de comunicação, mas não de mídias mantidas pelo legislativo. Andrade Júnior analisa as ações de relações públicas empreendidas pela Câmara Municipal de Viçosa para a aproximação com a comunidade local e fortalecimento de sua imagem institucional.

Ao menos 35 outros trabalhos foram produzidos no ano de 2008 relacionando Comunicação e Legislativo nos cursos *lato-sensu* empreendidos pela entidade de formação

profissional corporativa Universidade do Legislativo Brasileiro – Unilegis. São trabalhos em três diferentes áreas de especialização: Direito, Ciência Política e Comunicação Legislativa³⁵. Até o encerramento deste trabalho de pesquisa os textos referentes aos projetos não haviam sido tornados disponíveis à consulta do público, o que impede a descrição daqueles mais diretamente relacionados com a atual pesquisa.

No nível da graduação, ao menos quatro trabalhos de conclusão de curso (TCCs) foram identificados que tratam diretamente das mídias ou de jornalismo no Legislativo. São de autoria de Wesley Kuhn, apresentado à Faculdade de Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), de Livia Sales apresentado ao Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília (UnB) e de Walter Guimarães e Aline Dias Paz, apresentados à Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília (UnB).

São eles, por ordem de produção:

Walter Roberto Vaz Guimarães – *Jornalismo Híbrido: como a Agência Senado de Notícias pauta a Mídia*, UnB, 2003, orientado por Zélia Adghirni, PhD;

Aline Dias Paz – *Rotinas Produtivas e Aproveitamento de Notícias: uma análise da imprensa escrita da Câmara*, UnB, 2006, orientado por Zélia Adghirni, PhD;

Livia Sales – *O Uso das Tecnologias de Informação e Comunicação – TIC – No Legislativo Brasileiro: estudo do site da Câmara dos Deputados*, UnB, 2008, orientado por Carlos Marcos Batista, PhD.

³⁵ O número é estimado porque a referida instituição, uma universidade corporativa vinculada ao Senado Federal, não disponibilizou as monografias. Foram obtidas versões de alguns deles com os próprios alunos que frequentaram os cursos e com orientadores das pesquisas. A adoção destas investigações não foi considerada neste trabalho em decorrência, também, do fato de a instituição não ter ainda concluído o processo de credenciamento junto ao Ministério da Educação (MEC) para a emissão de certificados de nível superior.

Wesley Lopes Kuhn – *Comunicação Pública na Assembléia Legislativa: estudo sobre a rotina de produção da Agência de Notícias*, UFRGS, 2008, orientado por Maria Helena Weber, PhD.

4 – Condicionantes do aparecimento do jornalista legislativo

Neste capítulo é apresentada a evolução da imprensa e do grupo profissional dos jornalistas brasileiros que permitiu a constituição do subgrupo em estudo. Inicialmente são apresentados os fatores sócio-culturais de formação da imprensa brasileira, determinantes na configuração do tipo de jornalismo produzido no país e na formação da força de trabalho nos jornais. Em seguida é descrita a polêmica sobre o primeiro jornal e o primeiro jornalista brasileiros. Posteriormente apresentada a configuração da imprensa nacional no período do Império, com a delimitação de que os homens de imprensa eram, quase todos, oriundos do campo do Direito. Também é detalhada a participação dos intelectuais, o ingresso dos “homens de letras” no jornalismo brasileiro. Depois o efeito do gênero discursivo da reportagem no jornalismo e no perfil do jornalista, a profissionalização da categoria, o processo de organização da profissão e o papel do estado, do período Vargas até a chegada da Nova República, em 1985.

4.1 – Condições sócio-culturais do surgimento da Imprensa no Brasil

Antes de se tratar do jornalista profissional brasileiro e da posterior subdivisão em categorias, é necessário estabelecer a gênese da atividade no Brasil. Para isto, antes mesmo convém lembrar as condições sócio-culturais da implantação da imprensa no país e que levaram ao que foi considerado um desenvolvimento tardio em relação a outras nações do continente americano.

Na primeira tese de doutoramento em Comunicação no país, defendida em 1972, o professor José Marques de Melo demonstrou que enquanto na Europa do período dos descobrimentos a imprensa teve significação relevante para a sedimentação do espírito nacional e para a própria formação política e cultural dos estados nacionais, com a fixação

dos idiomas, nas colônias a situação era outra: nestas áreas periféricas ela (imprensa) era utilizada como instrumento de imposição dos valores dos conquistadores e dominação ou aniquilação das culturas autóctones. Isto, entretanto, valia somente onde era considerado necessário. Em localidades onde as culturas locais não ofereciam resistência ou onde o conquistador não pretendia fixar qualquer tipo de assentamento, como foi o início do Brasil-colônia, ela sequer foi utilizada. (MELO, 1973:56-57)

A estratégia de uso da imprensa para disseminação do idioma e imposição da religião foi utilizada pelos desbravadores portugueses com pioneirismo. Os primeiros indícios datam do século XV no Oriente e nos países da costa africana, como Guiné, Congo e Etiópia. Já no século XVI é comprovada a instalação de tipografias pelos jesuítas na Índia, China e Japão. O mesmo tipo de estratégia foi utilizado pela Coroa Espanhola em seus domínios. Em 1533 o Vice-Reinado da Nova Espanha, no México, ganha sua primeira tipografia e 49 anos depois, em 1584, chega a Lima, onde se localizava o Vice-Reinado do Peru. A disseminação das iniciativas de imprensa por todo o continente americano, entretanto, levaria quase três séculos para atingir a consolidação. A edição de publicações no continente se deu sob censura oficial ou religiosa em toda a América Colonial Espanhola, bem como na América Inglesa e, como não poderia ser diferente, no Brasil. O quadro só veio a mudar, no caso de Brasil e Estados Unidos, pouco antes dos movimentos de independência. Marques de Melo também observa que dos 19 países hispano-americanos, o que ocorreu em 16 deles é que a criação dos primeiros veículos jornalísticos se deu graças a iniciativas governamentais, principalmente em decorrência do temor dos movimentos emancipacionistas liderados pelas chamadas “elites criollas”. (MELO, op. Cit: 66-82)

Ao analisar os fatores que no caso brasileiro retardaram o início da imprensa, Marques de Melo aponta que não se pode recorrer a uma única causa – política ou econômica, como preferem diversos historiadores da imprensa -, mas a uma conjunção de

circunstâncias causais que se relacionam e exercem influência mútua umas sobre as outras. Ele enumera oito fatores sócio-culturais que contribuíram para esta emergência tardia: a) natureza feitorial da colonização; b) atraso das populações indígenas; c) predominância do analfabetismo; d) ausência de urbanização; e) precariedade da burocracia estatal; f) incipiência das atividades comerciais e industriais; e, por fim, g) reflexo da censura e do obscurantismo metropolitanos. (MELO, op. Cit.: 111)

Pelo menos seis tentativas de manutenção de prelos e tipografias foram registradas no território brasileiro entre os séculos XVII e o início do século XIX. Elas são expostas na Tabela 1 e acabaram sendo frustradas, não conseguiram se manter funcionando de modo perene e frutífero por causa ao menos de um, quase sempre mais de um dos fatores sócio-culturais descritos anteriormente.

| DATA | LOCALIDADE | INICIATIVA |
|------|----------------|----------------------------|
| 1642 | Recife | Holandeses |
| 1700 | Paraná | Jesuítas espanhóis |
| 1706 | Recife | Impressor anônimo |
| 1747 | Rio de Janeiro | Antonio Isidoro da Fonseca |
| 1770 | Salvador | Fábrica de cartas de jogar |
| 1807 | Vila Rica | Pe. Viegas de Menezes |

Tabela. 4.1 – Tentativas de implantação da Imprensa no Período Colonial (MELO, 1973: 142)

Soma-se a isto a decisão do governo português de no século XVI manter sob pelo menos três tipos de censura a edição de qualquer obra que viesse a circular no Reino: a episcopal ou do Ordinário, a da Inquisição e a Régia. Já no século XVII foram sendo modificadas as regras de censura, mas sempre com alguma participação da Igreja, até que o Marquês de Pombal, já em 1768, encerrou o regime compartilhado de restrição e o reservou apenas à Real Mesa Censória. (SODRÉ, 1998:10-11)

Assim seguiu o Brasil, mesmo com os desenvolvimentos econômicos dos ciclos da cana-de-açúcar e do ouro. Como aponta Lustosa, “Imprensa, universidades, fábricas – nada disso nos convinha, na opinião do colonizador. Temiam os portugueses deixar entrar aqui essas novidades e verem, por influência delas, escapar-lhes das mãos a galinha dos ovos de ouro que era para eles o Brasil”. (LUSTOSA, 2003: 7)

4.2 – O primeiro jornal

O quadro só veio a mudar com a transferência da Corte Portuguesa para o país. Completados mais de 201 anos desse fato, os historiadores da imprensa nacional se vêem mergulhados em uma saudável polêmica acerca de qual teria sido o veículo precursor e quem teria sido o primeiro praticante do jornalismo no Brasil. Neste embate, pelo menos três correntes se destacam: a) a de que o fundador seria Hipólito José da Costa, com o **Correio Braziliense** editado a partir de 1º de Junho de 1808 em Londres e distribuído clandestinamente no Brasil; b) a de que o primeiro periódico genuinamente brasileiro era a **Gazeta do Rio de Janeiro**, editada pela Coroa e que circulou a partir de 10 de setembro de 1808; c) e, por fim, a de que o exercício do jornalismo no Brasil não pode ser confundido com a atividade de imprensa e só ocorreu pelos idos de 1869, quando o advogado e ex-deputado geral alagoano Tavares Bastos se dedicou a tratar dos problemas brasileiros publicando **O Diário do Povo**.

Lustosa filia-se à primeira corrente. Para ela, Hipólito José da Costa Furtado de Mendonça, nascido em 1764 na colônia de Sacramento, na antiga Província Cisplatina, é o primeiro jornalista brasileiro. Hipólito cresceu no Rio Grande do Sul, na região de Pelotas, local em que sua família conquistou riqueza e prestígio suficientes para mandá-lo estudar Direito e Filosofia em Coimbra, onde formou-se em 1794. Quatro anos depois, servidor da

Coroa Portuguesa, Hipólito deixava Lisboa com a missão de espionar avanços tecnológicos e recolher sementes nos Estados Unidos da América. Pelo que relatou em seu diário, foi inevitável comparar todo o progresso e liberdade existentes nos EUA com o obscurantismo que dominava Portugal e sua Colônia. Nos Estados Unidos ele ingressou para a maçonaria, ordem secreta que propugnava a liberdade religiosa, portanto não permitida em um Portugal ainda dominado pela Inquisição. (LUSTOSA, op. Cit., 9-10)

De volta a Lisboa, em 1800, reassumiu o lugar de funcionário da Impressão Régia, onde era responsável pela publicação de livros de economia e técnica. Neste período desenvolveu um trabalho de fortalecimento da maçonaria portuguesa. Em uma viagem oficial a Londres, travou contato com a maçonaria inglesa, então a mais forte do mundo e fez amizade com um dos filhos do rei George III, Augusto Frederico, o duque de Sussex e também com diversos libertadores das colônias hispano-americanas, também maçons, como Simon Bolivar, Miranda, O'Higgins e San Martin. Por conta dos contatos na Inglaterra foi preso logo que voltou de viagem e passou três anos sob o jugo dos interrogatórios da Inquisição até que conseguiu fugir, em 1805. Abrigou-se em Londres e graças aos irmãos maçons conseguiu sobreviver efetuando traduções, lecionando português e trabalhando a redação de dois livros.

Foi a vinda para o Brasil do príncipe regente, futuro rei de Portugal, D. João VI, juntamente com toda sua Corte, que deflagrou o processo que o levou a tornar-se jornalista. Hipólito reconheceu no fato uma oportunidade única para Brasil e Portugal e escolheu o nome de **Correio Braziliense** para seu periódico, porque “brazilienses” eram os portugueses nascidos no Brasil ou que se sentiam vinculados ao país como sua verdadeira pátria. À época chamava-se de brasileiros aos comerciantes que negociavam com o Brasil e de brasilianos aos índios. (LUSTOSA, op. Cit., 9-14)

Além da subvenção do Duque de Sussex, o jornal contava com o mecenato de D. Rodrigo de Souza Coutinho, futuro conde de Linhares, que capitaneou o projeto de um Império luso-brasileiro. Com o passar do tempo o **Correio Braziliense** acabou sendo uma ação estimulante para a separação e o projeto curiosamente veio, como é sabido, posteriormente a se frustrar com a Declaração de Independência. (MOREL, 2008: 29)

Uma definição significativa sobre o que representava ser jornalista neste período da história vem na descrição de Lustosa, pouco antes de justificar porque o **Correio Braziliense** vinha editado na forma e tamanho de livro:

“Num tempo em que o acesso à educação era tão menos democrático, em que vivíamos a mudança do mundo a partir das idéias disseminadas pelo Iluminismo ao longo do século anterior, a imprensa se firmara como um importante difusor das chamadas Luzes. Naquele contexto, o jornalista se confundia com o educador. Ele via como sua missão suprir a falta de escolas e de livros através de seus escritos jornalísticos.” (LUSTOSA: 2003, 15)

Já Bahia e Sodré, que embora analisem a história da imprensa, respectivamente, a partir do ponto de vista político e econômico, filiam-se à segunda linha de pensamento. Para ambos, o primeiro jornal brasileiro foi a **Gazeta do Rio de Janeiro**. Segundo Sodré, mais do que sob proteção oficial, a imprensa nascia no Brasil em 1808 por iniciativa oficial. Relata ele que “Antonio de Araújo, futuro conde da Barca, na confusão da fuga (das tropas de Napoleão), mandara colocar no porão da *Medusa* o material fotográfico que havia sido comprado para a Secretaria de Estrangeiros e da Guerra, de que era titular, e que não chegara a ser montado.” E com estes recursos se organizou a Imprensa Régia no porão do próprio Palácio em que veio a residir o conde. (SODRÉ, 1998:19)

Bahia faz a observação de que a circulação da **Gazeta do Rio de Janeiro** se fez em meio ao esclarecimento da nova sede da Corte, “concomitantemente com a instalação do Liceu de Artes, de escolas médico-cirúrgicas, da Academia de Marinha, da Biblioteca Real”.

Afirma ainda que a publicação era responsável por duas importantes inovações até hoje observadas na imprensa: o sistema de cobrança adiantada de assinaturas e a regularidade na entrega dos exemplares destinados aos assinantes e à venda avulsa. (BAHIA, 1964: 9-10)

A mais curiosa observação sobre o início da **Gazeta do Rio de Janeiro** vem de Sodré, acerca de seu primeiro redator. Era o Frei Tibúrcio José da Rocha, que segundo o historiador “nada ganhava para ser *gazeteiro*: por quatro anos aturou o ofício e demitiu-se, sendo substituído por Manuel Ferreira da Araújo Guimarães”. Ironicamente, o servidor do estado, além de explorado, praticamente fazia do ofício de jornalista um sacerdócio. (SODRÉ, op. Cit.)

Com 14 anos de circulação a **Gazeta do Rio de Janeiro** passou, juntamente com todo o seu acervo, a constituir a Imprensa Nacional. Imprensa esta, responsável pela edição, entre outras, do Diário Oficial da União e até hoje uma das principais estruturas do Estado Brasileiro utilizada para dar conhecimento oficial de suas ações aos cidadãos. (BAHIA, op. Cit. 10)

É usual nos estudos da história da imprensa brasileira se colocar em contraposição o jornal oficial, a **Gazeta do Rio de Janeiro**, e o jornal que fazia críticas ao governo, o **Correio Braziliense**. Mas, há mais convergências entre os dois periódicos do que as divergências que podem ser expressas nesta dicotomia evidente. Para Morel, uma leitura atenta demonstra que ambos são produtos da mesma mentalidade, do mesmo contexto político e, mesmo com diferenças, partilhavam um mesmo universo de referências.

“Tanto a Gazeta quanto o Correio defendiam idêntica forma de governo (monárquica), a mesma dinastia (Bragança), apoiavam o projeto de união luso-brasileira e comungavam o repúdio às ideias de revolução e ruptura, padronizado pela crítica comum à Revolução Francesa e sua memória histórica durante a Restauração.” (MOREL in MARTINS & DE LUCA, 2008: 31)

A terceira via da interpretação histórica sobre o início do jornalismo no país é de autoria do também eminente jornalista, político e professor alagoano Pedro Costa Rego e foi lançada em uma sessão da ABI, onde este foi diretor, em 1939. Para ele, o alagoano da antiga cidade das Alagoas – hoje Marechal Floriano – Aureliano Cândido Tavares Bastos foi o primeiro verdadeiro jornalista brasileiro. Recentemente a existência desta tese foi resgatada por Marques de Melo, que apesar de considerá-la iconoclasta, reproduziu a argumentação de Costa Rego, que considerava que a imprensa do Brasil nos períodos joanino e mesmo depois da Independência carecia de autonomia frente ao poder público e aos interesses privados. (MELO, 2009: 183)

Antes de tornar-se jornalista, Tavares Bastos foi parlamentar. É hoje o patrono da Assembleia Legislativa do Estado de Alagoas e da cadeira número 35 da Academia Brasileira de Letras. Nascido em 20 de abril de 1839, faleceu em Nice, França, acometido de uma pneumonia contando apenas 36 anos de idade. Filho do bacharel José Tavares Bastos e de Rosa Cândida de Araújo fez os primeiros estudos com o pai, que era professor de Latim e de Filosofia e concluiu-os em Olinda. Ingressou na Academia de Direito em 1854, ano quem ocorreu a transferência da Faculdade de Olinda para Recife. No ano seguinte seu pai foi nomeado presidente da Província de São Paulo e ele o acompanhou, se transferindo para a faculdade do Largo do São Francisco. Participou das sociedades acadêmicas e escreveu colaborando para revistas literárias e filosóficas. Graduou-se em 1859, aos 20 anos de idade.³⁶

Tavares Bastos logo passou a residir no Rio de Janeiro, onde foi nomeado oficial de secretaria da Marinha. Um discurso sobre os negócios da Marinha provocou sua exoneração do cargo em 1861. Neste ano, concorreu a uma vaga de deputado geral por Alagoas e, aos 22

³⁶ Informação biográfica disponível em < <http://www.biblio.com.br/>>, acesso em 30/09/2009

anos tornou-se o mais jovem parlamentar da legislatura 1861-1863, juntamente com José de Alencar, João Alfredo e José Bonifácio “O Moço”. Voltou a se eleger por mais duas legislaturas, 1864-1866 e 1867-1870. Em 1868, quando a Câmara foi dissolvida, ele, que fazia oposição ao gabinete Zacarias decidiu deixar a carreira política e utilizar apenas a imprensa como tribuna de suas ideias. Arauto do liberalismo político, Tavares Bastos teve a carreira política marcada pela preocupação com a escravidão, a imigração, a livre navegação do Amazonas, a educação, a questão religiosa, enfim, as questões sociais e econômicas do seu tempo. Sobre estes temas e também sobre a ampliação do número de eleitores, o fim do senado vitalício, a igualdade entre os sexos feminino e masculino e sobre a estabilidade no serviço público ele já escrevia desde 1861, valendo-se de pseudônimos, assim como vários políticos da época, panfletos e cartas publicadas em jornais como o **Correio Mercantil**, de Francisco Otaviano. Foi em 1868 que passou a dirigir o **Diário do Povo**, com Lafayette Rodrigues Pereira, e no ano seguinte passou a colaborar com o jornal **A Reforma** do recém-fundado Clube da Reforma, que preconizava a reformulação eleitoral brasileira. (SILVA, 2005: 9-13)

Sobre o que era o exercício do jornalismo de Tavares Bastos, é útil reproduzir a definição de jornalismo, mais precisamente de jornalista, que Costa Rego efetuou em sua apresentação, posteriormente transformada em livro e que foi resgatada por Marques de Melo.

“O jornalista não é, parece-me, o homem de uma paixão, seja esta embora nobre: é o homem de todas as paixões, a inteligência sensível e espontânea, capaz de vibrar a qualquer momento, diante de qualquer ideia ou de qualquer causa, mesmo vulgar o fato, mesmo indefinida a ideia, mesmo obscura a causa. Que ele tenha probidade – é seu primeiro atributo. Que tenha boa forma – é sua primeira arma. Tenha probidade, para inspirar confiança. Tenha boa forma para suscitar atração. Assim provido, cumpre-lhe devassar a vida e agitá-la.”

A vida apresenta-se complexa, sobrecarregada por numerosos problemas, e confusa. Não basta vê-la; é necessário compreendê-la. O jornalista reúne certas ideias em face da vida, e entra a interpretá-la.” (REGO apud MELO, 2009: 185)

De comum, entre as três vertentes que buscam a atribuição da origem do jornalismo no Brasil, está a ligação da atividade jornalística com a política e a burocracia de Estado. Seja na forma oficial, para apoio ou como oposição ao *establishment*, ao longo do desenvolvimento da imprensa brasileira isto continuou ocorrendo. A ligação entre a atividade de jornalista e a de político sempre foi intrínseca no Brasil, como observou Fernanda Petrarca, que lista também a cultura, como um dos verdadeiros campos em que os jornalistas pretendiam fazer carreira.

“O jornalismo representava uma ocupação provisória, seja para aumentar e complementar o rendimento econômico constituindo-se um “bico”, um trabalho extra, seja como trampolim para posições destacadas em outras esferas. Tratava-se de uma atividade secundária que permitia estabelecer uma série de relações, contatos, vínculos que poderiam resultar em uma posição na esfera da política ou na esfera da cultura.” (PETRARCA, 2008: 60)

4.3 – Os jornalistas no Império que contra-atacava

A articulação do exercício do jornalismo com diversas outras atividades políticas e religiosas marcou a trajetória de inúmeros personagens que se dedicaram a participar da imprensa durante todo o século XIX. Os redatores de jornais acumulavam funções, e o jornalismo tornava-se apenas uma das atividades por eles exercidas, além de um importante instrumento de ação política. A atuação da imprensa era vista, por um lado, como um instrumento estratégico de mobilização política e participação em diversos conflitos sociais; por outro lado era percebida como uma prática de atualização, de crítica e de julgamento dos fatos, pois atuava contra o e a favor do Estado, movimentando-se entre os diversos grupos, facções, partidos, movimentos e manifestações. Dessa forma, a imprensa representava um

espaço importante para projeção de partidos, correntes e personagens políticos, pois era através do jornal que se fortalecia a carreira na política no período joanino e imperial, constituindo-se, assim, como um meio de se chegar à política (RIBEIRO, 2003).

Outro relevante aspecto da relação envolvendo imprensa e Estado daquele tempo, chamada de período da imprensa áulica, dava-se quase na contramão da proibição preconizada por Costa Rego. Era prática extremamente usual do governo joanino se valer das chamadas “penas de aluguel” e, também, subvencionar jornais editados fora do país, especialmente também em Londres, com o objetivo de se contraporem ao **Correio Braziliense** e outros títulos oposicionistas que foram surgindo ao longo do tempo. E bastava que passassem a desagradar o Regente para que a subvenção lhes fosse cortada, como ocorreu com **O Investigador Português**, lançado em 1811, e que depois de uma troca de redator e de linha editorial no ano de 1818 teve a subvenção cortada e desapareceu em menos de um ano. (SODRÉ, 1998: 32)

Do seu surgimento até 1880, a imprensa caracterizava-se pela panfletagem, pela criação de vários jornais e pelas folhas avulsas, o que marcou todo esse período. Longe de serem empresas organizadas, estabelecidas, ou empreitadas neutras, os jornais encontraram na política a fonte de seu sustento, servindo aos interesses do Império ou àqueles dos grupos opositores. Isto se manifestou logo cedo, nas disputas ocorridas durante o período de Brasil-Colônia – tendo inclusive uma influência decisiva nos conflitos pela Independência que levaram à formação do Império. Lustosa chama a atenção para o fato de que no período os jornais eram espaço para trocas de insultos, ataques pessoais e até mesmo continham palavrões. Esta foi a tônica dos embates jornalísticos do momento em que o Brasil deixa de se considerar colônia portuguesa para se tornar uma nação independente. As folhas, gazetas, correios e panfletos tornam-se ao mesmo tempo o instrumento e o espaço de competição

política participando ativamente dos conflitos em torno de uma definição do projeto político e do formato da “nação brasileira”. (LUSTOSA, 2000: 16)

Neste cenário, nem mesmo o novo monarca se absteve da atividade de jornalista panfleteiro e espezinhador de adversários. Alvo principal das críticas do período inicial do Brasil-Colônia, o Príncipe-Regente D. Pedro e também depois, como Imperador D. Pedro I, não se contentou com o poder de comunicação que possuía a partir da Imprensa Nacional e foi ao embate na mesma arena dos opositores, que sabiamente resguardavam suas identidades. Mostra Hélio Vianna que se valendo do pseudônimo de “Sacristão da Freguesia de São João do Itaboraí”, o então Príncipe-Regente redigiu uma carta, publicada em forma de panfleto, onde relatava os acontecimentos do *Dia do Fico*, ridicularizava o principal opositor de sua permanência no Brasil, o Tenente-General Jorge de Avilez Jusarte de Souza Tavares e, de forma complementar, fazia o primeiro ataque a um jornalista: o ex-degredado em Angola José Anastácio Falcão, que desde outubro de 1821 redigia e publicava no país **O Alfaiate Constitucional**. (VIANNA, 1967: 33-34)

No período pré-Independência os jornais tinham curta duração e eram fundados e redigidos, principalmente, por personalidades que já desempenhavam funções públicas, ou escritores, padres, médicos e intelectuais revolucionários vinculados aos movimentos sociais e políticos do momento. Um caso de servidor público tornado jornalista é o do Visconde de Cairu, então censor da imprensa régia, que dominava vários idiomas, era considerado uma espécie de sábio da Corte e foi o fundador do jornal **Conciliador do Reino Unido**. Vários são os exemplos de entrada na atividade jornalística via atuação política e religiosa. Engajados na luta pela Independência do Brasil, Joaquim Gonçalves Ledo e Januário da Cunha Barbosa, foram os principais redatores do **Revérbero Constitucional Fluminense**, empreitada que circulou entre 15 de setembro de 1821 a 8 de outubro de 1822. Representante brasileiro na Corte Portuguesa, Cipriano Barata abriu em 1822 o jornal **A Sentinela**. Frei

Caneca fundou o jornal **Typhis Pernambucano**, em 1823, e mergulhou nos conflitos políticos. (PACCOLA, 2004)

4.4 – Para ser jornalista era bom ter título

Na segunda metade do século XIX os formados em Direito, Engenharia e Medicina nas primeiras faculdades brasileiras passaram a se destacar no interior dos jornais. Uma diversidade de carreiras conduzia ao jornalismo e a atividade passou a constituir-se como um título a mais no conjunto dos títulos acumulados por políticos e, também, por escritores. A formação acadêmica central daqueles que perseguiram a política e a atividade jornalística era o curso de Direito. Dentre os grandes nomes se destacam: Quintino Bocaiúva, editor executivo do jornal **O País** em 1891; Rui Barbosa, redator-chefe do **Diário de Notícias** em 1889; Joaquim Nabuco, proprietário correspondente e colaborador de vários jornais; Rodolfo Dantas fundador do **Jornal do Brasil** em 1891 e Júlio Mesquita fundador de o **Estado de S. Paulo** em 1890.

Uma breve análise de trajetórias de alguns dos grandes nomes do período permite avaliar as formas de ingresso no jornalismo e, também, as perspectivas de carreira no período. Vários têm histórico similar ao de Tavares Bastos, a quem Costa Rego determina primeiro jornalista brasileiro, mas tome-se, inicialmente, o exemplo de Rui Barbosa.

Originário de uma família de políticos da Bahia, cujo pai foi deputado geral, Rui Barbosa cursou a faculdade de Direito em São Paulo em 1868, momento em que também ingressou na imprensa colaborando para vários jornais paulistas. Foi iniciado no jornalismo por seu colega da faculdade de Direito, Joaquim Nabuco, proprietário do jornal **A Independência**, periódico político e literário. Na faculdade de Direito ingressou também em associações estudantis, em especial no “Ateneu Paulistano”, tornando-se orador e mais tarde

presidente, sucedendo o amigo Joaquim Nabuco. Nesse período, ingressou na sociedade maçônica. Em seguida, iniciou a carreira na advocacia e intensificou a atuação na imprensa. Em meados do ano de 1870 começou a trabalhar no escritório do Conselheiro Dantas na Bahia. Ali estreitou relações com o filho do conselheiro, Rodolfo Dantas, proprietário do jornal do Partido Liberal denominado **Diário da Bahia**. Passou a colaborar com o jornal em que se tornou, em 1872, redator-chefe. Nesse jornal, desenvolveu várias campanhas em favor da abolição da escravatura, da reforma eleitoral e da liberdade religiosa. Paralelo a essas atividades, foi eleito, em 1878, deputado na Assembleia Legislativa. Assumiu, anos mais tarde, a função de redator-chefe do **Diário de Notícias**.

Com Rodolfo Dantas, Rui Barbosa montou um escritório de advocacia no Rio de Janeiro, e, nessa cidade, suas carreiras jurídica, jornalística e política deslancharam. Em 1884, recebeu o título de Conselheiro, em 1889 foi eleito vice-chefe do governo provisório instaurado logo após a proclamação da República. Assumiu a pasta do Ministério da Fazenda e da Justiça por intervenção de Quintino Bocaiúva. Em 1893, adquiriu o **Jornal do Brasil** e, em 1898, tornou-se redator-chefe do jornal **A Imprensa**. Sua atuação também estendeu-se à literatura, compondo várias obras na área do Direito. No ano de 1908, assumiu a presidência da Academia Brasileira de Letras e, em 1914, a presidência do Instituto dos Advogados Brasileiros.

Ao analisar as múltiplas e simultâneas carreiras em que o advogado, escritor, jornalista e político Rui Barbosa investiu, Fernanda Petrarca conclui que ele fazia da atividade um título de caráter social.

“O jornalismo, além de permitir, em muitas situações, ampliar e intensificar sua atividade política constituiu-se como mais um dos títulos que carregava e mais um dos espaços de atuação em que estava inserido. Nos jornais em que atuava ora como redator, ora como proprietário e diretor, manifestava os anseios das reformas pelas quais deveria passar a nação: a reforma eleitoral, a

reforma constituinte, colocando o seu conhecimento na área da jurisprudência em prol das reformas políticas. O jornalismo constituía-se como um espaço importante em que era possível fazer um uso político da sua formação em Direito. Um espaço chave na articulação da formação acadêmica e profissional com a atuação política.” (PETRARCA, 2008: 66)

Quintino Antônio Ferreira de Sousa foi mais conhecido como Quintino Bocaiúva, codinome que adotou de um nome de palmeira natural do Mato Grosso para expressar o nativismo. Biógrafos e historiadores não chegaram a um consenso quanto ao início de sua atividade em jornais. Parte afirma que para custear os estudos na Faculdade de Direito de São Paulo, em 1852, ele começou a trabalhar como tipógrafo no jornal do Partido Liberal chamado **O Ipiranga** e outra parte afirma que isto ocorreu antes mesmo de ir estudar Direito, na qualidade de revisor do **Diário do Rio de Janeiro**. Não concluiu os estudos por dificuldades financeiras, mas é certo que no jornal da Corte chegou a se tornar o diretor estreitando, assim, relações com diversos políticos do período do Segundo Império.

Investiu, nas quatro últimas décadas do século XIX, na atividade jornalística e chegou a ser chamado na época de “príncipe dos jornalistas” em decorrência de sua atuação. Escrevendo em diversos jornais, fundou tablóides ocupou cargos de redator e de diretor. Foi o redator do manifesto republicano, publicado em 1870 no jornal **A República** (empastelado em 1873). Em 1874 fundou **O Globo** e, em 1884, o jornal **O País**. Paralelamente escrevia peças literárias, atuava como crítico literário e teatrólogo e construía também sua carreira na política.

Foi senador por três mandatos: 1890-1891, 1892-1899, 1900-1909, período em que se licenciou para ser presidente do Estado do Rio de Janeiro, cargo que ocupou até 1903.³⁷ Seu prestígio como líder republicano lhe rendeu, entre outras coisas, ser o único casaca (civil) que

³⁷ Informação disponível em < <http://www.senado.gov.br> >, acessada em 18/09/2009.

na madrugada de 15 de Novembro de 1889 cavalgou ao lado do Marechal Deodoro da Fonseca e dos demais militares. No governo provisório de Deodoro foi ministro das Relações Exteriores e também ministro interino da Agricultura. Integrante da maçonaria desde a juventude, chegou a supremo mandatário daquela Ordem no país, eleito Grão-Mestre do Grande Oriente do Brasil em 1901.³⁸ Foi fundador do Partido Republicano Conservador.

Também em seu caso a socióloga Fernanda Petrarca avalia que a atuação no jornalismo, concomitantemente a outras atividades, permitiu ampliar as possibilidades de inserção em vários campos, “como da política e da cultura, visto que, nos jornais intensificava contatos, formava vínculos e estabelecia novas relações. Assim, o jornalismo constituía-se como uma ferramenta, um recurso, que expandia as formas de atuação...[”]” (PETRARCA, 2008 : 65)

A análise não é muito díspar, quando aplicada às trajetórias de Júlio Mesquita, Joaquim Nabuco e Rodolfo Dantas. Formados em Direito, iniciaram suas atividades em jornais em meados da década de 1860 e 1870 ainda na faculdade quando investiram, ao mesmo tempo, em suas carreiras políticas e jornalísticas. Rodolfo Dantas tornou-se ministro já em 1882 e Joaquim Nabuco embaixador do Brasil em Washington em 1905. Foram colaboradores de vários jornais, redatores e fundadores de outros tantos; faziam crônicas políticas, críticas literárias e escreviam artigos de opinião. Júlio Mesquita adquiriu o controle acionário do jornal **A Província de São Paulo**, em 1890, transformando esse quotidiano em um jornal “independente” de partidos políticos. Criado por um grupo de republicanos em 1875, **A Província de São Paulo** revelou nomes como Américo de Campos, Rangel Pestana, Campos Sales e Américo Brasiliense e tinha “um programa não apenas para atender um determinado plano político-partidário, mas fundamentalmente para assegurar ao jornalismo

³⁸ Informação biográfica disponível no Portal Maçons < <http://www.samauma.biz/> > acessado em 18/09/2009.

novas conquistas, dotando a unidade e o país de porta-voz das aspirações coletivas”. (BAHIA, 1968:30) Entretanto, Mesquita investiu fortemente nas relações políticas que conseguia mobilizar colocando-se na defesa do liberalismo oligárquico e assumindo a liderança da oposição ao Partido Republicano Paulista (MICELI, 2001).

4.5 – Homens de letras nas redações

Também no período do Segundo Império começou o movimento de aproximação dos chamados “homens de letras”, os literatos, com as redações. Isso é explicado em parte pelo viés econômico dado por Nelson Werneck Sodré, segundo quem, o mercado editorial brasileiro era tão incipiente que restava aos escritores buscarem nos jornais os meios de difundirem suas obras.

“As editoras brasileiras, que começaram a aparecer na segunda metade do século XIX, mandavam imprimir grande parte de sua produção no exterior, sobretudo, Portugal, Alemanha e França. Isso fazia do livro um bem escasso no Brasil, contribuindo para fazer da imprensa o principal meio de divulgação de trabalhos de escritores e contato com o público.” (SODRÉ, 1999)

Entre os nomes que encontraram nos jornais da época espaço para publicar suas obras e ainda atuarem como jornalistas estão Manuel Antônio de Almeida com seu “Memórias de um Sargento de Milícias”, escrito em 1852 e publicado sob o pseudônimo de “Um Brasileiro” no **Correio Mercantil**, mas, postumamente, republicado por Quintino Bocaiúva com a devida atribuição de autoria na revista **Biblioteca Brasileira** dez anos depois; José de Alencar com o romance “O Guarani”, de 1857, publicado no **Diário do Rio de Janeiro**; Machado de Assis, com a “Mão e a Luva” e “Iaiá Garcia”, publicados respectivamente em 1874 e em 1878 no jornal **O Globo** e em **O Cruzeiro**. As obras literárias passaram a

dependem dos periódicos para conquistarem reputação e serem divulgadas. (SODRÉ, 1999: 190-195)

Esses escritores também ocuparam cargos como redatores e chefes de redação no interior dos jornais. José de Alencar, que já era um romancista conhecido em 1856, passou a redator-chefe do jornal **Diário do Rio de Janeiro**; Machado de Assis, revisor em 1859 do jornal **Correio Mercantil**, também foi colaborador de vários jornais, nos quais publicou diversos de seus contos e crônicas sendo repórter parlamentar a convite de Quintino Bocaiúva pelo mesmo **Diário do Rio de Janeiro**; Olavo Bilac, em 1890, atuava como repórter, redator de “reclames” e publicava folhetim literário na **Gazeta de Notícias**; Raul Pompéia, em 1894 torna-se também colaborador da **Gazeta de Notícias** e ainda publicava folhetins literários no **Jornal do Comércio**; Aluísio Azevedo atuava em **O País**; por fim, até depois da virada do século Euclides da Cunha, atuou como colaborador de **O Estado de S. Paulo**.

Uma análise de trajetórias também se faz aqui oportuna e a mais exemplar delas parece ser a de Joaquim Maria Machado de Assis dado seu triplo pertencimento, uma vez que foi um agente social que atuou como jornalista, burocrata e escritor. Mulato, órfão de pai e mãe aos 12 anos de idade, aos 16 estreou na **Marmota**, jornal mantido por Paula Brito. De lá foi acolhido por Manuel Antônio de Almeida, então diretor da Imprensa Nacional, como tipógrafo. Foi em 1859 que começou a atuar como revisor no **Correio Mercantil**, sendo pela primeira vez colega de ofício de Quintino Bocaiúva. No ano seguinte é chamado pelo colega para atuar como repórter setorista do parlamento no **Diário do Rio de Janeiro**. Posteriormente veio a escrever um registro, denominado “O velho Senado” sobre esta experiência de jovem repórter. Quando a redação do **Diário do Rio de Janeiro** se desfez, em 1867, Machado de Assis deixa o jornal e passa a trabalhar no **Diário Oficial**, onde fica até 1874. O autor de “Dom Casmurro” e “Memórias Póstumas de Brás Cubas” atuou também em

outros postos na burocracia pública. Primeiramente como oficial da secretaria do Estado do Ministério da Agricultura, em 1873. O cargo foi conquistado por meio de um colega, também poeta, que, ao assumir a função de Ministro Interino da Agricultura, Comércio e Obras, convidou-o para oficial do gabinete. Em seguida, Machado foi promovido a membro da diretoria do Comércio. Em 1879, foi eleito primeiro presidente da Academia Brasileira de Letras. O projeto da ABL surgiu de um grupo de escritores e também políticos que escreviam na **Revista Brasileira**. Nesse período, a atuação como jornalista e escritor em jornais confundia-se, uma vez que o jornal era um dos espaços primordiais de publicação de contos dos vários escritores.

O percurso profissional de Euclides da Cunha é igualmente singular e representativo. Bacharel em Matemática, Ciências Físicas e Naturais, o que marcou a carreira de escritor de Euclides foi a ampla divulgação de “Os Sertões”. O livro resultou de uma série de matérias publicadas pelo autor no jornal **O Estado de S. Paulo** sobre a Guerra de Canudos, ocorrida no interior da Bahia em 1897. O convite para reportar de modo continuado a guerra, na qualidade de correspondente, ocorreu em função de artigos que escreveu, para o referido jornal, sobre o acontecimento. Euclides da Cunha participou ativamente da propaganda republicana do **A Província de São Paulo** na década de 1880, atuando, também, no jornal **Gazeta de Notícias**. Euclides já havia se iniciado no jornalismo desde os tempos de estudante secundarista quando fundou, junto com outros colegas, o jornal **O Democrata**.

Esse escritor investiu, ao mesmo tempo, no jornalismo, na carreira militar, na burocracia pública e no magistério. Em função de sua participação na defesa da República, foi afastado do Exército em 1888. Proclamada a República, no ano seguinte, foi reintegrado ao Exército, com promoção. Ingressou na Escola Superior de Guerra, na qual se tornou primeiro-tenente e, em 1897, foi designado adido ao Estado Maior do Ministério da Guerra. Em 1904, foi nomeado chefe da comissão de reconhecimento do Alto Purus para demarcar os

limites entre Brasil e Peru e, logo em seguida, foi nomeado adido do gabinete do Barão do Rio Branco. A publicação de “Os Sertões” lhe valeu notoriedade, uma vaga na Academia Brasileira de Letras e outra no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Para Fernanda Petrarca, ao serem analisadas as trajetórias desses dois literatos fica revelado que não é a articulação do título de bacharel com a atividade na imprensa que conduz à carreira política e intelectual. Para ela a associação da atividade de escritor com a atuação na imprensa se dava como uma estratégia para estabelecer novas relações, promover as obras literárias e conquistar um espaço na burocracia pública. (PETRARCA, 2008: 69) Miceli corrobora este pensamento, ao ponderar que muitos literatos e escritores, nesse período, viviam dos rendimentos que conseguiam obter através da colaboração na imprensa. Colaboração esta que se tornava uma atividade central, sobretudo, para aqueles que vinham de camadas econômica e socialmente menos favorecidas e que, ao se encaminharem para as carreiras intelectuais, tiveram a possibilidade de ocupar novas posições em razão dos contatos que conseguiram acionar e que lhes renderam espaço nos jornais. O sucesso das suas estratégias está associado ao desenvolvimento das burocracias intelectuais no país, dentre as quais se situa a imprensa. O exercício do jornalismo tornava-se um ofício associado com o prestígio proporcionado pela atividade de escritor e cada vez mais indispensável, uma vez que era um dos meios de sobrevivência de muitos literatos. (MICELI, 2001: 87).

Através desses dados é possível perceber que, durante o final do Segundo Império e toda a República Velha³⁹ o jornal transformou-se num espaço que congregava pessoas vindas de diversos meios, sobretudo, uma elite política e um grupo cultural em ascensão. Os jornais representavam um espaço em que era possível reverter uma formação acadêmica ou literária e cultural em atuação política. Do ponto de vista profissional, a inovação é que se

³⁹ Período que se convencionou chamar a primeira etapa da República Brasileira e que vai de 1889 a 1930.

trata de um grupo que ou possui títulos de formação já no Brasil, ou capital cultural⁴⁰ que lhes assegure o ingresso na atividade. Uma contraposição em relação à primeira metade do século XIX, quando o “recrutamento” de jornalistas se dava nos quadros da igreja, dos partidos e da própria burocracia real/imperial. (PETRARCA, 2008: 70)

É até mesmo difícil separar os jornalistas que tinham uma carreira predominantemente política ou aqueles que tinham uma carreira predominantemente literária. As fronteiras entre o que é próprio do jornalismo, o que é da política e o que é específico da esfera cultural confundem-se e ficam cada vez menos nítidas. Um exemplo disso é a redação do jornal **A República**, órgão oficial do Partido Republicano, que reunia os grandes nomes da política e da literatura na década de 1870, constituindo-se como ponto de encontro dos “homens de letras”. Além de Quintino Bocaiúva, fundador do periódico e do partido, ali atuavam Machado de Assis, Joaquim Nabuco e José de Alencar. Juntamente com Rui Barbosa e José do Patrocínio, entre outros, este é também o grupo de redatores da **Revista Brasileira** que posteriormente vem a fundar a ABL. (PETRARCA, 2008: 71-72)

4.6 – A reportagem, a descoberta do Brasil e a transformação do cenário

Enquanto no Brasil os jornais e jornalistas dão seus primeiros passos, com os conteúdos essencialmente calcados em expressões de opinião, em países de mais acelerado desenvolvimento econômico e político os periódicos são efetivamente empresas e os jornalistas profissionais. No próprio continente americano, nos Estados Unidos da América, é que o jornalismo encontrou os fatores sócio-culturais mais propícios ao seu desenvolvimento. Lá, a mudança no padrão do jornalismo para perseguir o ideal da objetividade se dá em 1833,

⁴⁰ Na forma definida por Pierre Bourdieu (1998)

com o fenômeno da chamada *Penny Press*, representado principalmente pelo aparecimento do jornal *New York Sun* em 3 de setembro daquele ano. Entre as explicações para a revolução do jornalismo na direção do ideal da objetividade estão o desenvolvimento tecnológico das técnicas de impressão e da própria infraestrutura das cidades, o aumento do grau de alfabetização e leitura e a evolução histórica de uma imprensa cativa a ideais para uma imprensa de livre expressão. (SCHUDSON, 1978: 14-42)

Entre as evoluções surgidas no jornalismo norte-americano estão o desenvolvimento de gêneros narrativos e de perfil profissional para o jornalista. Surge o *muckracker* (quem em uma tradução literal seria escavador de lama) que desencavava escândalos que auxiliavam na venda dos periódicos. Na narrativa, o relato dos acontecimentos naturais dá lugar aos registros de fatos coletados, seja por meio de entrevistas, gênero inventado em 1860, ou por meio de reportagens, gênero criado na cobertura da Guerra de Secessão, ocorrida entre 1861 e 1865. (NEVEU, 2006: 22-23)

As orientações para separar fatos de opiniões têm seu primeiro registro efetuado claramente em 1880 pelo *Chicago Tribune* que fixou no interior da redação um cartaz com as perguntas às quais uma matéria, qualquer notícia, deveria responder: “Quem? O quê? Como? Quando? Onde?” Esta orientação define um modelo de profissionalismo que pressupõe uma relação no campo, a constituição de um caderno de endereços e de um “saber fazer” específico, ligado à tomada de notas, à decodificação da informação e ao controle da situação de entrevista. A busca do novo e a coleta dos fatos implicaram no estabelecimento de uma distância entre o repórter, o homem político e o intelectual, instaurando um discurso de objetividade. (NEVEU, 2006: 23-24)

Na França, por outro lado, até o surgimento da imprensa popular na *Belle Époque*⁴¹ a figura do repórter era associada à imagem do escritor, caracterizando-se por possuir uma competência discursiva e uma retórica literária. Os artigos dos jornais eram redigidos por colaboradores de imprensa que não viviam essa atividade como uma profissão em particular. O jornalismo não possuía um “saber fazer” próprio e uma lógica de carreira, mas servia de ponto de apoio aos que esperavam uma posição nas verdadeiras carreiras que eram a literatura e a política. (NEVEU, 2006: 26)

Assim como no jornalismo brasileiro, ressaltando-se que lá isso ocorreu anteriormente, surge a simbiose entre intelectuais, políticos e homens de imprensa. Os primeiros jornais a se tornarem sucessos de venda apóiam-se no folhetim como estratégia. O *La Presse*, aberto em 1839 por Girardin e o *Le Petit Journal*, fundado por Millaud em 1863, recorrem às penas de Honoré de Balzac, Alexandre Dumas e Victor Hugo, entre outros, para alavancarem seu crescimento. A ligação entre escritores e imprensa na França torna-se um traço marcante e quase indelével e vai de Émile Zola a Albert Camus, cristalizando a associação da figura do escritor à do repórter. (NEVEU, 2006: 26-29)

A segunda frente do jornalismo francês é a política, com periódicos associados a tendências políticas e posteriormente a partidos políticos. Não diferentemente do que ocorreu no Brasil, para os políticos eleitos o controle de um diário é uma trincheira estratégica nas lutas parlamentares ou mesmo na política local. (NEVEU, 2006: 29) A dimensão de recolher cada vez mais informações foi pouco desenvolvida na França e a excelência profissional funda-se sobre o domínio e o talento do estilo, e sobre a capacidade de defender uma linha

⁴¹ “Bela época”, em francês, foi um período na história da Europa que começou no final do século XIX (1871) e durou até a eclosão da Primeira Guerra Mundial em 1914. É tida como uma fase de profundas transformações culturais decorrentes da efervescência intelectual e artística havida nestes pouco mais de 30 anos e que tiveram grandes reflexos no modo de pensar e viver.

editorial. O conteúdo do jornalismo valoriza a crítica, a crônica, o comentário, privilegiando a expressão das opiniões e transformando os fatos em um pretexto para o exercício do estilo e da retórica. (CHALABY apud NEVEU, 2006: 30)

No caso brasileiro, como já foi brevemente mencionado, o gênero da reportagem surge imbricado com a literatura e a política. Sem as mesmas regras norte-americanas, a primeira reportagem data final do século XIX no Brasil e a única similaridade que guarda com a “prima” norte-americana é que surgiu também em decorrência de uma cobertura de guerra.

Ela (reportagem) representou o surgimento de uma narrativa de missão política em que o enunciado e a linguagem tornavam-se uma maneira de mostrar a nação e desvendar as raízes do Brasil. Através da reportagem, foi possível desvelar as peculiaridades da nação brasileira, as diferentes regiões e seus costumes, suas diferenças sociais e econômicas. Figuras como o “povo sertanejo” começam a aparecer no espaço dos jornais. O caráter nacional é descoberto e exaltado. O repórter, por sua vez, passa a ser aquele que vai aventurar-se em busca de um Brasil autêntico, que vai desvelar o país, mostrar sua realidade oculta e desconhecida. (PETRARCA, 2008: 75)

O jornalismo ganha nova função com a reportagem e o repórter passa a ter um novo papel social. É na cobertura da Guerra de Canudos, ocorrida em 1897, que se constituiu um marco para a definição da reportagem e caracterização da figura do repórter como aquele que vai mostrar a realidade brasileira e os problemas nacionais. Os repórteres enviados a Canudos inauguraram o gênero discursivo como o “encontro com o país”. Destacou-se na cobertura da Guerra de Canudos o escritor Euclides da Cunha, enviado pelo jornal **O Estado de S. Paulo** para a cobertura da guerra. Nesse trabalho, ele salienta não somente os aspectos do conflito, mas os habitantes do sertão. (VIDAL E SOUZA, 2003)

A população pobre do interior, em contraposição com as grandes cidades e a capital, tornou-se objeto do pensamento nacional. Passava a ser fundamental procurar conhecê-la e compreendê-la. No início do Império se formulava a imagem do Brasil como um “país sem povo”, agora, tratava-se de descobrir quem compunha e onde estava o povo brasileiro (WEFFORT, 2005).

As reportagens que tinham por finalidade localizar e difundir os males que assolavam a nação contribuíram para fazer da carreira de repórter uma forma particular de investigar os problemas sociais nacionais. Também representaram uma maneira de articular os conhecimentos de literatura e política que possuíam os repórteres do período. Ainda hoje o gênero enseja muito desta marca. Tal finalidade constitui-se como uma das principais características genéticas da reportagem brasileira, conduzindo a um conjunto de temas a serem tratados pelos jornalistas: o interior do país, a vida pobre do sertão, a fome, os problemas econômicos, o atraso, a periferia das cidades. É algo que se reflete ainda hoje na principal distinção de categoria conferida ao gênero, o Prêmio Esso de Reportagem⁴². (PETRARCA, 2008: 78; MAGNO, 2006)

O estilo de reportagem brasileiro teve forte influência da forma narrativa da reportagem francesa – bem como os demais gêneros discursivos, tais como a crônica e o comentário, mantiveram inspiração francófona até a década de 1940 (RIBEIRO, 2003). Mas, apesar disso, assumiu as peculiaridades próprias que conduziram ao surgimento de uma nova tipologia de jornalistas no seio das redações, os quais, paulatinamente passaram a dedicar-se quase exclusivamente às reportagens. (PETRARCA, 2008: 79)

⁴² Para mais informações sobre o tema consultar a dissertação de Mestrado de MAGNO, Ana Beatriz. “*A agonia da reportagem das grandes aventuras da imprensa brasileira à crise do mais fascinante dos gêneros jornalísticos - Uma análise das matérias vencedoras do Prêmio Esso de Jornalismo*” defendida em 2006 no PPG/FAC/UnB.

4.7 – A aparição dos jornalistas profissionais

A convivência da reportagem com a crônica política e a crítica literária nos jornais do início do século XX ensejou a emergência de um novo sujeito nas redações. A denominação “jornalista”, que era restrita aos proprietários dos periódicos, seus diretores e àqueles que escreviam as crônicas e críticas passou a designar também aquele que era responsável pela coleta e confecção de notícias. Com o advento da reportagem, o jornalismo passou a estar associado a um fazer próprio vinculado diretamente ao exercício de produção da notícia. O repórter representou o sujeito que se dedicou no jornal à tarefa de descobrir e relatar aquilo que viu e ouviu na rua. Essa tarefa, que exigia exclusividade e maneira peculiar de narrar o que foi observado, compôs um tipo específico de jornalista cuja característica central pode ser estabelecida como a mobilidade. Ao repórter competia o deslocamento, uma vez que percorria regiões do país, localidades, bairros, repartições municipais, delegacias de polícia. Nessa nova função jornalística, destacaram-se alguns nomes que se caracterizavam pelo investimento profissional no jornalismo, dedicando seu tempo para busca dos temas que comporiam as reportagens: Gustavo de Lacerda, Irineu Marinho, Belizário de Souza e Paulo Barreto, o “João do Rio”. (PETRARCA, 2008: 79)

Ao mesmo tempo, uma mudança se operava no cenário econômico. As técnicas de impressão vinham se modernizando, o número de tipografias aumentou consideravelmente e também a quantidade de tipógrafos habilitados. Até os idos de 1925, nos grandes centros como Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Pernambuco – onde a imprensa tornou-se mais vigorosa – a rotativa predominante era a “Marinoni” e tempos depois chegaria a alemã “Man”, que permitia a impressão de suplementos em cores e o encarte de revistas. A empresa jornalística brasileira começava a chamada ‘fase moderna’. (BAHIA, 1968: 69).

Surgem, a cada dia, novos títulos e os jornais pré-existentes começam a traçar estratégias de caráter empresarial. Enquanto a **Gazeta de Notícias** investe em um público de gosto literário, o **Jornal do Brasil** investe no sentido de atingir um leitor de menor grau de instrução e, sobretudo, de menor poder aquisitivo. Desde a circulação de seu primeiro número em 15 de junho de 1901, o **Correio da Manhã**, do advogado e ex-colaborador de Rui Barbosa em **A Imprensa**, Edmundo Bittencourt, também procura ser popular. É ele o primeiro jornal a efetivamente valorizar a informação em detrimento da opinião. (BARBOSA, 2007: 41-42)

As primeiras décadas do século XX foram marcadas pelo declínio da crítica e pela ascensão do noticiário cotidiano e da reportagem. Os escritores, apesar de ainda terem espaço destacado dentro dos jornais, enfrentavam competidores pela primazia da publicação que dedicavam uma atenção para a reportagem e para o noticiário setorizado, como o caso do noticiário esportivo e das matérias policiais. Para Sodré, a passagem do século assegura definitivamente a transição da pequena à grande imprensa.

“Os pequenos jornais, de estrutura simples, as folhas tipográficas cedem lugar às empresas jornalísticas, com estrutura específica, dotadas de equipamento gráfico necessário ao exercício de sua função. Se é assim afetado o plano da produção, o da circulação também o é, alterando-se as relações do jornal com o anunciante, com a política, com os leitores. Essa transição começara antes do fim do século, naturalmente, quando se esboçara, mas fica bem marcada quando se abre a nova centúria.” (SODRÉ, 1998: 275)

Ao contrário do que poderia se pensar, o surgimento da reportagem com forte teor político e em que a mobilidade era necessária não afastou o jornalismo das esferas da política e da literatura. Cada vez mais, o acúmulo de recursos sociais decorrentes da inserção em várias esferas tornou-se fundamental para uma carreira no jornalismo. (PETRARCA, 2008: 82) O exemplo se dá na trajetória do repórter Paulo Barreto, o “João do Rio”.

Paulo Barreto tornou-se conhecido como “João do Rio” pelas suas reportagens sobre a cidade do Rio de Janeiro e a reforma urbana pela qual passava a capital do país e que excluía os moradores das periferias. João do Rio entrou no jornalismo aos 18 anos de idade, por volta de 1899, em um semanário. Através desse jornal começou a conviver com a redação do **Cidade do Rio** onde veio a trabalhar. Lá se destacou pelas crônicas e pelas reportagens de rua. Circulou, por vários jornais da cidade, o que lhe possibilitou não somente construir uma carreira interna nas redações, como também estreitar relações e estabelecer contatos. Suas matérias sobre a cidade e as reportagens de rua acerca dos cultos populares publicadas na **Gazeta de Notícias** renderam-lhe a edição de um livro com notoriedade literária e sucesso nas livrarias, chamado “As Religiões do Rio” e publicado em 1905. Permaneceu neste jornal, onde ingressou indicado pelo deputado fluminense Nilo Peçanha, até o ano de 1913.

Sua vida, naturalmente, não se resumiu ao jornalismo de reportagem. Em 1910 passou a fazer parte da ABL, momento em que escrevia também peças de teatro. Em 1917 fundou a Sociedade Brasileira de Autores Teatrais. Além de peças escrevia contos e crônicas. Uma de suas crônicas, a mais conhecida, chamada “A Alma Encantadora das Ruas”, de 1908, descreve sua paixão pelas ruas da cidade. No ano de sua morte, em 1921, já era diretor do jornal **A Pátria**. Além da atividade jornalística e literária, tentou, também, por volta de 1902, ingressar para a diplomacia no período em que o Barão do Rio Branco, Ministro das Relações Exteriores, estava recrutando rapazes para o Itamaraty. Não preencheu, contudo, todos os requisitos exigidos pelo Barão. Sua atuação política ocorreu através do apoio declarado a Rui Barbosa durante a campanha civilista para presidente da República em oposição a Hermes da Fonseca, que era candidato dos militares.

Um trecho de autoria do próprio João do Rio, recuperado por Medina, sinaliza a transformação que se operava no perfil profissional.

“[...] Um pequeno estudante, naturalmente poeta em crise monetária... Que fazer? Um pequeno estudante arranja um empenho político e amanhece repórter. Um cidadão qualquer fracassou em todas as profissões, quebrou, foi posto fora do clube de jogo? É jornalista. Aquele moço bonito, cuja bolsa parca só se compara à opulência de vontade de freqüentar as rodas chiques, vê-se à beira do abismo? Não há hesitações. Faz-se jornalista.” (RIO, João do, 1909 apud MEDINA, 1988: 57)

Outro caso de profissional que marcou um estilo de reportagem e firmou a imagem do repórter é o de Gustavo de Lacerda que também fez carreira como jornalista em vários jornais. Defensor do sentido de missão dos jornalistas, caracterizou-se por um estilo de reportagem voltado à denúncia de práticas violentas do governo, mostrando os problemas do Estado brasileiro. Para ele, o jornalista tinha uma missão social, que implicava mostrar os problemas do povo brasileiro, suas desigualdades, seus males e se tornar uma força para a sociedade.

Gustavo de Lacerda nasceu em 1853 e faleceu em 1912. Iniciou a carreira no jornalismo como repórter do jornal **O País**. Era negro⁴³ e militante de partido socialista. Investiu também na carreira política, fundando no Rio de Janeiro o Partido Socialista Coletivista e participando dos primeiros movimentos operários: o “Centro Operário Radical” que funcionou no Rio por volta de 1892. Lá colaborava abordando o problema da reforma agrária no Brasil e publicando, em 1901, a propaganda socialista intitulada “O Problema Operário no Brasil”. O repórter para ele estava submetido às mesmas condições que os operários, mas por possuir conhecimento tinha como missão orientar o povo brasileiro. Assim, o repórter encontrava-se na mesma situação que o político: é preciso conhecer a

⁴³ A informação sobre raça aqui apenas é mencionada em decorrência de ele ter nascido sob a vigência da Lei do Ventre Livre e ter vivenciado a abolição da escravatura, o que denota a possibilidade de inserção social representada pela carreira no jornalismo.

nação e suas chagas para mudá-la. E o jornalista, pela condição de noticiar o que vê, detém os meios e os segredos para fazer isso.

Gustavo de Lacerda não se destacou somente como repórter, foi também o fundador da primeira entidade a reunir os jornalistas brasileiros: A Associação Brasileira de Imprensa, que, surgiu em 1908 de uma iniciativa de um conjunto de repórteres liderados por ele. Sua intenção era criar também uma biblioteca que estivesse aberta ao público “com o objetivo de atender não apenas às necessidades de informação cultural dos jornalistas, mas também a todo o povo da cidade do Rio de Janeiro”⁴⁴.

Nesse momento, diferente do que aconteceu na geração anterior, apresenta-se a possibilidade de seguir uma carreira no jornalismo fazendo desta a atividade central. Na geração anterior, o que caracterizava a entrada no jornalismo era a relação com a literatura e com a política marcada, por um lado, pelos bacharéis em Direito que queriam fazer uma carreira política e intelectual e, por outro lado, daqueles que queriam seguir uma carreira de escritor, mas, para isso, precisavam ingressar no serviço público para manter seus sustentos e na imprensa para obter notoriedade. (PETRARCA, 2008: 84)

4.8 – Organização e profissionalização dos jornalistas brasileiros

Para Sant’anna, três períodos marcam a trajetória de organização e profissionalização dos jornalistas no Brasil: a) do surgimento da imprensa à edição do primeiro marco legal da profissão, em 1938; b) de 1938 até 1979, quando se forma o discurso competente e passa a ser exigida a formação acadêmica em jornalismo para obtenção do registro profissional; c) de

⁴⁴ Informação colhida em < www.abi.org.br>, acesso em 19/09/2009.

1979 aos dias de hoje, quando se expandiram as fronteiras territoriais de atuação dos jornalistas profissionais. (SANT'ANNA, 2009: 117)

O estabelecimento da fronteira jurídica e formal constitui uma das maneiras de certos espaços sociais institucionalizarem-se (BOURDIEU, 1997, NEVEU, 2006). No caso da institucionalização da atividade jornalística no Brasil o processo apresenta-se instável ao longo do tempo, uma vez que, em diferentes momentos, o conteúdo dos princípios de enquadramento do jornalismo foi alterado, não conseguindo tornar constantes e duráveis suas fronteiras e critérios oficiais de pertencimento. Os diversos decretos oficiais instaurados para regulamentar a atividade, que estabeleciam quem poderia exercê-la e sob quais condições deveria fazê-lo, revelam que o controle sobre a atividade está constantemente em pauta e disputa.

A configuração desse processo de regulamentação aconteceu diferente da forma como ocorreu em outros países, como os Estados Unidos, onde os princípios oficiais de pertencimento conseguiram fixar-se através de uma legislação ainda vigente. (PETRARCA, 2008: 108) Ou mesmo diferente do que ocorreu na França onde existe uma *Carte de Presse* que fragilmente institucionaliza a profissão, pois não há exigência de formação específica para obtê-la e, tampouco, a comissão que a entrega faz cobranças sobre quem exerce o jornalismo sem possuí-la. (NEVEU, 2006:36)

4.8.1 – A regulamentação pioneira

Antes da primeira ação no sentido de regulamentar a atividade jornalística no Brasil, quem determinava o número de horas trabalhadas e o valor do trabalho jornalístico eram as

próprias empresas de comunicação. A primeira legislação⁴⁵ da “profissão” foi criada em 30 de novembro de 1938, pelo governo ditatorial de Getúlio Vargas, junto com as assessorias dos sindicatos de jornalistas de São Paulo e do Rio de Janeiro. Principalmente, o decreto buscava regulamentar a duração da jornada e as condições de trabalho nas empresas jornalísticas, definindo o jornalista como “trabalhador intelectual cuja função se estende desde a busca da informação até a redação de notícias e artigos e à organização, orientação e direção desse trabalho” (MARANHÃO FILHO, 1995, p. 49).

O momento de edição desse decreto ocorreu em um período de intensas crises do governo com a imprensa. O Estado Novo⁴⁶, instituído por Getúlio Vargas, restabeleceu a censura no país e criou órgãos como o Departamento de Propaganda e Difusão Cultural (DPDC), em 1934 e o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), em 1939, cujo objetivo era controlar a imprensa e o rádio que experimentavam a expansão no país. (BARBOSA, Op. Cit.:117-118)

O Estado Novo se notabilizou pelo controle do aparelho de Estado sobre os meios de comunicação. De fato, a situação de liberdade na imprensa da República Velha, que o antecedeu, não era muito diferente. Era prática usual entre os presidentes da fase republicana inicial a de comprarem a opinião nos jornais, ou dotarem suas redações de censores. Foi o que ocorreu com o ex-jornalista Campos Sales quando assumiu a presidência da República e

⁴⁵ O Decreto-Lei número 910/38 determinava que a jornada de trabalho correspondia a cinco horas, tanto de dia como de noite. Ela poderia ser contratualmente prolongada para sete horas, ocorrendo compensação financeira. Estabelecia ainda que o jornalista precisava ser brasileiro (nato ou naturalizado), maior de idade, não podendo ter antecedentes criminais, nem estar respondendo a processos na justiça. Apesar do pleito dos sindicatos de exigir formação universitária para o exercício da profissão, a exigência do diploma não foi inserida no decreto (ROCHA, 2004). É necessário não confundir a regulamentação profissional com lei de imprensa, uma vez que a primeira no Brasil data do Império.

⁴⁶ Período compreendido entre 1930 e 1945, também conhecido como “Era Vargas”, marcado pelo Governo Provisório (1930-1934), Governo Constitucional (1934-1937) e o Período Ditatorial (1937-1945).

que depois de deixar o cargo declarou que a subvenção a jornais era comum desde o Império e foi prática também de seus antecessores Floriano da Fonseca e Prudente de Moraes. (DE LUCA, 2008: 163-164)

Durante o Estado Novo a questão nacional é tomada como palavra de ordem. Para ampliar sua área de influência o governo aumenta o número de toda sorte de órgãos burocráticos: pululam agências, institutos, conselhos e autarquias. O pilar para a construção de um projeto de identidade nacional foi a inclusão como massa a ser manipulada, via formulação discursiva e ideológica, do grupo urbano que mais crescia em todo o país: os trabalhadores. Nisto o grupo que controlava a burocracia de estado e a burguesia industrial emergente concordavam. Para dar cabo do projeto hegemônico, no sentido gramsciano, de poder, o governo domina também a imprensa, seja pela coerção, por alinhamento, ou por meio da cooptação.

Após 1930 multiplicam-se os grupos de interesse que reivindicam junto ao Estado sua inserção na máquina estatal. Nesse contexto, coube também aos jornalistas redefinirem seu papel, ainda que a tomada de decisões competisse, em última instância, às elites dirigentes. (BARBOSA, 2007:110-111)

Para compreender a primeira regulamentação da profissão de jornalista e o processo de estabelecimento dos seus primeiros critérios jurídico-institucionais é necessário relacioná-los ao projeto para organizar a profissão proposto pelos jornalistas e, também, às convicções políticas de que estavam imbuídos. Trata-se, ainda, de vincular a ação à proposta do governo para organização das profissões. Nesse processo de regulamentação, o aparato estatal tornou-se essencial para formação do grupo profissional. Assim como, naquele período, as profissões tornaram-se essenciais para formação do Estado Brasileiro, o Estado e seu aparato burocrático tornaram-se fundamentais para formação dos grupos profissionais,

proporcionando espaços em que poderiam atuar em nome de suas profissões. (PETRARCA, 2008: 109-110)

4.8.2 – O crescimento do jornalismo Estatal, a evolução do mercado e a exigência de formação acadêmica

Na “Era Vargas”, a primeira fase deu-se pelo fechamento de muitos jornais e revistas que tinham vínculos políticos e partidários, simultaneamente com a criação de revistas culturais e jornais pró-governo em diversos estados. Dentre essas revistas e jornais apoiadores do novo regime, pode-se citar o jornal **A Manhã** e a revista **Cultura Política**, os quais contavam com a participação de muitos pensadores e escritores brasileiros. Como todos os meios de comunicação social, o rádio também foi um dos setores de investimento do governo e traduziu-se, principalmente, no programa “Hora do Brasil”, cujo objetivo era o de transmitir para todas as estações de rádio os principais acontecimentos da vida do país e incentivar a cultura nacional. (BARBOSA, 2007: 104-117)

Em seu trabalho sobre a grande imprensa na primeira metade do século XX, Tânia de Luca aponta que, embora parte cooptada por subvenções e outra sob imperiosa censura, a imprensa brasileira até 1937 não era favorável ou simpática a Getúlio Vargas. Relata que isto justificou a montagem de um jornal, **A Manhã**, em 1941, sob a direção de Cassiano Ricardo. Um dos mais importantes passos, que se somava ao controle financeiro sobre as empresas jornalísticas, foi a constituição de uma subdivisão do DIP, a Agência Nacional. (DE LUCA, in MARTINS & DE LUCA, 2008: 172)

É conveniente lembrar que o Decreto-Lei nº 910 criou a figura do jornalista do serviço público, um profissional habilitado a trabalhar nos meios de comunicação públicos, mas, também, nos organismos de comunicação institucional das repartições do poder público.

O decreto também reconheceu o que já era uma realidade da época, tornou-se uma prática que se estendeu ao longo dos anos e que ainda hoje pode ser verificada: o trabalho simultâneo em mais de um veículo de imprensa e também em estruturas de jornalismo institucional ou governamental. (SANT'ANNA, 2009: 123)

O duplo ou triplo pertencimento – aos campos da política, da burocracia e do jornalismo – continuava usual e não era visto como prática que ferisse qualquer parâmetro ético, como confirma o cientista político Luiz Moniz Bandeira ao reconhecer sua tripla militância no período entre 1950 e 1960.

*“Eu era cronista e, de certo modo, figurante. Como cronista tinha a responsabilidade de editar as notas políticas do **Diário de Notícias**, do Rio de Janeiro. Como figurante, além de várias atividades políticas que desenvolvia, era assessor desde 1956 do deputado trabalhista Sérgio Magalhães, então presidente da Frente Parlamentar Nacionalista, Vice-presidente da Câmara Federal e candidato ao governo do Estado da Guanabara.” (MONIZ BANDEIRA, 2001: 11)*

Antes disso, ao tempo do Estado Novo avanços e desenvolvimentos tecnológicos como o telégrafo, o telefone e outras formas de transmissão haviam se consolidado e boa parte dos jornais brasileiros já tinham se tornado assinantes, ou mesmo recebedores “graciosamente” dos principais serviços noticiosos internacionais, como as Agências Havas, France Presse, Associated Press, United Press International e Reuters. (SODRÉ, 1999:416) Agências de notícias, como estas, simbolizavam a emergência da grande indústria internacional da informação. (MEDINA, 1988: 19) O contraponto brasileiro, a serviço do Estado, obviamente, era a **Agência Nacional** que funcionava em ritmo de verdadeiro jornal e contava, em 1944, com 220 servidores como descreve Silvana Goulart: “atuava como um jornal, durante os três expedientes, dispo de equipes completas de redatores, repórteres, tradutores, taquígrafos etc., inclusive editores em áreas específicas e editor-chefe”. (GOULART, 1990: 68)

O exercício do jornalismo no poder público, entretanto, obviamente não era bem visto nas redações sob censura. Em depoimento originalmente prestado à **Folha de S. Paulo** e reproduzido por Marialva Barbosa em seu História Cultural da Imprensa, o jornalista Joel Silveira queixa-se: “O mercado de trabalho era limitadíssimo, porque os jornais tinham tudo pronto da Agência Nacional. Vinha tudo mastigado. As redações tinham quatro ou cinco pessoas que faziam o jornal todo...[]” (SILVEIRA, Joel, *apud* BARBOSA, 2007: 112)

A questão da imagem do jornalista no serviço público veio a ganhar um reforço negativo com a contratação de jornalistas como censores pelo Estado Novo. Novamente o depoimento a respeito é reproduzido no estudo de Marialva Barbosa, mas desta vez quem relata é o ex-censor e jornalista Álvaro Vieira, que trabalhou para a 4ª Delegacia e prestou o depoimento ao Boletim da ABI. “...[] a 4ª Delegacia contrata 20 ou 30 jornalistas como censores, com salário de 300 mil-réis por mês. Um argumento usado pelos jornalistas: era melhor que a censura fosse exercida por eles do que por policiais.” (VIEIRA, Álvaro *apud* BARBOSA, 2007: 120)

O decreto de 1938 não foi o único a regulamentar a “profissão” de jornalista na Era Vargas. Posteriormente a ele, instauraram-se os decretos-lei nº 5.480, de 13 de maio de 1943 e nº 7.037 de 10 de novembro de 1944. Com a consolidação das leis do trabalho 1º de maio de 1943, repetiram-se os artigos do decreto-lei de 1938, não se alterando a distinção feita entre profissionais de imprensa. O decreto-lei nº 5.480 adicionava a criação dos cursos de jornalismo ao ensino superior e estabelecia que o primeiro curso seria criado na Faculdade Nacional de Filosofia com o auxílio da ABI. Já o decreto de 1944 acrescentou a remuneração mínima daqueles que trabalhavam em atividades jornalísticas e enquadrou como jornalistas também os redatores existentes na radiodifusão e na redação publicitária. Por esse decreto, todos os que trabalhassem em imprensa passaram a se titular como jornalista, desde o diretor ao arquivista. O decreto de 1938 apenas diferenciava o jornalista do locutor e do fotógrafo,

mas não os classificava dentro de uma hierarquia na produção da notícia. O decreto de 1944, além de enquadrar radialistas e até publicitários como jornalistas, classificava o fotógrafo como auxiliar dos jornalistas, ao lado revisor, do ilustrador ou desenhista e do arquivista.

Ao contrário dos sindicatos de jornalistas, que faziam a representação exclusiva da categoria assalariada no jornalismo, a ABI nasceu em 1908 como uma entidade “guardachuva”, representando a todos os envolvidos na atividade de imprensa: empreendedores, empregados e até mesmo os varejistas da notícia. Na criação era intenção de Gustavo Lacerda que a entidade tivesse uma caixa de previdência, um serviço médico-farmacêutico, um retiro para jornalistas idosos e até uma sociedade de proteção aos meninos jornaleiros. Isto não obteve eco nem mesmo nos primeiros estatutos da entidade e praticamente todas estas funções foram abarcadas, de alguma maneira, pelos organismos do Estado Novo, o que explica parcialmente a falta de participação da ABI na primeira regulamentação profissional, mas o mesmo não ocorreu no caso da constituição de cursos de formação profissional. (SEGISMUNDO, 1988: 85)

À época do Estado Novo o presidente da ABI era Herbert Moses – jornalista que passou mais de 35 anos, de 1931 a 1966, à frente da entidade – que também era diretor tesoureiro de **O Globo** e ainda diretor da Cia. de Cigarros Souza Cruz, onde editava a revista institucional. Foi somente graças a este triplo pertencimento que a regulamentação dos cursos de jornalismo acabou ocorrendo em 1943 e principalmente graças ao financiamento da Souza Cruz, que cinco anos depois desta regulamentação as primeiras turmas públicas de um curso de jornalismo começaram a funcionar na antiga Universidade do Brasil (hoje Universidade Federal do Rio de Janeiro). (SEGISMUNDO, 1988: 29-94)

De fato, o primeiro curso de jornalismo no Brasil foi aberto um ano antes, em São Paulo. A exemplo do que fez Joseph Pulitzer, em 1912, que estabeleceu sua herança para a

formação do curso de pós-graduação em jornalismo da Universidade de Columbia, em Nova Iorque, no ano de 1943 Cásper Líbero deixou expresso em testamento que seus recursos e o espólio deveriam constituir uma fundação e um curso de jornalismo, que passou a funcionar em 1947 graças a uma parceria com a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. (PETRARCA, 2008:121)

Para Maranhão Filho falta de regulamentação do decreto de 1938 prejudicava o funcionamento das escolas de jornalismo já existentes e que, por não constituírem curso obrigatório para o ingresso na profissão, não despertaram o interesse da classe. Isso só veio a mudar com a edição de outros decretos, ocorrida nos anos de 1961, 1962, 1963 e, em caráter definitivo, em 1969⁴⁷. (MARANHÃO FILHO, 1995: 56) Tanto as formações de São Paulo, quanto do Rio de Janeiro, foram incluídas como cursos pendentes da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Isto ocasionou a prevalência de matérias humanísticas na grade curricular e baixa ênfase no ensino profissional e das técnicas, o que frustrou as primeiras turmas. (MELO, 2009:95) Pelo menos até meados da década de 1960, com a instituição de cursos em outras universidades públicas capitaneados por figuras como Pompeu de Souza na Universidade de Brasília e Luiz Beltrão na Universidade Federal de Pernambuco, além do próprio Marques de Melo que trocara a Cásper Líbero pela Universidade de São Paulo, o que prevalecia ainda era o que Marques de Melo cunhou como “pedagogia do batente”, situação em que os novos jornalistas, os “focas”, eram instruídos pelos profissionais mais gabaritados dentro das próprias empresas. (MELO, 2009: 87-102)

Na década de 1930 o rádio, com seu amplo alcance geográfico e o atingimento de audiências pouco ou mesmo não alfabetizadas, trouxe ao panorama jornalístico brasileiro um

⁴⁷ Respectivamente trata-se dos decretos de nº 51.218 de 22 de agosto 1961, nº 1.177 de 12 de junho de 1962, nº 53.263 de 13 de dezembro de 1963 e, por fim, o de nº 972 de 19 de dezembro de 1969.

ingrediente: a formação de cadeias jornalísticas, que teve a maior expressão no Diários e Emissoras Associados, fundada por Assis Chateaubriand. Na década de 1950 é Chateaubriand quem traz mais uma mídia transformadora ao inaugurar a primeira emissora de televisão brasileira. (MEDINA, 1988: 48) Esta inovação na paisagem midiática vai impactar os cursos de comunicação e, como não poderia deixar de ser, profundamente também o mercado jornalístico brasileiro e a indústria cultural, mas estes reflexos serão sentidos em meados da década de 1960. (BARBOSA, 2007:178)

A este tempo, operam nas empresas jornalísticas agentes, elementos pertencentes a três distintas camadas sociais: os proprietários, pertencentes à burguesia; os trabalhadores intelectuais, pertencentes à classe média; e os operários, pertencentes ao proletariado. Naturalmente esses elementos ensejam interesses contraditórios e diversas vezes vivenciam conflitos. (SODRÉ, 1999: 417)

4.8.3 – A reserva de mercado, a ditadura e a ampliação do território profissional

Do ponto de vista jurídico, a exigência do diploma de nível superior obtido em curso de jornalismo só passou a vigorar, para valer, a partir de março de 1979. Foi quando se editou o decreto nº 83.284, que regulamentava o decreto nº 972 editado dez anos antes. Desde março de 1964 o Brasil vivia sob o regime da ditadura militar e a relação do governo com a imprensa era igual, ou pior que a do Estado Novo. Jornais foram censurados, jornalistas foram presos e vários deles torturados em decorrência de militância política contra o regime. No plano da formação profissional as universidades, de forma geral, e em particular os cursos de jornalismo, são transformados em focos de resistência. O governo utiliza, então, o Conselho Federal de Educação para tentar cortar o mal pela raiz propondo a extinção dos cursos de jornalismo. Não obtém sucesso na empreitada, mas os donos do poder conseguem

aplicar um golpe com severas conseqüências: de carreira academicamente planejada, o curso de jornalismo passa a apêndice do megacurso de Comunicação Social, convivendo e entrando em conflito com as demais habilitações. De imediato o que ocorre é que as empresas jornalísticas reagem e passam a recusar os profissionais saídos das universidades. (MELO, 2009: 88)

A confusão se instaura também no seio do Estado, onde os militares tinham de conviver com jornalistas estáveis no emprego e nem sempre dispostos a cumprir com determinações que não eram consideradas razoáveis. Além das pressões a que estavam sujeitos os jornalistas da iniciativa privada – de eventual prisão e possível tortura – os jornalistas do serviço público tiveram modificada a sua regulação de exercício profissional. O Departamento de Administração do Serviço Público (DASP), posteriormente transformado em Secretaria de Administração Federal (SAF) e hoje incorporado ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPO), em 4 de abril de 1975 editou a portaria de nº 160, que juntou todos – publicitários, radialistas, relações públicas e jornalistas – na categoria de Técnico de Comunicação Social. A edição da portaria trouxe implicações imediatas para diversas empresas do setor público. (SANT’ANNA, 2009:124)

O decreto nº 972/69 e aquele que o regulamentou em 1979 surgiram decorrentes de um contexto no qual a formação universitária em jornalismo apareceu como indispensável para a constituição de uma ética profissional e para apreensão dos critérios técnicos da profissão. A ética, as normas e os objetivos profissionais foram defendidos nos anos mais difíceis da ditadura, principalmente após 1968, por muitos membros de categorias profissionais como uma forma de enfrentamento ao golpe militar. As camadas profissionalizadas conferiram-se um poder que na década de 1960 e 1970 apareceu associado ao conhecimento científico e especializado e, nesse sentido, o tema da profissionalização passou a ganhar destaque. Diferentemente do que aconteceu nas décadas anteriores, em que

as camadas profissionais se atribuíram um papel na elaboração da imagem da nação, nas décadas de 1960 e 1970, a reivindicação profissional associada à defesa das liberdades foi ressaltada. (PÉCAUT, 1990)

A exigência do diploma para a obtenção do registro no Ministério do Trabalho que permitiu o exercício profissional do jornalismo teve como principal reflexo prático e imediato fazer proliferarem os cursos da área nas universidades e faculdades. (MELO, 2009, SANT'ANNA, 2009) Entretanto, as estruturas institucionais, como universidade e faculdades cujos investimentos cresceram nesse período, bem como a ideologia profissional e a recorrência ao “discurso competente” serviram ao mesmo tempo para legitimar posicionamentos em favor da liberdade de participação e da democracia, constituindo-se como uma maneira transfigurada de apoiar abertamente um discurso em defesa da livre expressão e manifestação. No contexto dos anos 1960 e 1970, uma grande parte dos jornalistas, sobretudo aqueles vinculados às entidades da categoria e à universidade, esteve presente nas lutas contra a censura e na constituição de uma frente de resistência contra o regime, alinhando-se às lutas políticas pelas liberdades democráticas como o “Movimento pela Anistia dos Presos Políticos”. Greves de jornalistas e congressos nacionais promovidos pelas entidades sindicais da categoria salientavam a defesa da liberdade de expressão e de imprensa ao passo que também reivindicavam uma regulamentação que valorizasse a formação profissional. (PETRARCA, 2008: 124)

Pode-se citar ainda a forte atuação dos jornais alternativos e que ampliou o território de atuação dos jornalistas juntamente com a imprensa sindical. Títulos como **Pif-Paf**, **Bondinho**, **Coojornal**, **Pato Macho**, **Resistência**, **Opinião**, **Movimento**, **Em Tempo**, **O Sol** e, o mais expressivo deles, **O Pasquim**, mostraram-se focos da contraposição ao regime e chegaram a incomodar a grande imprensa. (AGUIAR *in* MARTINS & DE LUCA, 2008:235-237) Outro foco de resistência deu-se no empenho da ABI, já não mais sob a presidência de

Moses e tornando-se mais conhecida ainda como a “casa dos jornalistas”, em se colocar à frente das campanhas contra a censura juntamente com a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Este, talvez, tenha sido um dos últimos momentos de aproximação entre jornalistas e advogados. Uma demonstração de que o “discurso competente” constituiu uma forma de as categorias profissionalizadas se organizarem e concretizarem ações que, em nome de um conhecimento específico, se contrapunha a um regime que se impôs via imagem do “milagre econômico” e de um “Brasil grande e próspero” (PÉCAUT, 1990:66)

Não por acaso, no final da década de 1970 e início da de 1980 as bancas de jornal tornaram-se alvos atentados à bomba atribuídos a partidários do regime político e integrantes do antigo Serviço Nacional de Informações (SNI). Era comum os jornaleiros dos grandes centros urbanos fixarem avisos em seus estabelecimentos informando que não vendiam os jornais sob ação intensa da censura, como **Hora do Povo**, **Movimento**, **Pasquim**, **Coojornal**, **Convergência Socialista**, **Correio Sindical**, **O Companheiro**, **O Trabalho**, **Tribuna da Luta Operária** e **Voz da Unidade**, entre tantos outros. (VILLAMÉA, 2008: 257)

O jornalismo econômico ganha destaque e preponderância no noticiário. A minimização dos temas políticos em função do controle da informação, o alinhamento da imprensa com os grupos políticos que tinham no sucesso econômico o discurso privilegiado e a expansão do neoliberalismo na conjuntura econômica mundial, juntamente com o processo de globalização econômico-financeira são algumas das razões para o fato. (BARBOSA, 2007:224)

Assim como ocorreu no período ditatorial do Estado Novo, na ditadura militar a comunicação estatal teve forte expansão. Graças ao embaralhamento regulatório do marco legal da “profissão”, que desde 1938 permitia que o jornalista trabalhasse em estruturas de

comunicação institucional de órgãos públicos e veículos de imprensa e à constituição da carreira de Técnico em Comunicação Social no serviço público os jornalistas puderam se embrenhar pelos territórios anteriormente restritos a profissionais de relações públicas e de publicidade. A ação ideológica da Assessoria Especial de Relações Públicas (AERP) da Presidência da República – no início do governo militar comandada pelo coronel do Exército Otávio Costa – foi decisiva para abrir espaço a que isto ocorresse, como aponta Chaparro.

“A Assessoria Especial de Relações Públicas da Presidência da República ganhou espaço e força de super ministério. A então afamada Aerp detinha largo poder sobre verbas e vagas. Coordenava a rede governamental de divulgação, criando e difundindo ‘verdades’ oficiais, que o ambiente de autocensura e adesismo favorecia. Com força de barganha, sempre administrada em favor popular da ditadura.” (CHAPARRO in DUARTE, 2003:41)

Com os jornalistas transformados em assessores de imprensa do poder, ocorreu uma verdadeira invasão de *press releases* nos noticiários. Na opinião de Alberto Dines a presença massiva do Estado, por meio de suas assessorias, praticamente aniquilou o exercício da reportagem. “O repórter e todo o processo jornalístico acomodaram-se e deixaram de investigar. O jornalismo brasileiro passou a viver de eventos e levantamentos”. (DINES, 1974:86)

Outra mudança estrutural no jornalismo brasileiro ocorreu durante o período do regime militar. Novas tecnologias surgiram e implicaram, juntamente com crises financeiras e o endividamento dos grupos de mídia, na redução dos empregos nas redações. O sistema de telecomunicações por micro-ondas e via satélite se consolidou e, com isto, um modelo de teledifusão com cabeças de rede se cristalizou, fazendo com que emissoras locais praticamente atuassem apenas como redifusoras das informações geradas no Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília – que com a transferência da capital em 1960, veio a se tornar a principal praça do jornalismo político. No setor impresso foi introduzida a impressão *off-set*,

que desempregou no setor gráfico. Além disso, no início da década de 1980 começou o processo de informatização dos jornais, provocando a demissão de grandes levas de revisores e *copy-desks*, obrigando a exigência de “texto final” aos repórteres. (SANT’ANNA: 2009: 135)

4.8.4 – A expansão do território no período democrático: num novo tempo, o jornalismo das fontes

Embora o primeiro jornal brasileiro a completar o processo de informatização tenha sido o **Diário Catarinense**, do grupo RBS, a experiência de mudança que se tornou mais conhecida foi a da **Folha de S.Paulo**, por ter se dado de forma concomitante com o chamado Projeto Folha, de Otávio Frias Filho, consubstanciado no Manual Geral da Redação. O projeto que incorporou ao jornal padrões de administração comuns a outros setores da economia, como avaliações por metas de desempenho, sofreu grandes resistências por parte dos jornalistas que atuavam na empresa. A alta rotatividade na Folha chegou a ser quantificada por Carlos Eduardo Lins da Silva, que era secretário de redação: “em 1984 pediram demissão ou foram demitidos 116 jornalistas; em 1985, 142; em 1986, 187; nos primeiros dois meses de 1987 foram 29; num total de 472 em mil dias, o que dá a média de uma pessoa deixando a redação da Folha a cada 2,1 dias”. (SILVA apud VILLAMÉA in MARTINS & DE LUCA, 2008:255)

Os princípios do Projeto Folha contaminaram o cotidiano de diversos jornais. Depois de 20 anos de releases oficiais e do estabelecimento da postura “nada a declarar”, do ex-ministro da Justiça Armando Falcão, os jornalistas voltavam a investigar. A política voltou ao foco central dos noticiários mas os efeitos do alto *turnover* se fizeram sentir. A experiência havia sido trocada pela juventude em decorrência da economia de salários e da baixa

resistência a novas normas editoriais. A desvalorização da experiência no jornalismo foi evidenciada em um estudo de Jorge Cláudio Ribeiro e contrastada com o que ocorre em outras profissões.

“Um médico, um advogado, um engenheiro, quanto mais antigo e experiente se torna na profissão, mais adquire respeitabilidade e reconhecimento. [...] Com o jornalismo acontece o oposto. Para o jornalista envelhecer é uma tragédia dupla. Mesmo os veteranos que permanecem em atividade são, de certa maneira, afastados, ainda que de maneira elegante. [...] Ele não participa de mais nada.” (RIBEIRO, 1994: 210)

O processo de redemocratização do país instituiu uma mudança no padrão de atuação das assessorias de comunicação, em especial nas assessorias de imprensa institucionais públicas, privadas e do terceiro setor – na época notabilizado nas coberturas da imprensa pela expressão ‘sociedade civil organizada’. Não por causa da instituição do governo da Nova República, quando, dada a morte de Tancredo Neves, José Sarney assumiu a Presidência da República. Foi com a instituição da Assembleia Nacional Constituinte, em 1º de fevereiro de 1987 que ocorreu um fenômeno previsível: a sociedade organizada apresentou a necessidade vital de se expressar e defender seus interesses. (CHAPARRO *In* DINES *et alli*, 1996: 144)

A própria Assembleia Nacional Constituinte, para propiciar uma cobertura diferenciada e plural de suas atividades, livre dos constrangimentos e interesses a que estavam submetidos os grupos tradicionais de comunicação, criou uma estrutura de mídia: jornal impresso, telejornal e radiojornal. Diariamente, em dois horários, o **Diário da Constituinte** era veiculado nas 170 emissoras de TV e mais de 1.000 emissoras de rádio do país. (SANT’ANNA, 2009:147) O objetivo era dar transparência, *accountability*, algo afinado com o pensamento que Dominique Wolton viria a expor, referindo-se aos desenvolvimentos tecnológicos e sociopolíticos que se deram na década de 1990.

“Com a passagem da modernização à modernidade, instala-se um presente indefinido, maravilhosamente simbolizado pela interatividade e instantaneidade das rodovias da informação. Tudo está na “instantaneidade” e na “transparência”. Um fenômeno idêntico ocorre no plano sociopolítico: passamos da idéia segundo a qual não há democracia sem espaço público para uma outra, mais aventureira, segundo a qual “tudo” deve estar na praça pública, sendo a comunicação responsável pela transparência dos desafios. É o famoso tema da “democracia eletrônica” ou da “televisão como espaço público”. Os cidadãos-consumidores poderiam intervir regularmente para se comunicar, expressar-se, decidir numa espécie de voto instantâneo e permanente. Uma mistura de sondagem, democracia direta e referendo contínuo.” (WOLTON, 2004: 77)

Nesse contexto emerge uma infinidade de mídias das fontes. Lado a lado com uma imprensa comercial cristalizada e de um sistema público que foi tornando-se precário – praticamente limitando-se a reproduzir as decisões do Poder Executivo – pode passar a se manter informada por, por exemplo, pela estação de rádio do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), pela emissora da Associação das Prostitutas da Bahia (Aproesba), do Exército, do Poder Judiciário, ou do Parlamento em seus níveis autônomos: municipal, estadual, federal. (SANT’ANNA, 2009: 17) É quando se estabelecem as bases para o surgimento do subgrupo profissional em tela: o dos jornalistas legislativos.

5 – E o superhomem pendura o paletó na repartição: surge o jornalista legislativo

Neste capítulo é apresentado o desenvolvimento recente do subgrupo dos jornalistas legislativos dentro do grupo profissional. Inicialmente é feita uma breve descrição do que ocorreu com os jornalistas a serviço do Poder Executivo, que por constituírem maior número, acabaram estabelecendo um padrão no senso comum do que é o perfil dos jornalistas a serviço do Estado.

Em seguida é descrita a relação dos jornalistas com o parlamento. Usualmente na história política dos últimos dois séculos, nas casas legislativas brasileiras os donos dos jornais foram titulares de mandatos, representantes eleitos ou não, e com o passar do tempo, ocorreram mudanças nas relações de cobertura jornalística do que ocorria nas instituições parlamentares. Da voz direta dos donos se passou para uma relação intermediada por jornalistas, inicialmente com duplo emprego nas casas legislativas e nos jornais. Ao final da segunda metade do século XX, quando se encerrava a década de 1980, se passou a ter apenas jornalistas cobrindo o parlamento que eram exclusivamente empregados dos jornais. Na última década do mesmo século ocorre a inauguração dos veículos próprios das casas parlamentares que promovem a mais radical mudança e oportunizam o efetivo surgimento do subgrupo dos jornalistas legislativos.

Também é descrito o processo de profissionalização do serviço público impulsionado pela promulgação da Constituição da República de 1988 e de como isto tem impactado especificamente o Poder Legislativo. São mostrados ainda os dados do Censo do Legislativo Brasileiro, que permitem o alcance de uma noção panorâmica do que ocorre nas casas legislativas do País, em especial no nível municipal.

5.1 – A “chapa quente” dos censores e o jornalismo “chapa-branca”

O ingresso formal de jornalistas no serviço público brasileiro se deu já no período republicano durante o governo Vargas, como visto anteriormente. Autores como Quintão (1993: 216) avaliam que a comunicação oficial do DIP mantinha um cunho informativo que beirava o serviço de utilidade pública. Segundo ele, o antigo DASP tinha entre suas atribuições o papel institucional de ser o relações públicas do Governo; o Serviço de Informação Agrícola do Ministério da Agricultura prestava orientação técnica aos produtores rurais; a Agência Nacional efetuava a divulgação dos atos oficiais; e os secretários de imprensa da Presidência da República lidavam com a promoção das iniciativas governamentais, além de gerenciar eventuais crises.

No período pós-Vargas, até a ocorrência o golpe militar em 1964, um movimento de redemocratização se iniciou e comportou uma característica posteriormente ampliada com a inauguração de Brasília e a transferência da capital federal para o planalto central brasileiro: a máquina do Estado se abriu para a acomodação de alianças políticas o que permitiu a contratação de amigos, correligionários e, em especial de jornalistas, para atuarem no serviço público como forma de obtenção de apoio e de controle ou silêncio.

Por razões principalmente econômicas, os jornais incentivaram que os repórteres encarregados da cobertura dos fatos na nova capital se tornassem também funcionários públicos. Isso acentuou uma situação que já ocorria no Rio de Janeiro e também há tempos – nunca é demais lembrar que figuras célebres como Machado de Assis e, posteriormente, Carlos Drummond de Andrade, atuaram como jornalistas e servidores públicos simultaneamente. Cantanhede (1993:83) relata que “todo mundo tinha seu ‘cabide’ fosse no Congresso, no Executivo, ou num tribunal... Castellinho (Carlos Castello Branco) era procurador do DNER, Fernando Pedreira era oficial de chancelaria do Itamaraty e o próprio Evandro (Carlos de Andrade), tesoureiro do Ministério da Fazenda até 1971.”

Durante o período do Regime Militar, os jornalistas atuantes no Executivo em Brasília, apesar do duplo pertencimento de quase a totalidade dos profissionais atuantes na capital também a veículos informativos da iniciativa privada, ganharam a pecha de “chapa branca”, em alusão à cor das placas dos veículos automotivos oficiais. Isso foi reforçado com a constituição da AERP e, com o endurecimento da censura no final dos anos 60 e início da década de 1970. Os jornalistas civis, entretanto, raramente cuidavam da comunicação das repartições públicas. Durante um bom período cada ministério dispunha de um coronel – quase sempre do Exército – responsável pela assessoria de comunicação do órgão e subordinado às diretrizes da AERP, mais preocupado em controlar o fluxo de informações do que promovê-las. (QUINTÃO, 1993:218-219)

O resultado prático do duplo emprego dos jornalistas radicados em Brasília encarregados da cobertura da política e do governo é que até meados da década de 1980 o Serviço Público Federal estava coalhado de jornalistas. Somente no ano de 1983 um total de 1.814 jornalistas que já trabalhavam em diversos órgãos públicos foram enquadrados na categoria de Técnico em Comunicação Social do Serviço Público Federal criada pela Lei 5.645/70 e depois regulamentada pelo decreto 72.493. (QUINTÃO, 1993:216) Apenas neste período é que os próprios jornais e demais veículos informativos brasileiros – diante da iminente possibilidade de redemocratização do país e da independência em relação à censura governamental – viram nisto um conflito de natureza ética e transformaram esta situação em conteúdo de notícias.

Foi quando surgiram as primeiras matérias jornalísticas sobre as contratações sem concurso público para o Serviço Público, apelidadas popularmente de “trens da alegria”. Foi, também, no mesmo período que os jornais – começando pela Folha de S.Paulo em uma série de matérias do jornalista Gilberto Dimenstein – passaram a publicar notícias com a lista dos jornalistas “chapa-branca”, que supostamente por receberem remuneração do governo ou de

outras instituições públicas tinham a visão comprometida para escrever nos jornais. As empresas jornalísticas passaram, então, a exigir exclusividade dos integrantes de suas equipes em Brasília, o que não ocorreu imediatamente em suas sedes e demais sucursais.

5.2 – “Chefe, aqui no jornal o salário está de doer, não dá para arranjar uma ‘boquinha’ lá no seu gabinete?”

Ao longo da história brasileira, o desenvolvimento da relação entre os jornalistas e as casas do Parlamento apresentou diversas nuances e matizes. Desde o início das casas legislativas no Brasil, os homens de imprensa, os editores dos jornais eram, eles mesmos, os parlamentares. Com o passar do tempo e com a mudança no perfil do jornalismo, a partir do aparecimento da reportagem e do processo de industrialização efetiva dos jornais ocorreu, também, uma mutação no padrão de acompanhamento do parlamento. Seguindo uma perspectiva bourdieusiana para análise, é possível afirmar que o campo político e o campo jornalístico eram praticamente sobrepostos e emaranhados.

Já antes da virada do século XIX para o século XX o movimento de profissionalização da cobertura se dava. Um exemplo é a designação dada pelo então editor e senador Quintino Bocaiúva a Machado de Assis para que fosse o responsável pela chamada “crônica parlamentar”⁴⁸ no **Diário do Rio de Janeiro**. Por certo fazer a história política e ainda escrever sobre ela era tarefa complexa ainda mesmo no período em que predominava o jornalismo de opinião no país.

⁴⁸ *O trabalho do jornalista setorista do Legislativo Machado de Assis pode ser conhecido em parte graças à edição do livreto “O Velho Senado” pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações do Senado Federal.*

Ao final da década de 1940 e ao longo da década de 1950 – quando um grande número de donos de jornais eram parlamentares, entre eles Carlos Lacerda, Assis Chateaubriand, Tenório Cavalcanti e Chagas Freitas, apenas para citar alguns dos proprietários de periódicos principalmente sediados na então capital federal, e também quando o Parlamento voltava a se estruturar para o funcionamento pós-ditadura Vargas – é que a relação entre os jornalistas setoristas do Legislativo e o parlamento ganha outra dimensão e começa a se organizar de fato.

Data de 20 de fevereiro de 1946, quando era iniciada a elaboração da Constituição, ata da Comissão Diretora do Senado Federal (ANEXO I)⁴⁹ que contém o registro desta organização. O relato foi feito pelo primeiro-secretário da época, o senador potiguar Georgino Avelino – advogado e jornalista, que já havia sido deputado e interventor do Rio Grande do Norte, e que ganhou grande projeção política por escrever os discursos do Presidente Eurico Gaspar Dutra – dando conta de que havia recebido ofício informando a criação de um comitê de imprensa no Palácio Tiradentes, onde ocorriam as reuniões da Assembleia Nacional Constituinte. O propósito do comitê, segundo a descrição, era servir de ligação entre os repórteres e a Mesa Diretora dos trabalhos. Avelino indicou aos colegas as providências a serem adotadas para ordenar o ingresso de jornalistas nas dependências do Palácio e as mesmas foram aprovadas pela comissão, que no documento chamou-se de “Comissão de Polícia”.

Com o passar do tempo, a relação dos jornalistas organizados com as casas do Parlamento progrediu lentamente. Os plenários foram dotados de bancadas para a imprensa –

⁴⁹ O ANEXO I contém a listagem dos documentos oficiais – legislação, decisões normativas e atas de reunião em casas legislativas – encontrados no processo de pesquisa que fazem referência à organização da carreira de jornalista no Legislativo e, também sobre as relações da imprensa com o Poder.

até então era usual que repórteres permanecessem nas galerias com o restante dos cidadãos comuns e não mantivessem qualquer proximidade privilegiada com os parlamentares. Em 1948, passados dois anos da Constituição promulgada, o parlamento continuava se reorganizando. Outras duas atas da Comissão Diretora do Senado, de 19 de janeiro de 1948 e de 30 de abril de 1948, dão conta, respectivamente, de que o comitê de imprensa solicita a confecção de novas carteiras para os repórteres que cobriam a casa e pede uma audiência com a Comissão Diretora para discutir os critérios de credenciamento.

5.2.1 – Um relacionamento ao estilo “morde e assopra”

No ano de 1949 era presidente do Senado Federal o senador Fernando Mello Viana, do PSD de Minas Gerais. Político calejado – havia sido presidente da Província de Minas Gerais de 1924 a 1926, vice-presidente da República no Governo Washington Luís (1926-1930), e presidente da Assembleia Nacional Constituinte de 1946 – tinha uma relação com os repórteres que pode ser definida como uma ciclotimia variando entre a dominação paternalista e o receio de reações em represália. A reprodução de parte do conteúdo da ata de uma das reuniões da Comissão Diretora ocorrida em 23 de novembro de 1949 dá a ideia deste relacionamento.

“... Apreciando o pedido feito pelo Presidente do Comitê de Imprensa, no sentido de serem feitas algumas placas de metal amarelo com os títulos dos jornais credenciados junto ao Senado, a Comissão resolveu deferi-lo, havendo o Sr. Presidente exarado o seguinte despacho:

‘Atendido, devendo as placas todas ser entregues ao signatário para que as coloque’.” (BRASIL, Senado Federal, 1949)

O mais representativo da relação de dominação, ou cooptação conforme se analise, foi expresso em outra ata da mesma Comissão Diretora de apenas um mês depois. Por iniciativa

do próprio senador Mello Viana, foi convocada uma reunião extraordinária que deliberou sobre a concessão de uma bonificação a ser paga pelo parlamento aos jornalistas lá credenciados. O “presente de Natal” que segundo os códigos de ética atuais jamais seria tolerado e provavelmente motivaria uma série de matérias jornalísticas denunciando a prática da instituição, foi rejeitado, na origem, por apenas um jornalista: o representante do *Jornal do Commercio*. O gesto, porém, não pode ser interpretado como desprendimento dos bens materiais por parte do repórter, ou mesmo decorrente de orientação do veículo para o qual trabalhava, ocorre que este era ninguém menos que o diretor-geral do Senado no período e, também, encarregado da redação das atas: Júlio Barbosa. Por se tratar de um documento tão inusitado para os padrões atuais do jornalismo, ele é aqui reproduzido na íntegra.

“ATA DA 27a. REUNIÃO

REALIZADA EM 23 DE DEZEMBRO DE 1949

Sob a presidência do Sr. Senador MELLO VIANNA, presentes os Srs. Senadores GEORGINO AVELINO, 1o.-Secretário; JOÃO VILLASBOAS, 2o.-Secretário; ADALBERTO RIBEIRO, 1o.-Suplente de Secretário, reuniu-se extraordinariamente, a Comissão Diretora.

Lida e aprovada a ata do dia 17 do corrente, o Sr. Presidente declarou que havia convocado a presente sessão extraordinária para resolver sobre uma gratificação a ser conferida a jornalistas credenciados no Senado.

A Comissão, por unanimidade, deliberou conceder a gratificação de Cr\$ 2.000,00 (dois mil cruzeiros) a título de bonificação pelos serviços prestados ao Parlamento, os seguintes jornalistas:

| | |
|---------------------------|---------------------------------|
| <i>O Mundo</i> | <i>Sarah Marques</i> |
| <i>Folha Carioca</i> | <i>Newton Prates</i> |
| <i>Correio da Manhã</i> | <i>Aderson Magalhães</i> |
| <i>Diretrizes</i> | <i>Paulo de Oliveira</i> |
| <i>O Radical</i> | <i>Augusto de Almeida Filho</i> |
| <i>Folha de Minas</i> | <i>Caio Cesar Pinheiro</i> |
| <i>Jornal do Brasil</i> | <i>Mario Signoretti</i> |
| <i>Imprensa Popular</i> | <i>Paulo Mota Lima</i> |
| <i>Diário da Noite</i> | <i>João Austragesilo Ataíde</i> |
| <i>Diário de Notícias</i> | <i>Castejon Branco</i> |
| <i>O Jornal</i> | <i>Octávio Santiago</i> |

| | |
|---------------------------|------------------------------------|
| <i>Diário Carioca</i> | <i>Ruy Duarte</i> |
| <i>A Tribuna</i> | <i>Josias de Melo Alves</i> |
| <i>Correio Paulistano</i> | <i>Anibal Duarte</i> |
| <i>A Manhã</i> | <i>José Ribamar Castelo Branco</i> |
| <i>Correio da Noite</i> | <i>Genardo Bittercourt</i> |
| <i>Diário Trabalhista</i> | <i>Anibal Pinho</i> |
| <i>Gazeta de Notícias</i> | <i>José da Silva Lisbôa</i> |
| <i>Rádio Continental</i> | <i>Gildo Lopes</i> |
| <i>Rádio Clube</i> | <i>Francisco Silbert</i> |
| <i>Jornal do Comércio</i> | <i>Julio Barbosa</i> |
| <i>Correio do Povo</i> | <i>Paulo de Andrade Job</i> |
| <i>A Noite</i> | <i>Ivan Palmeira</i> |

O Dr. JÚLIO BARBOSA desistiu da gratificação, pelos motivos expostos perante a Comissão, que concordou plenamente com o mesmo.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, lavrando eu, JÚLIO BARBOSA, Diretor-Geral da Secretaria e Secretário da Comissão Diretora, a presente ata que foi unanimemente aprovada.” (BRASIL, Senado Federal, 1949)

Efetuada a correção e atualização monetária dos valores⁵⁰, tomando por base referencial o Índice de Preços ao Consumidor (IPC-SP) que é calculado mensalmente pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe) desde o ano de 1942, a gratificação concedida pelo Senado Federal aos jornalistas da iniciativa privada seria equivalente a R\$ 550,70 em valores de hoje. Analisado isoladamente, pode parecer pouco, mas era o valor equivalente a 5,2 salários mínimos da época e não é demais lembrar que os jornalistas no período usualmente sobreviviam às custas de duplo emprego.

⁵⁰ Foi utilizada a ferramenta denominada Calculadora do Cidadão, do Banco Central do Brasil, disponível em <https://www3.bcb.gov.br/CALCIDADA0/publico/exibirFormCorrecaoValores.do?method=exibirFormCorrecaoValores>, acesso em 10/11/2009. A memória do cálculo é expressa no Anexo II.

Sobre os salários do jornalismo político na época, o jornalista Rubem de Azevedo Lima, um dos únicos repórteres a cobrir todas as assembleias constituintes e promulgações de constituições brasileiras desde 1946, relatou:

“Os salários dos profissionais de imprensa eram baixos e só melhoraram, relativamente, nos anos cinqüenta, após a criação do jornal Última Hora, de Wainer, no Rio de Janeiro, com ajuda oficial. Os demais jornais reagiram à valorização do jornalista profissional e o dono de Última Hora enfrentou uma comissão parlamentar de inquérito, na Câmara dos Deputados, criada por inspiração de seus competidores.” (LIMA, 1993: 28)

A própria abertura de uma CPI para o caso denota outra influência: a do campo econômico sobre o político. O jornal *Última Hora* foi inaugurado, na verdade, em 1951 por Samuel Wainer, portanto não haveria efeito da elevação salarial sobre a listagem de repórteres elencada anteriormente. No ano de 1949 a Federação Nacional de Jornalistas empreendeu um de seus primeiros congressos nacionais que rendeu, entre os resultados, o pioneiro código de ética da categoria. O código recém-nascido, porém, não exerceu influência imediata na cobertura parlamentar. Sobre a vida de repórter do parlamento, até mesmo depois da inauguração de Brasília e a conseqüente transferência do Congresso Nacional para a nova capital, prossegue Lima:

“Pouco antes da transferência da capital para Brasília, (...) em face dos baixos salários, poucos profissionais da imprensa viviam exclusivamente do jornalismo. E, sob tal justificativa, muitos deles, credenciados no Congresso, faziam trabalhos avulsos ou dedicavam-se a expedientes escusos, como o lobby legislativo, para aumentarem suas receitas. Provavelmente por esse motivo, o Sindicato dos Jornalistas Profissionais de São Paulo admitia o duplo emprego dos jornalistas, um dos quais, em geral, no serviço público. (...) Os estatutos dos Comitês da Imprensa do Senado e da Câmara Federal vedavam, expressamente, o credenciamento dos funcionários de seus quadros, como jornalistas naquelas casas. Mas no Senado, tal proibição – que continua a ser mantida na Câmara – foi revogado no final dos anos sessenta, já em Brasília. De qualquer modo, as direções das duas casas do Congresso faziam vista grossa a seus funcionários jornalistas, que realizavam a cobertura das atividades do Legislativo.” (LIMA, 1993: 28)

Outro exemplo de influência do campo econômico – também imbricado com o jornalístico e o político – vem nos episódios de votação de projetos que asseguravam melhoria salarial para os jornalistas. Em 1947 um projeto de autoria do então deputado José Café Filho, foi aprovado regulamentando a atividade e fixando os salários para os integrantes da imprensa. O projeto foi vetado pelo presidente Eurico Gaspar Dutra. De março a junho de 1953, quando Café Filho era o vice-presidente da República e, seguindo a legislação da época, presidente do Senado Federal, um novo projeto tratando do mesmo assunto foi votado na Câmara Alta. O relato da colunista política Yvonne Rego de Miranda (1993) – uma das primeiras mulheres a cobrir o parlamento brasileiro e que também era redatora no Senado Federal – revela como se posicionavam os principais campos.

“Entre os que se mantêm dispostos a tudo para torpedear o nosso projeto continua o Senador Georgino Avelino. Coerente com sua atitude no decurso da tramitação do projeto de 1947.

Na votação desse segundo projeto de aumento, a luta logo se anunciou mais difícil do que em 1947. É que os ideais de 1945 e da Constituinte de 46 já vão se distanciando, e o andamento da política vai assumindo suas características habituais. Nosso antigo líder e defensor, Café Filho, é agora o vice-presidente da República e presidente do Senado, posições bem diferentes das de um líder progressista de 1946. O pessoal de Imprensa logo compreendeu isso. Um jornal liberal noticia que o Vice-presidente Café Filho, na presidência da Mesa do Senado, havia deixado de submeter ao plenário o requerimento pedindo urgência para apreciação do projeto dos jornalistas.

O Vice-presidente Café Filho não gostou. E seu gabinete já distribuiu nota declarando ser inexata a notícia. Esclarece, porém, a nota, que Café Filho, como presidente do Senado, jamais poderá tomar partido a favor ou contra qualquer proposição dependente do voto da Casa. O requerimento não fora apreciado, por ter o seu signatário achado por bem recolhê-lo. [...]” (MIRANDA, 1993:17)

A leniência dos patrões da imprensa, parlamentares ou não, com a situação do duplo emprego de seus jornalistas provocou situações, no mínimo, tão interessantes como a de Júlio

Barbosa, anteriormente descrita. Outras duas situações inusitadas foram: a primeira, de um parlamentar-jornalista, Rafael Correa de Oliveira, que chegou a se queixar de seu salário na imprensa da época e acabou recebendo uma explicação surpreendente; e a segunda, nem tão associada à questão de duplo emprego, mas protagonizada por Graciliano Ramos, já escritor, mas repórter-revisor assalariado no *Correio da Manhã*, discursando em homenagem a seu editor. Ambas bem dão a dimensão de quão fluidas eram as fronteiras entre os papéis de jornalista, político e o de agente do campo econômico (fosse empreendedor ou empregado), como mostra este outro relato de Rubem de Azevedo Lima.

“No começo dos anos cinqüenta, saudando o dono do Correio da Manhã, Paulo Bittencourt, durante almoço do empresário com os empregados daquele extinto jornal do Rio, o escritor e jornalista Graciliano Ramos afirmou, referindo-se indubitavelmente ao universo de proprietários de empresas jornalísticas, que ‘todos os patrões eram f ... da p ... ; o menos f ... da p ... que eu conheço é Paulo Bittencourt.’ Na mesma época, o então deputado e articulista do Diário de Notícias (Rio), Rafael Correa de Oliveira, defensor do monopólio estatal do petróleo e da Petrobrás, queixou-se a Orlando Dantas, dono do jornal, de ser mal pago. Constrangidamente, Dantas explicou que Rafael era o jornalista mais caro do Diário de Notícias, pois, em razão dos artigos que escrevia a favor da Petrobrás, as companhias petrolíferas estrangeiras haviam cortado toda a publicidade do jornal.” (LIMA, 1993:28)

Na relação com o objeto de sua cobertura os setoristas do Congresso Nacional foram, por muito tempo, olhando do ponto de vista bourdieusiano dos campos, o que se pode definir como sujeitos sujeitados. Quando os patrões, donos dos jornais não constituíam as suas próprias fontes, criando constrangimentos de origem ao livre exercício profissional, muitos jornalistas estavam diante da limitação imposta pelo fato de terem o sustento mantido pela casa legislativa em que trabalhavam. Os imbricados campos político e econômico se sobrepunham e exerciam grande influência sobre o campo jornalístico. A ata que relata a despedida do jornalista Júlio Barbosa do serviço público que prestava no Senado dá sinais destas ações conformadoras da cobertura, que Sousa (2000: 57-65) definiria como ações

sócio-organizacionais e sócio-extraorganizacionais sobre o *newsmaking*. No documento da reunião da Comissão Diretora de 29 de outubro de 1953, ocorre a descrição dos discursos proferidos pelo então presidente da casa, Marcondes Filho, e da resposta do ex-diretor-geral do Senado, reproduzida parcialmente a seguir:

“[...] Deixo o Senado realmente com saudade; sinto abandonar o posto, mas a minha idade já não permite o esforço que vinha dispendendo.

Careço de repouso, cujo direito creio haver conquistado com uma vida inteira de trabalho e dedicação aos meus deveres.

O trabalho de jornalismo que faço há 43 anos, tornando público os acontecimentos do Senado, continuarei a fazê-lo com o mesmo zelo e com o mesmo esforço com que o desempenho hoje.

Acreditem VV. Exas. que nunca de mim partiu comentário que pudesse, de longe, desprestigiar a grande instituição que é o Senado, que, como sabemos, é a cúpula do regime.

É com o coração nas mãos que agradeço as gentilezas que VV. Exas. sempre tiveram para comigo e faço votos por que V. Exa. e seus ilustres companheiros desta Comissão tenham a mesma felicidade que desejo para mim e para os meus. (Palmas)[...]” (BRASIL, Senado Federal, 1953).

Outra ata, esta datada de 19 de julho de 1961, autoriza a aposentadoria do vice-diretor geral do Senado, Aderson Magalhães, que era repórter do **Correio da Manhã** e consta da lista de beneficiários do abono natalino concedido 12 anos antes aos repórteres pela Comissão Diretora da casa.

Para adicionar um outro ingrediente complicador à cobertura política empreendida no Legislativo Federal entre 1946 e 1964, até mesmo parte dos custos do seu empreendimento eram cobertos pelas casas do parlamento. Uma coisa atualmente usual na mídia, principalmente nos veículos impressos, é a notificação ao leitor de que em uma determinada matéria empreendida fora de sua sede, quando isto ocorre, o repórter viajou a convite de uma

instituição, repartição ou empresa interessada naquela cobertura. Naquele período de estruturação do jornalismo de natureza industrial brasileiro, como definiria Sodré (1998), e também de reedificação da estrutura democrática no intervalo entre as ditaduras vividas no período republicano não era o que ocorria. É o que demonstram, por exemplo, diversas atas de reuniões da Comissão Diretora do Senado Federal, que autorizaram o pagamento de diárias a jornalistas para o acompanhamento de eventos parlamentares no exterior.

A autorização para que as delegações oficiais da câmara alta se fizessem acompanhar de jornalista foi dada pela Resolução nº 9, de 13 de agosto de 1951. O ato, extremamente sintético, não tornou o acompanhamento compulsório, apenas passível de ocorrer. A prática que se seguiu foi a de que as indicações dos jornalistas a viajar às expensas do erário não eram feitas pelos veículos a que serviam ou por livre escolha dos presidentes das casas legislativas: os comitês de imprensa apresentavam listagem contendo os indicados, de onde, usualmente era escolhido o primeiro nome. A ata da reunião da Comissão Diretora do Senado em 29 de Maio de 1952, por exemplo, é uma das que mostra como funcionava o sistema de viagens internacionais. Nela o repórter do **Diário da Noite** João Austregésilo de Athayde, indicado pelo comitê de imprensa – do qual era o presidente –, era autorizado a viajar como integrante da delegação do Senado na Conferência do Trabalho, a ser realizada em Berna, na Suíça.

A mesma ata designa que, como os senadores viajariam a convite do Ministério do Trabalho brasileiro, a ajuda de custo dada a eles pelo Senado – por antecipação – seria uma complementação para chegar a um teto de Cr\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros). O registro da reunião revela que o valor da ajuda de custo a João Austregésilo de Athayde – irmão do imortal, ex-presidente da ABL, que na época era braço direito de Assis Chateaubriand nos Diários Associados – somente seria fixado a partir da aprovação de crédito pela Câmara dos Deputados. Outras atas, anteriores e posteriores, desde 1951 até 1967, estabelecem que as

ajudas de custo pagas por antecipação observam uma proporcionalidade de 80% das que eram pagas aos parlamentares. A média desta ajuda de custo no período inicial de viagens foi de Cr\$ 80.000,00 (oitenta mil cruzeiros), valor que corrigido monetariamente⁵¹ seria equivalente a atuais R\$ 15.275,12 (quinze mil, duzentos e setenta e cinco reais e doze centavos). A partir de 12 de agosto de 1954, registra a ata da 21ª Reunião da Comissão Diretora do Senado Federal, que o valor da ajuda de custo a ser concedida ao funcionário do Senado e ao representante da Imprensa fica fixado em Cr\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil cruzeiros), que corrigida a valores correntes seria equivalente a R\$ 20.158,07 (vinte mil, cento e cinquenta e oito reais e sete centavos).

Os regulamentos internos das casas legislativas da época não continham prescrições sobre a prestação de contas do dinheiro recebido como ajuda de custo. Não é de estranhar que, dado o valor e também a natureza da própria ajuda de custo, despertasse grande interesse dos repórteres em integrar as comitivas oficiais do parlamento. Este interesse nas viagens internacionais é evidenciado em uma outra ata de reunião da Comissão Diretora, datada de 11 de junho de 1953, em que é negado um pedido do Comitê de imprensa.

“ [...]O Sr. Senador ALFREDO NEVES deu conhecimento à Comissão da carta em que o Comitê de Imprensa solicita a inclusão de um jornalista na delegação de Senadores que assistirá à 36a. Conferência Internacional de Trabalho a realizar-se em Genebra.

Em virtude de já haver seguido a referida delegação, a Comissão deixou de atender ao solicitado por inoportuno, acrescentando, ainda, que os Srs. Senadores designados pelo Senado forem na qualidade de observadores e não como participantes da Conferência.[...]” (BRASIL, Senado Federal, 1953)

⁵¹ Novamente aqui foi utilizada a ferramenta pública denominada “Calculadora do Cidadão”, mantida na Internet pelo Banco Central do Brasil. A descrição do cálculo está contida no Anexo III.

A situação tornou a se repetir em 1956, quando por três reuniões seguidas no início do mês de setembro a Comissão Diretora do Senado Federal discutiu a indisponibilidade de recursos financeiros para enviar um secretário parlamentar e um jornalista à Conferência Interparlamentar de Turismo acompanhando a delegação oficial.

Redatora do Senado Federal, secretária particular no escritório de advocacia do senador Auro de Moura Andrade e colunista política do jornal **Folha Carioca**, a pioneira jornalista parlamentar Yvonne de Miranda, também se rendeu a benesses que não eram exclusivamente seus rendimentos nos empregos que tinha. É o que demonstra a naturalidade do relato a seguir, extraído de um dos seus três livros de memórias sobre os acontecimentos e personalidades do parlamento no período em que lá atuou (1946-1983). Um outro retrato da fluidez de fronteiras e que revela o assédio dos interesses econômicos sobre os agentes da política e do jornalismo.

“Estamos voltando da nossa viagem a São Paulo, onde fomos a convite da Federação das Indústrias do Estado, feito aos senadores, suas famílias e um grupo de jornalistas. Adoro essas viagens! Além do conforto e da gentileza com que a Confederação cerca seus convidados - bons hotéis, excelentes programações culturais -, temos a oportunidade de assistir ao interessante desfile promovido pelas indústrias, e a grande chance de ver in loco o desenvolvimento daquelas indústrias, fazendo-nos ficar orgulhosos de sermos brasileiros. E como aprendemos nessas visitas àquelas fábricas! Eu ganhei, através das visitas que já fiz, uma noção exata de como são fabricados vidros, louças, objetos de metal e tecidos. Estes, do bicho da seda aos lindos e preciosos panos.

Junte-se a isto requintes e liberalidade. Até um grupo de funcionários das indústrias é colocado à disposição dos convidados para orientá-los nas compras e passeios pela cidade. E mais... Ao voltarmos para casa, sempre encontramos pequenas e bonitas lembranças, relativas à fabricação de cada indústria visitada. Salve! Gentileza, apenas. Sem suborno.” (MIRANDA, 1993:41)

A mesma Yvonne de Miranda relata, em suas memórias, um pouco do processo de recrutamento interno de funcionários-jornalistas no próprio Senado Federal. Coisa que só

viria começar a mudar tempos depois, com o processo de profissionalização do funcionalismo público.

“Para surpresa minha, o Senador Freitas Cavalcanti, a quem já conhecia do Palácio Tiradentes, mas sem maior contato, convidou-me para ser sua secretária. Sem que para isto eu tivesse entrado em qualquer disputa! Só tive o trabalho de juntar meus pertences e atravessar o salão, mudando-me para a sala em frente, onde agora está instalada a 2ª Secretaria. Autor deste milagre: Murilo Marroquim!

O Senador Freitas que é seu conterrâneo e amigo, quis ouvi-lo sobre quem, no Senado, mais a contento poderia exercer as funções de seu secretário. Nome indicado por ele: o meu.[...]” (MIRANDA, 1993:90)

A relação diluída existente entre jornalistas patrões, as demais fontes e os empregados na iniciativa privada que simultaneamente eram servidores públicos continuou até a transferência da capital federal para o planalto central brasileiro. Convém lembrar que o quantitativo de servidores das casas legislativas veio crescendo ao longo do tempo, principalmente em decorrência do processo de reestruturação pelo qual vinham passando. Uma ata da Comissão Diretora do Senado Federal de 1959, de 29 de janeiro, demonstra que os redatores da casa haviam se tornado escassos, em decorrência do aproveitamento em gabinetes e outras áreas.

A cobertura jornalística na época que precedeu a mudança para Brasília era pautada quase que exclusivamente pela mera descrição do que ocorria nos plenários das duas casas do Parlamento. O gênero mais comum era a chamada crônica parlamentar e praticamente não havia esforços de reportagem. O relato do jornalista Luiz Antonio Villas-Bôas Corrêa, em depoimento ao Núcleo de Memória Política Carioca e Fluminense da Alerj registrado no livro *Crônica Política do Rio de Janeiro* (1998) revela bem isto. Como muitos jornalistas da época, Villas-Boas Corrêa era bacharel em Direito, servidor público e jornalista. Ingressou na Faculdade de Direito da Universidade do Brasil em 1943 e formou-se em 1947. No ano

seguinte iniciou a carreira jornalística n'A **Notícia**, onde trabalhou por 30 anos. Dedicado desde o início ao jornalismo político, colaborou também em outros jornais como a **Tribuna da Imprensa**, **O Dia**, o **Diário de Notícias**, **O Estado de S. Paulo** e o **Jornal do Brasil**. Foi um dos pioneiros da crônica política na televisão, tendo participado dos programas "Jornal de Vanguarda", na **TV Rio**, "Abertura", na **TV Tupi**, e "Jornal da Manchete", na extinta **TV Manchete**.

"[...]Todo jornal matutino tinha uma seção da Câmara e outra do Senado. O Senado era coberto com bastante generosidade de espaço, mas o destaque era menor que o da Câmara. E havia ainda a reportagem política, que convivia com essas seções, e na qual nós tínhamos um outro tipo de preocupação. No Correio da Manhã, por exemplo, o Costa Rego tinha uma grande implicância com a política, achava aquilo uma coisa subalterna, fofoca etc. Uma das descobertas do Heráclio foi embutir a cobertura política na seção da Câmara. Quer dizer, ele encaixava a crise política na moldura da crônica parlamentar.

Naquela época, na reportagem política, nós cobríamos o quê? Articulação política. Como as fontes de acesso direto ao governo eram muito difíceis, muito escassas, como não tínhamos acesso ao presidente da República – lá uma vez ou outra alguém conversava, todo presidente tinha um ou outro repórter da sua preferência, mas quem fosse fazer cobertura política dependendo do acesso ao presidente iria morrer de fome –, tínhamos que cobrir o dia-a-dia basicamente através da Câmara e do Senado.[...]" (CORREA, 1998:37-38)

Personagem essencial da história política brasileira do Século XX, o ex-presidente em diversos mandatos da Associação Brasileira de Imprensa Alexandre José Barbosa Lima Sobrinho também avaliou a cobertura do Parlamento que era feita antes e depois da mudança da capital. Ele que foi um dos deputados federais constituintes de 1946 possui uma trajetória que demonstra a fluidez de fronteiras entre as atuações dos homens públicos e homens de imprensa. Bacharel em Direito em 1917, colaborou em jornais pernambucanos até 1921, quando se transferiu para o Rio de Janeiro e ingressou no **Jornal do Brasil**. Na carreira política foi deputado federal de 1935 a 1937, de 1946 a 1948 e de 1959 a 1963, presidente do

Instituto do Açúcar e do Alcool de 1938 a 1946 e governador de Pernambuco de 1948 a 1951. Sempre marcou sua atuação política pela defesa de posições nacionalistas. Após 1964, vieram a se somar às suas lutas a defesa dos direitos humanos e da liberdade de expressão. Ele tentou explicar como se davam os exercícios de expressão dos jornalistas do período para tratarem da política, mesmo sendo parte da própria ação.

“[...]nem sempre a orientação do Jornal do Brasil interpretava o meu pensamento. A partir de 1927, como acabei de dizer, comecei a publicar artigos assinados. Evidentemente, nos artigos assinados, estou integralmente dentro das minhas teses e pontos de vista. Já nos editoriais eu tinha que procurar interpretar os sentimentos dos diretores e proprietários do jornal.” (SOBRINHO, 1998: 20)

Na opinião do ex-presidente da ABI a mudança da capital para o planalto central era necessária, para não deixar o país com uma Constituição fraca e descumprida, mas ele, que chegou a votar favoravelmente pela transferência, pouco antes da virada do século XXI não soube avaliar se foi algo bom para o Brasil e tampouco para a sua imprensa.

“Realmente, aqui no Rio o jornalismo acompanhava de perto o trabalho do Congresso. Será que esse ambiente continuou, será que o jornalismo de Brasília tem uma influência permanente nas sessões do próprio Congresso? Isso é uma coisa sobre a qual não posso ter uma opinião definitiva, pois estou afastado, mas fico a me perguntar se de fato o Congresso está atento ao que dizem os jornais. Afinal, houve esses aspectos todos, desapareceu a influência popular nas sessões do Congresso... Aqui no Rio o povo estava sempre presente, acompanhando, participando das sessões.” (SOBRINHO, 1998: 21)

Por outro lado, Villas-Bôas Corrêa reputa, em parte, à transferência da capital a mudança na forma de se fazer política no Brasil e, conseqüentemente, de se fazer o jornalismo político. O cronista político avaliou que a mudança do Congresso para Brasília foi um desastre para o jornalismo nos primeiros anos.

“No princípio foi uma calamidade, porque se desmontou um sistema que estava funcionando, adaptado à época, e ele não foi remontado em Brasília. Primeiro, pela improvisação com que Brasília foi inaugurada; depois, pelos

problemas de custo. Era muito difícil transferir equipes inteiras para lá; muita gente não quis ir na primeira hora. Havia certa dificuldade de transmissão das matérias. O fato é que, quando a capital foi para Brasília, nenhum jornal, que me lembre, manteve uma seção política de cobertura parlamentar regular. Isso acabou em Brasília. Mas foi só por causa da mudança? Não. Foi porque o Congresso, em Brasília, nunca funcionou regularmente, a semana inteira. Como é que um repórter vai fazer cobertura parlamentar, seção diária, com um Congresso que funciona duas, três vezes por semana? Depois, logo chegou a "Redentora", que liquidou com o Congresso. Fazer cobertura daquilo era ridículo, não é? Sem dúvida nenhuma, caímos nesse círculo vicioso: como não há cobertura, não se trabalha; como não se trabalha, não há cobertura; como não há cobertura, muita gente também foi se desinteressando." (CORREA, 1998:49-50)

O jornalista Márcio Emanuel Moreira Alves nasceu no Rio de Janeiro, filho de família tradicional, em 14 de julho de 1936. Aos 17 anos começou a trabalhar como repórter no **Correio da Manhã**. Contando apenas 21 anos de idade, Márcio Moreira Alves foi o terceiro jornalista brasileiro a ganhar um Prêmio Esso. O feito foi obtido com uma breve matéria sobre um tiroteio na Assembleia Legislativa de Alagoas, acontecimento em que teve o fêmur fraturado por uma rajada de metralhadora. Em 1963 formou-se em Direito, seguindo uma trilha usual entre os jornalistas de sua época. Na condição de articulista político, a partir de 1964 combateu o governo Castelo Branco. Em 1966 foi eleito deputado federal pela Guanabara na legenda do MDB. Em protesto contra a invasão da Universidade de Brasília pela Polícia Militar, em 3 de setembro de 1968 pronunciou o famoso discurso na tribuna da Câmara dos Deputados que foi considerado ofensivo às Forças Armadas e serviu de pretexto para a edição do AI-5, em 13 de dezembro. Cassado e exilado, doutorou-se em ciência política na França. Retornou ao país com a anistia, em 1979. Até pouco antes de sua morte, em 3 de Abril de 2009, manteve uma coluna diária n'**O Globo**. Personagem que fazia política, qualificou-se academicamente no assunto e cobria a política nacional, transitou pelos dois campos – jornalístico e político – com naturalidade e diferentemente da maior parte dos

cronistas do setor, defendia que a transferência da capital para Brasília não trouxe efeitos negativos para a cobertura política, mas fez parte da evolução da própria sociedade brasileira.

“A Constituinte de 1988 teve a participação de centenas e centenas de milhares de pessoas. A Câmara dos Deputados todo santo dia é invadida por algum tipo de lobby. São milhares e milhares de pessoas que passam por aquele edifício, indo às comissões, procurando deputados, pressionando a favor disso ou daquilo, a favor dos sem-terra, contra os sem-terra, a favor dos donos de plano de saúde, a favor dos usuários de plano de saúde. Enfim, é um contraditório permanente que existe no Congresso. [...] Portanto, quem acha que Brasília não tem vida política é quem confunde a vida política com a vida dos políticos, em primeiro lugar. Segundo, confunde o exercício do poder com manifestações de discussão do poder, ou na rua ou no Congresso. Eu acho que não é isso! Acho que Brasília tem uma riquíssima vida política.” (ALVES, 1998: 196)

A relação da Assembleia Nacional Constituinte de 1987, citada por Alves, com comunicação foi notadamente forte. A partir da mudança da Capital Federal, ao longo do tempo o parlamento brasileiro veio se aproximando de outras mídias que não apenas os jornais. A novidade é que se tratavam de mídias próprias, mantidas e administradas pelas casas do Congresso. A Lei nº 3.737, de 1960, previu Cr\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de cruzeiros) para que o Congresso Nacional montasse seu serviço de radiodifusão. Em 1962, por ocasião de uma das primeiras revisões do Código Nacional de Telecomunicações, foi criado o espaço para veiculação das ideias do parlamento dentro do programa de rádio “A Voz do Brasil”. Este espaço era correspondente a nada menos que metade da duração do noticiário estatal, em um total de meia hora assim divididos: 10 minutos para o noticiário referente ao Senado Federal e 20 minutos para o noticiário da Câmara dos Deputados. Em 1963, uma resolução, a de número 38, criava oficialmente o Serviço de Radiodifusão dentro da estrutura administrativa do Senado Federal.

Veio o início do Regime Militar e, curiosamente, a estrutura de comunicação do Parlamento foi se afirmando. Dois anos depois da criação do Serviço de Radiodifusão, em

1965, foi editada a Resolução 129, que também alterou a estrutura administrativa da casa, mas desta vez para criar o cargo de redator de radiodifusão. Em 1967, o Decreto nº 61.258 criou a Rádio Congresso Nacional. No mesmo ano, na medida em que endurecia o regime, as normas de credenciamento de jornalistas nas casas do parlamento foram revistas. Em 1969, na reunião da Comissão Diretora do Senado Federal que ocorreu em 26 de novembro, ficou decidido que aos redatores de radiodifusão que possuíssem a Carteira de Jornalista ou diploma em curso de nível superior, seria concedida uma gratificação de nível universitário.

Um parlamento onde o contraditório de ideias entre os dois únicos partidos políticos existentes – ARENA e MDB – fosse exposto pelo sistema de comunicação, não interessava ao regime militar. A fórmula encontrada para enfrentar este “inconveniente” foi a mesma adotada no restante da mídia brasileira: censura e controle da informação veiculada. Em 22 de abril de 1971 a Comissão Diretora do Senado, presidida pelo senador piauiense Petrônio Portella e subordinada ao regime, efetua sua primeira reunião do ano e, ao mesmo tempo que delibera o franqueamento dos serviços de telex a todos os senadores, determina a mudança no conteúdo da parcela de “A Voz do Brasil” referente àquela casa do parlamento. Fica estabelecida a preferência para a divulgação das proposições legislativas aprovadas nas comissões técnicas e aos debates em plenário sobre “grandes temas nacionais”.

A estruturação administrativa das atividades de comunicação no Parlamento prosseguiu. Em 1972, a exemplo do que ocorrera no Executivo com a AERP, a atividade de Relações Públicas ganha um impulso. É criado, pela Resolução nº 58 do Senado Federal, o Serviço de Divulgação e Relações Públicas, substituindo e, também incorporando, o Serviço de Radiodifusão. Essa resolução cria, ainda, o Serviço de Processamento de Dados do Senado Federal, mais conhecido pela sigla Prodasen. No mesmo ano, outra Resolução (nº 67) eleva o *status* desta estrutura e a transforma em Secretaria de Divulgação e Relações Públicas.

Nem por isto, a convivência foi sempre pacífica entre senadores e jornalistas abrigados na casa. Um caso referencial de conflito interno entre os campos jornalístico e político é apontado por Almeida (2007: 134-136) e envolveu o então senador Dirceu Cardoso, do PMDB do Espírito Santo, e os servidores que produziam o noticiário da Voz do Brasil em agosto de 1982. O incidente ganhou proporções fora do Senado e a Imprensa tomou partido dos jornalistas-servidores envolvidos. Inconformado com a transposição para a linguagem jornalística de discurso que efetuou em plenário, na tarde de 26 de agosto daquele ano Cardoso discursou contra o noticiário da Voz do Brasil e subiu ao 15º andar do Anexo I do Senado Federal, onde agrediu dois integrantes da Subsecretaria de Divulgação, o então subsecretário, João Orlando Barbosa Gonçalves – mais conhecido no meio jornalístico pelo apelido “Gueguê” – e o redator Paulo Neves. O caso foi amplamente noticiado como relata este fragmento de notícia da edição de 27 de agosto de 1982 do jornal **O Estado de S. Paulo** reproduzido por Almeida em sua dissertação.

“...depois de reclamar em Plenário contra o programa “Voz do Brasil”, (Dirceu Cardoso) subiu ao 15º andar do prédio anexo ao Senado e agrediu fisicamente dois jornalistas que trabalham no serviço de divulgação da Casa, arrancando com violência o suspensório de um deles para, depois, exigir a veiculação naquele noticiário de uma nota com as palavras do seu agrado, sobre um atentado de que quase foi vítima durante um comício do PMDB em Ecoporanga, no interior do Espírito Santo. Irritado com a forma jornalística do relato, Cardoso chegou à Secretaria de Divulgação e, aos gritos, indagou quem havia redigido o noticiário da véspera. Em seguida, partiu para a agressão, segurando o diretor da Subsecretaria de Divulgação, João Orlando Barbosa Gonçalves, que ficou sem os suspensórios. O redator encarregado do programa “Voz do Brasil”, Paulo Neves, apresentou-se ao senador, mas também foi agredido. Cardoso protestava contra o noticiário sobre o seu discurso da véspera porque, conforme relatou, queria que a redação usasse o texto manuscrito que para ali enviara. Quando soube que a redação resolvera dar forma jornalística mais adequada, como ocorre com os registros de todos os discursos, o senador enfureceu-se e passou a dirigir desaforos aos redatores ali presentes.” (O Estado de S.Paulo, 27/08/82 apud ALMEIDA, 2007:134).

Almeida relata que este longo trecho corresponde a apenas um terço do total da matéria jornalística do periódico de São Paulo, mas que o assunto mereceu espaço semelhante, reproduzido com fotos do incidente em todos os jornais nacionais e em vários jornais de alcance regional. Todos, invariavelmente, posicionando-se a favor dos jornalistas agredidos e expondo a atuação arbitrária do senador, que, incrivelmente havia sido jornalista no início da carreira política e ganhou projeção nacional por ter sido o deputado que leu a carta renúncia de Jânio Quadros à Presidência da República. Almeida relata ainda que na Presidência do Senado o então senador Jarbas Passarinho manifestou em carta sua confiança ao jornalista, e mandou abrir inquérito sobre o caso.

“O jornalista tratou de se defender, mostrando o óbvio da agressão que sofrera e demonstrando que o critério que guiava as matérias era jornalístico e de ordem técnica – já que o programa Voz do Brasil era curto para caber todos os discursos dos senadores. O senador, por sua vez, fez ataques individuais, alegando que apenas havia se exaltado por não receber o tratamento devido pelos jornalistas da Casa. [...] Esse também foi o tom utilizado por Dirceu Cardoso ao reclamar dos jornalistas da Casa na tribuna do Senado. Além de desqualificar o serviço, ele alegava que ali existiam “15 ou 20 funcionários que fazem 150 linhas, depois das 17h30 até as 19h30, 150 linhas para sair na Voz do Brasil, linhas decalcadas do serviço taquigráfico do Senado Federal. Não sai nada da cabeça deles” (Discurso em 01/09/82).

Todo o episódio, porém, não resultou em nenhuma medida efetiva: os serviços e a atuação dos jornalistas não foram questionados pela Casa e a atitude do senador também não lhe rendeu nenhuma punição. O inquérito foi arquivado e, até por sugestão do senador Passos Porto, também capixaba, e que presidia a sessão na hora do incidente, ‘o fato deveria ser esquecido’.” (ALMEIDA, 2007: 135-136)

O fortalecimento da estrutura de comunicação do Senado Federal ganhou reforço em dezembro 1984, um mês e dez dias antes de o Senador Moacyr Dalla presidir o Colégio Eleitoral que iniciou o restabelecimento da democracia no país. A Resolução nº 139, assinada pelo senador capixaba, integrante do PDS, alterou o regulamento administrativo da casa e

adicionou três seções à Subsecretaria de Divulgação existente na Secretaria de Divulgação e Relações Públicas. Com a medida houve um reforço à atividade de jornalismo institucional uma vez que foram criadas as seções de Produção Técnica, Audiovisual e Comunicação e Expedição. Para estas novas seções, responsáveis respectivamente por pesquisa de conteúdo para os parlamentares, produção de vídeos e filmes sobre as atividades da casa e pela distribuição de material para a imprensa, foram criados 16 cargos.

Como mencionou Márcio Moreira Alves, a relação da Assembleia Nacional Constituinte com povo, com entidades representativas, grupos de interesse e comunicação de massas foi intensa e íntima. Não apenas a imprensa tradicional cobriu as atividades dos parlamentares eleitos para a elaboração da carta magna – que foi chamada por seu presidente, o deputado federal pelo PMDB Ulysses Guimarães de “Constituição cidadã”. O primeiro ato da mesa diretora da ANC, publicado em 09 de abril de 1987, foi o de regular a divulgação dos atos da assembleia.

O Ato nº 01 conteve dez artigos. Primeiramente estipulou que o serviço de divulgação da ANC elaboraria produtos noticiosos, portanto de caráter jornalístico sobre as atividades de elaboração da nova Constituição. O parágrafo segundo deste primeiro artigo estabelece quatro princípios para nortear a cobertura: a cobertura integral do que ocorresse na ANC, inclusive as medidas adotadas pela mesa diretora; prestar informação de serviços sobre as formas de participação popular no processo Constituinte; a cobertura temática dos debates ocorridos e considerados de relevância nacional; e, por fim, a obrigatoriedade de se colher opiniões de populares e de líderes de entidades representativas sobre os assuntos em discussão. Em especial esta última diretriz se sobressai, pois representa a primeira marca

para a efetivação de um jornalismo legislativo⁵² que não significasse a mera produção dos padrões de jornalismo de caráter institucional/empresarial.

Ao efetuar uma análise do jornalismo organizacional, Sólito (2008) percebeu “um vínculo indissociável entre cultura organizacional e ideologia”. Para analisar o movimento ensejado pela decisão da ANC é útil recorrer ao conceito de ideologia adotado por Thompson, algo que de forma abrangente pode ser entendida como “sentido a serviço do poder”. Para ele

“o estudo da ideologia exige que investiguemos as maneiras como o sentido é construído e usado pelas formas simbólicas de vários tipos, desde as das lingüísticas cotidianas até as imagens e aos textos complexos. Ele exige que investiguemos os Contextos sociais dentro dos quais essas formas simbólicas são empregadas e articuladas.” (THOMPSON, 1998:16)

O contexto da Assembleia Nacional Constituinte era notadamente o de uma sociedade em transformação no âmbito político. Era vivido o período de reconstrução do exercício democrático da representatividade parlamentar. Mudanças igualmente se processavam na relação da mídia – não apenas a imprensa – com o Parlamento. No período final do regime militar a imagem pública do Congresso Nacional passou por uma reformulação de caráter amplamente negativo. A mídia apontou para os aliados do regime, que iniciava a distensão. Um exemplo disso é que o mesmo presidente do Senado Federal, Moacyr Dalla, que convocou e presidiu o Colégio Eleitoral de 1985, foi personagem de uma série de matérias jornalísticas sobre contratações sem concurso público de servidores para o Legislativo, os chamados “trens da alegria”⁵³. Em artigo publicado no final de 1986 na revista **Veja**, o então

⁵² O termo é aqui utilizado para diferenciação do jornalismo parlamentar, onde a crônica sobre o Parlamento era o gênero redacional predominante.

⁵³ Exemplo é a matéria “Uma briga de circo”, da edição da revista **Veja** de 11 de setembro de 1985, que a partir da antológica fotografia de Carlos Mecano do **Jornal de Brasília** (que em efeito de profundidade de campo mostrava uma lona de circo sobre a cúpula do Senado

presidente do Senado Federal, José Fragelli⁵⁴, justificava que pretendeu acabar com os trens da alegria, mas reconhecia que “[...] não é apenas a austeridade administrativa que vai recuperar a imagem e o prestígio do Legislativo”. Para ele, o fundamental era trabalho, presença em plenário.

A cultura parlamentar se ressentia de elementos para a exposição de caráter positivo. Palma (1994:106) define que se uma publicação institucional nasce em função de determinado público, os dirigentes da organização não devem utilizá-la para promoção pessoal, sob pena de a publicação circular da fonte apenas para ela mesma e perder identificação com o público a que se destina. O autor categoriza três fontes fundamentais no jornalismo empresarial/institucional: o pessoal, o sindicato ou associação de classe e a direção da empresa. No caso da instituição Congresso Nacional, então reunida sob a forma de Assembleia Nacional Constituinte, o que o ato nº 01 implicitamente determinou foi a supressão do pessoal – os servidores do Congresso – como fonte e, explicitamente, a inclusão dos cidadãos, o público, e das entidades de classe como fontes em uma modalidade singular de jornalismo.

Sólio avaliou que o jornal organizacional, e por extensão a comunicação institucional de caráter jornalístico, é uma das mais eficientes formas para legitimar o poder de organizações. A avaliação da autora é que

“A legitimação do poder da organização pelos próprios trabalhadores acontece quando eles recebem benefícios sociais, espaço para opinar em programas de qualidade, participação em lucros e uma série de benefícios que o marketing aponta como relação ganha-ganha. O trabalhador legitima o poder da organização, o jornal organizacional ratifica esse quadro e, à medida que a

Federal), procedeu crítica aos jetons que os parlamentares recebiam para comparecer e votar em algumas sessões, criticou os jornalistas que possuíam emprego no parlamento e na imprensa e, ainda, tratou dos trens da alegria na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.

⁵⁴ Ver matéria na seção Ponto de Vista, da edição da Revista Veja de 17 de dezembro de 1986.

organização se engaja à comunidade, aumenta a sua influência, ou seja, sua esfera de poder. Nesse sentido, o jornal organizacional é ferramenta das mais eficazes. Ele leva à recepção do discurso da organização, de forma dissimulada, muitas vezes com as “cores” do seu próprio discurso.” (SÓLIO, 2008:112-113)

Por analogia, substituindo-se, a categoria trabalhador pela categoria cidadão – que englobaria além dos indivíduos as suas entidades representativas – é possível dizer que ao montar uma estrutura de comunicação própria e estabelecer as premissas de seu agendamento, no sentido definido por McCombs e Shaw, a ANC buscava legitimação do poder. Cabe salientar que o disposto no segundo artigo do Ato nº 01 da ANC era a providência de dotar a Secretaria de Divulgação e de Relações Públicas do Senado Federal e a Assessoria de Divulgação e Relações Públicas da Câmara dos Deputados de todos os meios necessários para a cobertura e distribuição dos conteúdos jornalísticos e programas informativos referentes ao processo constituinte para os meios de comunicação da iniciativa privada, para as entidades e cidadãos que solicitassem.

5.3 – Vários coelhos em uma só legislada: a Carta de 1988 mudou a trajetória de profissionalização do funcionalismo

Para melhor descrever o processo formativo do subgrupo dos jornalistas legislativos convém recorrer a um trabalho de Marcia Benetti Machado e Fabiane Moreira, sobre jornalismo e informação de interesse público. Em 2005 as pesquisadoras efetuaram uma análise do que chamaram “jornalistas públicos”, a partir de uma sondagem aplicada aos

integrantes da Rede Brasileira de Comunicação Pública⁵⁵. Trata-se de jornalistas profissionais com atuação em duas áreas:

“Há dois campos de atuação de jornalistas no serviço público, freqüentemente inter-relacionados: assessorias de imprensa e veículos públicos, compreendidos como os jornais, sites, rádios, TVs e agências de notícias mantidos pelos poderes Executivo, Legislativo, Judiciário, pelo Ministério Público e pelas universidades públicas”. (MACHADO et alli, 2005: 118)

Marcia Benetti Machado e Fabiane Moreira definem como jornalismo público a comunicação feita diretamente pelas mídias próprias do Estado e, também, por suas assessorias de imprensa. Mas defendem que a problematização desta modalidade de jornalismo, e, conseqüentemente desse “novo” gênero⁵⁶ de jornalista, deve ser analisada sob um novo paradigma de administração pública. Dizem elas:

“O jornalismo público brasileiro, neste início de século XXI, deve ser problematizado em um quadro que considera diversos fatores, como a instituição de um novo modo de administração pública, as peculiaridades do modelo brasileiro de assessoria de imprensa – essencialmente jornalístico –, o insuficiente mercado de trabalho das empresas jornalísticas tradicionais e o crescimento da crítica à mídia, que fomenta um jornalismo “cívico” ou “público”. A soma desses fatores, diga-se, cria condições propícias para a crescente valorização do princípio do público, e não do estatal, como modelo para a comunicação pública.” (MACHADO et alli., 2005: 118)

As autoras recorrem ao trabalho de Tânia Margarete Keinert (2000), que analisou que a partir dos anos 90 do século passado começou a se delinear este novo paradigma de administração pública. Dentro desse paradigma, “público” passa a ser entendido como um *valor* relacionado ao interesse público e não como indicativo de uma *localização*

⁵⁵ Lista eletrônica de discussões na internet que reúne jornalistas, relações públicas, publicitários e profissionais de marketing que trabalham em órgãos públicos. Ela pode ser acessada em <http://br.groups.yahoo.com/group/comunicacaopublica/>. Acesso em 22/06/2009.

⁵⁶ O termo é utilizado aqui na mesma acepção empregada pelo grupo de pesquisadores do REJ, que trabalha com a noção de que as constantes mutações do jornalismo provocam a formação de novos gêneros discursivos/redacionais e, também, gêneros profissionais.

institucional. A relação Estado-sociedade torna-se sociocêntrica, opondo-se ao modelo estadocêntrico que vigiu até antes da promulgação da Constituição de 1988. A grande mudança no sentido de “público” como interesse coletivo é sentida no envolvimento da população por meio de conselhos e da participação popular – mas também pela busca de melhores resultados em termos de eficiência e eficácia (KEINERT, 2000, p.188).

O recurso ao paradigma apresentado por Keinert, auxilia preliminarmente na refutação ou afastamento de duas imagens estereotípicas do servidor público: a do “Barnabé”, aquele que usualmente pendura seu paletó sobre o encosto da cadeira de trabalho, deixa a repartição para “voar” e não desempenha adequadamente suas funções; e a do “chapa-branca”, alusão às antigas placas de carros-oficiais, e que designa popularmente os representantes da mais absoluta defesa, servilidade e da cega obediência ao ocupante temporário do cargo público e/ou mandatário da instituição que o emprega.

Outro acréscimo do estudo de Keinert à análise da gênese do jornalista legislativo se dá pela avaliação que a autora fez, ao conceituar as diversas dimensões de “público”, do princípio da *publicidade* em contraposição ao de *segredo burocrático*, cunhado por Max Weber em sua tipologia de dominação (Quadro 5.1) e que é um dos fundamentos herdados os demais modelos de dominação pelo poder *racional-legal* da burocracia moderna. Para Keinert, “a ampliação do conceito de público exige novos formatos organizacionais que garantam efetivamente a *publicização* do *modus operandi* do Estado, das organizações da sociedade civil e até mesmo das próprias empresas [...]”. (KEINERT, 2000:92) Uma atuação voltada para clientes-cidadãos demanda, também, o aumento da responsabilidade pública (*accountability*) dos servidores do Estado, o que é essencial para o atingimento da *publicização* que permite tornar o “público” um valor socialmente compartilhado e não somente localizado no que se refere à ação do Estado, ou sua propriedade.

Nas análises sobre a mudança da matriz estadocêntrica para a sociocêntrica, Keinert reconhece a importância e grande influência do poder político em todo o processo e observa que no Século XX o Parlamento brasileiro passou por um esvaziamento, em parte provocado pelas ditaduras que o mantiveram fechado e desestruturado e em outra parte pelo enfraquecimento do Poder Legislativo em detrimento do fortalecimento do Executivo e sua burocracia. Para descrever o segundo motivo ela explica que a participação de “classes perigosas” no Parlamento era algo indesejável pelas elites e que em todo o mundo os parlamentos foram perdendo a iniciativa das leis para o poder de estado e sua burocracia.

Quem melhor avaliou o modelo burocrático de gestão, quadro 5.1, foi o sociólogo Max Weber. Cético sobre os méritos da burocracia, observou os paralelos da mesma com a mecanização proporcionada pela revolução industrial. Em seu ensaio “Parlamentarismo e governo numa Alemanha reconstruída” ele corrobora a ideia de que uma estrutura burocrática pode se sobrepujar ao Parlamento e viabilizar o estado intervencionista.

“O nível do parlamento depende da condição de que este não simplesmente debata grandes questões, mas de que as influencie decisivamente; em outras palavras, sua qualidade depende da seguinte alternativa: o que ocorre no parlamento tem realmente importância ou o parlamento não passa do carimbo involuntariamente tolerado de uma burocracia dominante”. (WEBER, 1974: 21)

| QUADRO 5.1 – TIPOLOGIA WEBERIANA DE DOMINAÇÃO | | |
|--|--|---|
| Carismática | Tradicional | Racional-legal |
| Ocorre quando um líder exerce influência por causa das suas qualidades pessoais. A legitimidade é fundamentada na fé que o liderado deposita no líder, isto é, como se este fosse um profeta, um herói ou um demagogo. O aparato administrativo dentro deste modelo de dominação é pequeno, flexível, desestruturado e instável, frequentemente ocorrendo por meio de atividades de alguns discípulos ou intermediários. | Acontece quando o poder de mando tem por base um respeito pela tradição e pelo passado. A legitimidade se dá pelo costume e pelo sentimento de que "é correto" fazer as coisas da maneira tradicional. As pessoas frequentemente exercem o poder como um resultado do <i>status</i> adquirido, conforme ocorre em monarquias ou em sistemas de sucessão familiar. O aparato administrativo neste modelo de dominação assume tipicamente duas formas - <i>patriarcal</i> ou <i>feudal</i> . Na primeira, os oficiais ou administradores são quase sempre os detentores pessoais – servidores, parentes ou favoritos – dependentes e remunerados por quem manda. Na outra, os oficiais detêm uma medida de independência. Em troca da sua aliança com quem manda, comumente recebem certo grau autorizado de autonomia, dentro de uma esfera específica de influência e não são diretamente dependentes de quem manda em termos de remuneração e subsistência. | Neste modelo, o poder é legitimado por leis, regras, regulamentos e procedimentos. Quem manda pode, assim, obter poder legítimo seguindo os procedimentos legais que especificam como quem manda é escolhido. O poder é também formalmente fundamentado em regras. O aparato administrativo típico é a burocracia, a uma estrutura racional-legal – dentro da qual a autoridade formal está concentrada no topo da hierarquia organizacional. Em contraste com o modelo feudal, os meios administrativos não pertencem ao burocrata: sua posição não pode nem ser herdada e tampouco vendida. Há geralmente uma clara separação entre renda oficial e particular, fortuna e vida pessoal. |

Fonte: Mouzelis (1979: 16-8), apud Morgan (1983: 283).

Segundo Murillo Kuschik (2006), que analisou a relação de Weber com a comunicação, o sociólogo proporia, no âmbito de sua visão do processo de racionalização, a institucionalização dos *media*. Isto significa estabelecer os códigos deontológicos, a forma específica como devem publicar as notícias, o anonimato das fontes, a possibilidade de preservar a identidade de quem fez revelações indiscretas e, por último, a institucionalização da profissão de jornalista. A partir da constituição de uma ética, como ocorreu com o

protestantismo também estudado pelo sociólogo alemão, é que se poderá iniciar a constituição de âmbitos especializados da vida mundana.

“O jornal e o jornalista, assim como o político, o burocrata, os líderes partidários, além dos capitalistas que estão envolvidos em empresas com fins de lucro mediante a difusão de notícias, comentários e opiniões, têm lugar no esquema weberiano, que permite explicar e compreender como na sociedade capitalista os atores podem se dedicar a atividades diferentes e como cada uma delas tem o seu lugar, importância e função, mas que estão integradas a uma certa racionalidade, que tem na ação racional com relação a fins a modalidade principal para entender a atividade do mundo moderno. No entanto, a ação racional valorativa é também um dos pilares da ação neste mundo que Weber quis compreender, onde a racionalidade própria da religião se torna cada vez mais o fundamento da ação dos leigos, como é o caso do comunicador.” (KUSCHIK, 2006: 32)

Ao avaliar as limitações políticas da burocracia, Weber fez três indagações. Entre elas se sobressai a de se os limites de atuação do político, por mais poderoso que possa vir a ser, não são as mesmas do empresário e do burocrata e que o circunscrevem a uma esfera de eficiência.

“Pode ser facilmente notado que a eficiência da burocracia tem limitações definidas no domínio público e governamental, assim como na economia privada. “A mente dirigente”, “o espírito em movimento” – aquele do empresário aqui e o do político ali –, diferem substancialmente da mentalidade do funcionário da administração pública. É fato que o empresário também trabalha num escritório, da mesma maneira que o líder do exército, que formalmente não é diferente de outros oficiais (funcionários). Se o presidente de uma grande empresa é um empregado assalariado de uma sociedade anônima por ações, então ele é legalmente um funcionário como muitos outros. Na vida política, o mesmo é verídico com relação ao chefe de um órgão político. O ministro governante é formalmente um funcionário assalariado com direito de aposentadoria. O fato de que segundo todas as constituições ele pode ser exonerado ou renunciar a qualquer momento torna sua posição diferente da de muitos, mas não da de todos os funcionários. Muito mais surpreendente é o fato de que ele e só ele não tem necessidade de provar possuir treinamento especializado formal. Isto indica que o significado de sua posição o distingue, afinal de contas, de outros funcionários,

como distingue o empresário e o presidente da companhia na economia privada. Realmente, é mais exato dizer-se que ele deve ser algo diferente. E assim é de fato. Se um homem numa posição de comando é um "funcionário" (oficial) no espírito de seu desempenho, não importa quão qualificado ele seja - um homem, isto é, que trabalha diligentemente e honradamente segundo regulamentos e instruções -, então ele é tão ineficaz no leme de uma empresa privada como no de um governo."
(WEBER, 1974:32)

Seguindo a tradição de pensamento delineada por Weber, Keinert vai além do modelo de estrutura burocrática estabelecido pelos principais teóricos da administração, como Fayol e Taylor e estabelece que, com a Constituição de 1988, a partir da década de 1990 o estilo de gestão pública no Brasil ganha uma nova conformidade. Denominado por ela de *pós-burocrático* esse modelo de gestão se define por ser capaz de lidar “com uma realidade emergente, cada vez mais complexa e plural”. As organizações que atuam a partir desse ponto de vista pluralista – ao contrário do burocrático auto-referido – enfatizam a natureza, também pluralista, de conflitos de interesses, conflitos e fontes de poder que retratam a vida organizacional. A *sociedade civil* adquire um novo significado, de *espaço público não-estatal* distinto da representação corporativa de interesses. Isso representa desafios aos servidores e aos administradores nesse novo modelo de gestão.

“O administrador pluralista reconhece que o conflito e o jogo do poder podem servir tanto para o funcionamento positivo como negativo, portanto, a principal preocupação é administrar o conflito como meio de promover os fins desejados - de forma que ele traga benefícios para a organização como um todo, ou, de forma mais egoísta, de maneira que promova os seus interesses dentro da organização. O gerente pluralista, em última análise, não é politicamente neutro. Reconhece a política da organização e aceita o seu papel como agente de poder e administrador do conflito. O desafio é manter o nível adequado de conflito.”
(KEINERT, 2000: 105)

Por se tratar de uma nova modalidade de gestão, a própria Keinert, afirma que seus limites não estão claramente definidos. Isso ocorre também para o perfil do novo servidor público. Em uma avaliação que fez dos estudos recentes sobre administração pública ela

conclui que a discussão sobre carreiras no funcionalismo transformou-se no debate sobre a qualidade nos serviços públicos. Segundo Keinert, relativizou-se a discussão “estatutário x não-estatutário” e ganhou força o debate sobre “qual a forma mais adequada de prestar determinado serviço”.

É neste ambiente pós-Constituição, pós-burocrático em formação que emerge o jornalista legislativo. E surge sujeitado e condicionado por forte regulação. O Título III da Constituição da República Federativa do Brasil, que trata da organização do Estado, estabelece em seu Capítulo VII, já no primeiro artigo, o de nº 37, que os princípios que regem a administração pública direta e indireta de qualquer um dos Poderes da União são os da: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Analisando do ponto de vista dos campos de Bourdieu, é possível determinar com facilidade que tais princípios, estritamente cumpridos, propiciam conflitos com os campos econômico e político.

5.4 – Dois corpos não ocupam o mesmo lugar no espaço – um pouco da história dos veículos legislativos

Uma distinção entre quatro principais regimes de imprensa foi traçada pelo falecido professor de comunicação e estudos anglo-americanos nas universidades francesas de Nanterre, Estrasburgo e Paris II, Claude-Jean Bertrand (1999:22-25). Dois destes ele considera democráticos e os outros dois restritivos. São eles:

- **Regime autoritário** – nele os meios de comunicação podem continuar privados, mas as autoridades lhes censuram os conteúdos. É necessário que as ideias veiculadas sejam alinhadas aos interesses do poder. Não há imprensa de oposição, não há debate político e determinadas categorias de notícias (entendidas como disfunção) são proibidas;

- **Regime comunista** – neste os meios de comunicação pertencem ao Estado totalitário, que absorve também as demais instituições e agências produtivas (indústrias, empresas). O conceito de liberdade de imprensa não tem sequer pertinência e o Estado utiliza a mídia para divulgar suas instruções e para incitar o povo a segui-las.
- **Regime liberal** – tornou-se norma internacional a partir da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), que em seu artigo 19 resgatou a doutrina do século XVIII que preconiza que todas as opiniões e fatos sejam colocados no “mercado de ideias” de modo que o ser humano seja capaz de discernir a verdade e moldar sua ação.
- **Regime de responsabilidade social** – Segundo essa doutrina é preferível que a mídia não seja propriedade do Estado e nem sob seu controle. Operado pela iniciativa privada observa responsabilidade perante os diversos grupos sociais, respondendo a suas necessidades e desejos. Preconiza a auto-regulação da mídia, com adoção de códigos deontológicos, para evitar a intervenção estatal.

Embora advirta que inexistem esses quatro regimes em estado puro, o próprio professor Bertrand reconhece que há uma hibridação predominante, no mundo ocidental, entre dois regimes: o de natureza liberal e o de responsabilidade social. Ambos rejeitam a regulação do Estado sobre a atividade jornalística e, por extensão, preconizam que o Estado não deve ser operador de qualquer forma de produção do jornalismo, que isto seria prerrogativa exclusiva do setor privado. Este é, sem dúvida, o senso prevalente, predominante nos países de economia capitalista. Bertrand avalia, entretanto, que principalmente o regime liberal é falho em decorrência do movimento globalizado de concentração das empresas jornalísticas e de mídia, o que torna o jornalismo como “serviço

público” algo praticamente impossível de ser praticado posto que as empresas de mídia se comportam, antes de tudo, como agentes do campo econômico.

No caso brasileiro, o surgimento das Mídias das Fontes, apontado e conceituado por Sant’Anna (2005, 2007, 2008), conformou uma situação singular. O sistema de comunicação do Legislativo brasileiro, em formação desde a década de 1950, ganhou um reforço a partir do final da década de 1980 com a decisão da Mesa da ANC que pode ser tomada como o marco inicial da comunicação de interesse público originária do Parlamento. A segunda norma legal do ano de 1987 é datada de 28 de maio e trata-se de um ato do primeiro secretário do Senado Federal, Jutahy Magalhães, da Bahia, então no PMDB – em sua vida política o senador foi da UDN, ARENA, PDS, PMDB e PSDB –, que criou o grupo de trabalho para a Central de Produção de Vídeo do Senado.

Três outras normas legais, entretanto, devem ser consideradas fundamentais para a conformação do subgrupo profissional em tela. A primeira, inequivocamente e como já tratado, é a própria Constituição da República Federativa do Brasil. Mesmo com emendas posteriores nos capítulos que tratam da Administração Pública, o texto constitucional também criou as bases de gênese do subgrupo ao definir o capítulo Da Comunicação já em sua edição original. A segunda norma é a Lei nº 8.112 de 1990, mais conhecida como regime jurídico único do servidor público. Por fim, e de forma um tanto mais indireta, a Lei nº 8.977 de 1995, que regula a cabodifusão no Brasil. Cada uma destas normas será descrita e comentada a seguir, correlacionando-se com a formação e o desenvolvimento do subgrupo profissional dos jornalistas legislativos.

Pelas prescrições da Constituição de 1988, no Brasil, o Estado exerce um triplo papel no que se refere às mídias rádio e televisão. Compete ao poder público operar, autorizar e regular o funcionamento das emissões que têm como suporte o espectro eletromagnético. A

Constituição da República Federativa do Brasil é bastante clara quanto a isso e define que “compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementariedade dos sistemas privado, público e estatal.” (Capítulo V, Artigo 223).

Infraconstitucionalmente, soma-se o Código Brasileiro de Telecomunicações, estabelecido pela Lei número 4.117 de 27 de Agosto de 1962, posteriormente complementada e atualizada pela Lei número 9.472 de 16 de Julho de 1997, definiu que “os serviços de radiodifusão, nos quais se compreendem os de televisão, serão executados diretamente pela União ou através de concessão, autorização ou permissão” (Capítulo V, Artigo 32). Portanto, de forma clara, além de configurar que se trata de serviço público, no tocante às emissoras de rádio e televisão, a legislação delimitou que coexistem à disposição dos cidadãos brasileiros três principais tipos de emissoras: estatais, públicas e privadas.

Tanto a Carta Magna, quanto o Código Brasileiro de Telecomunicações definem também as categorias de conteúdo que podem ser veiculadas, com ênfase dada aos conteúdos informativos de natureza jornalística. De acordo com o texto constitucional, “a produção e a programação das emissoras de rádio e televisão atenderão aos seguintes princípios: I - preferência a finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas; II - promoção da cultura nacional e regional e estímulo à produção independente que objetive a sua divulgação; III - regionalização da produção cultural, artística e jornalística, conforme percentuais estabelecidos em lei; IV - respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família”. (Capítulo V, Artigo 221) O Código de Telecomunicações é mais explícito e quantifica a porção mínima de conteúdo de natureza jornalística a ser contida nas programações em 5% das grades de programação. (Capítulo V, Artigo 39, inciso H).

Vê-se, portanto, que a lei maior do Brasil segue em sentido contrário ao senso comum preconizado pelos agentes do campo econômico e, por extensão, de encontro com as ideias dos agentes do campo intelectual/acadêmico. Mas também outras leis dão a conformação aos *newsmakers* legislativos contemporâneos.

A Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, estabeleceu o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. Nela estão dispostas as condições que qualquer cidadão deve contar para o exercício de cargos públicos efetivos – de carreira – ou de confiança – livre nomeação e provimento. Para exemplificação dos efeitos desta norma que regulamenta disposições constitucionais, o regime jurídico dos servidores estipula em seus artigos de nºs 10 e 11, do Título II, que a nomeação para um cargo de carreira tem de se dar a partir de habilitação prévia em seleção pública e que esta seleção pode se dar apenas por concurso de provas, ou concurso de provas e títulos. Usualmente, o Legislativo opta pela segunda fórmula de seleção, com abrangência nacional dos certames, o que estabelece implicações na escolaridade e na qualificação do perfil do subgrupo profissional. Também as prescrições da norma sobre direitos e sobre obrigações consistem em forças conformadoras das notícias e dos noticiadores das casas legislativas.

Em 1989 o Senado Federal promoveu o primeiro concurso público nacional para seleção de técnicos em comunicação social com habilitação em jornalismo. O Edital 01/88 foi preparado ao longo do ano de 1988 e publicado em 29 de novembro daquele ano no Diário Oficial da União. O certame foi promovido graças a um termo aditivo a um protocolo de intenções existente entre o Senado Federal e a Universidade de Brasília (UnB) e previa 10 vagas para jornalistas. O edital estabelecia que os aprovados seriam lotados na Subsecretaria de Divulgação e, entre os exemplos típicos de tarefas dos cargos, estabelecia atribuições que iam da prática de reportagens e entrevistas à edição final de conteúdos jornalísticos para

jornal, televisão e rádio, passando pela elaboração de roteiros e adaptação dos textos técnicos da atividade legislativa para a linguagem jornalística. Também já indicava como espaços primários para as coberturas o plenário, comissões técnicas, mistas e de inquérito (CPIs) e os gabinetes do presidente da casa legislativa e dos integrantes da Mesa Diretora.

Ao final do concurso, em fevereiro de 1989, 38 jornalistas haviam sido aprovados em avaliações de provas ocorridas em duas etapas. Conta Sant'Anna que embora a medida objetivasse moralizar as contratações no Legislativo e profissionalizar um setor usualmente ocupado por “apadrinhados”, foi mal recebida pelos setores mais tradicionais da imprensa.

“Em especial dois jornais tidos como editorialmente conservadores, O Estado de S. Paulo e a Gazeta Mercantil, abriram uma campanha aberta contra a iniciativa do SF. Como em período anterior o Parlamento havia contratado, mediante indicação política, alguns milhares de trabalhadores – inclusive dezenas de profissionais de imprensa – para trabalharem no Centro Gráfico do Senado Federal – CEGRAF (num processo que ficou popularmente rotulado como trem da alegria), a imprensa considerava desnecessária a contratação de novos profissionais. Foi uma campanha agressiva, que incluiu a demissão dos jornalistas dos dois periódicos que tivessem se inscrito no processo de seleção, culminando com a publicação na coluna de necrologia dos nomes dos 36 jornalistas aprovados após uma bateria de provas, a que se submeteram mais de dois mil profissionais. A mensagem era de que aqueles profissionais tinham morrido para a profissão.”
(SANT'ANNA, 2009: 338)

Aprovado neste concurso, o ex-diretor da Fenaj Carlos Alberto Almeida, mais conhecido no meio jornalístico e sindical como Beto Almeida, posteriormente, em um artigo publicado no jornal **Correio Braziliense** na edição de 21 de janeiro de 2001, avaliou pelo prisma de campos em conflito a reação da mídia. Para ele,

“essas críticas escondiam, porém, a razão de fundo: a grande mídia comercial, embora formalmente defensora do instituto da concorrência, pretendia manter aquele histórico monopólio sobre a cobertura noticiosa do legislativo. A história do jornalismo político no Brasil permite perceber que este monopólio sujeitava o legislativo à pressão editorial interessada, seja em nome de

determinados anunciantes ou de interesses regionais corporativos”(ALMEIDA, 2001)

Ainda segundo Sant’Anna, a pressão dos agentes do campo econômico obteve êxito e conseguiu constranger os agentes do campo político e deu início a uma contraofensiva, que no primeiro momento não ocorreu na própria mídia, mas por meio de *lobby* do grupo interessado.

“A pressão da imprensa intimidou o SF, que por dois anos não contratou nenhum dos selecionados no concurso. Diante disso, e com medo de verem a validade da seleção prescrever – pelas normas do edital, a validade do concurso era de dois anos, prorrogáveis por mais dois –, os aprovados decidiram elaborar um projeto de comunicação social para o Senado Federal, de forma a sensibilizar a Mesa Diretora a dar início às contratações.” (SANT’ANNA, op. Cit.: 338)

Embora considerado simples, o projeto e a iniciativa de sensibilização causaram boa impressão nos senadores. Tanto que antes do final de 1990 dez profissionais foram contratados, o concurso teve a prorrogação homologada – foi revalidado – e até o final de 1993, 36 entre todos os 38 aprovados integravam o quadro de servidores do Senado Federal. Cabem, a partir disso, duas observações. A primeira delas é que o edital nº 01/88 não previa entre as atividades descritas o planejamento e a gestão – administração gerencial – das atividades de comunicação, diferentemente do que ocorria com outros cargos em disputa no mesmo certame, como os de enfermeiro e bibliotecário.

A segunda observação é que o necrológio publicado em **O Estado de S. Paulo** não foi esquecido e foi alvo de reação posterior. O ato original, de 1989, foi iniciativa atribuída ao jornalista Luiz Cláudio Cunha, ícone no grupo profissional por, entre outras coisas, ser um dos ganhadores do Prêmio Esso. Na época, Cunha era o coordenador de política da sucursal do jornal paulista de onde saiu dada a dinâmica do mercado. No ano de 1992, apesar de já haver tomado posse no Senado Federal, o jornalista Cezar Moura da Motta ainda trabalhava em regime de tempo parcial no jornal **Correio Braziliense**. Foi quando pagou pela

publicação de uma nota de obituário sobre o jornalista gaúcho. A mensagem era de que morria para o jornalismo ao mesmo tempo em que nascia mais um servidor público sem ser selecionado por concurso no país... Em face da fluidez que sempre dominou o campo jornalístico brasileiro, onde repórteres e editores podem passar a assessores de imprensa e depois retornar às redações, Cunha havia sido nomeado assessor de imprensa de um ministro de Estado.

A “brincadeira de retribuição” custou a Cezar Motta o emprego no jornal. O tempo passou, Motta foi nomeado um dos primeiros diretores da Rádio Senado, depois tornou-se redator de pronunciamentos na equipe da Presidência do Senado Federal, repórter na Agência e no Jornal do Senado e, em 2008, retornou à Rádio Senado, onde apresentava dois programas e passou a exercer a função de editor-chefe do Jornal do Senado na Voz do Brasil. Em 6 de abril de 2009 Luiz Cláudio Cunha, que havia protagonizado diversos momentos do parlamento ainda como repórter na iniciativa privada – tais como um embate com o ex-presidente do Senado Antônio Carlos Magalhães (então no PFL) no episódio popularmente conhecido como “grampolândia” e que foi objeto de diversos debates acadêmicos sobre sigilo da identidade da fonte – foi novamente nomeado para um cargo de confiança no poder público. Desta vez no próprio Senado Federal, como secretário parlamentar lotado no gabinete do senador Pedro Simon (PMDB-RS). Motta e Cunha voltaram a se encontrar nos corredores do Senado Federal e os episódios dos dois necrológios sequer foram comentados⁵⁷. Todo este caso pode ser definido como uma ação de delimitação de fronteiras territoriais da profissão de jornalista na acepção de Ruellan (1994, op. Cit.: 124).

O sucesso do projeto original dos primeiros concursados dependia, nas palavras de Sant’Anna, “da boa vontade da mídia tradicional em veicular a produção da Comunicação

⁵⁷ Informação obtida em entrevista pessoal com Cezar M. Motta, em 20/11/2009.

Social do Senado”. Assim é que, partir de 1995, a direção da casa – sob a condução do senador Humberto Lucena, do PMDB da Paraíba – surge a primeira mídia do período pós-burocrático: a Agência Senado. De fato, como observa Almeida (2007:115), o Senado já operava uma agência de notícias desde 1984, com transmissão de matérias jornalísticas via telex. Com a chegada dos 36 concursados, entre 1991 e 1993, foi possível dividir o grupo para desenvolver projetos nos subcampos de TV, rádio e da imprensa escrita. Assim, os grupos dedicados ao impresso e à divulgação puderam apresentar os primeiros resultados.

De início, o material jornalístico da Agência Senado era enviado, via fax, para cem publicações previamente selecionadas em todo o país, além de distribuído aos setoristas que cobriam o Senado Federal. (SANT’ANNA, 2009: 340) Com o advento da informatização e a expansão da internet, a Subsecretaria de Divulgação, então chefiada por um dos integrantes deste primeiro grupo de 36, Helival Rios, iniciou um processo de reformulação e, com o tempo, passou a manter noticiário em tempo real na rede mundial de computadores. (ALMEIDA, op. Cit.:115)

Em 04 de maio de 1995 circulou o primeiro número do Jornal do Senado. Tratava-se de um tablóide de quatro páginas, com 18 mil exemplares, impresso em monocromia no próprio Centro Gráfico do Senado Federal (CEGRAF). O conteúdo foi voltado para as discussões de grandes temas nacionais, bem como as votações de propostas de grande abrangência, seguindo critérios de noticiabilidade similares aos do jornalismo da iniciativa privada, como relata Sant’Anna.

“Esta primeira edição procurou evidenciar sua proposta editorial voltada a temas de relevância social, em detrimento dos personagens envolvidos, no caso os parlamentares. O público alvo desta nova edição era muito institucional. Os 18 mil exemplares iniciais eram distribuídos prioritariamente aos governos estaduais e municipais, autoridades dos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo da União, Estados e Municípios.[...]” (SANT’ANNA, 2009: 340)

Era preciso, segundo a concepção original do planejamento do primeiro grupo de jornalistas concursados, também dar uma abrangência popular, mais massificada, ao noticiário do Senado Federal. A equipe que produzia a Voz do Brasil foi transformada em um núcleo de rádio, cujo objetivo prioritário era manter transmissões integrais e ao vivo do áudio das sessões plenárias e das reuniões de comissões do Senado Federal e do Congresso Nacional. Em 29 de janeiro de 1997, é inaugurada a transmissão em frequência modulada da emissora Rádio Senado, que transmitia seu sinal em um raio de 150 km a partir de Brasília. A criação da Rádio havia sido autorizada pela Resolução nº 60 de 1996 e, no que pode ser considerado um curto espaço de tempo, se obteve junto ao Ministério das Comunicações a definição do canal para as transmissões.

Uma outra norma legal, entretanto, foi que permitiu a mais evidente marca de progressão do sistema de comunicação do Parlamento. A edição da chamada lei da Cabodifusão, a Lei nº 8.977, de 6 de janeiro de 1995, assegurou a todas as instâncias do Legislativo brasileiro o direito de explorar canais de televisão no sistema de transmissão via cabo. Foi o que permitiu o surgimento pioneiro das TV Assembleia Legislativa de Minas Gerais (1996), da TV Senado (1996), da TV Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul (1996) e da TV Câmara (1998). Desde então, o sistema de comunicação dos legislativos – se é que pode ser assim chamado, dada a característica de autonomia das casas parlamentares – experimentou uma profusão de emissoras de TV.

É preciso considerar o efeito da característica federativa brasileira, que impede o mapeamento adequado e acurado da quantidade de emissoras legislativas constituídas desde então, como apontou Jardim.

“Três fatores dificultam a elaboração do mapa da mídia eletrônica legislativa estadual brasileira, primeiro, como não existe a exigência de concessão para o funcionamento das TVs, não existe órgão governamental que regule a sua atividade, assim, não existe informação centralizada. Segundo, como não existe

obrigatoriedade para a continuidade das atividades de uma TV legislativa, muitas vezes, a alternância de poder na direção das Casas legislativas leva a decisões para fechar a TV, quer por razões políticas ou financeiras. Terceiro, as constantes e rápidas transformações tecnológicas dificultam o acompanhamento das regiões servidas por redes de cabo.” (JARDIM, 2008: 95)

O efeito causado pelos advento das TVs Legislativas não foi tanto na formação específica do perfil do jornalista legislativo, até mesmo porque de início e ainda hoje boa parte delas se vale de mão de obra terceirizada na gestão e operação dos veículos. Levantamento elaborado em 2007 por Jardim mostrou que de 18 TVs de Assembléias Legislativas em atividade naquele ano, quatro possuíam a administração terceirizada e todas, sem exceção, tinham os diretores nomeados por livre provimento dos presidentes destas assembleias. Sant’Anna cita que quando entrou em funcionamento, em 1996, a TV Senado tinha um público potencial de seis milhões de espectadores. (2009: 341) O efeito dado, em verdade, ocorreu na visibilidade tangível das atividades parlamentares pela entrada do sistema de comunicação na porção elitizada da mídia de maior alcance e penetração na sociedade brasileira. (BARBEIRO, 2002:20-21)

A institucionalização de um sistema de comunicação voltado à aproximação do Parlamento da sociedade e do cidadão teve impulso também na Câmara dos Deputados. Desde 1961 aquela casa legislativa possuía um serviço de radiodifusão, que a partir de 1963 tornou-se responsável pela divulgação dos trabalhos no programa *A Voz do Brasil*. Um boletim informativo, editado desde 1971 quando a estrutura de comunicação ainda se chamava Assessoria de Divulgação e Relações Públicas - Adirp⁵⁸, seguiu o caminho dos

⁵⁸ *Constante da Resolução da Câmara dos Deputados nº 20 de 1971, que dispõe sobre a organização administrativa da Câmara dos Deputados e determina outras providências. Disponível em <<http://www2.camara.gov.br/legislacao/pesquisa.html>>, acesso em 26/11/2009.*

outros órgãos legislativos e entrou na comunicação eletrônica com veículos próprios no final da década de 1990. (BARROS et alli., 2008: 11; ROCHA, 2009: 110)

O Ato da Mesa Diretora nº 96, de 19 de junho de 1998, mudou a nomenclatura da Adirp e criou a Secretaria de Comunicação Social da Câmara dos Deputados – SECOM. Ainda dentro da Adirp, entretanto, em 20 de janeiro de 1998 entrou em operação a TV Câmara. Além da criação da TV Câmara e do Serviço de 0800, no ano anterior, a instituição transformou o serviço de boletim informativo em Jornal da Câmara. A SECOM iniciou os trabalhos da Rádio Câmara no ano de 1999. No ano 2000 o último veículo integrante do sistema de comunicação da casa entrou em funcionamento: a Agência Câmara.

Apesar da institucionalização dos sistemas de comunicação das casas legislativas tratar-se de um movimento de cumprimento do princípio constitucional da publicidade na administração pública, o ingresso do parlamento no território midiático provocou reações intensas. Barros *et alli* observam que, “ao contrário, portanto, dos veículos comerciais, a motivação para as emissoras legislativas não é econômica, mas política, ancorada na disputa entre grupos de interesses, entidades e instituições por visibilidade social.” A montagem dos sistemas de comunicação, propriamente, não gerou reações intensas, mas as inaugurações das emissoras de televisão legislativas, entretanto, foram iniciativas interpretadas como invasão de um campo e provocaram artilharia pesada contra o parlamento, como demonstram algumas manchetes de periódicos da época:

Senado vive ‘clima de palanque’ com sua TV a cabo (*Jornal do Brasil*, 25/02/1996 p. 4)

Câmara gasta R\$ 1,3 milhão para ter canal de TV próprio / Produtora independente receberá R\$ 140 mil/mês para manter emissora (*Folha de S.Paulo*, 08/01/1998 p. 1-5)

TV chapa-branca (*Folha de S.Paulo*, 21/01/1998 p. 1-8, artigo de Nélson de Sá sobre a inauguração da TV Câmara)

TV pública ou palanque? (*Folha de S.Paulo*, 22/01/1998, p. 1-2, também sobre a inauguração da TV Câmara)

Deputados Pop-Star (Revista *Istoé*, nº 1478, 28/01/1998, p.8, artigo sobre a inauguração da TV Câmara)

Deputados se arrumam para aparecer na TV Câmara (*Correio Braziliense*, 22/01/98, p. 10)

Deputados vão ganhar canal de TV a cabo (*O Estado de S. Paulo*, 12/10/1997, p. A13)

Rede Congresso busca audiência – Deputados e senadores criam e expandem sua própria rede de comunicação, sofisticada e cara. (*Folha de S.Paulo*, 22/03/2001, p. 6)

5.5 – Nada de “trem”, entrando pela porta da frente

Como dito, em 1989 foi empreendido pelo Senado Federal, o primeiro concurso público de abrangência nacional para contratação jornalistas que deveriam atuar em uma das casas do Poder Legislativo. Ao longo do tempo, passadas mais de duas décadas, apenas dois certames da mesma natureza ocorreram no Senado e outros três na Câmara dos Deputados. Um acordo entre as diretorias-gerais das duas casas do Parlamento permitiu, até o ano de 2004, o aproveitamento dos aprovados do certame promovido em uma casa pela outra. A partir de então, em decorrência do crescimento de demandas judiciais movidas por candidatos nos certames e também pelo Ministério Público, cada uma das casas tornou-se

responsável exclusiva pela sua seleção de comunicadores. De todo modo, este concurso de 1989 marca o ingresso no setor público dos profissionais que, posteriormente, começaram a constituir o subgrupo em estudo. Esta é uma diferenciação formal entre os profissionais de jornalismo que já atuavam nas casas legislativas, quase todos ingressos nos quadros funcionais por indicação de parlamentares em grandes grupos, denominados pela própria mídia no período de redemocratização do país como “trens da alegria”.

As casas legislativas federais promoveram, também, seleções internas. Isto se deu justificado pelo aumento da demanda no setor de comunicação, bem como ocorreu com outros setores, e também por um processo que abateu todo o funcionalismo público a partir da década de 1990: um aumento nas aposentadorias provocado pelas reformas no sistema previdenciário. Dos 36 concursados iniciais do Senado, pouco mais de metade continuavam no exercício de suas atividades nos veículos de comunicação da casa em 2009.

Somente no Senado Federal são, hoje, 129 jornalistas contratados por concurso público para os cargos de Analista Legislativo Técnico em Comunicação – de nível superior – e aproximadamente⁵⁹ 20 jornalistas contratados como Técnicos Legislativos. O número de profissionais de comunicação social efetivos da casa legislativa, entretanto, supera 200, uma vez que há jornalistas lotados no Gabinete da Presidência do Senado Federal e servidores com formação de Publicidade e Propaganda, Relações Públicas e Marketing atuando na Subsecretaria de Pesquisa e Opinião Pública (SEPOP), na Subsecretaria de Relações Públicas (SERP), no Núcleo de Projetos Especiais da Secretaria Especial de Comunicação Social (SECS), e na Secretaria Especial de Editoração e Publicação (SEEP), popularmente conhecida como Gráfica do Senado, na Secretaria de Coordenação Técnica e Relações

⁵⁹ O número de Técnicos Legislativos portadores de diploma de jornalismo é estimado porque concorreram em concursos de nível médio para atividades de revisão, produção de infografias, produção informativa em rádio e TV, entre outras.

Institucionais (Cotri) além das entidades de formação, como o Instituto Legislativo Brasileiro (ILB), a Universidade do Legislativo Brasileiro (Unilegis) e o Programa de Modernização e Integração dos Legislativos Brasileiros (Interlegis) e da Consultoria Legislativa (Conleg)⁶⁰.

Este número de jornalistas não considera os mais de 81 assessores de imprensa dos parlamentares, a maior parte com formação em jornalismo, mas que por serem ocupantes de cargos de livre provimento (cargos de confiança), não são contabilizados como integrantes da carreira. Também não leva em conta os profissionais de comunicação contratados como mão de obra terceirizada, para os gabinetes, mas em maior contingente para os serviços técnicos de operação e manutenção dos veículos de comunicação e serviços como o atendimento de ligações telefônicas gratuitas dos cidadãos, o serviço “0-800” denominado *Alô Senado*⁶¹. O número total de profissionais de comunicação oscila – principalmente em decorrência do fato que as contratações nos gabinetes têm uma rotatividade acentuada, mas a estimativa é que todo o Senado Federal tenha aproximadamente 500 profissionais da área de comunicação atuando em suas dependências.

Já na Câmara dos Deputados o contingente de jornalistas no sistema de comunicação totaliza 104 profissionais efetivos⁶². Na Agência Câmara eram lotados 13 jornalistas. No Jornal da Câmara atuavam mais 15 jornalistas, sendo que 11 são repórteres que também produzem para a Agência. Na Rádio Câmara estavam lotados 31 jornalistas, sendo que todos os repórteres do veículo também produzem flashes informativos para a Agência da casa. Na

⁶⁰ Informação disponível no Portal da Transparência do Senado <<http://www.senado.gov.br/sf/portaltransparencia/rh.asp>> . Acesso em 20/11/2009.

⁶¹ A Central de Relacionamento com o Cidadão do Senado atende no número 0800612211 e trata-se de um call center com mão de obra predominantemente terceirizada, administrado pela Subsecretaria de Pesquisa e Opinião Pública (Sepop) da Secretaria Especial de Comunicação Social (Secs).

⁶² Dados obtidos por e-mail em 29/03/2009, na Secretaria de Comunicação da Câmara dos Deputados (Secom)

TV Câmara, em diversos núcleos e programas, além dos noticiários, atuam 41 jornalistas. A Coordenação de Jornalismo, responsável pela sinergia entre os veículos, e a Assessoria de Imprensa, que faz o atendimento das demandas institucionais da mídia externa, contavam com dois jornalistas cada uma. Segundo Rocha (2009: 110), até 2007 a Secom possuía um quadro de aproximadamente 500 funcionários, entre servidores efetivos e terceirizados.

O processo de midiaticização do Parlamento, como já afirmado, provocou reações adversas do campo jornalístico. Com relação aos profissionais não foi diferente. A cada certame promovido para composição do quadro funcional das casas legislativas federais, matérias jornalísticas foram produzidas questionando o número de profissionais e relacionando isto com a eficácia do sistema de comunicação do Legislativo. Um dos exemplos mais recentes ocorreu em 2007, no certame promovido pela Câmara dos Deputados. A pressão da mídia foi tão intensa que o primeiro edital do concurso foi revisto e o número de vagas a serem preenchidas reduzido. O Edital nº 02 de 2007, publicado em 30 de janeiro de 2007, previa o preenchimento de 31 vagas de Técnico de Comunicação Social.

Como a publicação do edital ocorreu durante um dos meses de recesso das atividades do parlamento, em fevereiro, quando as sessões legislativas foram retomadas, diversos veículos fizeram matérias questionando a necessidade de ampliar o quantitativo de servidores efetivos, em especial nos veículos. Quase todas as matérias partiram do número geral de profissionais de comunicação na casa – algumas ainda somaram as equipes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal – para questionar o quantitativo de jornalistas, associando a iniciativa à ideia de gasto público desnecessário e, equivocadamente, relacionando os servidores com os senadores, como se sua atividade fosse de assessoria de imprensa. É o que mostra, por exemplo, matéria do site **Congresso em Foco**, assinada pelo repórter Lúcio Lambranco, veiculada em 27 de fevereiro de 2007 e intitulada “O Congresso precisa de mais

jornalistas?”. Esta matéria foi posteriormente reproduzida em diversos outros sítios da internet, como o **Observatório da Imprensa**, notório espaço de crítica de mídia no país.

“A maioria dos jornalistas que trabalham no Congresso está lotada nos 594 gabinetes parlamentares e nas dezenas de lideranças partidárias espalhadas pelas duas Casas, em cargos de confiança, e desempenha o papel de assessor de imprensa de deputados, senadores e bancadas.

Outros 265 jornalistas, porém, fazem parte do corpo efetivo de servidores da Câmara (108) e do Senado (157). Considerando-se apenas esse seleto grupo, a média é de praticamente dois jornalistas para cada senador e de um para cinco deputados. Mas o quadro vai crescer nos próximos meses, com a realização de um concurso público na Câmara que reserva 13, das 243 vagas abertas, para jornalistas. São oito vagas para imprensa escrita (jornal e internet), duas para TV e três para rádio.[...] Mas o Parlamento precisa mesmo de tantos jornalistas? As respostas ouvidas pelo Congresso em Foco mostram que o assunto está longe de encontrar unanimidade.” (Congresso em Foco, 27/02/1982)

A série de matérias repercutiu entre os parlamentares. O próprio texto da matéria de Lúcio Lambranhó mencionava que o presidente da Câmara dos Deputados na época, Arlindo Chinaglia, do PT de São Paulo, havia mencionado ao jornal **O Globo** que considerava que a questão das contratações deveria ser melhor analisada e que de modo geral considerava que a Casa “já tem muita gente”. O efeito prático foi que no Edital nº 6 de 4 de abril de 2007, a diretora de Recursos Humanos da Câmara dos Deputados na época, Yara Lopes Depieri, fazia saber que ocorreria a:

“[...] diminuição do número de vagas ofertadas no certame para o cargo de Analista Legislativo, atribuição Técnico em Comunicação Social, objeto do Edital nº 02/2007, sendo de: 5 (cinco) para 3 (três) para a Área de Divulgação Institucional; de 8 (oito) para 5 (cinco) para a Área de Relações Públicas; de 3 (três) para 1 (uma) para a Área de Rádio; de 2 (duas) para 1 (uma) para a Área de Televisão; de 8 (oito) para 1 (uma) para a Área de Imprensa Escrita; e de 5 (cinco) para 1 (uma) para a Área de Audiovisual[...].” (BRASIL, Edital CD 6/04/2007)

Em um espaço de apenas três meses o número de vagas decresceu de 31 originalmente ofertadas para 12. Efeito tangível da dominação do campo econômico e do jornalístico sobre o campo político, onde, em primeira avaliação, os jornalistas legislativos estão subordinados. Este episódio não significa que inexistem movimentos de defesa da estrutura de comunicação do Legislativo. Sempre que é possível a defesa ocorre, mas pode ser definida como uma reação apenas, diferentemente do que ocorre com as empresas jornalísticas da iniciativa privada, que por uma questão até de sobrevivência editorial mantêm iniciativas constantes de promoção de imagem e defesa de suas estruturas. Um caso de defesa reativa pode ser tomado em artigo redigido pelo ex-presidente da Fenaj e, na época, secretário de Comunicação Social do Senado Federal, Armando Rollemberg publicado no sítio de internet da própria Fenaj em 08 de agosto de 2005 e denominado “Em defesa do jornalismo praticado no Senado”. Tratava-se de uma resposta enfática a inflamado artigo do professor e jornalista Manuel Carlos Chaparro, publicado no sítio *Comunique-se*⁶³ – portal de internet destinado a jornalistas – dias antes e intitulado “Eta empreguinto público maneiro!”.

Disse o professor Chaparro que:

“Mais danosa e resistente do que a corrupção do mensalão, a corrupção endêmica persiste no espaço e no tempo da nossa própria história. Ela se manifesta em mil e uma artes de surrupiar dinheirinhos públicos, uma delas o empreguinto público maneiro, de pouco serviço e altos salários. E a propósito disso, aqui se fala do Jornal do Senado, um semanário de 16 páginas com 10 editores, sete repórteres, cinco diagramadores e quatro revisores.[...] A que público o Jornal do Senado se destina? Que papel cumpre, dentro dos objetivos e das atribuições constitucionais do Senado?”

Li e reli o exemplar que me chegou. E só encontrei, como resposta plausível, que o jornal cumpre a mera função de justificar o emprego de alguns

⁶³ O texto foi recuperado do sítio Observatório da Imprensa, pois o original já não mais se encontrava disponível. Ele pode ser acessado em <<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos.asp?cod=341ASP005>>.

jornalistas que, sem o jornal, não teriam o que fazer.” (CHAPARRO in: Observatório da Imprensa, 29/07/2005)

No que coube a resposta do secretário Armando Rollemberg, que questionou o fato de o professor não ter entrado em contato com a administração do Senado Federal para obter as informações que desejava e efetuou a defesa do trabalho dos jornalistas.

“[...] nós, também democraticamente, discordamos frontalmente do articulista. A opinião dele, além de leviana, revela sectarismo e trai um viés ideológico, suspeito de neoliberalismo, pois sugere sustentar-se na premissa de que tudo aquilo feito no âmbito do setor público é ruim, desnecessário ou impregnado de corrupção. Pois nós, jornalistas do Senado, que para chegarmos aqui passamos num concurso público aberto a todo o País, temos plena convicção que praticamos um jornalismo equilibrado, pluralista, republicano, independente de interesses privados ou subalternos. E que assim agindo estamos contribuindo para o fortalecimento da instituição parlamentar, fundamento insubstituível dos regimes democráticos.” (ROLLEMBERG in: Fenaj, 08/08/2005)

A polêmica entre os dois prosseguiu em mais um artigo opinativo do professor Chaparro⁶⁴, que externou o ponto de vista que ao Senado não caberia fazer jornalismo “chapa branca”, mas comunicação institucional e fortalecimento da estrutura de assessoria de imprensa. A opinião dele é compartilhada até mesmo por jornalistas a serviço do próprio legislativo. Dois anos antes do embate público Chaparro-Rollemberg, os jornalistas do legislativo deram um passo no sentido da organização. Em 17 de Julho de 2003 era registrada no Cartório Marcelo Ribas, do 1º Ofício Civil de Pessoas Jurídicas, a criação da Associação dos Profissionais de Comunicação do Senado Federal – Comsefe.

⁶⁴ O texto também pode ser encontrado no sítio Observatório da Imprensa, posto que também o original deste já não mais se encontra disponível no Comunique-se. Ele pode ser acessado em <<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos.asp?cod=341ASP005>>

Para melhor esclarecimento dos propósitos, cabe aqui reproduzir alguns dos objetivos da entidade constantes em seu Estatuto. Diz o artigo 2º que a Comsefe tem por finalidades:

“I - promover a união e a solidariedade dos profissionais de Comunicação Social do Senado Federal, tendo em vista o seu contínuo aprimoramento técnico e cultural, a persecução de suas legítimas aspirações e a solução dos problemas que afetam os associados;

II - lutar pelo respeito aos preceitos constitucionais e legais que garantem o direito a organização e a liberdade de expressão no exercício do trabalho no Senado Federal, bem como ao exercício ético das funções exercidas pelas categorias profissionais dos associados; [...]

[...]V - representar e defender os direitos e interesses profissionais, coletivos e individuais, de seus associados, em juízo ou fora dele, inclusive como representante ou substituto processual;

VI - manter relações de cooperação com associações e sindicatos de trabalhadores que representem os servidores do Senado Federal e os profissionais de Comunicação Social;

VII - colaborar com os diversos órgãos do Senado Federal e, especialmente, com os Senadores, para que seja desenvolvido um trabalho de Comunicação Social cada vez mais eficiente, com pleno aproveitamento das potencialidades do corpo de profissionais de Comunicação Social;

VIII - promover a integração dos profissionais de Comunicação Social do Senado Federal com os da Câmara dos Deputados e do Tribunal de Contas da União;

IX - defender e promover a transparência dos feitos públicos e o acesso democrático e universal às informações de interesse da sociedade.”

Em 06 de Março de 2009 a entidade promoveu um debate com seus associados sobre “A identidade do jornalista do Senado”⁶⁵. Neste encontro Francisco Sant’Anna apresentou seu trabalho sobre mídia das fontes, que contém um perfil dos jornalistas do Senado e também Davi Emerich – na época diretor do Jornal do Senado e ao final do ano já à frente da Diretoria de Jornalismo da SECS – apresentou suas reflexões sobre o conflito entre o jornalismo e a burocracia. Entre os expositores estava Luiz Fernando Valls, um dos 36 primeiros concursados em 1989, que apresentou a tese tornada conhecida entre os colegas como “Paradigma Valls”. Embora não represente exatamente um paradigma ele apresentou o texto “Pode a TV Senado Fazer Jornalismo?” em que questiona a subjetividade empregada nas produções jornalísticas. Para Valls, o correto seria restringir ao máximo as transmissões da TV Senado ao que ocorre ao vivo na Casa Legislativa, sem programas de estúdio de entrevistas com os senadores, por exemplo, que promovem a construção de uma realidade que não ocorreu.

Outro fato, que vai em direção contrária à ideia proposta por Valls, é que ao longo do tempo, os jornalistas legislativos tiveram a qualidade da sua produção reconhecida em prêmios jornalísticos. Inexistem diretrizes editoriais nos manuais de redação das secretarias de comunicação em geral, ou dos veículos, em particular, que incentivem ou determinem a inscrição das produções jornalísticas em prêmios, fato também confirmado nas entrevistas com os diretores de veículos e ex-diretores destas secretarias. Um levantamento feito a partir de buscas na Internet aponta que entre 2002 e 2009 os jornalistas legislativos foram finalistas ou ganhadores de 31 prêmios jornalísticos promovidos pelas mais diversas entidades, do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo, que promove o Prêmio Libero Badaró de Jornalismo, à ONU, que concedeu o *Ricardo Ortega Memorial Prize for Broadcast Journalism*. A lista

⁶⁵ Informações sobre o debate e textos base dos expositores podem ser encontrados no blog da Comsefe, no endereço <<http://comsefe.blogspot.com/2009/03/identidade-do-jornalista-do-senado.html>>

dos prêmios e menções de honra obtidos por jornalistas legislativos consta do Anexo IV. Chama a atenção o fato de inexistirem distinções obtidas nas premiações específicas do jornalismo corporativo ou institucional.

5.6 – Desencontros e contrassensos do Censo Legislativo

O primeiro Censo do Legislativo Brasileiro foi empreendido em 2005 como parte do Programa de Modernização do Legislativo Brasileiro, mais conhecido pela sigla Interlegis. O Programa foi criado em 1997 pelo Senado Federal como agente facilitador do processo de integração e modernização do poder legislativo brasileiro, em suas instâncias federal, estadual e municipal. Os objetivos estabelecidos para o programa são os de: a) melhorar a comunicação e o fluxo de informações entre os legisladores, b) aumentar a eficiência e competência das casas legislativas e, c) promover a participação cidadã nos processos legislativos.

Os meios utilizados para atingir os objetivos descritos são a internet e a videoconferência, por meio de uma rede que interliga as 26 assembleias, a Câmara Distrital e o TCU ao Interlegis, principalmente para práticas de ensino à distância. Os dados de 2009 apontam que o Programa Interlegis contava com a adesão de mais de 4 mil câmaras de vereadores. Deste total 3.500 receberam equipamentos, perfazendo um total de 63% das câmaras municipais brasileiras. O Interlegis também equipou as assembleias legislativas. Cada uma ganhou uma sala de multiuso com vinte microcomputadores ligados a um micro servidor e uma sala com os equipamentos de videoconferência. As câmaras municipais receberam ao menos um computador e uma impressora.

Com as salas de videoconferência foi criada a Rede Nacional Interlegis – RNI, ligando o Senado Federal, Câmara dos Deputados, Tribunal de Contas da União, Câmara Legislativa do Distrito Federal e assembleias. O primeiro Censo do Legislativo Brasileiro foi

empreendido, portanto, dentro desta perspectiva. Um novo censo deveria ter sido efetuado no ano de 2009, entretanto as denúncias de más práticas administrativas e desvios envolvendo o alto escalão administrativo do Senado Federal publicadas na imprensa tiveram uma série de reflexos diretos sobre a administração. Entre estes desdobramentos, se sobressai uma drástica redução em investimentos que não pareceu observar critérios de grande racionalidade. Um dos investimentos não empreendidos foi o deste segundo censo, que forneceria dados mais atualizados sobre as casas legislativas e, obviamente, uma base comparativa que permitisse avaliar a evolução no período.

O foco do Censo do Legislativo brasileiro foram as câmaras municipais. No total, foram aplicados questionários em 5.562 municípios brasileiros. Foram feitas séries de perguntas sobre nove temas, que foram desdobrados em questões específicas. Estes temas trouxeram perguntas sobre os dados cadastrais de cada câmara de vereadores, infraestrutura física, serviço de documentação, infraestrutura de tecnologia da informação e comunicação, estrutura de comunicação com a sociedade, capital humano empregado, composição do quadro parlamentar, aspectos da produção legislativa e, por fim, sobre a capacidade financeira de cada câmara.

Para efeito deste estudo, os dados mais relevantes do Censo foram encontrados nos temas estrutura de comunicação e capital humano. Do total de 5.562 câmaras municipais sondadas, 182 (3,27%) não responderam e 20 outras (0,36%) não souberam dar informações sobre a estrutura e os meios de comunicação mantidos para relacionamento com a sociedade (Fig. 5.1) Ainda sobre o total, 2.912 câmaras de vereadores afirmaram não possuir ou manter qualquer meio de comunicação com a sociedade, perfazendo uma porção de 52,36% dos municípios brasileiros.

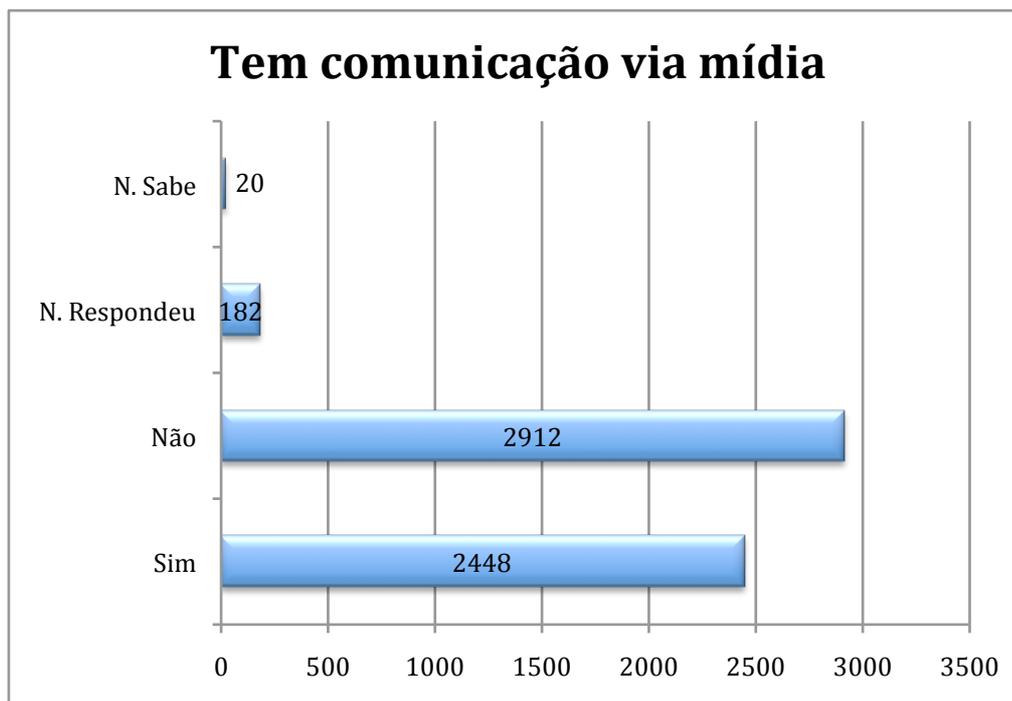


Fig. 5.1 – Câmaras municipais com relacionamento com mídia local de acordo com os dados do Censo do Legislativo de 2005.

No tocante à principal mídia escolhida pelas 2.448 câmaras de vereadores para a interlocução com as sociedades locais a sondagem do Interlegis aponta um resultado peculiar no retrato do momento de aplicação dos questionários: o rádio aparece como o meio mais adotado. Usualmente menosprezado em planejamentos de comunicação e até mesmo pouco estudado – tomando-se em relação a outras mídias – o uso de emissoras e/ou programas de rádio revelado pelo censo supera com pequena margem o tradicional jornal impresso. O rádio apresenta também ampla vantagem sobre outros meios de comunicação de massas eletrônicos como a internet e a televisão. As demais opções apresentadas na sondagem para o relacionamento com a mídia local foram: homepage na internet, boletim impresso, boletim eletrônico, *press releases* periódicos e reuniões com a imprensa. O resultado colhido pode ser observado no gráfico expresso na figura 5.2.

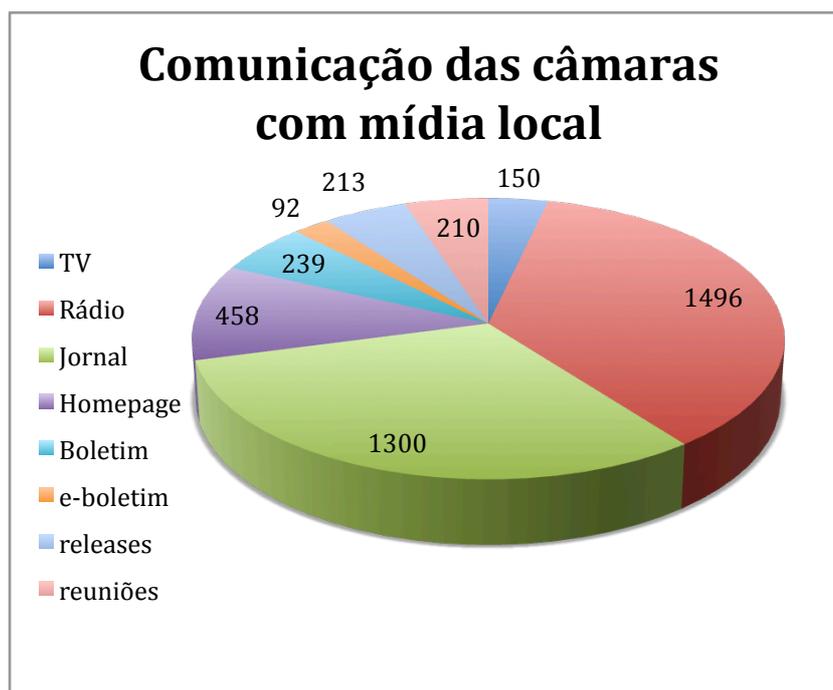


Figura 5.2 – Meios mais utilizados pelas câmaras municipais no relacionamento com a mídia local

Uma observação referencial sobre o Censo do Legislativo é que no questionário aplicado nas câmaras municipais não foi solicitada dos responsáveis pelas respostas a distinção do tipo de comunicação que é feita com os cidadãos via mídia local. Não foram, portanto, colhidas informações sobre se a informação fornecida é de natureza institucional, publicitária ou jornalística. De qualquer modo, o princípio da publicidade das ações públicas parecia ser observado, em alguma medida no momento daquela sondagem, por pelo menos 44% das casas legislativas municipais.

A manutenção de mídias próprias pelas câmaras municipais também foi objeto de indagação do Censo do Legislativo. A pergunta formulada e a própria metodologia do Censo, entretanto, não permitem avaliações categóricas e definitivas sobre o tema. O questionário aplicado foi do tipo estruturado, com perguntas fechadas e respostas restritas, o que cria condicionantes de origem. Um destes condicionantes é o fato de *press releases* terem sido

apresentados como mídias entre as alternativas sugeridas para escolha. Além disso, a polissemia predominante no mundo da comunicação e a generalização da pergunta contribuem para a nebulosidade das respostas obtidas. Neste quesito a pergunta feita foi: “A casa legislativa possui mídias externas de comunicação?”

O que pode ser considerado uma “mídia externa”? Na indagação do questionário o uso do verbo possuir pressupõe a efetiva manutenção, operação, financiamento e controle do meio, mas se é uma mídia pertencente ao parlamento, como poderia ser externa? Ademais, o fato de que, no senso comum, a publicidade utiliza o conceito “mídia exterior” para descrever o conjunto de suportes composto por *outdoors*, cartazes, painéis de rua, tótems, letreiros digitais, *busdoors* e placas, entre outros, apresenta uma latente confusão para o respondente. É notório que as câmaras do Legislativo, em seus três níveis na Federação, se valem de campanhas institucionais de propaganda que utilizam estes suportes ditos “exteriores ou externos”.

A imprecisão da pergunta nos impede, por prudência, de tipificar a questão como referente a mídias das fontes. De todo modo, o resultado apresentado pelo censo de 2005 é que 2.024 Câmaras Municipais declararam possuir algum tipo de “mídia externa” para efetuar seus processos de comunicação e assinalaram alternativas entre aquelas apresentadas no questionário. Este quantitativo corresponde a 36,39% do total de câmaras de vereadores existentes no período. O tipo destas mídias escolhido, segundo as opções apresentadas no questionário, pode ser visualizado na figura 5.3. É útil relatar, também, que a maior parte das câmaras de vereadores tem uma preocupação com comunicação interna. De acordo com a sondagem, 69% delas (3.875) mantêm alguma forma regular de divulgação e comunicação direcionada a público interno, ou seja, parlamentares e servidores.

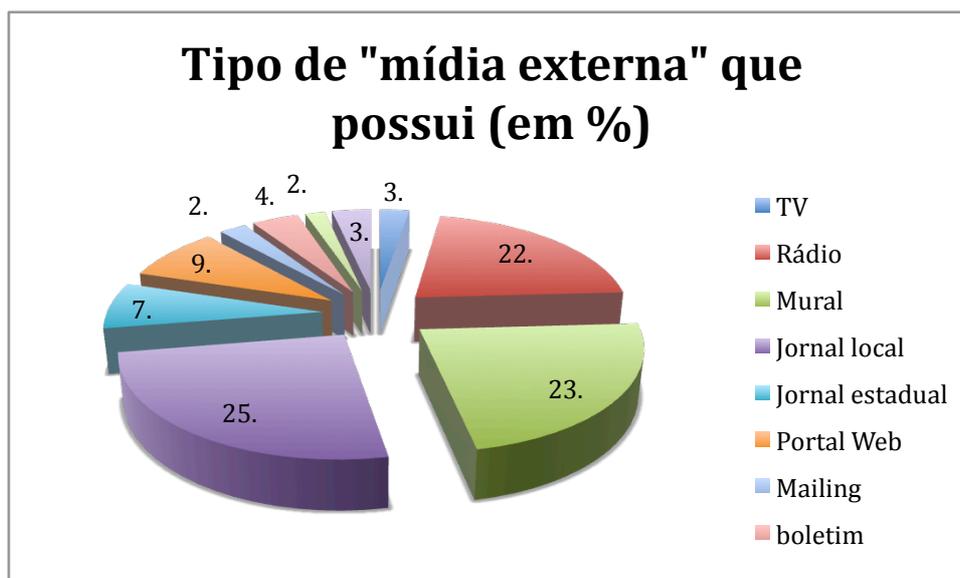


Figura 5.3 – Meios próprios de comunicação utilizados pelas câmaras municipais

Outro ponto relevante apresentado pelo Censo aplicado às câmaras de vereadores foi o levantamento de informações sobre quem pratica as atividades de Comunicação nas casas parlamentares. No Censo do Legislativo de 2005 foram apresentadas perguntas a respeito do capital humano em dois diferentes blocos da sondagem. Ainda na parte referente à própria estrutura de comunicação dos legislativos municipais uma das perguntas foi se a casa legislativa possui em sua estrutura um serviço próprio de comunicação. A seguir foi feita a indagação do tipo de profissional encarregado de trabalhar nestas atividades e comunicação e divulgação da câmara. O resultado apresentado para a primeira pergunta é que pelo menos 20,23% das câmaras de vereadores existentes registraram possuir um serviço dedicado à comunicação e/ou divulgação das ações, contra 75,75% que afirmaram não possuir tal setor. A distribuição numérica pode ser melhor avaliada na figura 5.4.

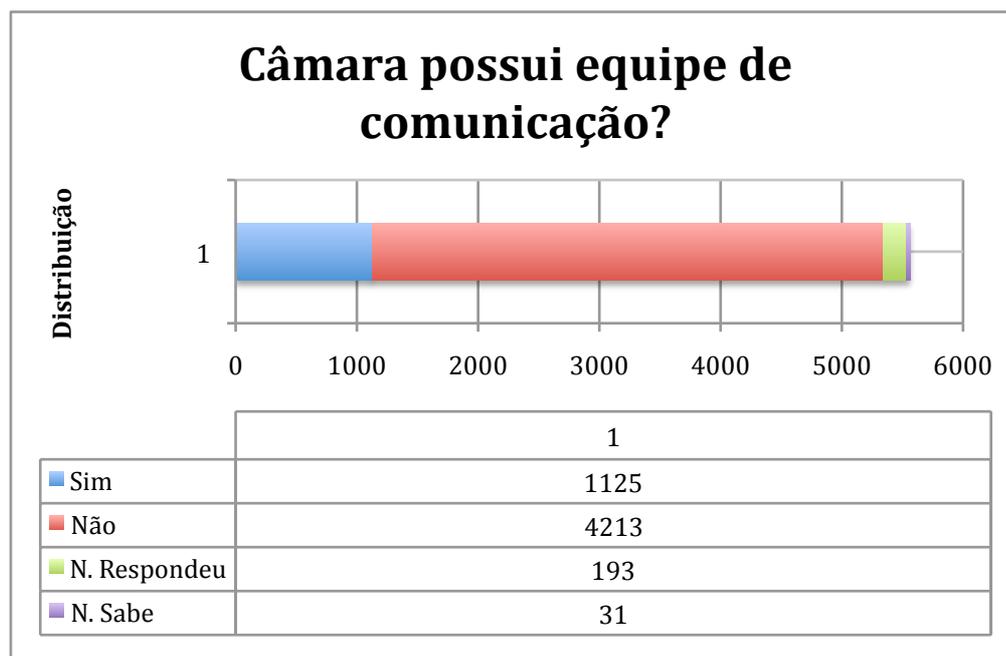


Figura 5.4 – Serviço próprio de comunicação mantido pelas câmaras municipais de acordo com o Censo do Legislativo 2005.

No tocante à tipologia de formação profissional dos servidores incumbidos das atividades de comunicação e divulgação das câmaras, as respostas no Censo foram induzidas a cinco opções. Três são referentes a habilitações dentro do campo da comunicação – jornalistas, relações públicas e publicitários – e as outras duas dizem respeito ao desconhecimento da situação por parte do respondente ou todo o conjunto possível de formações profissionais e até mesmo a falta de alguma habilitação. A situação declarada foi que quase a metade – 968 – integram o conjunto dos profissionais não habilitados especificamente em comunicação. Somados, os profissionais das três habilitações de comunicação equivalem a exatamente a metade do total declarado e conhecido pelos respondentes do Censo. Isoladamente, o maior contingente é aquele que interessa para esta pesquisa: o de jornalistas. Esta habilitação totalizou 568 profissionais, o equivalente a 28%. A distribuição do resultado obtido pode ser melhor visualizada na figura 5.5.

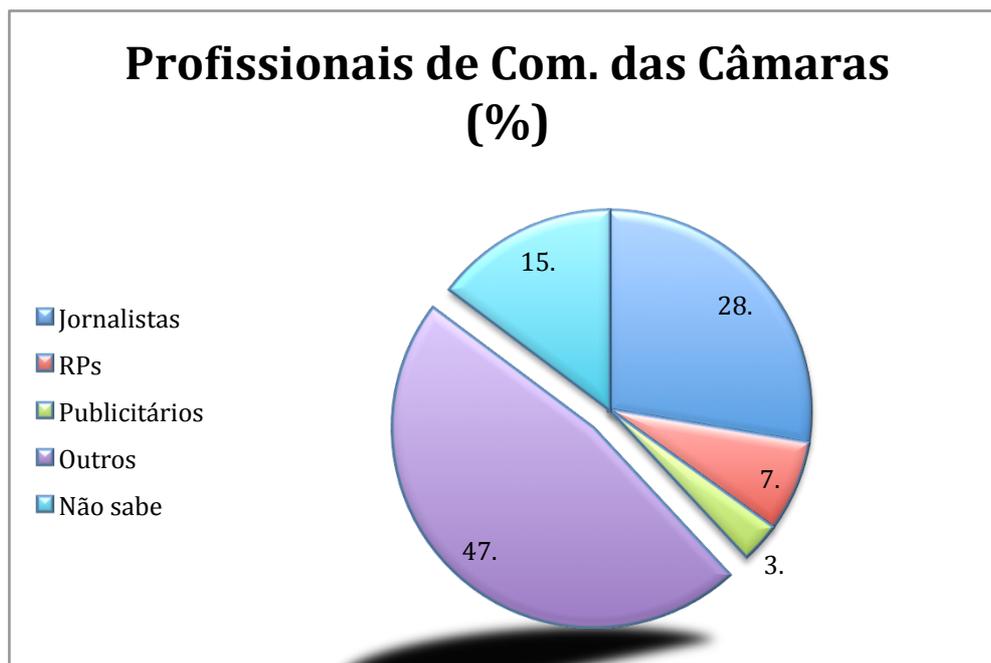


Figura 5.5 – Habilitações dos profissionais responsáveis pela comunicação nas câmaras municipais de acordo com o Censo do Legislativo 2005.

Da parte sobre capital humano surgem outras informações que reforçam esta situação de debilidade nas áreas de comunicação das câmaras municipais. Neste tópico foram feitas perguntas sobre os servidores que trabalham em cada área específica das casas legislativas, tais como os setores de processo legislativo, saúde, educação, direito⁶⁶, orçamento, meio ambiente, segurança, comunicação, redação legislativa, eventos, cerimonial e técnicas legislativas. A própria divisão das atividades nestes setores já traz um complicador para análise. Eventos, cerimonial e até mesmo redação legislativa podem ser tomados como sub-áreas da área de Comunicação. Observa-se uma concentração de servidores na área de direito e naquelas mais diretamente relacionadas ao processo de formulação de leis. O censo é impreciso, entretanto, sobre quais atividades são de formulação direta e quais outras podem

⁶⁶ Entenda-se na área declarada como direito, o trabalho com as questões de Justiça e Cidadania, que usualmente compreende nos legislativos também a parte da admissibilidade legal e/ou constitucionalidade das proposições legislativas.

ser tomadas como atividades de assessoramento. Esta concentração pode ser observada no gráfico constante da figura 5.6.

No quadro geral, o censo apontou que nas 5.562 câmaras municipais sondadas trabalham 81.523 servidores. Se fosse feita uma média, simples, que apontasse a densidade de servidores por câmara o número seria de 14,7 servidores por casa legislativa. É sabido, entretanto, que esta distribuição não é equânime, e segue quase que naturalmente a proporção de densidade populacional. Outro dado significativo é que, à medida que as perguntas tornaram-se mais específicas sobre a distribuição e as características da força de trabalho nas câmaras, maior foi o volume de questões deixadas sem resposta. Isto provoca uma determinada característica nos números levantados posteriormente, pois estes não podem ser tomados comparativamente com o total de servidores das câmaras. Dada a insuficiência de respostas, não é possível dizer, por exemplo, qual o percentual de servidores em relação ao total atua na sub-área meio do legislativo que consiste na área de comunicação.

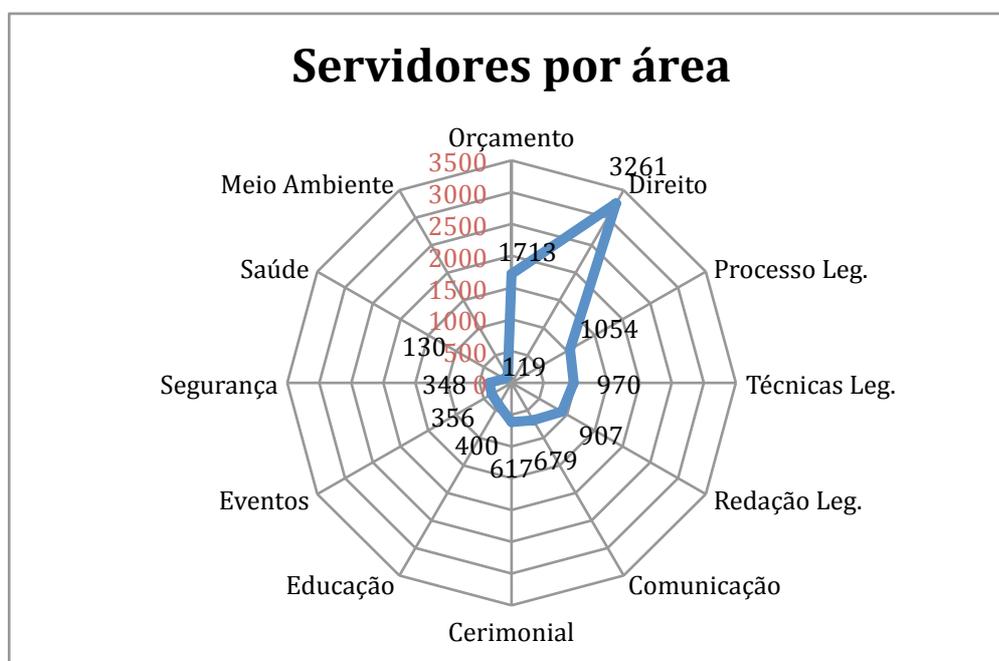


Figura 5.6 – Distribuição dos profissionais por área de atuação nas câmaras municipais de acordo com o Censo do Legislativo 2005.

As perguntas também versaram sobre o vínculo que os servidores têm com as câmaras legislativas. Um dado significativo que surge para ser levado em conta na análise é que na composição dos quadros funcionais das Câmaras, o percentual de servidores efetivos, aqueles concursados e com vínculos permanentes com as estruturas administrativas, não chega sequer à metade daqueles outros que são servidores ocupantes de cargos de confiança e de livre provimento dos parlamentares. Enquanto foram registrados 38.511 servidores comissionados nas câmaras municipais, apenas 16.479 outros são servidores concursados. A distribuição numérica e percentual dos servidores dos legislativos municipais obtida no censo pode ser melhor observada na tabela 5.1, que também considera outras modalidades de vínculo trabalhista tais como a terceirização de mão de obra e a cessão de servidores pelas prefeituras municipais e/ou outros órgãos públicos.

| Tipo de vínculo | Quantidade | % |
|------------------------|-------------------|----------|
| Terceirizados | 3218 | 4,66 |
| Comissionados | 38511 | 55,80 |
| Concursados | 16479 | 23,88 |
| Conc. Confiança | 2052 | 2,97 |
| Cedido | 1604 | 2,32 |
| Celetista | 2297 | 3,33 |
| Outro | 4418 | 6,40 |
| Não sabe | 437 | 0,63 |
| Total | 69016 | 100,00 |

Tabela 5.1 – Distribuição de servidores segundo o vínculo com a casa parlamentar de acordo com dados do Censo do Legislativo Brasileiro de 2005

Os números do censo do Legislativo apontam uma peculiaridade significativa no tocante à estrutura das câmaras municipais em sua comunicação com as sociedades locais.

De um total apontado de 679 profissionais trabalhando na área de comunicação, 202 eram servidores estáveis e 458 não possuíam vínculos permanentes com as instituições – eram comissionados ou terceirizados. Os 19 demais não tinham o tipo de vínculo conhecido pelos respondentes da pesquisa.

6 – A ponta de um iceberg – amostragem de perfil dos jornalistas legislativos

Neste capítulo são apresentados os dados da sondagem feita com os integrantes da lista eletrônica dos Jornalistas Legislativos e que permitem estabelecer um perfil desta amostra voluntária. Junto a isto vêm dados das entrevistas feitas com os diretores e jornalistas servidores nas casas legislativas dos níveis federal, estadual e municipal que complementam a análise.

Em 5 de Julho de 2006 foi criada uma lista eletrônica de discussões na internet denominada *Jornalistas Legislativos*. Criada por iniciativa de Carlos Scomazzon, jornalista atuante na Câmara de Vereadores de Porto Alegre, em meados de 2009 ela contava nominalmente com outros 51 participantes ativos, integrantes dos quadros funcionais do Senado Federal, da Câmara dos Deputados, de assembléias legislativas estaduais e de câmaras municipais. Um dos cuidados no ingresso de participantes é que somente concursados, servidores efetivos das casas legislativas são convidados a tomar parte do grupo. Segundo seu fundador, a lista foi aberta para servir de embrião catalisador do processo de criação de uma associação nacional de jornalistas do legislativo⁶⁷.

O impulso para a criação da lista foi um incidente de interferência editorial ocorrido na Câmara de Vereadores de Porto Alegre. De acordo com o relato de Scomazzon, uma vereadora – cujo nome ele preferiu não revelar – agiu sobre a assessoria de comunicação da câmara municipal da capital gaúcha para que ocorresse a troca de uma fotografia que ilustrava notícia de um evento ocorrido nas dependências da Câmara. Queria a substituição por uma outra em que ela, que compareceu ao evento, também constasse. O que ocorreu fez com que o jornalista gaúcho se motivasse a arregimentar os colegas conhecidos em outras casas legislativas – desde 2005 ele mantinha e moderava a lista eletrônica de discussões

⁶⁷ As informações foram obtidas por meio de entrevista presencial com Carlos Scomazzon em 25/05/2009.

sobre Comunicação Pública – e considerou que seria um bom espaço para conversar a respeito do fato e das condições de produção do jornalismo nas casas legislativas. Nas primeiras trocas de e-mails se chegou a discutir efetivamente a constituição da entidade nacional, até mesmo um nome surgiu produto das discussões – Associação Brasileira de Jornalistas Legislativos (Abrajol) – mas os interesses díspares dos integrantes da lista nas diversas esferas do Poder adiaram o projeto, como relatou Scomazzon, “nos últimos tempos o pessoal amornou”. Ele também credita isto ao fato de o sistema de comunicação do Legislativo ter começado a se constituir e profissionalizar em função da crise de credibilidade da atividade política e das casas parlamentares, porque “ainda não existe uma mentalidade formada adequadamente entre os próprios parlamentares sobre o papel da comunicação e, principalmente, sobre a prática do jornalismo com foco no cidadão, mas a minha expectativa é de que a lista ainda sirva de motor para discussões e iniciativas de mudança deste quadro”.

Trata-se de uma lista de participação fechada, onde o ingresso se dá exclusivamente por convite. Embora o “e-grupo” possua dez participantes cadastrados na condição de moderadores dos debates, as mensagens não precisam da aprovação destes para circular entre os associados. Da forma como foi criada ela permite a veiculação de mensagens com arquivos anexos e na remessa de postagens os autores não podem ocultar suas identidades. A lista *Jornalistas Legislativos* é abrigada no servidor de grupos de discussão do Yahoo® e não é indexada em diretório, ou seja, não aparece visível para busca por outros usuários do sistema.⁶⁸

Pelo fato de reunir integrantes vinculados aos três níveis legislativos da República Federativa do Brasil, este grupo se apresentou como o melhor espaço para uma sondagem de perfil do subgrupo profissional em processo de formação. Uma característica da lista é que os

⁶⁸ Disponível em <http://br.groups.yahoo.com/group/jornalistaslegislativos/>, acesso em 31/01/2009.

usuários não têm a obrigação de nela mostrar todas as suas informações pessoais e funcionais. Para a participação bastam um endereço de caixa postal eletrônica – que viabiliza o recebimento e envio dos e-mails – e uma mensagem inicial de apresentação, que não obedece a um formato definido. Outra característica da lista é que, como ocorre usualmente nos grupos eletrônicos, a participação nas discussões se dá de forma espontânea, portanto não é possível estabelecer uma obrigatoriedade de respostas. Esta característica é a principal responsável pela configuração de uma amostra voluntária na sondagem que foi efetuada.

A intenção desta sondagem foi estabelecer não apenas o perfil sócio profissional, bem como delimitar algumas rotinas produtivas, paradigmas e valores jornalísticos. Também se trata de tentar esclarecer a representação social que fazem das mídias das fontes em que atuam e das atividades que desenvolvem. O fato de, na maior parte das casas legislativas do país, terem sido efetivados os servidores que ingressaram antes da exigência dos concursos públicos, não permite diferenciar os que se enquadram totalmente no perfil definido por Keinert como jornalistas legislativos do período pós-burocrático. Os números do Censo do Legislativo sequer possibilitam estimar o total de jornalistas efetivos, concursados ou efetivados. Por isto a lista se apresenta como espaço mais relevante e adequado para sondagem de perfil. Esta porção do trabalho se baseia nos estudos de McMane, que na década de 1980 traçou o perfil do jornalista ocidental, em caráter específico dos profissionais britânicos, franceses e norte-americanos. Posteriormente, ao final da década de 1990 a mesma metodologia foi utilizada por Herscovitz para delimitar o perfil dos jornalistas brasileiros atuantes no estado de São Paulo⁶⁹. A mesma metodologia de pesquisa e questionário base foi utilizada por Sant`Anna para definir o perfil de jornalista das mídias das

⁶⁹ *Aralynn Abare McMane publicou sua pesquisa em 1992 e Heloisa Herscovitz em 2000.*

fontes comparando com um grupo de controle dos jornalistas de veículos jornalísticos considerados “tradicionais”.

Do total de 28 respondentes ao questionário do estudo em tela, 11 (39, 29%) são servidores do Senado, 6 (21,43%) de diferentes assembleias legislativas, 6 (21,43%) de câmaras de vereadores e 5 (17,86%) servidores da Câmara dos Deputados. Deste total, apenas 2 (7,14%) trabalham com assessoria de imprensa e os demais atuam vinculados a mídias das fontes legislativas. A maior parte, 10 integrantes (35,71%), trabalha em TVs legislativas, 8 (28,57%) atuam em agências de notícias/portais ou sítios de internet; 4 trabalham em jornal (14,29%) e outros 4 (14,29%) em rádio.

Com relação às funções desempenhadas nas mídias, metade respondeu atuar como repórter, 8 (28,57%) atuam como redatores, 5 (17,86%) atuam como editores e 1 (3,57%) exerce cargo de direção. A distribuição de papéis desempenhados, pode ser melhor visualizada na figura 6.1.

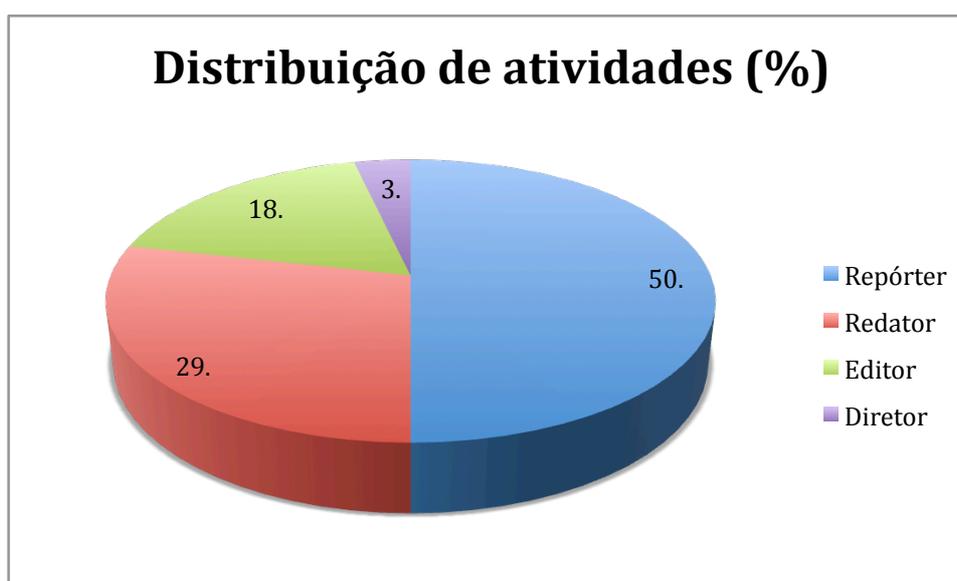


Figura 6.1 – Funções desempenhadas pelos jornalistas legislativos

Segundo Sousa (*op. Cit.*) a ação pessoal, fatores ambientais e o sistema sociocultural em que o jornalista está inserido, são, entre outros, elementos relevantes para o processo de construção das notícias. Exercem uma ação enformadora e compõem o sistema sócio-cultural do *newsmaking*. Diz ele:

“Embora existam vários agentes que com sua acção pessoal podem modificar ‘o que é notícia’ e o modo como a notícia é construída e fabricada, os jornalistas são, provavelmente, o elo mais relevante do processo, muito embora outros agentes, como as fontes, sejam também seus protagonistas destacados. Importa, então, conhecer minimamente qual é o perfil destes profissionais de comunicação” (SOUSA, Op. Cit., 48)

Quanto ao gênero, exatamente a metade dos respondentes na amostra é composta por homens e a outra metade por mulheres. A média de idade é de 43 anos, e a maior parte é natural da região Sudeste (32,14%), seguidos da região Sul (28,57%). O tempo médio de profissão é de 20 anos e cinco meses e o tempo de atuação no veículo em que trabalham de oito anos e sete meses, o que coincide com o tempo médio de serviço na casa legislativa em que atuam. Antes de se tornarem jornalistas servidores públicos, 89,29% atuaram na iniciativa privada ou organizações do terceiro setor por um tempo médio de sete anos e onze meses.

Por uma circunstância determinante do período de realização dos processos seletivos de que participaram – o poder público tende a sempre obedecer a legislação em vigor e exigia diploma de jornalismo em seus concursos – 100% dos integrantes são graduados em Comunicação Social com habilitação em jornalismo. Uma fração de 10,71% afirmou ter concluído outra graduação e 67,86% cursaram algum tipo de pós-graduação. São 12 especialistas (42,86% do total), 9 mestres, 2 doutores (PhDs) e um detentor de título de pós-doutorado. Em toda a amostra, um integrante da lista cursa uma segunda especialização e outro faz doutoramento.

Em seu estudo que comparou exclusivamente os jornalistas do Senado Federal com os da iniciativa privada credenciados para cobrir o Senado, Sant'Anna identificou que os jornalistas das mídias das fontes do SF possuíam padrão de qualificação superior ao grupo de controle – onde apenas 16% possuíam algum tipo de pós-graduação – e, também, superior à população de jornalistas paulistas pesquisada por Herscovitz – que era de 5,4% com Mestrado e 1% Doutorado. Ele atribui o fato ao estímulo que no Senado Federal – não apenas lá – um título de Mestre ou Doutor pode representar melhor remuneração em relação à formação universitária básica. (SANT'ANNA, 2009, 389). Ocorre que no caso da lista, nenhuma casa legislativa havia começado, ainda, a pagar a chamada remuneração adicional de especialização, prevista em suas regulamentações administrativas próprias, e que é paga por alguns órgão do Executivo e do Judiciário a seus servidores.

É mais razoável atribuir ao fato de que a Constituição Federal, no artigo nº 39, em seu parágrafo 2º, prevê que União, Estados e Distrito Federal manterão escolas de governo para formação e aperfeiçoamento de servidores e que a participação dos servidores em seus cursos consistirá em critério de progressão na carreira funcional. Em 2008, como afirmado, a Universidade do Legislativo Brasileiro – Unilegis, promoveu um curso de especialização “Lato Sensu” em Comunicação Legislativa. A principal razão, entretanto, pode estar associada ao processo de seleção dos jornalistas legislativos, desde o início da década de 2000 usualmente tem se dado por concursos de provas e títulos.

Quanto à raça, 78,57% se declararam brancos, 17,86% pardos e 3,57% (apenas um) negro. No tocante a aspectos ideológicos – assim como fez Sousa (*Op. Cit.*), o conceito aqui é tomado como conjunto de ideias, sistema simbólico que cimenta a coesão e integração de um grupo social em função de seus interesses manifestos e, também, inconscientes – 26 (92,86%) afirmaram não ter filiação partidária. Quanto à afiliação sindical, 18 são sindicalizados (64,29%). O posicionamento político individual mostra uma auto-classificação

de ‘centro-esquerda’ para os jornalistas legislativos. Do total de participantes da sondagem, 28,57% se definiram como ideologicamente de centro-esquerda, o mesmo percentual se definiu como sendo ideologicamente de esquerda e 21,43% se declararam de centro. O quadro melhor detalhado pode ser observado na figura 6.2.



Figura 6.2 – Auto-classificação de preferência ideológica dos jornalistas legislativos

6.1 – A percepção dos papéis da mídia, da imprensa e dos veículos legislativos

A sondagem tentou mapear como os jornalistas percebem a imprensa e, também, como percebem as mídias das fontes legislativas. Os participantes foram instados a opinar sobre um conjunto de temas a partir da escolha de posicionamentos em uma escala de sete níveis, variando de “A” a “G”. Foi utilizada a Escala de Likert⁷⁰, fazendo com que “A” fosse

⁷⁰ Metodologia consagrada no campo da Psicologia para a aferição de atitudes e comportamentos. Permite identificar a aceitação ou rejeição de um ser humano em relação a um fenômeno verificado no âmbito da natureza ou da sociedade. Segundo Kerlinger (1991), em sua teoria Likert sustenta que uma atitude é uma disposição para a ação, e o instrumento de medida proposto por ele pretende verificar o nível de concordância do sujeito com uma série de afirmações que expressem algo favorável ou desfavorável em relação a um objeto psicológico.

equivalente ao valor zero (sem importância alguma) e “G” equivalente a 10 (extremamente importante).

No caso destas avaliações de percepção ora apresentadas é relevante que os dados sejam mostrados de forma consolidada e, também, estratificados de acordo com as instâncias do Legislativo. Tal medida serve para evidenciar as diferenciações ou similaridades de pensamento. O detalhamento das percepções da imprensa brasileira e das mídias das fontes dos Legislativo, consta da tabela 6.1.

De modo geral, os jornalistas legislativos consideram elevada a importância da função jornalística para a sociedade e, nesta escala de sete níveis, definiram uma pontuação que equivale ao segundo maior grau de importância (9,25). A menor avaliação ocorre entre os que atuam na Câmara dos Deputados, que ainda assim, atribuem importância significativa (7,3). Aos jornalistas legislativos atuantes na assembleias estaduais coube conferir o maior grau de importância – extremamente importante, com nota igual a 10.

Com relação ao papel dos meios de comunicação para a formação da opinião pública, o subgrupo profissional avaliou que é de importância elevada (8,64), mas a média das opiniões já ficou próxima do nível imediatamente inferior. Novamente os jornalistas das Assembleias Legislativas conferiram o maior grau de importância (9,5) e os colegas da Câmara dos Deputados efetuaram a avaliação apenas que têm importância significativa (7,6).

Um dado representativo é da avaliação que os integrantes do subgrupo fazem da importância da informação que é difundida à sociedade pelo sistema de comunicação para o qual trabalham. Em média, consideram que a importância desta informação é significativa, com um conceito 6,5. Os jornalistas das mídias do Senado Federal, as pioneiras no conjunto, são os que maior avaliação dão à importância da informação que produzem (7,14), enquanto

os atuantes na Câmara dos Deputados têm o posicionamento mais cético e conferem importância mediana (5,7).

| Tabela 6.1 – Percepção de papel da imprensa | | | | | |
|---|-------|--------------------|--------------------------|------------------|----------------|
| Define o grau de importância: | Geral | Câmaras municipais | Assembleias Legislativas | Câmara Deputados | Senado Federal |
| da função jornalística para a sociedade | 9,25 | 9,75 | 10 | 7,3 | 9,45 |
| dos meios de comunicação para formação da opinião pública | 8,64 | 8,67 | 9,5 | 7,6 | 8,64 |
| da informação difundida para a sociedade pelo sistema de comunicação da Casa Legislativa em que você trabalha | 6,5 | 6,17 | 6,33 | 5,7 | 7,14 |
| da informação difundida pela imprensa tradicional | 7,45 | 7 | 7,17 | 6,7 | 8,18 |
| do real nível de influência da mídia sobre a opinião pública | 7,23 | 7,17 | 6,83 | 6,7 | 7,73 |
| da capacidade potencial, de influência da mídia do Legislativo em que você trabalha para a formação da opinião pública | 5,77 | 5,58 | 7,25 | 3,3 | 6,18 |
| do real nível de influência da mídia do Legislativo sobre a opinião pública | 4,39 | 3,58 | 7 | 2,3 | 4,09 |
| da necessidade das informações difundidas pelas mídias do Legislativo serem posteriormente checadas, apuradas ou tratadas por jornalistas da imprensa tradicional | 7,45 | 8,33 | 8,33 | 6,1 | 7,09 |

Fonte: Elaboração a partir dos dados coletados em pesquisa de campo – Brasil, 2009

Dois outros aspectos na percepção de papéis que valem a pena comentar são sobre o potencial de as mídias das fontes legislativas virem a influenciar na formação de opinião

pública e sobre o efetivo nível desta influência. A estimativa geral do subgrupo sobre a capacidade potencial de influência dos veículos legislativos de comunicação pode ser considerada mediana, com um conceito 5,77 atribuído pelo grupo na sondagem. Quando é perguntada a percepção sobre o real nível de influência da mídia do Legislativo, o conceito é de que tem uma importância relativa, com avaliação 4,39. Isto pressupõe a perspectiva de que os integrantes do subgrupo entendem a possibilidade de as mídias das fontes do Legislativo virem a ter uma maior influência nesse processo de formação de opinião e já estarem perto do limite possível de vir a ser alcançado.

Por fim, um dado também relevante é que os jornalistas legislativos têm a percepção de que é de importância significativa, com conceito 7,45, que a mídia tradicional confirme as informações providas pelas mídias do parlamento em que trabalham. Os que consideram mais necessária a conferência, apuração ou tratamento das informações são os que atuam nas Câmaras de Vereadores e Assembleias Legislativas, com conceito 8,33 e os que consideram isso de importância apenas mediana são os jornalistas da Câmara dos Deputados, com conceito 6,1. Mais do que uma marca de baixa confiança na qualidade da informação apurada pelas Mídias do Legislativo, essa é uma indicação do grau de autonomia e imparcialidade percebida pelos jornalistas em seu trabalho. É como conta a repórter AL2 sobre como era o processo de edição das matérias na TV Legislativa em que trabalha nos primeiros anos da emissora: “éramos impedidos de editar as matérias dos repórteres de cargo comissionado (não efetivos), indicados pelos partidos, e que permitiam que os deputados influenciassem nas pautas”.

6.2 – Valores deontológicos e rotinas profissionais

No que diz respeito à mídia, segundo Bertrand (1999: 12), a deontologia trata-se de um “conjunto de princípios e de regras, estabelecidos pela profissão, de preferência em colaboração com os usuários, a fim de melhor responder aos diversos grupos da população”.

No caso do jornalismo, a excepcionalidade da deontologia é que ela não depende de contrato social, de uma delegação dos cidadãos pelo voto, por exemplo, e o seu pilar fundante acaba sendo a atuação ética, em busca de credibilidade para melhor atender a responsabilidade essencial, que é a de servir bem à população.

A pesquisa de campo com os jornalistas legislativos buscou identificar valores éticos que os norteiam e que interferem em suas rotinas profissionais. Uma das formas foi apresentar questões com dois diferentes pontos de vista: o do empregador⁷¹ e aquele que o profissional utilizaria de livre arbítrio. Outra, foi utilizar simulações de situações já ocorridas e passíveis de se repetir em um trabalho de construção de notícias. Numa escala de três pontos, onde 1 equivale ao mais flexível e 3 ao mais rígido, foram medidas balizas éticas associadas a oito situações possíveis no cotidiano do trabalho jornalístico como apresenta a tabela 6.2.

Foram dadas aos jornalistas legislativos três alternativas:

- a) Eu só adotaria tal postura se me encontrasse em uma situação importante e, assim, flexionaria meus parâmetros éticos.
- b) Eu adotaria tal postura facilmente, não vejo nenhum mal nela, ela é jornalisticamente válida e não fere meus princípios éticos.
- c) Não adotaria tal postura jamais.

A partir da tabulação das respostas se chegou, de forma geral, à conclusão de que se trata de um grupo que pouco flexibilizaria os parâmetros éticos. A média de todos os

⁷¹ No caso da pergunta, a figura do empregador é representada pela linha editorial do veículo, o que não necessariamente corresponde à representação que os jornalistas legislativos têm de seu empregador. Em diversas entrevistas ao longo do trabalho de pesquisa, uma representação feita pelos entrevistados é que são funcionários do “cidadão brasileiro”, do “contribuinte” ou do “povo brasileiro”, como forma de contraposição aos parlamentares.

parâmetros éticos no subgrupo ficou no valor de 2,63. Quando tomados apenas os jornalistas das Câmaras Municipais, a média subiu para 2,83. No caso dos jornalistas que trabalham nas Assembleias Legislativas estaduais a média foi de 2,6. Já no caso dos jornalistas legislativos que atuam na Câmara dos Deputados, o valor médio registrado foi mais flexível 2,38. Entre os jornalistas legislativos vinculados ao Senado Federal o valor de flexibilidade dos parâmetros também é superior à média de todo o grupo e ficou em 2,66.

| Tabela 6.2 – Flexibilidade do comportamento ético | | | | | |
|---|--------------|---------------------------|---------------------------------|-------------------------|-----------------------|
| | Geral | Câmaras municipais | Assembleias Legislativas | Câmara Deputados | Senado Federal |
| Pagar a uma fonte para obter uma informação. | 2,93 | 3 | 2,67 | 3 | 3 |
| Estimular a ocorrência de um fato socialmente condenável, apenas com o objetivo de transformar o episódio em notícia. | 3 | 3 | 3 | 3 | 3 |
| Dissimular a identidade de jornalista, se passando por qualquer um outro, a fim de obter uma informação ou de presenciar um fato. | 2,29 | 2,83 | 2 | 1,80 | 2,36 |
| Utilizar sem autorização da fonte documentos pessoais ou fotos íntimas. | 2,68 | 3 | 3 | 2,2 | 2,55 |
| Utilizar sem autorização da fonte documentos ou fotos oficiais. | 2,21 | 2,17 | 1,83 | 2,2 | 2,45 |
| Utilizar sem autorização prévia documentos confidenciais da iniciativa privada ou governamental. | 2,43 | 3 | 2,67 | 1,8 | 2,27 |
| Se empregar dentro de uma empresa, ou numa repartição governamental para clandestinamente obter informações. | 2,68 | 2,67 | 2,33 | 2,8 | 2,82 |
| Romper um acordo e revelar o nome de uma fonte de informação | 2,79 | 3 | 3 | 2,2 | 2,82 |

Fonte: Elaboração a partir dos dados coletados em pesquisa de campo – Brasil, 2009

Um dos aspectos mais relevantes do resultado colhido nesta sondagem é o registro unânime de repúdio absoluto à possibilidade de provocar um fato condenável socialmente para construir uma notícia. Na pesquisa de metodologia idêntica aplicada por Sant'Anna ao grupo de jornalistas da iniciativa privada credenciados para a cobertura do Senado Federal, o índice registrado foi de pequena possibilidade de flexibilizar este valor ético, com conceito 2,88. A segunda possibilidade mais rechaçada pelos jornalistas legislativos foi a de pagar uma fonte para obter informações. Isto pode ser considerado natural, dado que é a mais distante de sua realidade.

O mais flexível de todos os critérios tem a ver diretamente com o princípio da transparência dos feitos públicos e aquilo que Thompson (1998, 112-113) definiu como processo de transformação da visibilidade ao descrever sua teoria social da mídia. A utilização sem autorização de fotografias ou documentos oficiais teve um conceito de 2,21, o mais próximo de todos quanto a não ferir os princípios éticos. Para Thompson é quando público adquire o sentido de “aberto”, “acessível ao público” que se opõe ao sentido de privado, aquilo que acontece “encoberto”. Diz ele:

“Com o desenvolvimento do estado constitucional moderno, a invisibilidade do poder começou a ser limitada de alguma maneira. O gabinete secreto começou a ser substituído ou suplementado por uma série de instituições de caráter mais aberto e ‘responsável’; decisões políticas importantes eram sujeitas a debates dentro de assembleias parlamentares; e aos cidadãos foram concedidos certos direitos básicos [...]

[...] Limitar a invisibilidade do poder não torna o poder inteiramente visível: pelo contrário, o exercício do poder nas sociedades modernas permanece de muitas maneiras envolto em segredo e escondido da contemplação pública.”
(THOMPSON, 1998: 113)

Deste modo os jornalistas sentem-se no direito de dar publicidade, de levar ao conhecimento aquilo que ainda não ocorreu devidamente, segundo seu juízo. “Não é questão

de situação importante, é a situação de censura – por exemplo. Na ditadura fizemos muito isso. Chegávamos a nos esconder dentro de gabinetes, fuçar as mesas quando o dono não estava...”, relata a editora AL2.

Na sondagem também foi apresentado o seguinte cenário hipotético aos jornalistas e pedido que se posicionassem de acordo com dois pontos de vista – seu livre arbítrio e o que era esperado pela linha editorial do veículo em que trabalham:

“Durante a cobertura de uma reunião parlamentar da base política do governo é debatida a implementação de um novo projeto político. As propostas são consideradas perigosas e nocivas para a sociedade. Você então:

(Opção «a») *Escreve o texto de forma neutra, se limitando a apresentar as propostas debatidas e as decisões tomadas sem apresentar qualquer julgamento de valor, análise ou interpretação. Para você, é o público que deve julgar os fatos por si próprio.*

(Opção «b») *Escreve o texto, informando as propostas debatidas e as decisões tomadas, mas faz uma abordagem crítica de forma a mostrar o risco e o aspecto perigoso que tais medidas se implementadas poderão causar. Para você, é um dever do jornalista alertar a opinião pública sobre os riscos de tais decisões.*

As respostas obtidas revelam uma percepção de que os jornalistas legislativos sentem-se relativamente limitados na possibilidade de formularem análises críticas pela linha editorial dos veículos em que atuam. Mais do que uma confrontação de natureza ética, a situação hipotética pretendia verificar como se sentem diante da confrontação de um dilema cotidiano de produção fruto de um cenário distinto do que vivenciam. No cenário 1, onde predomina o livre arbítrio do repórter sobre como proceder, 60,71% dos entrevistados optaram pela opção “a”, portando-se de forma neutra. Um total de 35,71% dos jornalistas legislativos participantes da sondagem optaram pela alternativa “b”, onde fariam uma análise

crítica dos fatos e apresentariam seus riscos. Apenas 3,57% deixaram de responder à pergunta.

Quando a hipótese refere-se ao que avaliam que é a expectativa da linha editorial do veículo, a mudança é significativa. Um percentual de 10,71% deixaram de responder a pergunta. Se considerarmos apenas os respondentes, um total de 96% optam pela alternativa “a”, contra apenas 4% que escolheriam a opção de análise crítica “b”. Isto aponta a obediência ao princípio apontado por Tuchman (*in* TRAQUINA, 1999: 74-90), definido como o ritual estratégico da objetividade. Segundo ela, cada notícia enseja riscos para o corpo editorial e para a organização jornalística. Afeta potencialmente a capacidade dos jornalistas no exercício de suas atividades cotidianas, a reputação diante dos superiores, colegas, fontes, público consumidor e tem influência nos lucros⁷² da organização. Segundo Tuchman,

“Os jornalistas lutam contra estas pressões ao realçar a ‘objectividade’, argumentando que os perigos podem ser minimizados se eles seguirem as estratégias de trabalho que eles identificam com as notícias objectivas. Eles defendem que, se todos os repórteres reunirem e estruturarem os ‘factos’ de um modo descomprometido, imparcial e impessoal, os prazos serão respeitados e os processos de difamação evitados.” (TUCHMAN, op. Cit.: 78)

A sondagem também tentou verificar a percepção do grau de autonomia na produção jornalística do subgrupo de jornalistas legislativos. Com relação à liberdade de atuação e interferência na produção das mídias legislativas, os integrantes do grupo sondado apresentaram um grau que pode ser considerado baixo de intervenção. Um total de 89,29% afirmaram não ter liberdade de escolha do tema que vão cobrir, enquanto 60,71% disseram não dispor da possibilidade de definir o conteúdo e o ângulo de suas matérias e um

⁷² No caso de organizações presumidamente sem finalidades lucrativas, como é o caso do Parlamento, pode-se, aqui, substituir “lucros” por objetivos de comunicação, ou de obtenção de capital simbólico, para permanecer vinculado ao referencial bourdieusiano.

percentual de 64,29% disseram não poder definir as fontes de informação que desejam ouvir. Isso vai ao encontro de algumas das disposições da chamada Teoria Organizacional de Warren Breed, que, segundo Traquina (2002: 71), “sublinha a importância dos constrangimentos organizacionais sobre a atividade profissional do jornalista”. Quando analisou o jornalismo organizacional, Sólito (Op. Cit.: 101), observou que também a Teoria da Ação Política deve ser considerada. Novamente recorrendo a Traquina, há que se considerar que há “teorias da ação política”, com viéses ideológicos antagônicos.

“Nas teorias de ação política, os mídia noticiosos são vistos de uma forma instrumentalista, isto é, servem objetivamente a certos interesses políticos: na versão de esquerda, os mídia noticiosos são vistos como instrumentos que ajudam a manter o sistema capitalista; na versão de direita, servem como instrumentos que põem em causa o capitalismo. Seja de esquerda ou de direita, estas teorias defendem a posição de que as notícias são distorções sistemáticas que servem aos interesses políticos de certos agentes sociais bem específicos, que utilizam as notícias na projeção da sua visão do mundo, da sociedade, etc.” (TRAQUINA, 2002: 80-81)

Na visão de direita, os jornalistas têm um papel ativo, sendo o bode expiatório dos males do produto jornalístico. Têm controle pessoal sobre este produto, estão dispostos a introduzir suas preferências políticas no conteúdo noticioso e têm valores políticos coerentes e estáveis diferentes da população em geral. Estariam mais à esquerda da sociedade. Já na versão de esquerda, ocorre que o papel dos jornalistas é pouco relevante, reduzido à função de executor de produto a serviço do capitalismo, quando não coniventes com as elites. A percepção de autonomia dos jornalistas legislativos, de forma geral, pode ser visualizada na figura 6.1.

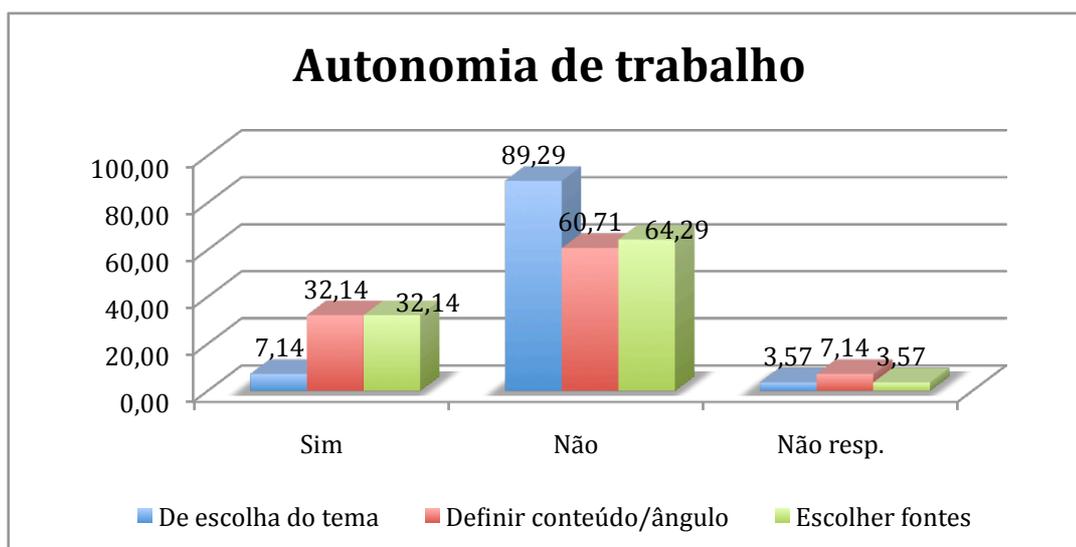


Figura 6.1 – Percepção da autonomia no processo de construção de notícias pelos jornalistas legislativos.
 Fonte: elaboração pessoal a partir de dados coletados em pesquisa de campo – 2009

A percepção da autonomia que dispõem para o exercício do jornalismo nas mídias legislativas foi o segundo item mais apontado pelos integrantes do subgrupo na questão sobre satisfação com o trabalho. Liberdade e autonomia foram escolhidas como determinantes do grau de satisfação por 14,29%. Antes deste detalhamento ser apresentado, cabe registrar que o grupo de jornalistas legislativos é predominantemente satisfeito com seu trabalho. Um total de 64,29% do subgrupo se declaram razoavelmente satisfeitos ou muito satisfeitos com suas atividades. A figura 6.2 mostra a distribuição proporcional desta medida de grau de satisfação.

No total, foram apresentadas 11 alternativas para conformar o grau de satisfação com o trabalho. Entre as demais opções determinantes do nível de satisfação, o salário foi escolhido como principal, por 25% dos integrantes do grupo. Depois da autonomia, quatro alternativas tiveram o mesmo percentual de escolhas – 10,71% – são elas: possibilidade de ajudar pessoas, segurança no emprego, tipo de produto jornalístico que fazem e o comportamento das chefias. Destas quatro alternativas, as três primeiras estiveram associadas

a razoável ou alto grau de satisfação, enquanto o comportamento das chefias foi sempre associado com o elevado grau de insatisfação.

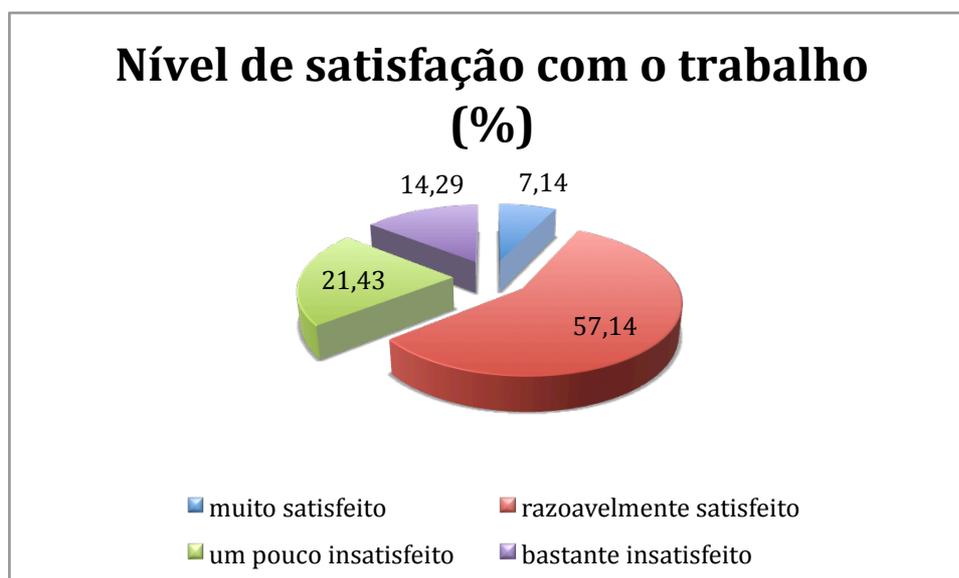


Figura 6.2 – Percepção da autonomia no processo de construção de notícias pelos jornalistas legislativos.
 Fonte: elaboração pessoal a partir de dados coletados em pesquisa de campo – 2009

Uma lista de 12 opções foi apresentada com as razões determinantes da escolha de carreira. Apenas uma entre elas deveria ser marcada. O principal motivo apontado para terem escolhido a profissão de jornalista foi a vontade de informar as pessoas. Esta foi a opção de 28,57% dos participantes da sondagem. Em segundo lugar veio a escolha pela opção “queria mudar a sociedade”, apontada por 25% dos integrantes do subgrupo. A terceira opção mais escolhida foi “gosto de escrever”, com a preferência de 17,86%. Vocação pessoal e fascínio pela profissão obtiveram, cada uma a preferência de 10,71% dos integrantes da lista. A alternativa “gosto de acompanhar os fatos” foi objeto da seleção de 7,14%.

O que esta porção da sondagem revela é que as duas principais motivações são de natureza ideológica. Néveu (2006: 136), observa que determinadas crenças e reflexões sobre o poder dos jornalistas deveriam ser revistas. Em essência, segundo ele, o poder dos

jornalistas – se realmente existe em tão grande intensidade como se pensa – é, no mínimo compartilhado e depende de uma rede de interdependências que não é dominada por qualquer um de seus protagonistas. Néveu recorre à teoria dos campos, de Bourdieu, e lembra que a relação fonte-jornalista, por exemplo, faz as aproximações e tensões dos mais diversos campos – econômico, político, científico – incidirem sobre o campo jornalístico.

A despeito do nível de satisfação com a atividade ser moderado, 89,29% dos jornalistas legislativos afirmaram que pretendem continuar na profissão nos próximos cinco anos. Do total sondado na pesquisa, 32,14% afirmaram que pretendem conciliar o jornalismo com alguma outra atividade. Cabe observar que entre os 10,71% que afirmaram que pretendem deixar a profissão, um terço declaram que o farão porque vão se aposentar.

6.3 – Jornalista e poder, jornalismo no Legislativo

A sondagem na lista de jornalistas legislativos buscou, também, identificar a percepção que seus integrantes têm do jornalismo praticado pelas mídias do Poder Legislativo brasileiro. Antes do mapeamento desta representação social coletiva, porém, foi estabelecida uma indagação sobre como era visto o papel do jornalista diante do poder. Foram apresentadas seis alternativas, que podiam ser combinadas entre si – em um máximo de duas – para expressar qual o posicionamento que se acreditava ser o ideal. A opção que obteve o maior número de escolhas – isoladamente ou combinada – foi a que preconiza que o jornalista deve ser neutro, objetivo e imparcial. Ela obteve a preferência de 38,46%. Enquanto isto, os papéis de fiscalizar o poder e de interpretar a visão oficial para a sociedade obtiveram 25,64% das citações, cada uma. A percepção detalhada destes papéis, estratificada por tipo de casa legislativa, pode ser vista na tabela 6.3.

| Tabela 6.3 – Dever do jornalista diante do poder (%) | | | | | |
|---|--------------|--------------------|--------------------------|------------------|----------------|
| | Geral | Câmaras municipais | Assembléias Legislativas | Câmara Deputados | Senado Federal |
| Dar suporte à visão oficial | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Contestar a visão oficial | 2,56 | 0 | 0 | 0 | 7,14 |
| Ser neutro, objetivo, imparcial | 38,46 | 40 | 55,56 | 40 | 28,57 |
| Interpretar a visão oficial para a sociedade | 25,64 | 30 | 22,22 | 60 | 14,29 |
| Orientar a opinião pública | 7,69 | 10 | 0 | 20 | 7,14 |
| Fiscalizar o poder | 25,64 | 20 | 22,22 | 0 | 42,86 |

Fonte: Elaboração a partir dos dados coletados em pesquisa de campo – Brasil, 2009

As mesmas seis alternativas foram apresentadas em uma questão sobre qual finalidade avaliam que têm as matérias produzidas pelos próprios jornalistas legislativos. O resultado detalhado pode ser observado na tabela 6.4, mas chama a atenção o fato de que, no cômputo geral, a maior parte deles acredita que suas matérias servem para dar suporte à visão oficial – 32,5% – e não perseguir a neutralidade, objetividade e imparcialidade, que obteve apenas 15% absolutos das citações.

| Tabela 6.4 – Suas matérias servem para: (%) | | | | | |
|--|-------------|--------------------|--------------------------|------------------|----------------|
| | Geral | Câmaras municipais | Assembléias Legislativas | Câmara Deputados | Senado Federal |
| Dar suporte à visão oficial | 32,5 | 57,14 | 20 | 100 | 11,11 |
| Contestar a visão oficial | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Ser neutro, objetivo, imparcial | 15 | 0 | 30 | 0 | 16,67 |
| Interpretar a visão oficial para a sociedade | 22,5 | 14,29 | 30 | 0 | 27,78 |
| Orientar a opinião pública | 20 | 14,29 | 20 | 0 | 27,78 |
| Fiscalizar o poder | 10 | 14,29 | 0 | 0 | 16,67 |

Fonte: Elaboração a partir dos dados coletados em pesquisa de campo – Brasil, 2009

Neste caso pode ser considerado natural, dada a característica intrínseca de mídias das fontes, que a opção de contestação da visão oficial não tenha sido escolhida sequer uma vez. Esta postura de reconhecimento da abdicação da crítica e da desconfiança com relação ao conteúdo e intenção das mensagens poderia ser, em alguma medida, tomada como aquilo que Merrit (*apud* TRAQUINA, 2002: 178) define como uma das quatro mudanças necessárias para constituição do *jornalismo cidadão*: “deixar para trás a noção do ‘observador desprendido’ e assumir o papel de ‘participante justo’”.

Vale ressaltar que a única casa legislativa em que os integrantes da pesquisa apresentaram outra alternativa, que não a de suporte ao oficialismo, foi o Senado Federal. Entre os jornalistas do Senado, interpretar a visão oficial e orientar a opinião pública foram as opções mais escolhidas. Ocorre que praticamente desde a criação os veículos daquela casa têm os conteúdos regulados em atos administrativos internos. Um exemplo é o Ato da Comissão Diretora nº 15, de 15 de maio de 2002, que disciplina os objetivos, a utilização e o funcionamento dos veículos de comunicação do Senado Federal. Nele, as disposições comuns, do artigo 2º ao 6º, regulam o que pode ser notícia e são estabelecidos os parâmetros de cobertura. Em especial é devida atenção ao artigo 4º, que diz que “**As notícias veiculadas pelos veículos da Secretaria de Comunicação Social do Senado Federal terão caráter partidário, imparcial e não opinativo.**” (Grifo do original). O ato também prevê que a criação dos manuais de redação dos veículos legislativos da casa e que estes detalharão as normas de funcionamento das mídias. Um exemplo é a prescrição contida no Manual de Redação da Rádio Senado.

“O fato de a Rádio Senado ser um serviço público não pode transformar seus jornalistas em burocratas, em meros despachantes de ementas. Criatividade é essencial. Conhecimento sobre o tema tratado, idem. Não se pode jamais escrever um texto sobre o qual não se tenha absoluta certeza.” (BRASIL, Manual de Redação Rádio Senado, 2001: 10)

Também foram apresentadas aos jornalistas legislativos nove opções de definição de função das mídias próprias mantidas pelas casas parlamentares. Também neste caso foi permitida a mescla entre até duas alternativas para a configuração da situação percebida. Em termos absolutos, a alternativa mais frequente foi a de que, no cotidiano, as mídias legislativas servem preferencialmente para dar transparência aos feitos públicos, com 28,57% das citações. Em segundo lugar veio a análise de que servem para dar suporte à visão oficial dos fatos, com 27,66% das menções. A tabela 6.5 contém os resultados absolutos obtidos, desta vez apresentados apenas no conjunto geral da lista.

| Tabela 6.5 – Função da informação das mídias legislativas | (% absoluto) |
|--|---------------------|
| 1) Fiscalizar o Poder | 2,13 |
| 2) Dar suporte à visão oficial dos fatos | 27,66 |
| 3) Contestar a visão oficial dos fatos | 0,00 |
| 4) Nenhuma coisa nem outra, elas são neutras, objetivas e imparciais | 6,38 |
| 5) Subsidiar a imprensa e seus jornalistas | 21,28 |
| 6) Fornecer uma visão diferenciada dos fatos à sociedade | 10,64 |
| 7) Interpretar a visão oficial para a sociedade | 12,77 |
| 8) Orientar a Opinião Pública | 3,57 |
| 9) Dar transparência aos feitos públicos | 28,57 |

Fonte: Elaboração a partir dos dados coletados em pesquisa de campo – Brasil, 2009

No momento de tipificar a informação provida pelas mídias do Legislativo, surge claramente o fenômeno descrito por Brin, Charron e Bonville (2004: 90) como “Jornalismo de Comunicação”. Foi perguntado como deveria ser classificada, na opinião do respondente, a informação passada pelas mídias do Legislativo e dadas quatro alternativas que poderiam ser combinadas: jornalismo, propaganda partidária/ideológica, relações públicas, ou serviço de utilidade pública sem função jornalística. No total, 67,86% avaliaram que se trata de uma informação híbrida. A classificação predominante foi uma mescla das três primeiras opções, conferida por 32,14% dos respondentes. Um total de 28,57% avaliaram que se trata apenas de informação jornalística e igual percentual acreditam ser uma combinação de relações públicas com informação jornalística. O enquadramento da informação que produzem os jornalistas legislativos pode ser melhor percebido com a visualização da tabela 6.6.

| Tabela 6.6 – Enquadramento da informação difundida (%) | | | | | |
|---|--------------|--------------------|--------------------------|------------------|----------------|
| | Geral | Câmaras municipais | Assembléias Legislativas | Câmara Deputados | Senado Federal |
| Jornalismo | 28,57 | 16,67 | 0 | 20 | 54,55 |
| Propaganda partidária/ideológica | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Relações Públicas | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Jornalismo + Propaganda + Relações Públicas | 32,14 | 83,33 | 50 | 20 | 45,55 |
| Utilidade pública sem função jornalística | 3,57 | 0 | 16,67 | 0 | 0 |
| Jornalismo + RP | 28,57 | 0 | 16,67 | 40 | 0 |
| Propaganda + RP | 3,57 | 0 | 0 | 20 | 0 |
| Jornalismo + Propaganda | 3,57 | 0 | 16,67 | 0 | 0 |

Fonte: Elaboração a partir dos dados coletados em pesquisa de campo – Brasil, 2009

Sousa (Op. Cit.: 31) avalia que não se deve falar de jornalismo de forma monolítica, mas de jornalismo. Para ele, além das forças que conformam as notícias, há que se considerar que existem no mundo diversos conceitos de jornalismo que possuem simultaneamente uma natureza social, cultural e ideológica. Em sua análise sobre o jornalismo brasileiro, para chegar ao conceito de *jornalismo de referência*, Marques de Melo (2003: 193-195) apresenta o arcabouço teórico formulado por Jacques Kayser (1953) em que os aspectos de territorialidade e de política editorial foram utilizados para classificar jornalismo de escala internacional. São apresentados os conceitos de *jornalismo de elite*, de Merrill (1959/1968) e o sistema binário que contém o *jornalismo de prestígio* – controlado pela máquina estatal e vigente em países autoritários – e o *jornalismo de qualidade* – pertinente aos países liberais, onde a livre iniciativa predomina e não existiriam restrições governamentais à liberdade de expressão. Retornando ao modelo teórico de Kayser, quanto à política editorial ele define os jornais, por conseguinte o jornalismo que praticam, em três grupos:

oficiais – mantidos pelos governos ou pelos partidos políticos detentores do poder em países comunistas ou nas democracias populares;

comerciais – feito pelas empresas jornalísticas altamente competitivas sintonizadas com os “apetites” do público leitor e que se valem da espetacularização do noticiário;

autônomos – editados por empresas que tentam equilibrar demandas dos anunciantes e dos leitores, procurando manter independência informativa.

| Tabela 6.7 – Função primordial do jornalismo (em %) | | |
|--|---------------------------|--------------------------|
| Funções | Mídia convencional | Mídia Legislativa |
| Salvaguardar a democracia | 2,27 | 8,16 |
| Prestar um serviço público disseminando informação | 43,18 | 49,98 |
| Fazer um resumo dos fatos | 2,27 | 0 |
| Fiscal do poder | 11,36 | 4,08 |
| Investigar fatos e interpretar informações | 6,82 | 6,12 |
| Promover a imagem das fontes e atores sociais | 0 | 0 |
| Garantir o direito de expressão de todos os segmentos da sociedade | 15,91 | 18,37 |
| Ajudar e aconselhar a opinião pública | 0 | 2,04 |
| Ser um porta-voz dos menos favorecidos, dos excluídos | 0 | 0 |
| Influenciar politicamente a tomada de decisões públicas | 0 | 0 |
| Educar e entreter | 0 | 0 |
| Transformar a sociedade | 6,82 | 2,04 |
| Desenvolver interesse cultural e intelectual do público | 11,36 | 10,20 |

Fonte: Elaboração a partir dos dados coletados em pesquisa de campo – Brasil, 2009

Para a representação social que fazem do jornalismo, em termos teóricos, praticado dentro e fora das mídias do Legislativo os integrantes da lista receberam treze opções de escolha. Um quadro comparativo de como percebem as funções de cada um dos tipos de

jornalismo está apresentado na tabela 6.7. De modo geral, os jornalistas legislativos avaliam que a mídia convencional e as mídias legislativas têm a mesma função primordial, que é a de prestar um serviço público disseminando informação. Também avaliam que a segunda principal função das duas mídias é a de garantir o direito de expressão a todos os segmentos sociais. A diferença de funções fica evidenciada no quarto papel a ser desempenhado. Enquanto avaliam que a mídia convencional, da livre iniciativa, deve atuar como fiscal do poder, ao sistema de comunicação do Legislativo cabe a função de salvaguardar a democracia.

Os jornalistas legislativos consideram que a cobertura que fazem das casas legislativas em que atuam é melhor, em qualidade, que aquela feita pelos veículos informativos mantidos pela iniciativa privada, tabela 6.8. Entretanto, não se privam de analisar criticamente a qualidade da cobertura que empreendem. Consideram que a cobertura da imprensa tradicional é menos abrangente, que desorienta o público leitor e que é mais parcial, não informando a totalidade dos fatos. Também acreditam que a cobertura empreendida pelo *jornalismo comercial* ou *autônomo*, segundo as classificações de Kayser, é altamente potencializadora dos interesses dos agentes dos campos econômico e político e menos catalisadora dos feitos públicos que aquela feita pelo sistema de comunicação do Legislativo.

Chama a atenção o fato de que mais de 67% dos entrevistados avaliam que a cobertura jornalística dos veículos legislativos é parcial. Outro dado relevante revelado na sondagem é que o grupo é dividido em porções de dimensão semelhante quando avalia se o trabalho jornalístico ofertado à sociedade é ideologicamente tendencioso. Enquanto cerca de 43% acreditam que é tendenciosa, pouco mais de 39% pensam que ela não o é. A avaliação da abrangência da cobertura das mídias legislativas também merece atenção. A metade exata

dos integrantes da lista que respondeu a sondagem acredita que esta cobertura não é abrangente.

| Tabela 6.8 – Qualidade da cobertura do Legislativo (em %) | | | | | | |
|--|--------------------|-------|----------|-------------------|-------|----------|
| Perfil | Mídia convencional | | | Mídia Legislativa | | |
| | Sim | Não | N. resp. | Sim | Não | N. resp. |
| Abrangente e completa? | 0 | 82,14 | 17,86 | 28,57 | 50 | 21,43 |
| Desorienta e desinforma sobre a verdade dos fatos? | 57,14 | 32,14 | 10,71 | 10,71 | 67,86 | 21,43 |
| Parcial, não informando a totalidade dos fatos? | 85,71 | 0 | 14,29 | 67,86 | 17,86 | 21,43 |
| Ideologicamente tendenciosa? | 67,86 | 17,86 | 14,29 | 42,86 | 39,29 | 17,86 |
| Potencializadora dos interesses das elites econômicas e políticas? | 82,14 | 7,14 | 10,71 | 53,57 | 21,43 | 25 |
| Potencializadora dos feitos públicos? | 32,14 | 53,57 | 14,29 | 64,29 | 17,86 | 17,86 |

Fonte: Elaboração a partir dos dados coletados em pesquisa de campo – Brasil, 2009

Para o exercício do jornalismo no Legislativo, os integrantes da lista sondados têm a opinião preponderante de que é necessária a formação específica em curso superior de jornalismo. Na avaliação de 85,71% o diploma de bacharel em Comunicação com habilitação em jornalismo é uma condição essencial de ingresso na carreira. Para 10,71% basta a formação em qualquer curso do ensino superior. Apenas 3,57% acreditam que não é necessária qualquer formação. Isso vai contra a avaliação de Thomas Patterson (*apud* SOUSA, *Op. Cit.*: 108), segundo quem “a profissionalização do jornalismo reduz a diversidade (discursiva e de pontos de vista) no jornalismo”. A opinião de que os enquadramentos midiáticos são limitados, em especial na política, é compartilhada por Aldé (2004: 136).

Os jornalistas legislativos se inscrevem como um subgrupo dos jornalistas políticos brasileiros, dada a temática com que trabalham. Uma das questões da sondagem foi sobre se consideram necessária alguma formação complementar, para o exercício de suas atividades,

versando sobre processo legislativo e funcionamento das casas parlamentares. Um percentual de 75% dos sondados respondeu afirmativamente, enquanto 17,86% consideraram desnecessário. A opinião prevalente se coaduna com a de Martins, segundo quem o repórter que cobre política tem que conhecer as “regras do jogo”. Referindo-se ao profissional da cobertura nacional, para ele, o jornalista “não é obrigado a ser um especialista em regimento interno da Câmara e do Senado, nem um constitucionalista de mão cheia, mas precisa dominar os fundamentos do funcionamento do Congresso e ter uma noção básica da Constituição”. (MARTINS, 2005: 80)

O conceito de interesse público é uma das mais fluidas noções que pode haver. Segundo Grau, em primeira instância é necessário considerar que a noção de público tem significado normativo e, também topográfico. A autora lembra que público:

“[...]Em seu sentido normativo, remete ao que pertence a todos e, conseqüentemente, interessa a todos. É preciso interpelar, portanto, a sociedade. Em seu sentido topográfico, por outro lado, o conceito considera os espaços em que pode ser realizado. ‘Onde são adotadas as decisões que interessam a todos?’ e ‘A quem cabe produzir e proteger os bens públicos?’ São perguntas que, tradicionalmente interpelam o Estado, mas que, cada vez mais, cabe à sociedade fazer. [...] O público, porém, não é um dado: é um processo de construção.”
(GRAU, 1998: 275)

Uma das práticas relatadas na formação de jornalistas é o aprendizado por meio do fazer. No desenvolvimento da competência profissional específica dos jornalistas descrita por Traquina, um dos itens do conjunto de saberes que constituem o chamado “vocabulário de precedentes” de Ericson, Baranek e Chan é o “saber de reconhecimento”: a capacidade de reconhecer os acontecimentos que têm valor como notícia. (TRAQUINA, 2005:43-44) Na sondagem aplicada na lista dos jornalistas legislativos, foi questionado se acreditam ser possível o aprendizado do que é “interesse público” no cotidiano dos veículos do sistema de comunicação legislativa. Um percentual de 53,57% afirmaram que acreditam ser possível

aprender o que é notícia de interesse público no dia a dia. Já 35,71% consideram que isto não é passível de ocorrer.

Em seguida, foi perguntado aos integrantes da lista *jornalistas legislativos* se acreditam ser necessária alguma definição normativa do tipo de evento no Legislativo que pode tornar-se notícia. O resultado foi que 53,57% acreditam que sim, enquanto 46,43% responderam que não, explicitando mais uma divisão de opiniões bem delimitada no subgrupo.

ED1, um dos ex-diretores de secretaria de comunicação entrevistados na pesquisa, defende a criação de um conselho de comunicação interno a cada casa parlamentar para os veículos do Legislativo.⁷³ “O excesso de normas poderia engessar o trabalho de comunicação dentro de uma Casa legislativa, mas acho que um conselho formado por parlamentares, jornalistas da Casa e membros da sociedade civil poderia fazer a intermediação entre os veículos e a classe política, e destes com a sociedade.” (ED1, 2009). Já outro ex-diretor de secretaria não pensa que regular as transmissões e até mesmo conteúdos poderiam significar censura, normatização do *gatekeeping*. “Aqui não praticamos censura. Normas legais? Existem, sim. Apenas para determinar um critério de escolha de quem vai ao ar ao vivo pela TV e Rádio Senado, e quem vai depois (CCJ,CAS, CRE, CAE, etc.), na íntegra, já que ainda não dispomos da multiprogramação, que virá com o sistema digital. Por essas normas, tem prioridade absoluta sobre todos, as sessões do Plenário.”(ED2⁷⁴, 2009, grifos do original)

Em um cenário de conflitos constantes, com forças dos campos político, econômico e da própria instituição agindo, por fim foi perguntado aos jornalistas legislativos se consideravam necessária alguma forma de regulação do relacionamento com as suas fontes

⁷³ Entrevista por e-mail, finalizada em 18/10/2009.

⁷⁴ Entrevista por e-mail, finalizada em 16/10/2009.

de informação: parlamentares e servidores das casas legislativas. Nesse aspecto, um quociente maior de integrantes da lista, 64,29%, consideram necessária alguma forma de normatização para salvaguardar a autonomia de procedimentos. Um total de 35,71% avaliaram que esta regulação é desnecessária. Esta percepção foi corroborada nas entrevistas de campo.

A partir da vivência de quase 20 anos de servidora em uma casa legislativa como repórter, AL4⁷⁵ considera que em todas as demais casas legislativas os cargos de chefia, em especial na comunicação, deveriam ser privativos de servidores de carreira. “A cada mudança de Mesa Diretora, cada partido que ocupa muda tudo e descontinua o trabalho que estava em curso. Cada vez que sai um diretor, é um estresse!”. O ex-diretor de Secretaria de Comunicação ED3⁷⁶ recorreu a uma representação maniqueísta para exemplificar que a ausência de regulação nos primeiros anos teve aspectos positivos e também negativos.

“Me explico: foi bom porque, na prática, fomos definindo um campo de ação bastante amplo, onde cabem não só a mera e simples transmissão e retransmissão dos debates e audiências públicas, como também a produção de programas de entrevistas com representantes da sociedade e produtos de cunho ecológico, cultural etc. É ruim, de certo modo, porque hoje em dia sentimos falta de definições claras, que delimitem nosso campo de ação e nos garanta a necessária independência profissional.” (ED3, entrevista ao autor, 2009)

⁷⁵ Entrevista presencial em 25/05/2009.

⁷⁶ Entrevista concedida por e-mail, finalizada em 05/11/2009

7 – Conclusão

Passados quase 21 anos da promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil, a existência do subgrupo dos jornalistas legislativos é um fato incontestado. Seu ingresso no território do jornalismo político provocou reações ofensivas e movimentos de contra-ofensiva por parte dos integrantes do novo subgrupo.

Por se inscreverem no conjunto dos jornalistas políticos brasileiros, os integrantes do novo subgrupo profissional descrito ao longo desta pesquisa tendem a ser um misto de dois dos tipos indicados por Neveu – os jornalistas especializados e os jornalistas de comunicação ou de *newzak* – com aquele descrito por Geraldinho Vieira Filho em seu *Complexo de Clark Kent*. São profissionais capazes de tornar as áridas decisões políticas em *soft news* para o atendimento das demandas de determinados públicos, ao mesmo tempo em que, por darem lugar a informações produzidas pelas instituições públicas do Legislativo, colocam em xeque a fronteira clara entre o estatuto de fonte e o de redator. Por preconizar a ideologia mítica da profissão como instrumento auxiliar da democracia o jornalista legislativo porta-se como um “superhomem”, aquele que pretende salvar o mundo com seu trabalho e que assume também o papel de burocrata, no sentido weberiano do termo.

A relevância da ética weberiana para a análise do jornalismo contemporâneo foi, aliás, apontada por Kepplinger & Knirsch já no início deste milênio. Ao testarem as pressuposições feitas por Weber em 1919 de que o jornalista compõe um somatório de profissional que atua a partir de uma racionalidade baseada em valores combinada com ética de convicção (ou ética de fins superiores) eles avaliaram o comportamento de um grupo de 96 editores alemães de publicações e noticiários de TV colocado diante de dilemas éticos hipotéticos. A conclusão a que chegaram é de que os jornalistas modernos tomavam decisões com base em valores quando decidiam se iam, ou não, publicar uma notícia. Em contradição, estes mesmos jornalistas justificavam suas ações de tornar públicos determinados eventos

com base em uma ética de responsabilidade – aproximando-se do modelo definido por Weber para a ação dos políticos – e não em uma ética de convicções como o sociólogo pensara originalmente. (KEPPLINGER & KNIRSCH, 2001: 5-23)

A pressuposição de produção de um tipo de jornalismo que serve como sustentáculo da democracia não apenas foi afirmada pelos jornalistas legislativos na sondagem e nas entrevistas da pesquisa, como também consta de seus manuais. É o caso do Manual da Câmara dos Deputados (2004) que estabelece que a função dos veículos que mantém é: “contribuir para que os segmentos organizados da sociedade brasileira possam participar ativamente das decisões tomadas pelos senhores parlamentares”, para depois conceituar valor notícia. Diz o texto que “critério de aferição da importância da notícia é sua conexão com o interesse público: ela será tão relevante quanto maior for o número de cidadãos a quem afetar nos aspectos econômico, social, político e cultural”. (2004: 24)

Para o desenvolvimento da pesquisa foram trabalhadas simultaneamente duas hipóteses de trabalho. A primeira delas é que a seleção por concurso público a partir de 1989 criou jornalistas que ao virem trabalhar nas mídias legislativas constroem uma nova modalidade de fazer jornalístico. Esta hipótese não foi corroborada. Apesar das patentes mudanças no vínculo entre os jornalistas e o Parlamento dadas pelas seleções nacionais terem trazido mão de obra mais qualificada, vieram reproduzir o mesmo tipo de prática discursiva e de processo produtivo da informação que ocorrem no jornalismo de comunicação da iniciativa privada.

Até mesmo os movimentos de resistência à formação e a rejeição do subgrupo pela mídia tradicional provocaram aproximação no sentido contrário do que pressupunha esta primeira hipótese. Dado relevante é a grande quantidade de trabalhos inscritos e selecionados para as etapas finais, quando não vencedores, de prêmios jornalísticos dedicados aos

profissionais dos veículos informativos da mídia tradicional. Uma marca da busca por reconhecimento de parte do grupo profissional e de legitimação do pertencimento a este, além de constituição de capital social – prestígio – no meio.

A segunda hipótese de trabalho é de que o processo de construção identitária do *jornalista legislativo* sofre grande influência do ambiente regulatório do espaço em que atuam os integrantes deste subgrupo. O levantamento historiográfico, a pesquisa documental, as entrevistas e o também o *survey* confirmaram plenamente esta hipótese. Não somente os jornalistas são objeto de ação conformadora da característica regulatória das casas legislativas, como clamam por mais regulamentação de sua atividade.

Cabe observar que, na medida de seu microcosmo, os jornalistas legislativos praticamente seguem os passos do processo típico de profissionalização delimitado por L. Wilensky em seu estudo de 18 ocupações empreendido em 1964 e resumidos por Traquina (2005: 21). A maior parte afirmou na pesquisa dedicar-se à atividade em tempo integral. Estabelecem procedimentos de treino e seleção nos institutos de formação do Legislativo – exemplos clássicos são o caso do curso de Jornalismo Legislativo do ILB e a especialização em Comunicação Legislativa promovida pela Unilegis. O terceiro passo na sequência típica de eventos de Wilensky é a formação de associações profissionais, que teve uma tentativa ainda não concretizada pela lista eletrônica *jornalistas legislativos*, mas se procedeu em âmbito ampliado no caso da Comsefe que congrega os comunicadores em atividade no Senado Federal. O quarto movimento consiste, parcialmente, na busca de reconhecimento público. Isto ocorre a partir da inscrição em prêmios e, também, no fato de que os próprios jornalistas do legislativo são o maior contingente entre os pesquisadores de suas práticas de comunicação⁷⁷. O quinto e último passo do processo consiste na elaboração de códigos de

⁷⁷ Considerado, também, o autor do presente trabalho.

ética, coisa parcialmente equacionada pelos manuais de redação dos veículos legislativos e apontada no desejo de mais regulamentação de sua prática.

Ainda é Wilensky quem afirma que muitas categorias se lançaram “na luta heróica da identificação profissional”, mas que poucas obtiveram êxito. (*apud* TRAQUINA, Op. Cit.: 21). Neveu diz que o desenvolvimento de uma categoria profissional em uma sociedade complexa como a atual depende de uma verdadeira trama de relações e agentes. (2006: 154). O mesmo vale, talvez em maior intensidade, para um subgrupo em busca de afirmação/reconhecimento/legitimação como é o caso dos jornalistas legislativos.

Sujeitos sujeitados por normas legais, os jornalistas legislativos têm destino incerto. A continuidade da formação do subgrupo contingenciada é pela interpretação que a administração das casas legislativas vier a dar da decisão tomada pelo Supremo Tribunal Federal – STF, no último dia 17 de junho de 2009. Ao considerar inconstitucional o inciso V do art. 4º do Decreto-Lei 972, de 1969, o STF desobrigou a necessidade de diploma em jornalismo para o exercício da profissão. Com isto, a configuração do subgrupo pode, ou não ganhar novos contornos a depender das exigências que vierem a ser feitas nos próximos concursos para seleção de comunicadores para as mídias legislativas.

8 – Referências bibliográficas

ADGHIRNI, Zélia. L. **O sagrado e o profano na blogosfera jornalística**. Anais do 6º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo - SBPJOR. São Bernardo do Campo: 2008.

_____. *Jornalismo On Line e Identidade Profissional do Jornalista*. In: MOTTA, Luiz G. (Org.). **Imprensa e Poder**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002.

_____. *O Jornalista: do mito ao mercado*. In: **Estudos de Jornalismo e Mídia**. Florianópolis: UFSC, vol. 2, nº 1, p. 45-57, Primeiro Semestre 2005.

AGUIAR, Flávio. *Imprensa alternativa: Opinião, Movimento e Em Tempo*. In: MARTINS, Ana Luiza e DE LUCA, Tania R. (Orgs.). **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008.

ALDÉ, Alessandra. **A construção da política: democracia, cidadania e meios de comunicação de massa**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

ALMEIDA, Beto. “*A tela aberta da TV Senado: cidadania ao alcance de todos*”, in **Correio Braziliense**, 21/01/2001, p.9.

ALMEIDA, Valéria R. F. **A tecnologia na comunicação do Senado: do papiro à Internet**. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social), Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

ALVES, Márcio E. M., *Márcio Moreira Alves* In: FERREIRA, Marieta de M (Org.). **Crônica Política do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: FGV/Alerj, 2.a Ed. 1999.

ANJOS, Felipe B. **Trabalho Prescrito, Real e Mediação do Sofrimento: o caso dos jornalistas de um órgão público**. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações), Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

AZEVEDO, André Luiz P. **Tecnologias de Informação e Comunicação – TIC e o Poder Legislativo: um estudo de caso da atuação das entidades sindicais empresariais do comércio**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política), Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

BARBEIRO, Heródoto. **Você na telinha: como usar a mídia a seu favor**. São Paulo: Futura, 2002.

BARBOSA, Marialva. **História Cultural da Imprensa: Brasil – 1900-2000**. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.

BARROS, Antônio T.; BERNARDES, Cristiane B.; LEMOS, Cláudia R. F. *As mídias legislativas e a redefinição da noticiabilidade política no Brasil*, in **Em Questão**. Porto Alegre: v. 14, n. 1, p.11-24, jan./jun. UFRGS, 2008.

BERGER, Christa. **Campos em confronto: a terra e o texto**. Porto Alegre: Editora da Universidade/ UFRGS, 1998.

BERGER, Peter. L.; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**. Trad. Floriano de Souza Fernandes. Petrópolis, Vozes, 25ª edição, 1985.

BERTRAND, Claude-Jean. **A Deontologia das Mídias**. Trad. Maria Leonor Loureiro. Bauru: EDUSC, 1999.

BRETON, Philippe; PROULX, Serge. **Sociologia da comunicação**. Trad. Ana Paula Castellani. São Paulo: Loyola, 2002.

BIANCHI, Graziela. *Considerações sobre processualidade metodológica e a relação pesquisador-pesquisado*. In MALDONADO, Alberto E. (Org.) **Metodologias de Pesquisa em Comunicação: olhares, trilhas e processos**. Porto Alegre: Sulina, 2006, pp. 134-155

BORGES, Iara T. F. **A presença da mídia das fontes Agência Senado em notícias da Folha Online e Globo Online**. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social), Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

BOURDIEU, Pierre. *'Champ intellectuel et projet créateur'*. **Les temps modernes**, Numero: 246, 1966, pp. 865-906

_____. **Homo academicus**. Paris: Éditions de Minuit, 1984

_____. **Sobre a Televisão**. Trad. Maria Lúcia Machado. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1997.

_____. **Meditações Pascalianas**. Trad. Maria Lúcia Machado. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

BRASIL. Constituição, 1988. **Constituição República Federativa do Brasil**. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal; 1998. 296 p.

BRASIL. Manual, 2001. **Manual de Redação Rádio Senado**. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal; 2001. 55 p.

CANTANHEDE, Eliane. *Sucursais – Informando o Brasil*. In SJPDF (Org.) **Jornalismo de Brasília: Impressões e Vivências**. Brasília: Lantana/SJPDF; 1993.

CASTRO, Anna Maria de; DIAS, Edmundo F. **Introdução ao Pensamento Sociológico**. Rio de Janeiro: Eldorado, 5ª Ed., 1977.

CHAPARRO, Manuel C. C. *Cem anos de Assessoria de Imprensa*. In DUARTE, Jorge (Org.). **Assessoria de Imprensa e Relacionamento com a Mídia**. São Paulo, Atlas: 2003.

_____. *Jornalismo na fonte*. In: DINES, Alberto; MALIN, Mauro (Orgs.), *Jornalismo Brasileiro: no caminho das transformações*. Brasília: Banco do Brasil, 1996.

CHARRON, Jean; BONVILLE, Jean de. *Typologie historique des pratiques journalistiques*. In: BRIN, Colette; CHARRON, Jean & BONVILLE, Jean de. (Orgs.). **Nature et transformation du journalisme. Théories et recherches empiriques**. Québec: Les Presses de L'Université Laval, 2004.

CHUPIN, Ivan; NOLLET, Jeremie. *Jalons pour une sociologie historique des interdependences du journalisme a d'autres univers sociaux*. In : CHUPIN, I. & NOLLET, J. (Orgs.) **Journalisme et dépendances**. Paris, Harmattan, 2006, pp. 15-36.

CORREA, Luiz A. V. B., *Villas-Bôas Corrêa* In: FERREIRA, Marieta de M (Org.). **Crônica Política do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: FGV/Alerj, 2.a Ed. 1999.

DE LUCA, Tania R. *A grande imprensa na primeira metade do século XX*. In: MARTINS, Ana Luiza e DE LUCA, Tania R. (Orgs.). **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008.

DEL BIANCO, Nélia R. **Radiojornalismo em mutação na era digital**. 2004. Artigo disponível em: <www.bocc.ubi.pt>. Acesso em: 14 jul. 2008.

DEMO, Pedro. **Metodologia Científica em Ciências Sociais**. São Paulo: Atlas, 3ª Ed., 1995.

DINES, Alberto. **O papel do jornal – uma releitura**. São Paulo: Summus, 1986.

EHRlich, Mathew C. *Facts, truth and bad journalists in the movies*. **Journalism**. Londres: SAGE, Vol. 7, 2006, pp 501-519.

ELLIOTT, Philip. *Media Organizations and Occupations: an overview* in CURRAN, James; GUREVITCH, Michael. & WOOLLACOTT, Janet. **Mass Communication and Society**. Londres, Edward Arnold, 1977, pp. 142-173.

FONSECA, Virgínia P. S.; KUHN, Wesley L. **Jornalista Contemporâneo: apontamentos para discutir a identidade profissional**. Anais do 6º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo. São Bernardo do Campo: 2008.

FREITAS, Luiz. C. S. **A midiaticização do parlamento: a TV Senado e as transformações na atividade político-parlamentar no Senado brasileiro**. Dissertação (mestrado em Comunicação Social), Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília, Brasília, 2004.

GOULART, Silvana. **Sob a verdade oficial: ideologia, propaganda e censura no Estado Novo**. São Paulo: Marco Zero; Brasília, CNPq, 1990.

GRAU, Nuria C. **Repensando o público através da sociedade: novas formas de gestão pública e representação social**. Trad. Carolina Andrade. Rio de Janeiro: Revan; Brasília, ENAP, 1998.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa**. Trad. Flávio Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2ª Ed., 2003.

HAGUETTE, Teresa M. F. **Metodologias Qualitativas na Sociologia**. Petrópolis: Vozes, 1992.

HALL, Stuart. *Quem precisa de identidade?* In: SILVA, T. Tadeu. (Org.) **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2001, pp. 103-133.

HERSCOVITZ, Heloiza. *Jornalistas de São Paulo: quem são e o que pensam em comparação aos jornalistas americanos e franceses*. In: **Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**. São Paulo: Intercom, 2000. Vol. XXIII, nº 2, jul/dez 2000, pp. 65-86.

HUOT, Réjean. **Métodos Quantitativos para as Ciências Humanas**. Trad. Maria Ludovina Figueiredo. Lisboa: Piaget, 1999.

JABER, Amani M. A. **Acesso à informação e o interesse popular pela política: estudo sobre a influência das transmissões da TV Senado sobre o interesse de estudantes na política nacional**. Dissertação (Mestrado em Ciências da Informação), Faculdade de Estudos Sociais Aplicados da Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

JARDIM, Márcia de A. **O mapa da mídia eletrônica legislativa na América Latina**. Comunicação científica realizada no 3º Congresso Latino-americano de Ciência Política, Campinas, Brasil, set. 2006.

_____. **Antenas do Legislativo – Uma análise dos canais de televisão do Poder Legislativo no Brasil**. Tese (doutorado em Ciências Sociais), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Campinas, Campinas, 2008.

JORGE, Thaïs M. **A notícia nos cibermeios. Três hipóteses sobre a mutação do relato noticioso**. Anais do 6º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo. São Bernardo do Campo: 2008.

KEINERT, Tânia M. M. **Administração Pública no Brasil: crises e mudanças de paradigmas**. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2000.

KEPPLINGER, Hans M.; KNIRSCH, Kerstin. *The Relevance of Weberian Ethics for Contemporary Journalism*. **European Journal of Communication**. Londres: SAGE, 2001, Vol. 16 (1), pp.5-23.

KUHN, Thomas. S. **A Estrutura das Revoluções Científicas**. São Paulo: Perspectiva, 1975.

KULCHIK, Murilo. *Weber e a sua relação com comunicação*. In: MAROCCO, Beatriz; BERGER, Christa (Orgs.). **A Era Glacial do Jornalismo – Teorias Sociais da Imprensa, Volume 1**. Porto Alegre: Sulina, 2006.

KUNCIZK, Michael. **Conceitos de Jornalismo Norte e Sul**. São Paulo: Edusp, 1997.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de A. **Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 2006, 4ª Edição.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A Construção do Saber: Manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Trad. Heloísa Monteiro e Francisco Settineri. Porto Alegre: Artmed; Belo Horizonte: UFMG, 1999.

LE CAM, Florence; RUELLAN, Denis. *Professionnalisme, professionnalisation et profession de journaliste au Brésil, en France et au Québec: un essai de comparaison*. In: LEGAVRE, Jean-Baptiste (org.). **La presse écrite: objets délaissés**. Paris: Le Hamartan, 2004, pp. 53-69.

LOPES, Maria I. de V. **Pesquisa em Comunicação**. São Paulo: Loyola, 2001, 6ª Edição.

LIMA, Rubem de A. *Ética – A Vivência da Dignidade*. In SJPDF (Org.) **Jornalismo de Brasília: Impressões e Vivências**. Brasília: Lantana/SJPDF; 1993.

LUSTOSA, Isabel. **O Nascimento da Imprensa Brasileira**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

_____. **Insultos Impressos – A Guerra dos Jornalistas na Independência 1821-1823**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

MACHADO, Elias; PALÁCIOS, Marcos. *Um modelo híbrido de pesquisa: a metodologia aplicada pelo GJOL*. In LAGO, Cláudia; BENETTI, Márcia (Orgs.) **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. Petrópolis: Vozes, 2007.

MACHADO, Marcia B.; MOREIRA, Fabiane. Jornalismo e informação de interesse público. *in Revista FAMECOS*, Porto Alegre: Ed. PUCRS, nº 27, ago. 2005.

MAFFESOLI, Michel. **Les temps des tribus: le declin de l'individualisme dans les sociétés de masse**. Paris, Librairie des Meridiens/Klincksieck & Cie: 1988.

MAGNO, Ana Beatriz. **A agonia da reportagem das grandes aventuras da imprensa brasileira à crise do mais fascinante dos gêneros jornalísticos - Uma análise das matérias vencedoras do Prêmio Esso de Jornalismo**. Dissertação (mestrado em Comunicação Social), Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

MALAVAZI, Ademir (Org). **Manual de Redação da Secretaria de Comunicação Social da Câmara dos Deputados**. Brasília: Câmara dos Deputados, Secretaria de Comunicação Social, 2003. 259p.

MARANHÃO FILHO, Luiz. **Legislação e Comunicação: direito de comunicação**. São Paulo, LTr, 1995.

MARCHETTI, Dominique. *Les sous-champs spécialisés du journalisme*. **Réseaux**, 111, Paris: Hermès-Lavoisier, 2002, pp. 21-56.

MARCONDES FILHO, Ciro. **Comunicação & Jornalismo – A Saga dos cães perdidos**. São Paulo: Hacker, 2ª Edição, 2002.

MARQUES, Márcia. **As mudanças nas rotinas de produção das agências de notícias com a consolidação da internet no Brasil**. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social), Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília, Brasília, 2005.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. *Saberes hoje: disseminações, competências e transversalidades*. Trad. Susana Krahe In RIBEIRO, Ana Paula G.; HERSCHMANN, Micael (Orgs.). **Comunicação e História: interfaces e novas abordagens**. Rio de Janeiro: Mauad X-Globo Universidade, 2008.

_____. **Ofício de cartógrafo – Travessias latino-americanas da comunicação na cultura.** Trad. Fidelina Gonzáles. São Paulo: Loyola, Coleção Comunicação Contemporânea, 2004.

MARTINS, Franklin. **Jornalismo Político.** São Paulo: Hacker Editores, 2ª Edição, 2002.

MATHIEN, Michel. **Les Journalistes et le Système Médiatique.** Paris: Hachete, 1992.

McNAIR, Brian. *From control to chaos: towards a new sociology of journalism.* **Media, Culture & Society.** Londres: SAGE, Vol. 25, 2003, pp 547-555.

MEDINA, Cremilda. **Profissão jornalista: responsabilidade social.** Rio de Janeiro: Forense

Universitária, 1982.

_____. **Notícia: um produto à venda – Jornalismo na Sociedade Urbana e Industrial.** São Paulo, Summus, 3ª Edição, 1988.

MELO, José M. de. **Jornalismo – Compreensão e Reinvenção.** São Paulo: Saraiva, 2009.

_____. **Sociologia da Imprensa Brasileira: a implantação.** Petrópolis: Vozes, 1973.

_____. **Jornalismo Brasileiro.** Porto Alegre: Sulina, 2003.

MENDONÇA, Sonia R. de. **Estado e economia no Brasil: opções de desenvolvimento.** Rio de Janeiro: Graal, 1986.

MICELI, Sérgio. **Intelectuais à Brasileira.** São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MIRANDA, Yvonne R. de. **Os últimos 13 anos do Senado no Rio – Tomo II.** Rio de Janeiro: Nórdica, 1993.

MONIZ BANDEIRA, Luiz A. **O Governo João Goulart – As lutas sociais no Brasil 1961-1964.** Brasília: UnB-Revam, 2001.

MOREL, Marco. *Os primeiros passos da palavra impressa.* In MARTINS, Ana Luiza e DE LUCA, Tania R. (Orgs.). **História da imprensa no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2008.

MORGAN, Gareth. **Beyond Method – Strategies for Social Research.** Thousand Oaks, Califórnia: Sage, 1983.

NEVEU, Érik. **Sociologia do Jornalismo**. Trad. Daniela Dariano. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

OLIVEIRA FILHA, Elza A. **Olhares sobre uma cobertura: a eleição de 2002 para o governo do Paraná em três jornais locais**. Curitiba: Pós-escrito, 2007.

ORTIZ, Renato (Org.). **A Sociologia de Pierre Bourdieu**. São Paulo: Olho d'Água, 2003

_____ (Org.). **Sociologia**. São Paulo: Ática, 1983

PACCOLA, Carina. **Jornalistas e opinião no surgimento da imprensa no Brasil e durante a ditadura militar**. Anais do II Encontro Nacional da Rede Alfredo de Carvalho, Florianópolis, 2004. Disponível na página: <http://comunicacao.feevale.br/redealcar/>. Acesso em 16 de setembro de 2009.

PALMA, Jaurês R. **Jornalismo empresarial**. 2ª Ed. Porto Alegre: Sagra-DC Luzzatto, 1994.

PALMER, Michael. *Las frontieres d'une vocation*. In: LACAN, Jean-François; PALMER, Michael; RUELLAN, Denis. **Les Journalistes – stars, scribes et scribouillards**. Paris: Syros, 1994.

PÉCAUT, Daniel. **Os Intelectuais e a Política no Brasil. Entre o povo e a nação**. São Paulo, Ática 1990.

PEREIRA, Fábio H. **A elite dos jornalistas brasileiros**. (2005) Artigo Disponível em <www.bocc.ubi.pt>. Acesso em: 27 nov. 2008

_____. **Os jornalistas intelectuais no Brasil: Identidade, práticas e transformações no mundo social**. Tese (Doutorado em Comunicação Social), Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

PEREIRA JÚNIOR, Alfredo E.V. *O newsmaking e o trabalho de campo*. In LAGO, Cláudia; BENETTI, Márcia (Orgs.) **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. Petrópolis: Vozes, 2007.

PETRARCA, Fernanda R. **O Jornalismo como Profissão: recursos sociais, titulação acadêmica e inserção profissional dos jornalistas no Rio Grande do Sul**. Tese (Doutorado em Sociologia), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

PLUTARCO. **Alexandre e Cesar – Vidas Paralelas**. Trad. Júlia da Rosa Simões. Porto Alegre: L&PM, 2005.

PHILLIPS, E. Barbara. *Novidade sem mudança*. In TRAQUINA, Nelson (Org.). **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Lisboa: Editora Vega, 2ª Edição, 1999.

QUEIROZ, Dulce. **Jornalismo institucional nas TVs Legislativas: os casos do Brasil e do México**. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social), Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

QUINTÃO, Aylê-Salassiê F. *Divulgação governamental – Uma história da relação com o poder*. In SJPDF (Org.) **Jornalismo de Brasília: Impressões e Vivências**. Brasília: Lantana/SJPDF; 1993.

RAMONET, Ignácio. **A Tirania da Comunicação**. Trad. Lúcia Mathilde Endlich Orth. Petrópolis: Vozes, 2ª Edição, 2001.

RENAULT, Letícia. **Comunicação e política nos canais de televisão do Poder Legislativo no Brasil**. Belo Horizonte: ALMG, 2004.

RIBEIRO, Jorge C. **Sempre Alerta – condições e contradições do trabalho jornalístico**. São Paulo: Brasiliense/Olho D'Água, 1994.

RIBEIRO, Lavina M. **A Imprensa e a esfera pública: o processo de institucionalização do jornalismo no Brasil (1808-1964)** ENCONTRO NACIONAL DA REDE ALFREDO DE CARVALHO, 1, 2003. Anais do I Encontro Nacional da Rede Alfredo de Carvalho, 2003. Disponível na página: <http://comunicacao.feevale.br/redealcar/>. Acesso em 16 de setembro de 2009.

_____. **Imprensa e Espaço Público - A Institucionalização do Jornalismo no Brasil 1808-1964**. Rio de Janeiro: e-papers, 2004.

RIEFFEL, Rémy. **L'élite des journalistes**. Paris: PUF, 1984.

ROCHA, Candyce. *A cobertura jornalística na Câmara dos Deputados*. In: **E-legis, Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação da Câmara dos Deputados**. Brasília: CEFOR, n. 3, p. 108-116, 2º semestre 2009.

ROCHA, Paula Melani. **As mulheres jornalistas no estado de São Paulo: o processo de profissionalização e feminização da carreira**. Tese (tese de doutorado em Ciências Sociais) Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais, UFSC, São Carlos, 2004.

ROCHER, Guy. *Sociedade tradicional e sociedade tecnológica*, in: **Sociologia Geral**. Porto: Presença, 1971.

RODRIGUES, Malena R. **Imprensa e Congresso ou como a mídia pauta a Política**. Brasília: Câmara dos Deputados, 2002.

RUELLAN, Denis. **Le Professionnalisme du Flou - Identité et savoir-faire des journalistes français**. Grenoble: PUG, 1993.

_____. **Le journalisme comme invention permanente et collective**. Artigo, Mimeo, 2008.

_____. **Les pro du journalisme. De l'état au statut, la construction d'un espace professionnel**. Rennes: PUR, 1997.

_____. *Las fronteras d'une vocation* In LACAN, Jean-François; PALMER, Michael; RUELLAN, Denis. **Les Journalistes – stars, scribes et scribouillards**. Paris: Syros, 1994.

_____. *Le professionalisme du flou*. **Reseaux**, 51. Paris: Cnet, 1992, pp. 25-37.

SANT'ANNA, Francisco C. M. **Mídia das Fontes – O difusor do jornalismo corporativo**. Brasília: Casa das Musas, 2ª Ed. 2008.

_____. **Mídia das Fontes – Um novo ator no cenário jornalístico brasileiro**. Brasília: Senado Federal, 2009.

_____. Quem faz a notícia no parlamento brasileiro? – As rotinas dos newsmakers do Senado Federal. **Revista Líbero**, Ano IX, nº 18, 105-118, 2006.

_____. **Media de Source – Un nouvel acteur sur la scene journalistique Bresilienne**. Tese (doutorado em Informação e Comunicação) Escola Doutoral de Direito, Ciência e Filosofia, Universidade de Rennes 1, França, 2007.

SCHLESINGER, Philip. *Os jornalistas e a sua máquina do tempo*. In TRAQUINA, Nelson (Org.). **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Lisboa: Editora Vega, 2ª Edição, 1999.

SCHRÖDER, Celso A. *O Jornalismo como missão possível*. In: **Formação Superior em Jornalismo – Uma exigência que interessa à sociedade**, FENAJ (Org.), Florianópolis: Fenaj, 2008.

SCHUDSON, Michael. **Discovering the News: a social history of american newspapers**. EUA: Basic Books, 1978.

_____. **The Sociology of News**. Nova Iorque: W.W. Norton, 2003.

SEGISMUNDO, Fernando. **ABI 80 anos**. Rio de Janeiro: Unigraf, 1988.

SOBRINHO, Alexandre J. B. L., *Barbosa Lima Sobrinho* In: FERREIRA, Marieta de M. (Org.). **Crônica Política do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: FGV/Alerj, 2.a Ed. 1999.

SOLOSKI, John, (1993). *O jornalismo e o profissionalismo: alguns constrangimentos ao trabalho jornalístico*. In: TRAQUINA, Nelson (Org.), **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**, Lisboa: Vega, 2ª Edição.

SILVA, Antonio M. J. F. **Tavares Bastos: Biografia do Liberalismo Brasileiro**. Tese (Doutorado em Ciência Política), Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro da Universidade Cândido Mendes, Rio de Janeiro, 2005.

SILVA, Luiz M. da. *O Jornalismo e a vida (civil) humana: diplomas e carteiras*. In **Formação Superior em Jornalismo – Uma exigência que interessa à sociedade**. FENAJ (Org.), Florianópolis: Fenaj, 2008.

SODRÉ, Nelson W. **História da Imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 4ª Edição, 1999.

SÓLIO, Marlene B. **Jornalismo Organizacional: produção e recepção**. Caxias do Sul: EDUCS, 2008.

SOUSA, Jorge P. **As notícias e os seus efeitos – As “teorias” do jornalismo e dos efeitos sociais dos *media* jornalísticos**. Lisboa: MinervaCoimbra, 2000.

STRAUSS, A. L. **Miroirs et masques: une introduction à l'interactionnisme**. Paris: Métailié, 1992.

THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa**. Trad. Grupo de Estudos sobre Ideologia, comunicação e representações sociais da pós-graduação do Instituto de Psicologia da PUCRS. 2ª. ed. São Paulo: Vozes, 1998.

_____. **A Mídia e a Modernidade: uma teoria social da mídia**. Trad. Leonardo Avritzer. Petrópolis: Vozes, 1998.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo Volume II – A tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional**. Florianópolis: Insular, 2005.

_____. (Org.). **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Lisboa: Vega, 2ª Edição, 1999.

_____. **O Estudo do Jornalismo no Século XX**. São Leopoldo: Unisinos, 2002.

TUCHMAN, Gaye. *A objectividade como ritual estratégico – Uma análise das noções de objectividade dos jornalistas*. In TRAQUINA, Nelson (Org.). **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Lisboa: Editora Vega, 2ª Edição, 1999.

VASCONCELOS, Wagner R. M. **Observatório da Saúde no Legislativo: informação e comunicação a serviço da participação social em Saúde**. Dissertação (mestrado em Ciência da Informação), Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Ciência da Informação e Documentação da Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

VIANNA, Helio. **D. Pedro I – Jornalista**. São Paulo: Melhoramentos, 1967.

VIDAL E SOUZA, Candice. **Repórteres, Reportagem e Construção da Nação no Jornalismo Brasileiro**. Tese (tese de doutorado em Antropologia Social) Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, UFRJ, Rio de Janeiro, 2003.

VIEIRA FILHO, Geraldo. **Complexo de Clark Kent: São super-homens os jornalistas?** São Paulo: Summus, 1991.

VILLAMÉA, Luiza. *Revolução Tecnológica e reviravolta política*. In MARTINS, Ana Luiza e DE LUCA, Tania R. (Orgs.). **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008.

WEBER, M. **Economía y Sociedad: Esbozo de Sociología Comprensiva**. Madrid: Fondo de Cultura Económica, 1964.

_____. *Parlamentarismo e Governo numa Alemanha Reconstruída* In **Ensaio de Sociologia e Outros Escritos – Max Weber – Col. Os Pensadores, Vol. XXXVII**. Trad. Maurício Tragtenberg. São Paulo: Abril Cultural, 1974. pp 9-91

_____. *Sociologia da Imprensa: um programa de pesquisa* In: MAROCCO, Beatriz; BERGER, Christa. **A Era Glacial do Jornalismo – Teorias Sociais da Imprensa**, vol. 1, Porto Alegre: Sulina, 2006 pp. 34-44.

_____. **Ciência e Política: duas vocações**. São Paulo: Martin Claret, 2004.

WEFFORT, Francisco. **As Escritas de Deus e as Profanas: notas para uma história das idéias no Brasil**. Revista Brasileira de Ciências Sociais. Vol. 20, n. 57, p. 1-22, fevereiro de 2005.

WHITE, David M. *O Gatekeeper: Uma Análise de Caso na Seleção de Notícias*. In TRAQUINA, Nelson (Org.). **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Lisboa: Editora Vega, 2ª Edição, 1999.

WOLF, Mauro. **Teorias das Comunicações de Massa**. 2ª Ed. Trad. Karina Janini. São Paulo. Editora Martins Fontes, 2005.

WOLF, Felipe. **O comportamento dos deputados na Câmara Federal: uma abordagem de redes sociais**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política), Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

WOLTON, Dominique. **Pensar a Comunicação**. Trad. Zélia Leal Adghirni. Brasília: Editora UnB, 2004.

ZELIZER, Barbie. **Taking journalism seriously: news and the academy**. Thousand Oaks, Califórnia: Sage Publications, 2004.

_____. **Journalists as Interpretive Community**. *Critical Studies in Mass Communication*, Vol. 10, 1993.

ANEXO I

1946

- Ata da 3ª Reunião da Comissão de Polícia do Senado Federal, de 20/02/1946 – Primeiro-Secretário informa a criação de um Comitê de Jornalistas na Casa.*

1948

- Ata da 1ª Reunião da Comissão Diretora do Senado Federal, de 19/01/1948 – Decide que o presidente deva decidir junto ao Comitê de Imprensa sobre a expedição de novas carteiras para os representantes dos jornais e rádios na Casa.*
- Ata da 6ª Reunião da Comissão Diretora do Senado Federal, de 30/04/1948 – Decide que a Comissão Diretora concederá entrevista ao Comitê de Imprensa sobre a expedição de novas carteiras para os representantes dos jornais e rádios na Casa.*

1949

- Ata da 21ª Reunião Extraordinária da Comissão Diretora do Senado Federal, de 23/11/1949 – Define questões administrativas da Casa, entre elas, pedido do Comitê de Imprensa para elaboração de placas com nomes dos jornais para identificar jornais credenciados.*
- Ata da 27ª Reunião Extraordinária da Comissão Diretora do Senado Federal, de 23/12/1949 – Decide conceder gratificação aos jornalistas credenciados na cobertura do Senado por bons serviços prestados ao Parlamento.*

1950

- Regulamento Administrativo do Senado Federal, de 27/01/1950 – Rege o credenciamento dos profissionais de imprensa, rádios e agências telegráficas.*
- Ata da 10ª Reunião da Comissão Diretora do Senado Federal, de 18/05/1950 – Define questões administrativas, entre elas, procedimentos de credenciamento do Comitê de Imprensa, estabelecendo que cada veículo teria direito a um repórter e um cronista político credenciado.*

1951

- Ata da 10ª Reunião da Comissão Diretora do Senado Federal, de 28/03/1951 – Define questões administrativas, entre elas, solicita do Comitê de Imprensa, listagem

dos repórteres a serem credenciados.*

- Resolução nº 09, de 1951 – Estabelece a permissão para que o Senado inclua em suas delegações a eventos internacionais representante da imprensa credenciados junto à casa.

- Ata da 26ª Reunião Extraordinária da Comissão Diretora do Senado Federal, de 10/08/1951 – Delibera que o repórter José Vitorino de Lima participaria da delegação oficial do Senado à Conferência Interparlamentar de Istambul, recebendo ajuda de custo no valor de Cr\$ 80.000,00 (Oitenta mil cruzeiros).

1952

- Ata da 16ª Reunião da Comissão Diretora do Senado Federal, de 29/05/1952 – Delibera que o repórter João Austregésilo de Athayde participaria da delegação oficial do Senado à Conferência do Trabalho em Berna, sem fixar valor para ajuda de custo, esperando aprovação de crédito pela Câmara dos Deputados.

- Ata da 18ª Reunião da Comissão Diretora do Senado Federal, de 13/06/1952 – Determina ajuda de custo no valor de Cr\$ 80.000,00 (Oitenta mil cruzeiros) para repórter a ser designado pelo comitê de imprensa para participar da delegação oficial do Senado em visita ao Parlamento Britânico. Também designa o diretor geral do Senado responsável por verificar emissão de telegrama injurioso ao primeiro secretário da Câmara dos Deputados que havia sido remetido pelo comitê de imprensa do Senado.

- Ata da 20ª Reunião da Comissão Diretora do Senado Federal, de 03/07/1952 – Determina ajuda de custo no valor de Cr\$ 80.000,00 (Oitenta mil cruzeiros) para o repórter Ribamar Martins Castelo Branco tomar parte da delegação oficial que participaria da Conferência Interparlamentar em Berna.

- Ata da 36ª Reunião da Comissão Diretora do Senado Federal, de 15/12/1952 – Atende pedido do Comitê de Imprensa de fornecimento de papel timbrado pelo Senado Federal.

1953

- Ata da 12ª Reunião da Comissão Diretora do Senado Federal, de 07/05/1953 – Atende pedido do Comitê de Imprensa de promoção por merecimento do contínuo que atendia os jornalistas credenciados – Altamiro Cruz.

- Ata da 15ª Reunião da Comissão Diretora do Senado Federal, de 11/06/1953 – Nega pedido do Comitê de Imprensa de envio pelo Senado Federal de jornalista para cobrir a 36ª Conferência Internacional do Trabalho, em Genebra.
- Ata da 29ª Reunião da Comissão Diretora do Senado Federal, de 25/09/1953 – Determina ajuda de custo no valor de Cr\$ 80.000,00 (Oitenta mil cruzeiros) para o repórter José Augusto de Almeida tomar parte da delegação oficial que participaria da 42ª Conferência Interparlamentar em Washington.
- Ata da 33ª Reunião da Comissão Diretora do Senado Federal, de 29/10/1953 – Descreve discursos de despedida do presidente do Senado e do então diretor-geral e jornalista Júlio Barbosa, por ocasião de sua aposentadoria do serviço público.

1954

- Ata da 19ª Reunião da Comissão Diretora do Senado Federal, de 05/08/1954 – Aprova indicação do Comitê de Imprensa para que o repórter Mário Signoretti tome parte da delegação oficial que participaria da 43ª Conferência interparlamentar em Viena.
- Ata da 20ª Reunião Extraordinária da Comissão Diretora do Senado Federal, de 09/08/1954 – Decide adiar decisão sobre o valor da ajuda de custo aos senadores, funcionário do Senado e ao representante da Imprensa, o jornalista Mário Signoretti, integrantes da delegação oficial que participaria da 43ª Conferência interparlamentar em Viena entre 26/08/1954 e 10/09/1954.
- Ata da 21ª Reunião da Comissão Diretora do Senado Federal, de 12/08/1954 – Decide fixar em Cr\$ 200.000,00 (duzentos mil cruzeiros) o valor da ajuda de custo aos senadores e em Cr\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil cruzeiros) a ajuda de custo a ser concedida ao funcionário do Senado e ao representante da Imprensa, o jornalista Mário Signoretti, integrantes da delegação oficial que participaria da 43ª Conferência interparlamentar em Viena entre 26/08/1954 e 10/09/1954.

1955

- Resolução nº 04, de 1955 – Rege a organização e o funcionamento de serviços auxiliares do Senado, fixa o número de 15 redatores no quadro do Senado, e define a distribuição dos resumos dos trabalhos para a imprensa.

1956

- Ata da 18ª Reunião da Comissão Diretora do Senado Federal, de 23/05/1956 –

Incumbe o primeiro secretário de relatar e resolver o pedido de credenciamento de Narciso Vieira da Silva, referendado pelo Comitê de Imprensa, para cobrir o Senado e suas comissões como representante da Agência Nacional.

- Ata da 29ª Reunião da Comissão Diretora do Senado Federal, de 04/09/1956 – Decide não enviar secretário, nem jornalista, para acompanhar a delegação do Senado que iria à Conferência Interparlamentar de Turismo por falta de recursos.
- Ata da 30ª Reunião da Comissão Diretora do Senado Federal, de 11/09/1956 – Reafirma a indisponibilidade de recursos para enviar jornalista à Conferência Interparlamentar de Turismo.
- Ata da 31ª Reunião da Comissão Diretora do Senado Federal, de 13/09/1956 – Após análise da rubrica orçamentária referente a Congressos e Conferências, verifica que não é possível mais enviar secretário e jornalista para acompanharem as delegações oficiais nos eventos até o final do ano de 1956.

1957

- Ata da 9ª Reunião da Comissão Diretora do Senado Federal, de 24/05/1957 – Aprova indicação do Comitê de Imprensa para que o repórter Arnaldo Sampaio tome parte da delegação oficial que participaria da 56ª Conferência Da União Interparlamentar de Turismo, em Londres, de 10 a 17/09/1957.
- Ata da 19ª Reunião da Comissão Diretora do Senado Federal, de 09/09/1957 – Rejeita pedido do jornalista Caio Cezar de Menezes Pinheiro, também servidor do Senado, para fotografar e manusear documentos – não sigilosos – do arquivo da casa. Levanta o debate sobre a vedação a jornalista que cubra assuntos na repartição em que trabalha e designa o senador Prisco dos Santos relator da questão.

1958

- Ata da 1ª Reunião da Comissão Diretora do Senado Federal, de 19/03/1958 – Autoriza que um jornalista, a ser indicado pelo Comitê de Imprensa, integre a delegação extraordinária que participaria das comemorações, no Japão, do cinquentenário da imigração japonesa para o Brasil. Determina que a partir daquela data as delegações extraordinárias não mais seriam acompanhadas por jornalistas.

1959

- Ata da 4ª Reunião da Comissão Diretora, de 29/01/1959 – Informa sobre a

carência de redatores para a Diretoria de Publicações, entre outras questões administrativas.

1960

- Resolução nº 06, de 1960 - Dota a Secretaria Senado Federal de um regulamento de suas atividades.

- Lei 3.737, de 1960 – Prevê crédito de 150 milhões de cruzeiros para o Legislativo implantar o Serviço de Radiodifusão do Congresso Nacional.

1961

- Ata da 20ª Reunião da Comissão Diretora do Senado Federal, de 19/07/1961 – Autoriza a aposentadoria do servidor – vice-diretor geral – Aderson Magalhães e elogia seu desempenho no cargo e a postura de jornalista na cobertura do parlamento.

- Resolução nº 16, de 1961 – Explicita no Regulamento do Senado o credenciamento de um profissional de cada veículo da mídia impressa, das estações de rádio e televisão e das agências telegráficas.*

1962

- Lei 4.117, de 1962 – Modifica o Código Brasileiro de Telecomunicações para estabelecer que o Congresso tem direito a 30 minutos diários na Voz do Brasil.

1963

- Resolução nº 38, de 1963 – Altera a estrutura administrativa da Secretaria do Senado Federal para incluir o Serviço de Radiodifusão.

1965

- Resolução nº 129, de 1965 – Altera a estrutura administrativa para criar novos cargos, entre eles de redator de radiodifusão.

1967

- Decreto nº 61.258, de 1967 – Dispõe sobre a implantação, operação e funcionamento da Rádio Congresso Nacional.

- Portaria da Comissão Diretora nº 4, de 1967 – Regulamenta o credenciamento de jornalistas junto ao Senado Federal.*

1969

- Ata da 1ª Reunião da Comissão Diretora do Senado Federal, de 26/11/1969 – Concede gratificação de nível universitário aos servidores Redatores de Radiodifusão que possuem Carteira de Jornalista, ou diploma de nível superior.

1971

- Ata da 1ª. Reunião da Comissão Diretora, de 22/04/1971 – Estabelece o uso dos serviços de Telex da Casa e define preferência para a divulgação na Voz do Brasil das proposições aprovadas nas comissões técnicas e aos debates em Plenário sobre grandes temas nacionais.

1972

- Regulamento Administrativo, de 1972 – Altera a estrutura do Senado, editando novas normas de credenciamento de jornalistas.*
- Resolução nº 58, de 1972 – Altera a estrutura do Senado, editando um novo Regulamento em que transforma o Serviço de Radiodifusão em Secretaria de Divulgação e de Relações Públicas e cria o Prodasen.
- Resolução nº 67, de 1972 – Altera o Regulamento Administrativo do Senado, modificando nomenclatura de 'Serviço' para 'Secretaria'.

1979

- Ata da 20ª Reunião da Comissão Diretora do Senado Federal, de 27/06/1979 – Aprova concessão de passagens aéreas a jornalista que acompanhar a delegação do Senado Federal que viajaria para a Alemanha a convite.

1984

- Resolução nº 139, de 1984 – Cria novas seções na Secretaria de Divulgação e de Relações Públicas, entre elas uma que faria a distribuição por Telex das notícias produzidas pela Secretaria.

1987

- Ato nº 1 da Assembleia Nacional Constituinte, de 1987 – Regula a divulgação das atividades da Assembléia Nacional Constituinte, entre elas as de caráter jornalístico e as demais de comunicação social.
- Ato do Primeiro Secretário nº 09, de 28/05/1987 – Cria grupo de trabalho para implantar a Central de Produção e Vídeo (CPV) do Senado Federal.

- Resolução nº 312, de 1987 – Cria a Seção de Apoio ao Comitê de Imprensa no âmbito da Subsecretaria de Divulgação do Senado.

1988

- Resolução nº 191, de 1988 – Altera o Regulamento Administrativo do Senado alterando a denominação de Secretaria de Divulgação e Relações Públicas para Secretaria de Comunicação Social (SECS), composta pela Subsecretaria de Divulgação e Subsecretaria de Relações Públicas.
- Resolução nº 208, de 1988 – Entre outras alterações no Regulamento do Senado define que a Chefia do Cerimonial da Presidência do Senado deve atuar articuladamente com a SECS.

1989

- Ata da 14ª Reunião da Comissão Diretora do Senado Federal, de 24/05/1989 – É apresentada a existência de videotape de entrevista da jornalista Maria Aparecida de Oliveira ao programa “Jô Soares” da TVS em que a mesma efetua críticas ao Senado Federal. O vídeo é requisitado pelo presidente da casa, senador Nelson Carneiro, para assistir e tomar providências.
- Ata da 30ª Reunião da Comissão Diretora do Senado Federal, de 09/11/1989 – Aprova Ato da Comissão Diretora que homologa o Concurso Público para Técnico em Comunicação Social - Jornalista, Tradutor, Enfermeiro e Bibliotecário.

1991

- Atos nº.1 e nº. 2 do Primeiro-Secretário, de 25/03/1991 – Definem que a supervisão administrativa dos credenciamentos de funcionários externos e representantes de entidades indicados pelos senadores será exercida pela Secretaria de Comunicação Social.
- Resolução nº 33, de 1991 – Extingue cargos do quadro do Senado e já reserva dez vagas, a serem preenchidas por concurso público, para analistas legislativos da área de comunicação.

1992

- Resolução nº 55, de 1992 – Altera o Regulamento do Senado, incluindo o Serviço

de Apoio Aeroportuário na estrutura da Subsecretaria de Relações Públicas.

1993

- Ata da 6ª Reunião da Comissão Diretora do Senado Federal, de 02/03/1993 – Aprova requerimento da transcrição nos anais da Casa, do artigo "O brilho do Senado", de autoria do jornalista João Emílio Falcão, publicado no Correio Braziliense na edição de 24/02/93. Na mesma ata o presidente do Senado, Humberto Lucena, pede ao primeiro secretário, senador Júlio Campos, que esclareça junto à imprensa informações sobre reajuste nos salários dos parlamentares.
- Ata da 7ª Reunião da Comissão Diretora do Senado Federal, de 11/03/1993 – Aprova requerimento da transcrição nos anais da Casa, do artigo "O Lloyd Brasileiro no Pelourinho", de autoria do jornalista Barbosa Lima Sobrinho, publicado no Jornal do Brasil na edição de 07/03/93. Na mesma ata a Comissão Diretora, pede à Consultoria Legislativa parecer sobre o pedido do repórter Fábio Pannunzio de consultar os arquivos da Comissão Mista Parlamentar de Inquérito criada para apurar as atividades de Paulo Cesar Cavalcante Farias, mais conhecida como "CPI do PC".
- Ata da 17ª Reunião da Comissão Diretora do Senado Federal, de 16/06/1993 – Aprova requerimentos da transcrição nos anais da Casa, dos artigos "Materiais de altíssima radioatividade, ameaçam Minas, Rio, São Paulo e o Brasil", de autoria do jornalista Hélio Fernandes, publicado no Jornal Tribuna da Imprensa, edição de 28/05/93; "A CIA e a Bandeira", de autoria do jornalista João Emílio Falcão, publicado no Correio Braziliense, no dia 31/05/93; "A Morte de Carlos Castelo Branco: o único papa do jornalismo brasileiro", de autoria do jornalista Hélio Fernandes, publicado no Jornal Tribuna da Imprensa, edição de 02/06/93; e também o discurso do Senhor Presidente da Academia Brasileira de Letras, jornalista Austregésilo de Athayde, durante o velório do jornalista Carlos Castelo Branco.
- Ato da Diretoria Executiva do Prodasen nº 87, de 17/08/1993 – Institui grupo de trabalho para realizar a implantação do sistema VIP de transmissão de áudio e imagens do Plenário.
- Ata da 21ª Reunião da Comissão Diretora do Senado Federal, de 25/08/1993 – Aprova requerimentos da transcrição nos anais da Casa, dos artigos "Os Jabaculês de Lula", de autoria do jornalista Josias de Souza, publicada no jornal Folha de S.

Paulo, edição de 16 de agosto de 1993; e das matérias "O dinheiro da CUT", publicada no jornal O Estado de S. Paulo, edição de 19 de agosto de 1993; e "Lucena descarta CPI da CUT", publicada no jornal Folha de S.Paulo, na mesma data.

- Ata da 24ª Reunião da Comissão Diretora do Senado Federal, de 27/10/1993 – Aprova requerimentos da transcrição nos anais da Casa, dos artigos "Desordem dos advogados do Brasil", de autoria de Mauro Chaves, publicado no jornal O Estado de S. Paulo, edição de 14 de outubro de 1993; Requerimento no. 1064, de 1993, do Senador IRAPUAN COSTA JÚNIOR que solicita ao ministro das Relações Exteriores informações sobre a reportagem "Barrados na Porta", publicada na revista Veja no. 1305, de 15 de setembro de 1993; a transcrição nos Anais do Senado Federal, dos discursos pronunciados pelo acadêmico Josué Montello e pelo jornalista Roberto Marinho, na posse deste último na Academia Brasileira de Letras, no dia 19 de outubro de 1993, e publicados no jornal O Globo, edição de 20 de outubro de 1993. Na mesma ata a Comissão Diretora delibera consulta junto aos Órgãos do Senado Federal sobre a necessidade, ou não, de processo licitatório para atender propostas dos diretores de Marketing da Radiobrás e da Agência Estado para o fornecimento de serviços de informação jornalística denominados "Sinopse" e "Newspaper", contendo o resumo das principais notícias do país.

- Ata da 26ª Reunião da Comissão Diretora do Senado Federal, de 02/12/1993 – Aprova requerimentos do Senador Bello Parga pedindo aos ministérios competentes levantamento das empresas jornalísticas devedoras de contribuições trabalhistas, previdenciárias e de impostos federais; aprova a transcrição nos anais da Casa do artigo "A imprensa está fracassando", de autoria do jornalista Gilberto Dimenstein, publicado no jornal "A Folha de São Paulo", em sua edição de 12/11/93.

- Ata da 26ª Reunião da Comissão Diretora do Senado Federal, de 02/12/1993 – Aprova requerimento do Senador Bello Parga pedindo ao Ministério do Trabalho levantamento das empresas jornalísticas devedoras de contribuições trabalhistas, previdenciárias e de impostos federais; aprova a transcrição nos anais da Casa do artigo "Uma década sem Teotônio", de autoria do jornalista Márcio Moreira Alves, publicado no jornal O Globo, na edição de 01/12/93.

1994

- Ata da 12ª Reunião da Comissão Diretora do Senado Federal, de 31/08/1994 – Aprova requerimentos de transcrição nos anais da Casa dos artigos "Itamar cresce

muito como presidente", de autoria de Arnaldo Jabor, publicado no jornal Folha de S.Paulo, na edição de 12/07/94; e "Uma nota só" de autoria do jornalista Evandro Carlos Andrade, publicado no jornal O Globo, na edição de 06/08/94.

- Ata da 15ª Reunião da Comissão Diretora do Senado Federal, de 24/11/1994 – Aprova requerimento de transcrição nos anais da Casa do artigo "Traição à vista", de autoria do jornalista Círio Frota Maia, publicado no jornal Tribuna do Ceará, na edição de 20/11/94.

- Ata da 16ª Reunião da Comissão Diretora do Senado Federal, de 22/12/1994 – Aprova requerimento de transcrição nos anais da Casa do artigo intitulado "Carta aberta ao Presidente eleito - Fernando Henrique Cardoso", de autoria do Jornalista Arlindo Porto, publicado no jornal A Crítica, de Manaus, em 12 de outubro de 1994.

- Resolução nº 84, de 1994 – Altera a estrutura da Subsecretaria de Divulgação, criando a Seção de Informática e Transmissão no âmbito do Serviço de Imprensa.

1995

- Ata da 5ª Reunião da Comissão Diretora do Senado Federal, de 30/01/1995 – Aprova requerimento de transcrição nos anais da Casa do artigo autoria do jornalista Leonardo Dantes Silva, intitulado "O frevo terá o destino da marchinha", publicado no jornal Diário de Pernambuco, em 24 de janeiro de 1995.

- Ato da Comissão Diretora do Senado nº 02, de 22/02/1995 – Cria grupo de trabalho para identificar a estrutura administrativa do Senado com vistas à modernização.

- Ata da 10ª Reunião da Comissão Diretora do Senado Federal, de 11/05/1995 – Aprova requerimento de transcrição nos anais da Casa do artigo autoria do jornalista Gilberto Dimenstein, publicado na Folha de S.Paulo de 08 de abril de 1995, intitulado "Cadeia neles Presidente".

- Ato da Comissão Diretora do Senado Federal nº 08, de 08/06/1995 – Constitui Assessoria Especial de Modernização para implementar medidas propostas pelo grupo de trabalho do Ato nº 02.

- Ata da 12ª Reunião da Comissão Diretora do Senado Federal, de 08/06/1995 – Aprova requerimento de transcrição nos anais da Casa do artigo autoria do jornalista Paulo Sant'Anna, publicado na Zero Hora de 14 de maio de 1995, intitulado "Dia da

Mãe".

- Ata da 13ª Reunião da Comissão Diretora do Senado Federal, de 22/06/1995 – Reunião é suspensa para sessão de homenagem ao jornalista Carlos Castello Branco.
- Lei n. 8.977, de 1995 – Dispõe sobre o Serviço de TV à Cabo (Lei de Cabodifusão) que permite a criação dos canais de TV do Poder Legislativo.
- Ato do Presidente do Senado nº 305, de 29/06/1995 – Cria Comissão Especial de Elaboração do Perfil Parlamentar do ex-senador Teotônio Vilela e chama jornalistas de fora da estrutura da casa.
- Resolução nº 24, de 1995 – Cria a TV Senado.
- Ata da 15ª Reunião da Comissão Diretora do Senado Federal, de 03/07/1995 – Aprova requerimento de transcrição nos anais da Casa do artigo autoria do jornalista Hélio Fernandes, publicado no jornal De Olho no Congresso de 20 de junho de 1995, intitulado "Vale a pena vender a Vale?".

1996

- Ata da 5ª Reunião da Comissão Diretora do Senado Federal, de 11/04/1996 – Pede parecer para contratação temporária por inexigibilidade de licitação da professora e jornalista especializada em TV Célia Maria Ladeira Mota.
- Ata da 6ª Reunião da Comissão Diretora do Senado Federal, de 13/05/1996 – Aprova contratação temporária por inexigibilidade de licitação da professora e jornalista especializada em TV Célia Maria Ladeira Mota pelo período de 12 meses.
- Ata da 10ª Reunião da Comissão Diretora do Senado Federal, de 20/06/1996 – Aprova transcrição, nos Anais do Senado Federal, do discurso proferido pelo jornalista Jayme Sirotsky, por ocasião de sua posse na Presidência da Federação Mundial de Jornais - FIEJ, na cidade de Washington.
- Ata da 13ª Reunião da Comissão Diretora do Senado Federal, de 08/08/1996 – Aprova transcrição, nos Anais do Senado Federal, do artigo do jornalista Gabriel Priolli, publicado no jornal Gazeta Mercantil intitulado "A telepresença do cidadão no Senado".

1997

- Ata da 2ª Reunião da Comissão Diretora do Senado Federal, de 23/01/1997 – Aprova transcrição, nos Anais do Senado Federal, do artigo do jornalista Tales Faria, publicado no jornal O Globo de 15/01/97, intitulado “Tolerância”.

- Ata da 3ª Reunião da Comissão Diretora do Senado Federal, de 30/01/1997 – Aprova transcrição, nos Anais do Senado Federal, do artigo do jornalista Hélio Fernandes, publicado no jornal Tribuna da Imprensa de 21/01/97, intitulado “Os Jornalistas da República - Rui Barbosa, Carlos Lacerda, Barbosa Lima Sobrinho”.

- Ata da 11ª Reunião da Comissão Diretora do Senado Federal, de 21/08/1997 – Aprova transcrição, nos Anais do Senado Federal, do artigo do jornalista Gilberto Amaral, publicado no jornal Correio Braziliense de 24/07/97, intitulado “Causa e Efeito”.

- Resolução nº 60, de 1996 – Cria a Rádio Senado.

- Resolução nº 11, de 1996 – Regulamenta o credenciamento de profissionais de comunicação e dispõe sobre o Comitê de Imprensa do Senado Federal.*

- Ato da Comissão Diretora nº 20, de 1996 – Cria o Jornal do Senado.

- Ato do Presidente nº 55, de 1996 – Cria a Comissão Permanente da Internet.

- Ato do Presidente nº 60, de 1996 – Convida jornalistas Márcio Moreira Alves e Mauro Santayana para Comissão Especial de Elaboração do Perfil Parlamentar do ex-senador Teotônio Vilela.

- Ato do Diretor da Secretaria de Comunicação Social nº 01, de 1997 – Cria o Conselho Editorial e Administrativo da SECS.

- Resolução nº 09, de 1997 – Altera o Regulamento Administrativo do Senado, oficializando a existência da Coordenação Agência Senado e cria a Subsecretaria de Relações Públicas no âmbito da SECS.

- Ato da Comissão Diretora nº 30, de 1997 – Regulamenta a Resolução nº 11 que trata do Comitê de Imprensa.*

- Ato da Comissão Diretora nº. 10, de 1998 – Cria o Museu Eletrônico do Senado e

inclui a SECS em seu Conselho de Supervisão.

- Ato da Comissão Diretora nº. 8, de 2002 – Disciplina o credenciamento de jornalistas na cobertura do Senado Federal.*
- Ato da Comissão Diretora nº. 15, de 2002 – Disciplina os objetivos, a utilização e o funcionamento dos veículos de comunicação do Senado Federal.
- Ato da Comissão Diretora nº. 11, de 2004 – Define a responsabilidade e como será organizada, mantida, estruturada e abastecida a página eletrônica do Senado na Internet.
- Ato da Comissão Diretora nº 02, de 2005 – Transforma as subsecretarias da SECS em secretarias e cria o serviço de noticiário em língua estrangeira no âmbito da Agência Senado.
- Resolução nº 08, de 2009 – Cria o Prêmio Jornalista Roberto Marinho de Mérito Jornalístico a ser concedido pelo Senado Federal a jornalistas de destaque.

* Legislação e registros oficiais relacionados ao Comitê de Imprensa do Senado Federal.

ANEXO II

Resultado da Correção da gratificação natalina pelo IPC-SP (FIPE)

Dados básicos da correção pelo IPC-SP (FIPE) Dados informados

Data inicial 12/1949

Data final 03/2010

Valor nominal Cr\$ 2.000,00 (CRUZEIRO)

Dados calculados

Índice de correção no período 757.206.206.799.727,9133413

Valor percentual correspondente 75.720.620.679.972.691,3341300 %

Valor corrigido na data final **R\$ 550,70** (REAL)

Fonte: Calculadora do cidadão, Banco Central do Brasil

ANEXO III

Resultado da Correção de ajuda de custo para viagens pelo IPC-SP (FIPE)

Conta #1

Dados básicos da correção pelo IPC-SP (FIPE) Dados informados

Data inicial 08/1952

Data final 03/2010

Valor nominal Cr\$ 80.000,00 (CRUZEIRO)

Dados calculados

Índice de correção no período 525.082.194.916.294,5103216

Valor percentual correspondente 52.508.219.491.629.351,0321600 %

Valor corrigido na data final **R\$ 15.275,12** (REAL)

Conta #2

Dados básicos da correção pelo IPC-SP (FIPE) Dados informados

Data inicial 08/1954

Data final 03/2010

Valor nominal Cr\$ 150.000,00 (CRUZEIRO)

Dados calculados

Índice de correção no período 369.564.670.375.408,3252440

Valor percentual correspondente 36.956.467.037.540.732,5244000 %

Valor corrigido na data final **R\$ 20.158,07** (REAL)

ANEXO IV

Prêmios de jornalismo ganhos por jornalistas legislativos ou veículos de comunicação do Parlamento

| Prêmio | Ano | Veículo | Matéria/Programa | Jornalista |
|---|------------|----------------|---|--|
| Associação Paulista de Críticos de Arte (APCA) | 2002 | TV Senado | Melhor emissora de TV – categoria utilidade pública | Todos |
| 26º Vladimir Herzog de Jornalismo e Direitos Humanos – Prêmio | 2004 | TV Câmara | Florestan Fernandes – O Mestre/Documentário | Roberto Stefanelli |
| 26º Vladimir Herzog de Jornalismo e Direitos Humanos – Menção Honrosa | 2004 | TV Câmara | Contos da Resistência/ 4 Documentários | Getsêmane Luiz da Silva e outros |
| Ricardo Ortega Memorial Prize for Broadcast Journalism - ONU | 2005 | Rádio Senado | Os 60 anos da Carta das Nações Unidas/Reportagem especial | Nara Ferreira |
| 3º Prêmio de Inclusão Social Eli Lilly do Brasil/Associação Brasileira de Psiquiatria (ABP) | 2005 | TV Senado | Transtornos Mentais/Inclusão | Solange Calmon |
| Troféu Clara de Assis – CNBB | 2005 | TV Senado | População de Rua/Programa Inclusão | Solange Calmon |
| 27º Vladimir Herzog de Jornalismo e Direitos Humanos – Prêmio | 2005 | TV Câmara | Brasileiros: Sonia Maria, 100 Dimensão/Documentário | Getsêmane Luiz da Silva |
| 27º Vladimir Herzog de Jornalismo e Direitos Humanos – Prêmio | 2005 | TV Câmara | Índios – 500 Anos de Resistência/Reportagem | Paula Araújo Medeiros |
| Prêmio Engenho de Comunicação categoria Comunicador da Comunicação | 2005 | TV Câmara | Programa Comitê de Imprensa | Paulo José Cunha |
| Prêmio Betinho Imprensa Livre | 2005 | TV Câmara | Microcrédito/Programa Foco | Karina Staveland e André Lanquintinie |
| II Prêmio AMB de Jornalismo | 2005 | Rádio Câmara | Justiça Gratuita/Reportagem | Jairo Cesar dos Santos Ribeiro |
| Embratel – categoria Responsabilidade Social | 2005-2006 | TV Senado | Biblioteca T-Bone/Inclusão | Solange Calmon |
| Docol/Ministério do Meio Ambiente – 2º Lugar | 2006 | TV Senado | O Desafio da Água/Repórter Senado | Paulo Figueiredo, Gustavo Portal e outros. |
| IV Prêmio Alexandre Adler de | 2006 | TV Senado | Hanseníase – Um passado presente/Inclusão | Solange Calmon |

| | | | | |
|--|------|--------------|---|--------------------------------------|
| Jornalismo em Saúde | | | | |
| 1º Prêmio Orgulho Autista | 2006 | TV Senado | Autismo: uma porta entreaberta para o mundo/Inclusão | Solange Calmon |
| Reader's Digest | 2006 | TV Senado | Os 100 melhores veículos do ano de 2005 – Categoria Televisão | Todos |
| GP Ayrton Senna de Jornalismo – Finalista | 2006 | Rádio Senado | Brasil Desigual/Reportagem Especial | Patrícia Novaes e Celso Cavalcanti |
| 1º Prêmio IGE de Jornalismo – Pelo Direito dos Brasileiros à Educação de Qualidade na categoria Televisão Nacional - Finalista | 2006 | TV Senado | Educação Inclusiva/Inclusão | Solange Calmon |
| III Prêmio AMB de Jornalismo | 2006 | Rádio Câmara | Defensoria Pública/reportagem | Jairo Cesar dos Santos Ribeiro |
| ABRAZ/Janssen-Cilag – Menção Honrosa | 2007 | TV Senado | Alzheimer/Inclusão | Solange Calmon |
| Imprensa Embratel - finalista | 2007 | Rádio Senado | Tapa de Amor Dói, e Muito/Reportagem Especial | Larissa Bortoni e Mauricio de Santi |
| 2º Prêmio IGE de Jornalismo – GP Pelo Direito dos Brasileiros à Educação de Qualidade na categoria Televisão Nacional | 2007 | TV Câmara | Série Educação – Reprovação | Cláudia Brasil e outros |
| Prêmio Confea de Jornalismo – Menção Honrosa | 2007 | TV Câmara | Vítimas de abusos da imprensa/Comitê de Imprensa | Paulo José Cunha e Caíque Novis |
| Associação dos Peritos Criminais da Polícia Federal | 2008 | TV Senado | Lavagem internacional de dinheiro/Diplomacia | Sheyla Assumpção/Francisco Sant'Anna |
| VI Prêmio AMB de Jornalismo – Finalista TV Nacional | 2008 | TV Senado | Alienação Parental/Inclusão | Solange Calmon e outros |
| VI Prêmio AMB de Jornalismo – Finalista Rádio Regional | 2008 | Rádio Câmara | 30 Anos da Lei da Anistia/Reportagem | Alexandre Nascimento Pôrto |
| Premio Nuevo Periodismo CEMEX-FNPI – Seleção Oficial | 2008 | Rádio Senado | Os Heróis Esquecidos da Tragédia do Césio 137/Reportagem Especial | Adriano Faria |
| Embratel – Categoria Radiojornalismo | 2008 | Rádio Senado | A gota de Sangue - Histórias de uma poetisa menina de rua/Reportagem Especial | Sérgio Vieira |

| | | | | |
|---|------|--------------|---|----------------------------------|
| Prêmio Direitos Humanos de Jornalismo/MJDH e OAB-RS | 2009 | TV Senado | Jango em Três Atos/Documentário | Deraldo Goulart |
| 31º Vladimir Herzog de Jornalismo e Direitos Humanos – Menção Honrosa | 2009 | Rádio Senado | Escravos da Esperança: a saga dos bolivianos em São Paulo/Reportagem especial | Celso Cavalcanti e George Cardim |
| 31º Vladimir Herzog de Jornalismo e Direitos Humanos – Menção Honrosa | 2009 | TV Câmara | Chico Mendes, Cartas da Floresta/Documentário | Dulce Queiroz e outros. |
| Allianz Seguros de Jornalismo - finalista | 2009 | TV Senado | Série Mudanças Climáticas/Ecosenado | César Mendes Pereira |
| Prêmio Abraciclo de Jornalismo 2009 | 2009 | Rádio Câmara | Superando Limites/Reportagem | José Carlos Oliveira |

ANEXO V

Lista de entrevistas com jornalistas legislativos

CV1

Homem, 21 anos como jornalista, atua como repórter em Câmara Municipal – Entrevista em 25/05/2009

AL1

Mulher, 20 anos de jornalismo, atua como chefe de reportagem em veículo de Assembleia Legislativa – Entrevista em 25/05/2009

AL2

Mulher, 23 anos de jornalismo, atua como produtora/editora em veículo de Assembleia Legislativa – Entrevista em 25/05/2009

AL3

Mulher, 10 anos de jornalismo, atua como produtora em veículo de Assembleia Legislativa – Entrevista em 25/05/2009

AL4

Mulher, 18 anos de jornalismo, atua como repórter em veículo de Assembleia Legislativa – Entrevista em 25/05/2009

AL5

Homem, 22 anos de jornalismo, atua como diretor em veículo de Assembleia Legislativa – Entrevista em 25/05/2009

AL6

Mulher, 12 anos de jornalismo, atua como editora em veículo de Assembleia Legislativa – Entrevista em 26/05/2009

AL7

Mulher, 12 anos de jornalismo, também advogada, atua como diretora em departamento de comunicação de Assembleia Legislativa – Entrevista em 27/05/2009

AL8

Mulher, 4 anos de gestão em jornalismo, formada em Direito e Design, atua como diretora em veículo de Assembleia Legislativa – Entrevista em 27/05/2009

AL9

Mulher, 20 anos de jornalismo, atua como diretora de imprensa em veículo de Assembleia Legislativa – Entrevista em 27 e 28/05/2009

CD1

Homem, 17 anos de jornalismo, atua como repórter em veículo da Câmara dos Deputados – Entrevista em 12/06/2009

CD2

Homem, 26 anos de jornalismo, atua como editor em veículo da Câmara dos Deputados – Entrevista em 15/06/2009

CD3

Mulher, 12 anos de jornalismo, atua como repórter em veículo da Câmara dos Deputados – Entrevista em 19/06/2009

CD4

Mulher, 17 anos de jornalismo, atua como editora em veículo da Câmara dos Deputados – Entrevista em 22/06/2009

SF1

Homem, 26 anos de jornalismo, diretor de veículo do Senado Federal - Entrevista em 15/06/2009

SF2

Homem, 32 anos de jornalismo, editor em veículo do Senado Federal – Entrevista em 15/06/2009

SF3

Mulher, 19 anos de jornalismo, editora em veículo do Senado Federal – Entrevista em 22/06/2009

SF4

Mulher, 8 anos de jornalismo, repórter em veículo do Senado Federal - Entrevista em 26/06/2009

ED1

Homem, ex-diretor de secretaria de comunicação na Câmara dos Deputados – entrevista por e-mail em 18/10/2009

ED2

Homem, ex-diretor de secretaria de comunicação no Senado Federal – entrevista por e-mail em 16/10/2009

ED3

Homem, ex-diretor de secretaria de comunicação no Senado Federal - entrevista por e-mail em 05/11/2009

ANEXO VI

Questionário para jornalistas do Legislativo

1) Nome: (opcional) _____

Casa legislativa em que trabalha: _____

2) Veículo: TV []; Rádio []; Agência/Internet []; Jornal []; Assessoria [].

Função: Repórter []; Redator []; Editor []; Diretor []

3) Sexo: M [] F []

Idade (em anos):

20/25 []; 26/30 []; 31/35 []; 36/40 []; 41/45 []; 46/50 []; 51/55 []; 55/65 [], mais de 65 anos []

Natural de (Unidade da Federação): []

4) Tempo de profissão (em anos):

até 5 anos []

5 a 10 anos []

11 a 15 anos []

16 a 20 anos []

21 a 25 anos []

26 a 30 anos []

> 30 anos []

4.a) Tempo no veículo:

< 1 ano []

1 a 2 anos []

2 a 5 anos []

5 a 10 anos []

10 a 15 anos []

> 15 anos []

4.b) Tempo na casa legislativa:

< 1 ano []

1 a 2 anos []

- 2 a 5 anos []
 5 a 10 anos []
 10 a 15 anos []
 > 15 anos []

5) Antes de tornar-se servidor público no legislativo atuou como jornalista na iniciativa privada ou terceiro setor? [] Sim [] Não

Em caso afirmativo, por quanto tempo?

- < 1 ano []
 1 a 2 anos []
 2 a 5 anos []
 5 a 10 anos []
 10 a 15 anos []
 > 15 anos []

6) Tem curso superior em Jornalismo? Sim [] Não []

6.a) Tem outro curso de graduação? Sim [] Não [] **Em caso afirmativo, especifique:**

7) Possui pós-graduação? Não [] Sim [] **Caso tenha, marque:**

- Master-MBA, Especialização ou Pós latu sensu [];
- Mestrado [] • Doutorado []
- Pós-doc []

Caso ainda esteja cursando uma formação de pós-graduação, especifique:

8) Estado Civil - Solteiro(a) []; Casado(a)/União estável []; Separado(a) []; Viúvo(a) []

9) Para cada um dos itens a seguir e se valendo de uma das seguintes alternativas constantes na tabela abaixo, defina o grau de importância dos seguintes temas, a partir da sua visão profissional:

a) Sem nenhuma importância, b) pouco importante, c) de importância relativa, d) de importância mediana, e) de importância significativa, f) de importância elevada, g) extremamente importante;

I) da função jornalística para a sociedade : []

II) dos meios de comunicação para a formação da opinião pública : []

III) da informação difundida para a sociedade pelo sistema de comunicação da Casa Legislativa em que você trabalha: []

- IV) da informação difundida pela imprensa tradicional : []
- V) o real nível de influência da mídia sobre a opinião pública : []
- VI) da capacidade potencial, de influência da mídia do Legislativo em que você trabalha para a formação da opinião pública : []
- VII) do real nível de influência da mídia do Legislativo sobre a opinião pública : []
- VIII) da necessidade das informações difundidas pelas mídias do Legislativo serem posteriormente checadas, apuradas ou tratadas por jornalistas da imprensa tradicional : []

10) Dentro da rotina do trabalho jornalístico quais são os principais parâmetros estabelecidos pelo Parlamento para a cobertura dos fatos ocorridos na casa legislativa em que trabalha? (marque duas opções)

- I) Divulgação rápida []
- II) Análise e interpretação dos temas para o público []
- III) Pluralidade das fontes []
- IV) Destaque para a visão oficial dos fatos []
- V) Destaque para a visão não oficial dos fatos []
- VI) Precisão []
- VII) Transparência []
- VIII) Objetividade/Imparcialidade []

11) Na sua rotina de trabalho quando da cobertura dos fatos do Legislativo, você...

Tem por hábito se informar previamente sobre o assunto:

- I) lendo outros jornais. Sim [] Não []
- II) lendo o jornal da casa legislativa. Sim [] Não []
- III) lendo a agência de notícias da casa legislativa. Sim [] Não []
- IV) consultando páginas web. Sim [] Não []
- V) no portal da casa legislativa. Sim [] Não []
- VI) no portal de outra casa legislativa. Sim [] Não []
- VII) junto a fontes confiáveis. Sim [] Não []
- VIII) junto a colegas de profissão. Sim [] Não []

Se necessário, se valeria para seus textos de declarações, citações aspeadas não presenciadas por você, mas:

- IX) divulgadas em outro veículo da imprensa tradicional. Sim [] Não []
- X) divulgadas em algum veículo institucional do Legislativo. Sim [] Não []

Em suas matérias, se necessário, você acompanharia e se informaria à distância sobre os fatos:

- XI) por meio de transmissão radiofônica ou televisiva de alguma outra emissora. Sim [] Não []
- XII) por meio de transmissão radiofônica ou televisiva da rádio e/ou da TV Legislativa. Sim [] Não []

Antes de definir a pauta de temas do dia, tem por hábito ler:

- XIII) outros jornais e agências. Sim [] Não [] Não sou eu que faço a minha pauta []

XIV) o jornal ou a agência de notícias da casa Legislativa. Sim [] Não [] Não sou eu que faço a minha pauta []

XV) Ao término do seu dia de trabalho, tem por hábito verificar e comparar o que escreveu com o que foi divulgado por veículos concorrentes (TV, rádio, Internet etc). Sim [] Não []

XVI) Em caso positivo e na existência de dados novos, você altera ou complementa seu texto? Sim [] Não []

XVII) Ao término do seu dia de trabalho, tem por hábito verificar o que já divulgado por outros veículos do Legislativo (TV, rádio, agência, Internet etc.) Sim [] Não []

XVIII) Em caso positivo e na existência de dados novos, você altera ou complementa seu texto? Sim [] Não []

12) Dentro de sua rotina de trabalho e a partir de seus valores profissionais, quais deveriam ser os principais parâmetros do seu trabalho jornalístico na cobertura dos fatos ocorridos na Casa Legislativa em que atua? (marque, no máximo, 2 opções)

I) Divulgação rápida, []

II) Análise e interpretação dos temas para o público, []

III) Pluralidade das fontes []

IV) Destaque para a visão oficial dos fatos []

V) Destaque para a visão não oficial dos fatos []

VI) Precisão []

VII) Transparência []

VIII) Objetividade/Imparcialidade []

13) Diante do cenário hipotético abaixo, indique que postura jornalística que você teria a partir da adoção livre de seus valores pessoais e profissionais. (Marque com um X a opção escolhida)

Cenário hipotético : *Durante a cobertura de uma reunião parlamentar da base política do governo é debatida a implementação de um novo projeto político. As propostas são consideradas perigosas e nocivas para a sociedade. Você então:*

(Opção «a») *Escreve o texto de forma neutra, se limitando a apresentar as propostas debatidas e as decisões tomadas sem apresentar qualquer julgamento de valor, análise ou interpretação. Para você, é o público que deve julgar os fatos por si próprio. []*

(Opção «b») *Escreve o texto, informando as propostas debatidas e as decisões tomadas, mas faz uma abordagem crítica de forma a mostrar o risco e o aspecto perigoso que tais medidas se implementadas poderão causar. Para você, é um dever do jornalista alertar a opinião pública sobre os riscos de tais decisões. []*

14) Diante do mesmo cenário e com base na linha editorial do veículo em que você trabalha, qual seria a

postura profissional que seu empregador gostaria que você adotasse? (Marque com um X a opção escolhida)

(Opção «a») *Escrever o texto de forma neutra, me limitando a apresentar as propostas debatidas e as decisões tomadas sem apresentar qualquer julgamento de valor, análise ou interpretação. Para seu empregador, é o público que deve julgar os fatos por si próprio.* []

(Opção «b») *Escrever o texto, informando as propostas debatidas e as decisões tomadas, mas fazendo uma abordagem crítica de forma a mostrar o risco e o aspecto perigoso que tais medidas se implementadas poderão causar. Para seu empregador, é um dever do jornalista alertar a opinião pública sobre os riscos de tais decisões.* []

15) Diante das situações abaixo descritas assinale a opção constante na tabela correspondente à postura profissional que você adotaria.

- a) *Eu só adotaria tal postura se me encontrasse em uma situação importante e, assim, flexionaria meus parâmetros éticos.*
- b) *Eu adotaria tal postura facilmente, não vejo nenhum mal nela, ela é jornalisticamente válida e não fere meus princípios éticos*
- c) *Não adotaria tal postura jamais.*

- Pagar a uma fonte para obter uma informação. []
- Estimular a ocorrência de um fato socialmente condenável, apenas com o objetivo de transformar o episódio em notícia. []
- Dissimular a identidade de jornalista, se passando por qualquer um outro, a fim de obter uma informação ou de presenciar um fato. []
- Utilizar sem autorização da fonte documentos pessoais ou fotos íntimas. []
- Utilizar sem autorização da fonte documentos ou fotos oficiais. []
- Utilizar sem autorização prévia documentos confidenciais da iniciativa privada ou governamental. []
- Se empregar dentro de uma empresa, ou numa repartição governamental para clandestinamente obter informações. []
- Romper um acordo e revelar o nome de uma fonte de informação. []

16) Você tem por hábito conversar/analisar seu trabalho jornalístico com:

Para responder use a seguinte tabela:

A= nunca; B = raramente; C = ocasionalmente; D = frequentemente

- Jornalistas de outras empresas []
- Público (leitor/audiência) []
- Colegas de trabalho []
- Parentes []

17) Em relação a sua produção jornalística, você tem :

- Total liberdade para cobrir o tema que desejar? Sim [] Não []
- Total liberdade para definir o conteúdo/ângulo de suas matérias? Sim [] Não []
- Total liberdade para definir as fontes que desejar ouvir? Sim [] Não []

18) Em relação ao seu trabalho, você se considera (assinale apenas uma alternativa):

- muito satisfeito [] • razoavelmente satisfeito []
- um pouco insatisfeito [] • bastante insatisfeito []

19) O seu nível de satisfação se deve principalmente a: (marque apenas uma opção)

- Autonomia profissional/liberdade de expressão [] • Seu salário []
- Possibilidade de promoção [] • Benefícios sociais que recebe []
- Política editorial do veículo [] • Possibilidade de especialização []
- Possibilidade de ajudar pessoas e a sociedade [] • Segurança no emprego []
- Possibilidade de influenciar assuntos de interesses públicos []
- Tipo de produto jornalístico que realiza [] • Comportamento das chefias []

20) Qual o principal motivo que o levou a escolher a profissão de jornalista? (marque apenas uma alternativa)

- Gosto de escrever [] • Queria mudar a sociedade [] • Gosto de estar junto ao Poder []
- Gosto de acompanhar os fatos [] • Queria informar as pessoas [] • Emprego Fácil []
- Vocação pessoal [] • Achava a profissão fascinante [] • Formação Acadêmica mais fácil []
- Salário atrativo [] • Visibilidade socioprofissional [] • Sugestão de familiares []

21) Pensando no seu futuro profissional para os próximos cinco anos, você pretende:

- Continuar na profissão []
- Abandonar o jornalismo []
- Conciliar o jornalismo com outra atividade profissional []

22) Em sua opinião, diante do Poder um jornalista deve com suas matérias: (marque apenas uma opção, ou faça uma combinação de, no máximo, duas das alternativas)

- 1) Dar suporte a visão oficial []
- 2) Contestar a visão oficial []

- 3) Ser neutro, objetivo e imparcial []
- 4) Interpretar a visão oficial para a sociedade []
- 5) Orientar a Opinião Pública []
- 6) Fiscalizar o Poder []
- 7) Uma mescla das opções ___ e ___ []

23) Em sua opinião, no dia-a-dia do exercício de seu trabalho jornalístico na cobertura do Poder Legislativo você entende que suas matérias acabam servindo realmente para: (marque apenas uma opção, ou faça uma combinação de, no máximo, duas das alternativas)

- 1) Dar suporte a visão oficial []
- 2) Contestar a visão oficial []
- 3) Ser neutro, objetivo e imparcial []
- 4) Interpretar a visão oficial para a sociedade []
- 5) Orientar a Opinião Pública []
- 6) Fiscalizar o Poder []
- 7) Uma mescla das opções ___ e ___ []

24) Em sua opinião, no dia-a-dia, a informação difundida pelo sistema de mídias do Legislativo acaba servindo preferencialmente para: (marque apenas uma opção, ou faça uma combinação de, no máximo, duas das alternativas)

- 1) Fiscalizar o Poder []
- 2) Dar suporte a visão oficial dos fatos []
- 3) Contestar a visão oficial dos fatos []
- 4) Nenhuma coisa nem outra, elas são neutras, objetivas e imparciais []
- 5) Subsidiar a imprensa e seus jornalistas []
- 6) Fornecer uma visão diferenciada dos fatos à sociedade []
- 7) Interpretar a visão oficial para a sociedade []
- 8) Orientar a Opinião Pública []
- 9) Dar transparência aos feitos públicos []
- 10) Uma mescla das opções ___ e ___ []

25) Na sua opinião a informação difundida pelo sistema de mídias do Legislativo onde você atua deve ser classificada como: (marque apenas uma opção, ou faça uma combinação de, no máximo, duas das alternativas)

- 1) Jornalística []
- 2) Propaganda partidária/ideológica []
- 3) Relações Públicas []
- 4) Uma mescla das três opções acima []

5) Serviço de utilidade pública sem função jornalística []

6) Uma mescla das opções ___ e ___ []

26) Em sua opinião, qual deve ser o valor primordial do jornalismo? (marque apenas uma opção, ou faça uma combinação de, no máximo, duas das alternativas)

1) Salvar a democracia []

2) Prestar um serviço público disseminando informação []

3) Fazer um resumo dos fatos []

4) Fiscal do poder []

5) Investigar fatos e interpretar informações []

6) Promover a imagem das fontes e atores sociais []

7) Garantir o direito de expressão de todos os segmentos da sociedade []

8) Ajudar e aconselhar a opinião pública []

9) Ser um porta-voz dos menos favorecidos, dos excluídos []

10) Influenciar politicamente à tomada de decisões públicas []

11) Educar e entreter []

12) Transformar a sociedade []

13) Desenvolver interesse cultural e intelectual do público []

14) Uma mescla das opções ___ e ___ []

27) Em sua opinião, qual deve ser a principal função da informação difundida pelas mídias da casa legislativa em que atua? (marque apenas uma opção, ou faça uma combinação de, no máximo, duas das alternativas)

1) Salvar a democracia []

2) Prestar um serviço público disseminando informação []

3) Fazer um resumo dos fatos []

4) Fiscal do poder []

5) Investigar fatos e interpretar informações []

6) Promover a imagem das fontes e atores sociais []

7) Garantir o direito de expressão de todos os segmentos da sociedade []

8) Ajudar e aconselhar a opinião pública []

9) Ser um porta-voz dos menos favorecidos, dos excluídos []

10) Influenciar politicamente à tomada de decisões públicas []

11) Educar e entreter []

12) Transformar a sociedade []

13) Desenvolver interesse cultural e intelectual do público []

14) Uma mescla das opções ___ e ___ []

28) Quanto ao noticiário produzido pela imprensa tradicional referente ao parlamento, em sua opinião, o

público brasileiro:

- 1) Está mais interessado apenas no factual do dia-a-dia? Sim [] Não []
- 2) Está mais interessado nas análises e interpretações? Sim [] Não []
- 3) É facilmente enganável pela mídia? Sim [] Não []

29) Quanto ao noticiário referente ao parlamento, em sua opinião, o público das mídias da casa legislativa em que você atua:

- 1) Está mais interessado apenas no factual do dia-a-dia? Sim [] Não []
- 2) Está mais interessado nas análises e interpretações? Sim [] Não []
- 3) É facilmente enganável pela mídia? Sim [] Não []

30) Quanto à cobertura da casa legislativa em que você atua feita pela imprensa tradicional, você a considera:

- 1) Abrangente e completa. Sim [] Não []
- 2) Desorienta e desinforma sobre a verdade dos fatos. Sim [] Não []
- 3) Parcial, não informando a totalidade dos fatos. Sim [] Não []
- 4) Ideologicamente tendenciosa. Sim [] Não []
- 5) Potencializadora dos interesses das elites econômicas e políticas. Sim [] Não []
- 6) Potencializadora da transparência dos feitos públicos. Sim [] Não []

31) Quanto à cobertura da casa legislativa em que você atua feita pela própria mídia institucional, você a considera :

- 1) Abrangente e completa. Sim [] Não []
- 2) Desorienta e desinforma sobre a verdade dos fatos. Sim [] Não []
- 3) Parcial, não informando a totalidade dos fatos. Sim [] Não []
- 4) Ideologicamente tendenciosa. Sim [] Não []
- 5) Potencializadora dos interesses das elites econômicas e políticas. Sim [] Não []
- 6) Potencializadora da transparência dos feitos públicos. Sim [] Não []

32) Em sua opinião:

- 1) A opinião pública está integralmente bem informada sobre os feitos da casa legislativa onde você atua com as notícias da imprensa tradicional? Sim [] Não []
- 2) A opinião pública está integralmente bem informada sobre os feitos da casa legislativa onde você atua com as notícias difundidas pela mídia do próprio parlamento? Sim [] Não []
- 3) É necessário acompanhar o conteúdo da imprensa tradicional e da mídia do parlamento para estar integralmente bem informado? Sim [] Não []
- 4) A opinião pública fica desinformada sobre os fatos do parlamento utilizando-se apenas das notícias difundidas pela mídia da casa legislativa? Sim [] Não []
- 5) A opinião pública fica desinformada sobre os fatos do parlamento utilizando-se apenas das notícias difundidas

pela imprensa tradicional? Sim [] Não []

33) Defina, com a tabela de valores abaixo, o grau de importância da imprensa em geral ao desenvolver cada uma das funções listadas a seguir:

a) sem nenhuma importância, b) pouco importante, c) importância relativa, d) de importância mediana, e) de importância significativa, f) de importância elevada, g) extremamente importante.

- 1) Desenvolver interesse cultural e intelectual do público []
- 2) Levar informações rápidas ao público []
- 3) Investigar demandas e afirmações do governo []
- 4) Oferecer análises e interpretações sobre temas complexos []
- 5) Evitar especulação. []
- 6) Fazer o papel de fiscal do poder público []
- 7) Concentrar-se nas notícias já inseridas na agenda da mídia tradicional []
- 8) Oferecer lazer e entretenimento []
- 9) Construir/consolidar a imagem pública de fontes e atores sociais []

34) Defina, com a tabela de valores abaixo, o grau de importância que você atribui a cada uma das funções da mídia institucional da casa legislativa em que você trabalha. (rádio, TV, jornal e agência):

a) sem nenhuma importância, b) pouco importante, c) importância relativa, d) de importância mediana, e) de importância significativa, f) de importância elevada, g) extremamente importante.

- 1) Desenvolver interesse cultural e intelectual do público []
- 2) Levar informações rápidas ao público []
- 3) Investigar demandas e afirmações do governo []
- 4) Oferecer análises e interpretações sobre temas complexos []
- 5) Não especular. []
- 6) Fazer o papel de fiscal do poder público []
- 7) Concentrar-se nas notícias já inseridas na agenda da mídia tradicional []
- 8) Oferecer lazer e entretenimento []
- 9) Construir/consolidar a imagem pública de fontes e atores sociais []

35) Em sua opinião, após o advento das mídias institucionais do parlamento, a rotina e o perfil de cobertura da imprensa tradicional dos feitos da casa legislativa em que você atua se alteraram?

Sim [] Não [] Não sei []

Em caso positivo, explique as mudanças percebidas: _____

36) Na sua opinião, o jornalismo brasileiro é:

- 1) Muito inspirado no estilo norte-americano, que privilegia o factual em detrimento da análise. Sim [] Não []
- 2) Muito inspirado no estilo francês, que privilegia a análise. Sim [] Não []
- 3) Resultado de várias influências estrangeiras adaptadas à realidade local. Sim [] Não []
- 4) Uma criação nacional que reflete a cultura e a sociedade brasileiras. Sim [] Não []

37) Na sua opinião, o jornalismo praticado pelas mídias do parlamento é:

- 1) Muito inspirado no estilo norte-americano, que privilegia o factual em detrimento da análise. Sim [] Não []
- 2) Muito inspirado no estilo francês, que privilegia a análise. Sim [] Não []
- 3) Resultado de várias influências estrangeiras adaptadas à realidade local. Sim [] Não []
- 4) Uma criação nacional que reflete a cultura e a sociedade brasileiras. Sim [] Não []

38) Na sua opinião, para a prática do jornalismo nas mídias do parlamento:

- 1) É necessária formação superior específica em jornalismo. Sim [] Não []
- 2) Basta formação superior em qualquer curso/habilitação. Sim [] Não []
- 3) Não é necessária qualquer formação específica. Sim [] Não []
- 4) É necessária a formação complementar acerca do processo legislativo e do funcionamento de uma casa legislativa. Sim [] Não []
- 5) É possível aprender no dia a dia o que é notícia de interesse público. Sim [] Não []
- 6) É necessária alguma definição normativa do tipo de evento no legislativo que pode tornar-se notícia. Sim [] Não []
- 7) É necessário regular normativamente o tipo de abordagem dos fatos ocorridos no legislativo. Sim [] Não []
- 8) É necessário regular a relação entre as fontes de informação (parlamentares e servidores do legislativo) e os jornalistas para estabelecer autonomia de procedimentos. Sim [] Não []

39) Em relação ao jornalismo tradicional você considera que o jornalismo praticado nas mídias do legislativo:

- 1) Reconhece com maior abrangência fatos que podem tornar-se notícia. Sim [] Não []
- 2) Apura com maior rigor e faz uma mais eficiente verificação dos fatos e eventos ocorridos no interior das instâncias do parlamento. Sim [] Não []

- 3) Apresenta uma maior pluralidade de fontes. Sim [] Não []
- 4) Apresenta maior diversidade de pontos de vista nas notícias. Sim [] Não []
- 5) Tem maior possibilidade de aprofundar a abordagem dos fatos. Sim [] Não []
- 6) Possui mais autonomia em relação às fontes de informação. Sim [] Não []
- 7) Apresenta fórmulas narrativas mais eficientes na apresentação das notícias. Sim [] Não []
- 8) Carece do viés investigativo. Sim [] Não []
- 9) Possui menor continuidade no acompanhamento dos fatos. Sim [] Não []

40) Quanto a raça, você se declara: Branco [] Negro [] Pardo [] Oriental [] Indígena []

41) Ideologicamente você se considera:

- Extrema esquerda [] • esquerda [] • centro-esquerda [] • centro []
- Extrema direita [] • direita [] • centro- direita []
- Anarquista []

42) Tem filiação partidária? Sim [] Não []

43) É sindicalizado? Sim [] Não []

44) Em termos de religião, você se considera:

- Católico [] • Evangélico [] • Espírita [] • Protestante [] • Daimista []
- Umbandista [] • Budista [] • Materialista [] • Espiritualista []
- Muçulmano [] • Ateu [] • Não tenho religião []

45) Se pudesse escolher um país estrangeiro para cursar uma pós-graduação ou especialização, que país escolheria?

- Espanha [] • Inglaterra [] • Estados Unidos [] • França [] • Canadá []
- Itália [] • Chile [] • Cuba [] • Qualquer país hispanofônico [] • México []
- Portugal [] • Bélgica [] • Qualquer país lusófono [] • Não estudaria fora do Brasil []

46) Se pudesse escolher um país estrangeiro para exercer o jornalismo, que país escolheria?

- Espanha [] • Inglaterra [] • Estados Unidos [] • França [] • Canadá [] • Itália []
- Chile [] • Cuba [] • Um país hispanofônico [] • México [] • Portugal [] • Bélgica [] •
- Qualquer país lusófono [] • Um país de 3º Mundo [] • Não sairia do Brasil []

47) Na literatura sua preferência é por livros de que estilo?

- Auto-ajuda [] • Biografias [] • Crônicas/Prosas/Poesias [] • Documental/Reportagem []

- Esoterismo [] • Ficção/aventuras [] • Histórico/épico []
- Romance [] • Temas técnicos [] (especificar) _____
- Sem preferências []

Autores de que país/continente ?

- Argentina [] • Brasil [] • EUA [] • Inglaterra [] • Espanha [] • Europeus []
- França [] • Latino-americanos [] • Rússia [] • Europeus [] • Sem preferência []

48) Na produção cinematográfica, sua preferência é por filmes de que estilo?

- Alternativo [] • Comédia [] • Documentário [] • Drama [] • Ficção/aventuras []
- Histórico/épico [] • Intimista [] • Romance [] • Sem preferências []

e de que país?

- Brasil [] • EUA [] • Espanha [] • Europeus [] • Itália []
- França [] • Inglaterra [] • Latinos [] • Sem preferência []

49) Você tem por hábito ler publicações jornalísticas de outro país? Sim [] Não []

Em caso positivo, identifique o país, ou países, de origem das publicações

Busca, principalmente notícias de qual editoria?

- Política [] ; • Internacional [] ; • Economia [] ; • Esporte [] ; • Cultura [] ; • Variedades [] .

Neste noticiário internacional qual é o meio em que lê/se informa: (revista, Internet, jornal etc)

- Internet [] ; • Revista [] ; • Jornal [] ; • TV [] ; • Rádio []

50) Nas publicações jornalísticas nacionais, para se informar você busca, principalmente, notícias de qual editoria?

- Política [] ; • Internacional [] ; • Economia [] ; • Esporte [] ; • Cultura [] ; • Variedades [] ; • Outra [] (especifique) _____.

Neste noticiário nacional qual é o meio que mais utiliza para se informar: (revista, Internet, jornal etc) •

- Internet [] ; • Revista [] ; • Jornal [] ; • TV [] ; • Rádio [] .